



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JORGE LUIZ FERREIRA LIMA

**CULTURA LETRADA E CAMINHOS DA MEMÓRIA: INTELECTUAIS, LEITURA,
IMPrensa E MEMÓRIA NA ZONA NORTE DO CEARÁ (1870-1890, 1907-1932,
1984-2003)**

FORTALEZA

2018

JORGE LUIZ FERREIRA LIMA

CULTURA LETRADA E CAMINHOS DA MEMÓRIA: INTELLECTUAIS, LEITURA,
IMPRESA E MEMÓRIA NA ZONA NORTE DO CEARÁ (1870-1890, 1907-1932, 1984-
2003)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

FORTALEZA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L698c Lima, Jorge Luiz Ferreira.

Cultura letrada e caminhos da memória : intelectuais, leitura, imprensa e memória na zona norte do Ceará (1870-1890, 1907-1932, 1984-2003) / Jorge Luiz Ferreira Lima. – 2018.
261 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

1. Memória. 2. Patrimônio. 3. Leitura. 4. Imprensa. 5. Intelectuais. I. Título.

CDD 900

JORGE LUIZ FERREIRA LIMA

CULTURA LETRADA E CAMINHOS DA MEMÓRIA: INTELECTUAIS, LEITURA,
IMPrensa E MEMÓRIA NA ZONA NORTE DO CEARÁ (1870-1890, 1907-1932, 1984-
2003)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em
História Social do Departamento de História
da Universidade Federal do Ceará como parte
dos requisitos para obtenção do título de
Doutor em História. Área de concentração:
História Social.

Aprovada em: ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti
Inst. de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo (IEB-USP)

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Amélia de Moura Cavalcante e Melo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Irenísia Torres de Oliveira (suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Meize Regina de Lucena Lucas (suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha família.

Aos meus alunos.

Aos bons professores da escola pública
brasileira.

AGRADECIMENTOS

Tomado de grande emoção, inicio a escrita desta página encerrando uma fase muito importante da minha vida, a qual preencheu com fatos marcantes os últimos cinco anos. Assim, resolvi enumerar aquelas pessoas e instituições que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho. Inicialmente, dirigirei meus agradecimentos às instituições que me acolheram e apoiaram, sejam financeiramente, seja franqueando acesso a fontes.

À Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) agradeço o apoio e a assistência prestada por sua equipe técnica — especialmente os servidores Raimundinha e Simão — durante os trâmites do meu processo de afastamento para estudos e o próprio afastamento em si, condição indispensável ao desenvolvimento à participação no curso, à pesquisa e à escrita deste trabalho.

Aos técnicos do setor de Gestão de Pessoas da 5ª Coordenadoria Regional para o Desenvolvimento da Educação (5ª Crede/Tianguá), pelo auxílio e pelas orientações relativas à documentação e aos procedimentos iniciais necessários ao pedido de afastamento para estudos.

À Fundação Cearense para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), pelo apoio financeiro na forma de uma bolsa de estudos, auxílio fundamental a uma melhor vivência acadêmica, seja no custeio com deslocamentos, hospedagem, participação em eventos ou aquisição de livros.

Ao Núcleo de Práticas e Documentação Histórica (NEDHIS), importante centro de pesquisas instalado no Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú, *Campus* do Junco/Sobral (CE), na pessoa de seus bolsistas, pelo bom acolhimento e pela disponibilidade de fontes imprescindíveis à realização deste trabalho.

À Universidade Estadual Vale do Acaraú, onde concluí a graduação com licenciatura plena em História, aos professores e à minha primeira orientadora, então professora daquela instituição, a professora Dr^a Marta Emísia Jacinto Barbosa, e ao prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro, meu segundo orientador na graduação, grandes incentivadores e interessados em meu projeto de seguir para a pós-graduação.

À Universidade Federal do Ceará, cujo Departamento de História me acolheu no Programa de Pós-Graduação em História Social ao aprovar, em dezembro de 2008, o meu projeto de pesquisa do mestrado. Sou muito grato à equipe de professores deste programa,

especialmente aos professores Dr. Jailson Pereira da Silva e Dr.^a Ana Amélia de Moura Cavalcante e Melo, pela leitura atenta e pelas observações enriquecedoras feitas por ocasião do exame de qualificação.

À 4ª Superintendência Regional do IPHAN, em Fortaleza, pelo ótimo atendimento e franco acesso à documentação referente ao processo de tombamento do sítio urbano e arquitetônico de Sobral.

Ao padre Lucas do Nascimento Moreira, diretor do jornal *Correio da Semana*, órgão da diocese de Sobral, pelo franco acesso ao arquivo deste periódico secular, e ao repórter fotográfico e arquivista Marcildo Brito.

Aos amigos que conheci durante a jornada acadêmica: Dr. Maico Oliveira Xavier, Dr. Reginaldo Alves de Araújo, Dr. Mauricélio Bezerra da Silva, Dr. Antonio Vitorino Farias Filho, Dr. Antônio Iramar Miranda Barros, doutorando Raimundo Alves de Araújo e Francisco Petrônio Peres Lima.

Aos colegas mais chegados da turma de doutorado 2014 da UFC: Camilo Karol, Eduardo Lúcio e Ney, pelas conversas instigantes, instrutivas e divertidas.

Um agradecimento especial à Escola Antônio Pereira de Farias, na pessoa do diretor, o professor Antônio Fábio Costa Dias, assim como ao coordenador pedagógico, professor João Batista Farias Damasceno e a todos os professores e funcionários.

Ao meu orientador, prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira, pela serenidade e gentileza sem limites, pelo profissionalismo e pela compreensão ante as minhas limitações. Sinceramente, espero que este trabalho corresponda às suas expectativas e faça jus à confiança depositada em minha pessoa.

À minha esposa e companheira, a prof.^a Ms. Maria Ferreira Gomes, pelo amor demonstrado ao longo dos nossos dez anos de vida em comum; uma década feliz, marcada por conquistas profissionais e acadêmicas.

À minha filha Mariana Gomes de Lima, por ter suportado a espera pela finalização deste trabalho para retomarmos as brincadeiras, as conversas, os sorvetes, os passeios de bicicleta, os patins, enfim, toda uma rotina recheada de momentos afetuosa temporariamente diminuída.

À minha mãe, Helena, pelo apoio, orações, auxílio no cuidado com a Mariana, assim como por ser o exemplo de mulher forte e independente, cuja viuvez precoce foi seguida pela luta cotidiana a fim de proporcionar ao único filho a chance de frequentar a escola, num tempo e lugar no qual filhos de agricultores pobres não iam além das primeiras séries do ensino fundamental.

“Mas a noite vai passando,
Não tarda que cante o galo...
No entanto sobre o cavalo
Eu vou cismando, cismando...

Cismando em eras passadas,
Arrojando a fantasia,
Louca, furiosa, erradia,
Através destas estradas.”

(Lívio Barreto)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os conflitos presentes na construção de uma memória organizadora para as cidades da zona norte do Ceará. Interessa-nos desta memória sua ênfase na ação dos intelectuais e o desejo de atribuir às cidades em questão o estatuto de “cidade intelectual”. Obviamente, tal memória não conseguiu impor o silêncio às memórias divergentes, que lhe desafiaram a hegemonia. A principal cisão interna dessa memória surgiu junto com uma nova categoria no interior do campo intelectual: os jornalistas. Tal processo pode ser percebido a partir da análise das trajetórias profissionais e sociais de Vicente Loyola e Deolindo Barreto Lima, dois jornalistas cujas memórias constituíram um desafio àquela memória intelectual organizadora em Sobral. O recorte espacial contempla a porção noroeste do Ceará, tendo como epicentro a cidade de Sobral, onde essa memória voltada para os intelectuais se fez sentir de maneira mais intensa, podendo ser percebida nos jornais, na literatura e, mais recentemente, no processo de patrimonialização. Para tanto, analisamos dois processos anteriores: a difusão do livro e da leitura, ancorada a um projeto de difusão da instrução representado pelos gabinetes de leitura, quando nos reportamos aos anos de 1870 a 1900; a consolidação da imprensa enquanto espaço de profissionalização do trabalho intelectual e os conflitos surgidos nesse processo, que abarcou discursos e trajetórias diversas, compreendendo o intervalo entre os anos 1907 e 1932; e, por fim, o período de 1984 a 2015, quando se deu o processo de patrimonialização, iniciado com a comemoração do centenário de nascimento do jornalista Deolindo Barreto Lima, passando pelos tombamentos dos sítios históricos de Sobral e Viçosa do Ceará e chegando aos dias atuais, quando as ditas cidades — bem como outras da zona norte deste estado — buscam sua consolidação como pontos importantes no processo de interiorização do turismo e da iniciativas de natureza governamental no âmbito da promoção cultural. Este trabalho faz parte de um conjunto de estudos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória – GEPPM/UFC/CNPq.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Leitura. Imprensa. Intelectuais.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the present conflicts in the construction of an organizing memory for the cities of the northern area of Ceará. We are interested in this memory of its emphasis on the action of intellectuals and the desire to attribute the status of "intellectual city" to the cities in question. Obviously, such a memory failed to impose silence on the divergent memories that challenged its hegemony. The main internal split of this memory emerged along with a new category within the intellectual field: the journalists. This process can be perceived from the analysis of the professional and social trajectories of Vicente Loyola and Deolindo Barreto Lima, two journalists whose memories constituted a challenge to that intellectual memory in Sobral. The spatial clipping contemplates the northwestern portion of Ceará, with the epicenter of the city of Sobral, where this memory focused on the intellectuals was felt more intensely, and can be seen in the newspapers, literature and, more recently, in the patrimonialisation process. To do so, we analyze two previous processes: the diffusion of the book and the reading, anchored to a project of diffusion of the instruction represented by the offices of reading, when we report the years of 1870 to 1900; the consolidation of the press as a space for the professionalization of intellectual work and the conflicts that emerged in this process that included diverse discourses and trajectories, including the interval between 1907 and 1932; and, finally, the period from 1984 to 2015, when the process of patrimonialization began, commemorating the centenary of the birth of the journalist Deolindo Barreto Lima, passing through the historic sites of Sobral and Viçosa do Ceará and arriving at the days where these cities as well as others in the northern part of this state seek to consolidate them as important points in the process of internalization of tourism and initiatives of a governmental nature in the scope of cultural promotion. This work is part of a set of studies developed by the Group of Studies and Research in Patrimony and Memory - GEPPM/UFC/CNPq.

Keywords: Memory. Patrimony. Reading. Press. Intellectuals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Livros do Gabinete de Leitura Ipuense.	40
Figura 2	Livros do Gabinete de Leitura Camocinense.	40
Figura 3	Jornal <i>O Rebate</i> (1907-1919), de Vicente Loyola.	42
Figura 4	Jornal <i>A Lucta</i> (1914-1924), de Deolindo Barreto.	42
Figura 5	Inventário de Vicente Loyola.	45
Figura 6	Vicente Loyola.	125
Figura 7	Deolindo Barreto Lima.	128
Figura 8	Segunda página da edição de 18/06/1925 do jornal <i>A Imprensa</i> .	223
Figura 9	Monumento em homenagem a Deolindo Barreto, Sobral/CE	232
Figura 10	Palácio Monsenhor Carneiro, antiga sede do Gabinete de Leitura Viçosense, Viçosa do Ceará.	236
Figura 11	Memorial Clóvis Beviláqua, Viçosa do Ceará.	237
Figura 12	Praça Clóvis Beviláqua, Viçosa do Ceará.	237
Figura 13	Praça General Tibúrcio, Viçosa do Ceará.	238
Figura 14	Teatro São João, Sobral/CE.	239
Figura 15	Museu D. José, Sobral/CE	239

LISTA DE MAPAS

Mapa 1

Estrada de Ferro de Sobral

36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Presença de livros franceses nos gabinetes de leitura	64
Tabela 2	Presença de romances nos acervos dos gabinetes de leitura	64
Tabela 3	Livros anunciados por Horácio Pessoa	96
Tabela 4	Tipógrafos na zona norte do Ceará entre 1910 e 1920	117
Tabela 5	Balanço do inventário de Vicente Loyola	207

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EFS	Estrada de Ferro de Sobral
GEPPM	Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória
GLC	Gabinete de Leitura Camocinense
GLI	Gabinete de Leitura Ipuense
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NEDHIS	Núcleo de Práticas e Documentação Histórica
PRC	Partido Republicano Conservador
UFC	Universidade Federal do Ceará
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	GABINETES DE LEITURA NA ZONA NORTE DO CEARÁ: UM PROJETO DE INSTRUÇÃO POPULAR	50
2.1	Anos 1870 e 1880: a construção da Estrada de Ferro de Sobral e os primeiros gabinetes de leitura e suas escolas para crianças pobres	52
2.2	Anos 1910: novos gabinetes e escolas noturnas, maior difusão do livro e da instrução	67
2.3	Anos 1920: reforma da Instrução Pública e o início da decadência dos gabinetes de leitura	81
3	LUGARES DO LIVRO E INTERMEDIÁRIOS DA LEITURA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	92
3.1	As casas comerciais e suas seções de livraria e papelaria	93
3.2	Estafetas, estivadores e carreteiros	107
3.3	As tipografias e os trabalhadores gráficos	110
4	A DIFUSÃO DA LEITURA E A CONSTRUÇÃO DO JORNALISMO: BASES SOCIAIS E CULTURAIS	122
4.1	As bases sociais do jornalismo: trajetórias e itinerários	123
4.2	As bases culturais: leitura e autodidatismo	137
5	OS DONOS DA PALAVRA IMPRESSA: UMA PEQUENA SOCIOLOGIA INTELECTUAL	146
5.1	Bacharéis e doutores: do Recife para o interior do Ceará	148
5.2	O Clero: agentes da romanização cearense	158
5.3	Os jornalistas: nova categoria no interior do campo intelectual	171
6	UM ENFERMO E UM MÁRTIR: INFLEXÕES NA MEMÓRIA INTELECTUAL	187
6.1	A morte e a intensificação das batalhas pela memória	188
6.2	As tipografias: perigosos lugares de memória	205
6.3	De vítimas da violência a donos da palavra: memória intelectual e patrimonialização	219
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
	FONTES	247
	REFERÊNCIAS	252

1 INTRODUÇÃO

“Não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas.”

(Karl Marx)

A racionalidade do texto científico muitas vezes esconde o caráter tortuoso dos caminhos percorridos pelo pesquisador. No caso de uma tese de doutorado como a que ora apresentamos, o itinerário deixado para trás é longo, embora algumas pequenas falhas — talvez facilmente perceptíveis — se apressem em denunciar o quão distante ainda estamos da condição de pesquisadores experimentados no exigente mundo da ciência, para o qual, como nos lembra Marx, “não há estrada real”, ou seja, não há caminho fácil, atalho, possibilidade de se chegar rapidamente ao destino a não ser abrindo mão da qualidade do trabalho, deixando-o sujeito a críticas severas e passível de ser “desmontado” quando submetido à análise dos pares.

São muitas as etapas cumpridas antes da redação do texto em sua versão para apresentação à banca de defesa. A monografia de graduação¹ e a dissertação de mestrado² foram passos importantes não apenas do ponto de vista da trajetória pessoal do pesquisador, mas também da própria pesquisa, pois as defesas passadas — bem como as demais ocasiões em que foi submetida à crítica de pesquisadores mais experientes — foram momentos de crescimento, de aparar arestas, de purificar as ideias e, ao mesmo tempo, de libertação em relação aos purismos oriundos de uma compreensão parcial dos pressupostos teóricos caros à pesquisa.

Inicialmente, trabalhamos alinhados à história do livro e da leitura, investigando os gabinetes de leitura. Instituições de perfil curioso, nunca foram apenas bibliotecas associativas, mas iniciativas baseadas em um projeto de intervenção social voltado para a oferta da instrução às classes populares, ora mirando as crianças filhas dos trabalhadores, ora os adultos e todos aqueles a quem o sistema de ensino público não alcançava. Centros

¹ A monografia em questão foi apresentada ao curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em setembro de 2007, com o título *Livros, homens, uma cidade: Uma discussão sobre o Gabinete de Leitura Ipuense (1886-1919)*, sob a orientação do professor Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

² A dissertação de mestrado foi apresentada em cumprimento aos requisitos para o obtenção do título de Mestre em História Social ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará em junho de 2011, com o título *Entre caminhos e lugares do livro: Gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877-1919)*, sob a orientação do prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

difusores do saber, os gabinetes também tiveram seu perfil político e filosófico denunciado pela predominância dos romances em seus acervos e pela presença de autores cuja leitura era mal vista por instâncias reguladoras como a Igreja, por exemplo.

Dotados de um projeto inserido no bojo das ideias de cunho cientificista/evolucionista difundidas no Brasil a partir de 1870, os gabinetes de leitura associaram-se ao abolicionismo e ao republicanismo, propondo um ensino desvinculado do arcaico classicismo herdado da educação jesuítica³. Em seus cursos noturnos de alfabetização e conferências literárias e cívicas, evidenciavam a inquietação liberal e republicana que fervilhava na mente dos jovens acadêmicos de Direito das universidades do Recife e de São Paulo⁴, os quais, destacados como promotores ou advogados provisionados, ganharam o sertão cearense, embrenhando-se nas pequenas cidades e vilas, onde conseguiram reunir, sob o manto do associacionismo, as diminutas parcelas letradas das elites locais⁵.

Essa inquietação liberal presente no discurso dos acadêmicos chegados dos grandes centros urbanos do país — alunos de instituições destinadas à formação de uma elite dirigente — mostra-se enredada naquela ambiguidade demonstrada por Emília Viotti da Costa ao comentar o liberalismo brasileiro e suas especificidades em relação ao liberalismo europeu:

A incapacidade dos liberais brasileiros de realizar os ideais do liberalismo

³ Ana Luiza Martins aponta a instalação de escolas de primeiras letras ou cursos noturnos como parte da “função didática” dos gabinetes de leitura, cujo corpo social foi composto por elementos urbanos, especialmente os profissionais liberais vinculados à maçonaria. MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura: Cidades, livros e leituras na Província Paulista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 25-26. Não nos foi possível visualizar claramente a associação entre a maçonaria e os gabinetes de leitura na zona norte do Ceará, com exceção do caso do Gabinete de Leitura Camocinense, o qual teria abrigado em sua sede as primeiras reuniões da Loja Maçônica Deus e Camocim. Não foi possível aprofundar a investigação dado o caráter fragmentário das fontes.

⁴ Lilia Schwarcz esclarece que a Faculdade do Recife esteve “mais atenta ao problema racial”, influenciada pelo darwinismo social e o evolucionismo, enquanto a Faculdade de São Paulo foi mais influenciada pelo “modelo político liberal”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão social no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 187. A respeito da posição ocupada pelas faculdades de direito no âmbito da produção ideológica e da reprodução da classe dominante, Sergio Miceli escreveu estas palavras esclarecedoras: “Até meados da República Velha, a Faculdade de Direito era a instância suprema em termos de produção ideológica, concentrado inúmeras funções políticas e culturais. No interior do sistema de ensino destinado à reprodução da classe dominante, ocupava posição hegemônica por força de sua contribuição à integração intelectual, política e moral dos herdeiros de uma classe dispersa de proprietários rurais aos quais conferia uma legitimidade escolar”. MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 115.

⁵ De acordo com Almir Leal de Oliveira, “entre 1875 e 1886 o Gabinete Cearense de Leitura reuniu intelectuais e estudantes em suas conferências, organizou uma biblioteca, promoveu as comemorações de Tri Centenário de Camões, organizou a Sociedade Propagadora do Ensino Popular e manteve aulas noturnas de alfabetização”. OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, representações e pensamento social*. 2001. 280f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. Tal movimento não ficou restrito à Capital do Ceará. Na zona norte, estudantes como Antônio Augusto Vasconcelos, acadêmico da Faculdade do Recife, fundou um gabinete de leitura e uma sociedade libertadora abolicionista na cidade de Granja. *Granjense*, Granja, 20 fev. 1881, p. 1.

transcende a política. Ela atinge o âmago da cultura e da sociedade. Ideologicamente, os liberais estavam comprometidos com um programa que, se implantado plenamente, reduziria o papel da patronagem. Mas os políticos eram criaturas da patronagem e seus manipuladores. A sociedade brasileira estava permeada de alto a baixo pela prática e pela ética da patronagem.⁶

A fundação dos gabinetes de leitura não teria sido possível sem o apoio das elites locais, representantes do agrarismo e envolvidas com a política oligárquica, ou seja, portadoras de valores e práticas teoricamente contrárias ao credo liberal. Por outro lado, a despeito do caráter restrito de tal grupo, seu interior comportava divisões, incluindo um grupo em ascensão: os comerciantes e profissionais liberais, representantes de uma nova categoria social urbana mais progressista, embora ligada, por sua origem, ao agrarismo.

Melhor instruída do que as antigas gerações caracterizadas pelo ruralismo, o novo grupo se esforçava para afastar-se da posição intermediária por meio da construção de símbolos de distinção associados a uma sociabilidade urbana, incluindo as associações letradas, a imprensa e os projetos de difusão da instrução. Diante de elites locais reduzidas e internamente fraturadas, tem-se um processo que transcendeu os seus limites estreitos: o surgimento do campo intelectual.

Um grupo em especial, no interior desse campo, evidenciava a contradição do liberalismo brasileiro. Estamos falando dos bacharéis, os quais, ainda de acordo com Emília Viotti, eram originários do agrarismo e cujas trajetórias não estiveram isentas do envolvimento direto com a patronagem e o clientelismo, tornando ambíguas suas posições políticas e ideológicas, as quais chegavam a unir o combate à política oligárquica e o credo liberal, enquanto as mantinham-se na dependência das mesmas oligarquias que combatiam — as quais lhes garantiam a colocação em cargos públicos e compunham o restrito público leitor dos livros e jornais que publicavam⁷.

Cedo percebemos o quão redutor seria nosso olhar sobre o objeto de pesquisa se o mantivéssemos centrado nos gabinetes de leitura. Seguir as trajetórias das instituições,

⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 167.

⁷ “O melhor testemunho da atitude dos bacharéis é dado pelo comportamento dos intelectuais. Alguns provinham, como Silvio Romero, de famílias cujas atividades eram ou tinham sido essencialmente agrárias. Outros tinham origem estritamente urbana. Localizando suas atividades nos centros urbanos mais importantes, onde o contato mais íntimo com a cultura europeia e com a vida urbana lhes dava relativo distanciamento da realidade rural, opunham-se, às vezes, teoricamente, ao domínio das oligarquias, denunciando a opressão que estas exerciam sobre as populações rurais e urbanas. Criticavam o latifúndio, a escravidão; preconizavam métodos de ensino mais modernos. Continuavam, no entanto, na dependência das oligarquias que queriam combater, ocupando cargos públicos para os quais eram nomeados por interferência de elementos da oligarquia, escrevendo em jornais ou revistas, publicando livros que se destinavam a um público leitor cujos limites não ultrapassavam muito os da oligarquia ou dos grupos urbanos que compunham sua clientela.” COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.* p. 264-265.

identificar seus fundadores e os responsáveis pela efetivação de suas ações no campo social não nos pareceu condizente com o que se deveria esperar de uma tese de doutorado. Era preciso alargar o olhar problematizador que o historiador deve lançar sobre os documentos que elegeu como fontes, refinar as perguntas dirigidas a esse material para enxergar, ao fim, nuances ainda não percebidas, construindo uma análise mais sutil, distanciada do senso comum e marcada por uma análise verdadeiramente científica, dotada da agudeza resultante da reflexão madura, despretensiosa e séria.

Nesse movimento, resolvemos inaugurar uma perspectiva ainda não tentada no mestrado, a partir de um olhar mais detido sobre os intelectuais, enfatizando a constituição dessa nova categoria social e sua contribuição para a construção de uma memória local, o que se deu por meio da escrita, tendo a imprensa como principal suporte. No jornal é que os intelectuais foram encontrar a primeira via de profissionalização dos homens da escrita⁸.

Tomando como fontes os principais jornais publicados nas cidades estudadas, investigamos sua produção, isto é, o processo de impressão até chegar a uma categoria de trabalhadores situada nas fimbrias daquelas sociedades: os gráficos⁹. Apesar de o trabalho estar voltado para a atuação dos intelectuais e difusão da cultura letrada — operada por instituições ou grupos sociais —, entendemos que seria enriquecedor um estudo, ainda que breve, da atuação e configuração dos trabalhadores gráficos enquanto categoria operária e sua relação com os intelectuais, relação esta mediada pelo domínio da técnica de impressão, caracterizada pela habilidade manual, o olhar treinado, enfim, uma “arte de fazer”¹⁰.

Intelectuais, gráficos e leitores são categorias de sujeitos cujo surgimento esteve relacionado ao desenvolvimento do campo intelectual, e tomamos a liberdade de, aqui, utilizar a noção de campo de Pierre Bourdieu. O referido autor afirma que “[...] o campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções”¹¹.

Percebemos que os vários elementos ou categorias, entendidos a partir de uma

⁸ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153; MICELI, Sergio. *Op. cit.*; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁹ Os gráficos têm sido objeto de interessantes estudos historiográficos. Dentre eles, destacamos aqueles dos quais nos serviremos mais amiúde: IUMATTI, Paulo Teixeira. *Arte e trabalho: Aspectos da produção do livro em São Paulo (1914-1945)*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2016; e VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários: Mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Anablume; FAPESP, 2000.

¹⁰ CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 14 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 179.

perspectiva relacional, ou seja, vistos como integrantes de um campo, aparecem associados ao processo de difusão da cultura letrada, movimento que foi culminar na construção de uma memória social que tem nos intelectuais os componentes de um panteão local, os balizadores da identidade daquelas pequenas sociedades as quais, no período compreendido entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras do XX, vivenciaram o avanço da urbanização.

A pergunta que orienta o trabalho é: como se deu a construção de uma memória que aponta a cidade de Sobral como uma cidade intelectual e qual o papel dos sujeitos individuais e sociais nesse processo, incluindo aí os intelectuais e os gabinetes de leitura? Sabemos que o entendimento de tal processo é impossível sem o conhecimento das vozes silenciadas, pois toda memória constitui-se não apenas de lembranças, mas também de esquecimentos e silêncios¹². A quem foi imposto o silêncio no processo de construção da memória de Sobral enquanto cidade intelectual?

Em resposta, levantamos a tese seguinte: a construção de uma memória social que atribuiu a Sobral a identidade de cidade intelectual esteve inserida no processo de constituição de sua hegemonia política, cultural e econômica no âmbito regional, no qual a formação do campo intelectual proporcionou a caracterização de um sujeito coletivo identificado como o principal agente da construção dessa memória.

O entendimento desse processo se fez a partir da discussão acerca da difusão da leitura e da consolidação da imprensa, cujos ritmos ajudam a compor um estrato de tempo¹³ no qual os fundamentos dessa memória são assentados, ou seja, constitui-se um “núcleo duro de fatos”¹⁴ que serão invocados na sua construção; uma segunda etapa — ou um segundo estrato de tempo — identificamos com o início do esforço de construção dessa memória por meio da imprensa, que se consolidava e servia de principal meio de propagação de um discurso voltado para a idealização da imagem da cidade intelectual; o terceiro estrato de tempo identifica-se com a década de 1980, quando aquele núcleo duro de fatos foi

¹² MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? *Rev. Inst. Est. Bras.* São Paulo, n. 34, p. 16.

¹³ O conceito de “estratos de tempo” foi apresentado por Koselleck como uma metáfora, pois esse termo “remete a formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformam e se diferenciam umas das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica”. O autor esclarece que, quando aplicado à história, este conceito “permite separar analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados”. KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014. p. 19.

¹⁴ Termo empregado por Andreas Huyssen para se referir ao conjunto de fatos — constituído e reforçado pela historiografia, arquivos, testemunhos oculares, filmes documentários etc. — a respeito do Holocausto. Empregamos o mesmo termo para nos referirmos ao conjunto de fatos constituído e reforçado pela imprensa no início do século XX, o qual se tornará a base dos trabalhos de memória que se seguirão. HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: Arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 80.

rememorado, na busca por uma memória justa que viesse a corrigir distorções do passado, e culminou com o processo de patrimonialização, por si só marcado por silenciamentos e tensões.

Os gabinetes de leitura, enquanto parte do circuito livreiro, ocuparam a posição de centros de difusão da cultura letrada, local de reunião dos intelectuais, sendo importantes pontos de partida deste trabalho da memória. A imprensa, lugar de memória e suporte do discurso intelectual, representa o meio de difusão das narrativas destinadas a difundir aquela identidade intelectual para a cidade. Procuramos apresentar, pois, a maneira como gabinetes de leitura, intelectuais e imprensa estão relacionados ao projeto de construção da memória social de Sobral, entendendo-a como importante elemento na construção de sua hegemonia sobre a zona norte.

Para além dos pontos de vista ideológico, cultural e social, o processo de construção da memória social que atribuiu a Sobral a identidade de uma cidade intelectual pode ser percebido pelo viés material, isto é, por meio de seu patrimônio cultural¹⁵, atualmente preservado e tombado pelo órgão competente, constituindo um testemunho material daquele período em que se deu o processo que ora estudamos. No conjunto arquitetônico e paisagístico do centro histórico da cidade, dá-se a ler uma sociedade letrada e rica, evidenciando aos olhos do historiador ou do cientista social o alijamento do povo em relação àquele discurso que procurou apresentar a imagem de uma cidade desenvolvida.

Funcionando como “pontos de referência de uma época longínqua”, o patrimônio edificado pode ser entendido como “rastros” de um “trabalho de enquadramento” da memória, ou seja, que “reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”, como aponta Michel Pollak¹⁶.

A construção de uma memória social foi etapa importante para a hegemonia de Sobral sobre as demais cidades e vilas da região. Tal esforço resultou na manutenção desta condição até o presente, e diante dele elaboramos nossa questão central. Explicar a configuração da zona norte — um conjunto de cidades orbitando em torno de Sobral a partir da perspectiva da memória — é o desafio ao qual nos propomos. Acompanhar tal processo, no entanto, não foi tarefa fácil, porque a construção da memória se dá de maneira esparsa, diluída em vários âmbitos e lugares sociais. Um deles foi a imprensa, suporte do discurso intelectual.

¹⁵ A definição de patrimônio cultural de que nos servimos é aquela descrita por Antônio Gilberto Ramos Nogueira, ou seja, “aquilo que define o outro a partir de referenciais identitários e é referendado por valores atribuídos a bens e práticas culturais em diferentes momentos e espaços”. NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014.

¹⁶ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, v. 2, n. 3, p. 9-10, 1989.

Outro foi o circuito do livro. Os jornais, de um lado, e os “lugares do livro”, de outro, constituem importantes pontos de ancoragem de um esforço de construção da memória social de Sobral enquanto cidade intelectual.

Entender como aquela sociedade foi dada a ler, quais os sujeitos protagonistas de tal processo, que influencia sua aquisição de sentido no presente, ou seja, como a memória social das cidades da zona norte apresenta, atualmente, seu panteão intelectual e sua própria história na busca de justificar a posição por elas ocupada no interior de um campo de disputas regional¹⁷. A pesquisa parte, pois, do presente porque o historiador “se esforça para ficar atento ao seu tempo”¹⁸. Não se trata apenas de trazer à tona uma fração do passado dessas cidades, mas de lançar um olhar sobre o presente orientados pela perspectiva de que este resulta de uma construção histórica.

As sociedades que ora observamos não foram produtos do acaso, mas de um esforço empreendido por determinados sujeitos individuais ou coletivos a nível do discurso e da ação. Nesse sentido, desmistifica-se a memória e sua pretensão à hegemonia e à harmonização do passado, negando os conflitos e as intencionalidades. Além disso, como colocou Ulpiano Bezerra de Menezes, “a memória é filha do presente. Mas, como seu objeto é a mudança, se lhe faltar o referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer projeto”¹⁹.

Como sujeitos de nossa narrativa, elegemos os intelectuais, indivíduos cujas trajetórias se desenrolaram de maneira imbricada ao processo de configuração de campo de atuação próprio que permitiu sua inserção a partir da conquista do estatuto de homens da cultura, ou mediadores culturais. Em alguns casos, as trajetórias ascendentes no campo das letras não foram vividas nessas pequenas cidades, pois elas não reuniam as condições adequadas; parte dos intelectuais ali nascidos foram alcançar a consagração nos grandes centros do período, especialmente no Rio de Janeiro.

Tomamos a definição de intelectual de Norberto Bobbio e a dilatamos, quebrando um pouco do seu esquematismo. Para ele, intelectuais são aqueles que exercem o poder ideológico, ou seja, o poder que se exerce “sobre as mentes pela produção e transmissão de

¹⁷ Aproximamo-nos do pensamento de Roger Chartier quando, ao definir o objeto da história cultural, escreveu: “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. [...] São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. CHARTIER, Roger. *A história cultural: Entre práticas e representações*. 2 ed. Lisboa: Difel, 2002. p. 16-17.

¹⁸ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências de tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 26.

¹⁹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Op. cit.* p. 14.

ideias”²⁰. Bobbio adverte, porém, acerca da relação desigual entre o poder ideológico e os poderes político e econômico, estando, não raro, o primeiro em posição de desvantagem em relação aos demais.

Ángel Rama, de sua parte, nos fornece uma metáfora que melhor explica a posição dos intelectuais em relação ao campo da política ao tomar as capitais dos vice-reinos da América Latina como modelo para elucidar o lugar por eles ocupado naquela estrutura de poder, localizando-os bem próximo ao centro do poder político, compondo uma espécie de “anel protetor”²¹. Essa posição de submissão ao político marca, sem dúvida, os intelectuais enquanto grupo social, fato verificado também no Brasil, onde o emprego público e a carreira política foram as primeiras opções profissionais de tais sujeitos — condição que os mantinha inseridos na rede de favores da patronagem²².

A pesquisa tomou como sujeito um grupo social que estava em processo de constituição. Depois de definir o estatuto do intelectual, valendo-se de Bobbio, adotamos a noção de “campo” de Bourdieu — à qual já nos referimos — para entender os limites de ação de tal sujeito enquanto grupo. A constituição do campo intelectual na zona norte deu-se junto à consolidação da imprensa, a qual forneceu aos intelectuais um espaço de discussão, um canal de comunicação com o público. A difusão do livro e da instrução, por sua vez, associou-se à consolidação da imprensa, formando um conjunto de transformações culturais, processo hoje lembrado no discurso da memória, nos lugares de memória, no patrimônio histórico e cultural construído pela força dos grupos políticos ancorados nas prefeituras municipais, secundados pelos governos estaduais e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

A decisão de abordar a memória nasceu da necessidade de ligar a discussão ao presente a partir da questão: qual o papel dos intelectuais na memória oficial das cidades da zona norte do Ceará? Uma outra versão da mesma indagação foi: de que maneira o processo de transformação que começa com a difusão do livro e da leitura e culmina na consolidação da imprensa e configuração de um campo intelectual foi incorporado à memória social da zona norte? À medida que nos embrenhamos nas fimbrias da memória, fomos percebendo o quanto essa discussão poderia tomar corpo e tornar-se central no trabalho. E foi o que ocorreu. A incorporação da memória ao conteúdo temático estabeleceu uma ligação concreta com o presente, dando todo um sentido forte e inquietante à pesquisa.

²⁰ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 11.

²¹ RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 38.

²² COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*

Encarar a memória como construção social implica estudar “as propriedades de quem narra”, como nos adverte Elizabeth Jelin²³. Assim, procuramos investigar a construção de uma memória que aponta Sobral como cidade intelectual. Esse processo teve como sujeito os próprios intelectuais e como suporte a imprensa. Diferentemente dos casos estudados por Jelin — que abordou eventos similares de violência política e repressão ocorridos no Brasil, na Colômbia e no Peru —, nosso estudo parte da análise de séries de jornais em cujas páginas identificamos narrativas destinadas a construir uma memória para a cidade, uma memória social, isto é, constituída não por um indivíduo, mas por um grupo que pretendeu definir uma identidade coletiva.

O uso do termo “identidade coletiva” é problemático, e as ponderações de Jöel Candau nos apontam o risco de ele ser “abusivo” se pretendermos “designar um suposto estado de um grupo inteiro quando apenas uma maioria dos membros desse grupo compartilha o estado considerado”²⁴. No caso estudado, buscamos evidenciar as transformações socioculturais que forneceram elementos para a construção de uma memória social, ou seja, a maneira como um determinado grupo — os intelectuais — empreendeu um esforço no sentido de construir, por meio de suas narrativas, uma memória ou um arcabouço de imagens que permitam atribuir à Sobral a identidade de uma cidade intelectual.

É possível utilizar o termo “memória social” desde que aceitemos que a memória foi construída não por um indivíduo, mas por um grupo social. E o que dizer do termo “memória coletiva”? Haveria alguma inconveniência se o utilizássemos neste trabalho? Como sabemos, esse conceito foi apresentado pela primeira vez por Maurice Halbwachs quando escreveu:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.²⁵

Diferente do que pode parecer à primeira vista, Halbwachs não quis dizer que a memória coletiva seria um tipo de repertório de lembranças comuns a toda uma coletividade, as quais se apresentariam superpostas à memória individual. Ao contrário, o próprio ato de lembrar, ressalta o autor, nunca é feito de maneira totalmente individualizada, pois “nunca estamos sós”, ou seja, nossa condição de seres sociais implica a constante presença do outro,

²³ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S. A., 2002. p. 35-36.

²⁴ CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 26-27.

²⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003. p. 30.

que conosco não pode ser confundido.

Ao apresentar sua definição de memória, Henry Rousso escreveu:

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, ‘coletiva’, como sugeriu Maurice Halbwachs.²⁶

Avançando em sua discussão, Rousso percebeu que o problema do conceito de memória coletiva está na ideia de compartilhamento de uma representação do passado “por toda uma coletividade”, e apontou a maneira como os historiadores têm superado tal “obstáculo teórico”.

Para superar esse obstáculo teórico, que concerne antes à filosofia ou à psicologia social (e que merece ser debatido), os historiadores em geral admitem, de maneira mais ou menos declarada, que as representações do passado observadas em determinada época e em determinado lugar – contanto que apresentem um caráter recorrente e repetitivo, que digam respeito a um grupo significativo e que tenham aceitação nesse grupo ou fora dele – constituem a manifestação mais clara de uma ‘memória coletiva’.²⁷

No sentido proposto por Henry Rousso, a historiografia, à medida que faz o papel de uma maneira de representar o passado, contribui para a constituição de uma memória coletiva. Parece-nos, por outro lado, mais coerente recorrer ao conceito de memória social, conforme proposto por Elizabeth Jelin, sem, no entanto, perder de vista a contribuição de Halbwachs.

Nesse caso, as propriedades de “quem narra” — ou seja, dos emissores do discurso voltado para a construção da memória social — apontam para o anseio pelo estabelecimento de uma memória baseada no domínio dos códigos da cultura letrada, distintivos nada desprezíveis num meio onde a instrução era escassa e seu acesso, por si só, era encarado como sinal de distinção. O resultado dos “trabalhos da memória” — porque encaramos, com Jelin, a memória como um processo social, ou seja, que trabalha, é ativo — pode ser visto nos exemplos paisagísticos do que se entende, atualmente, por patrimônio cultural local. Os casarios, praças e igrejas tombados pelos órgãos competentes remontam ao período ao qual nos referimos, quando as cidades da zona norte, e Sobral em especial, passaram por intenso processo de urbanização, com intervenções em seu espaço destinadas a

²⁶ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 94-95.

²⁷ *Id. ibidem*.

facilitar a implantação de uma maneira de viver tipicamente urbana.

A segunda questão apontada por Jelin diz respeito aos “procesos de construcción del reconocimiento legítimo”, ou seja, o reconhecimento e a recepção do discurso formador da memória pelo grupo social ao qual se destina²⁸. No caso em questão, o reconhecimento das narrativas destinadas a construir uma memória social que atribui a Sobral a identidade de cidade intelectual veio das camadas médias e da elite, as quais comportavam o maior contingente de alfabetizados, os quais puderam absorver e se apropriar dos textos jornalísticos.

Como o reconhecimento partiu de camadas favorecidas, as quais identificavam-se com os emissores do discurso, não é difícil concluir que este encontrou ressonância em um grupo mais amplo do que aquele dos intelectuais, produzindo, a partir daí, uma socialização da memória. Tal reconhecimento pode ser constatado pela maneira como o discurso reverberou na imprensa. O uso repetido do termo “cidade intelectual” — sempre invocado em situações em que se buscava reforçar a imagem de Sobral como principal cidade da zona norte do Ceará — evidencia o reconhecimento e a apropriação de tal discurso.

Para compreender esse processo amplo e cheio de nuances contraditórias, elegemos algumas balizas nas quais ancorar a escrita, como uma espécie de pontos de chegada e partida, a fim de evitar a dispersão do pensamento e a transformação do texto em um amontoado de digressões desconexas. Como primeiro ponto de partida, elegemos as instituições fundadas pelos intelectuais cujo programa de ação baseava-se na oferta da instrução popular. Neste ponto, seguimos a trajetória dos gabinetes de leitura.

Espaços de intervenção política e social, os gabinetes de leitura tiveram atuação mais intensa em dois períodos distintos. O primeiro, a partir da década de 1870, mostra a relação de tal projeto com a crise do Império e o avanço das novas ideias que convulsionavam o campo intelectual a nível nacional²⁹. Cientificismo, republicanismo e abolicionismo representam a tríade norteadora da ação dos jovens acadêmicos que, associados a padres, comerciantes e demais letrados, fundaram os primeiros gabinetes de leitura da zona norte do

²⁸ JELIN, Elizabeth. *Op. cit.*

²⁹ Para Renato Ortiz, o evolucionismo veio fornecer à *intelligentsia* brasileira os conceitos básicos para a compreensão da problemática da formação do “caráter nacional”. A diferença entre a realidade brasileira e a europeia forçou a adição de outros conceitos que permitissem explicar o porquê do “atraso” do Brasil. “Raça” e “meio” foram os conceitos acrescentados, pois vinham dar conta da especificidade do país. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 15-16. Lília Schwarcz, por sua vez, adverte para o fato de que “o conhecimento e a aceitação desses modelos evolucionistas e darwinistas sociais por parte das elites intelectuais e políticas brasileiras traziam a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e da civilização, isso implicava, no entanto, certo mal-estar quando se tratava de aplicar tais teorias em suas considerações sobre as raças. Paradoxalmente, a introdução desse novo ideário científico expunha, também, as fragilidades e especificidades de um país já tão miscigenado.” SCHWARCZ, Lília Moritz. *Op. cit.*, p. 46.

Ceará³⁰.

Tal conjunto de ideias, assimilado pela leitura de livros, jornais ou da palavra dos jovens intelectuais, teve relativa aceitação entre as parcelas ilustradas das elites locais, atraindo-as para os gabinetes de leitura, os quais assumiram uma dupla e contraditória função: por um lado, para os seus idealizadores primeiros, representavam um projeto de intervenção sobre a dura realidade de uma população distanciada da instrução e de qualquer possibilidade de aparelhamento para o exercício da cidadania republicana; por outro, para as elites locais — representantes do agrarismo e acomodadas àquilo que Emília Viotti chamou de “ética da patronagem”³¹ —, os gabinetes funcionaram como espaços voltados para a distinção social.

Com o advento da república, a moda das associações letradas pautadas em projetos de intervenção político-social experimentou um recuo. A reformulação dos programas dos gabinetes de leitura implicou na substituição das atividades de natureza intelectual — conferências, torneios literários e cursos noturnos — por outras de cunho recreativo — bailes, soirées, tertúlias, saraus dançantes etc. —, e alguns foram fechados. A virada do século XIX para o XX foi momento de crise para essas instituições, o que não significa uma imobilização dos intelectuais, para quem a imprensa passou a ter cada vez mais importância como espaço de difusão da palavra escrita. Consequentemente, o jornalismo, oriundo de bases culturais e sociais marcadas pelo associativismo e o arrivismo, mostra-se influenciado pela difusão da leitura e do lento avanço do sistema público de ensino.

Durante a década de 1910, os gabinetes de leitura tiveram nova fase florescente. Percebemos aí a sua incidência em períodos de crise dos sistemas de governo nacional. Lembremos o recuo após a crise do Império. Os anos de 1911-1912, no Ceará, foram marcados pela luta antioligárquica, movimento no qual o jornalismo de matriz liberal ganhou força. Nesse período, o oligarca cearense Antônio Pinto Nogueira Accioly, cuja família sugava recursos públicos estaduais há mais de uma década, enfrentou a oposição de jornalistas como João Brígido dos Santos, em Fortaleza, e Vicente Loyola, em Sobral³².

³⁰ O envolvimento de alguns padres com o projeto dos gabinetes de leitura pode ser explicado pelas colocações de Francisco José Pinheiro, para quem o processo de romanização, iniciado a partir do Concílio Vaticano I (1869-1870), quando a Igreja passou a apresentar o clero liberal como um clero decadente, e como modelo ideal o clero romanizado, ou seja, distante das questões nacionais e mais voltado para Roma, num esforço para afirmar a independência da Igreja em relação ao Estado liberal. No entanto, aquele clero liberal continuava disperso no interior da Igreja, e cremos na possibilidade de representantes desta vertente terem estado entre os padres que tomaram parte nos gabinetes de leitura. PINHEIRO, Francisco José. O processo de romanização no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.) *História do Ceará*. 2 ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 199-210.

³¹ COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*

³² Antônio Pinto Nogueira Accioly foi, sem dúvida, a figura mais representativa da política oligárquica no Ceará no início do século XX. Sua trajetória política e sua queda foram muito bem discutidas em: LIMA, Marcelo Ayres Camurça. *Marretas, molambudos e rabelistas: A revolta de 1914 no Juazeiro*. São Paulo: Maltese, 1994.

A crise das oligarquias estaduais demonstrava que a falta de fôlego começava a atingir a República Velha. A política dos governadores não sobreviveria às insatisfações da elites políticas de estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraíba, Ceará e outros que se sentiam alijados do poder a nível nacional. Nesse sentido, a fragmentação de tal poder mostrava-se inevitável. Os gabinetes de leitura e seu projeto de instrução popular ressurgem nesse novo momento de crise e, enquanto a Nação reorganizava-se politicamente, procuravam novamente implantar seu modelo de instrução laica, destinada a capacitar o trabalhador pobre ao exercício da cidadania.

Os primeiros anos após a Primeira Guerra foram definidos por Ângela de Castro Gomes como “um período de intenso nacionalismo militante”³³, caracterizado por ações como a fundação de “ligas ou associações congêneres”, entre elas a Liga de Defesa Nacional, Liga pró-Saneamento e Liga contra o Analfabetismo. Consideradas em conjunto, tais iniciativas enquadram-se naquilo que a autora classifica como “campanhas em prol da expansão da consciência nacional”³⁴.

Na zona norte do Ceará, os gabinetes de leitura, enquanto espaço de reunião e de ação intelectual com vistas a uma intervenção político-social a nível local, representam a expressão que mais se aproxima do nacionalismo militante. É preciso não esquecer que os intelectuais fundadores dos gabinetes de leitura continuavam se comportando como uma *intelligentsia*³⁵, ou seja, olhavam o povo a partir de uma perspectiva salvacionista, a qual não confere a este nenhum protagonismo social, mas o reduz a um sujeito social passivo, carente da salvação a ser operada por meio da difusão das luzes da instrução. A distância social permanecia ciosamente preservada, demonstrando a permanência daquela postura descrita por Emília Viotti no trecho abaixo:

Na sua maioria, apesar de sua simpatia pelos desprotegidos e espoliados, esses intelectuais sentem-se incapazes de se aproximarem das massas rurais ignorantes e atrasadas, compostas, na sua maioria, de ex-escravos ou de imigrantes recém-chegados que mal sabiam falar a língua do país. [...] Daí decorre a atitude deliberadamente ‘ilustrada’ e basicamente paternalista que assumem, falando em *nome* do ‘povo’ ou dos ‘pobres’ (conceitos vagos e abstratos que envolvem as mais diversas categorias sociais sem realmente representar nenhuma) mas não *para o povo*.³⁶

Durante longo período, o hiato da virada do século na trajetória dos gabinetes nos

³³ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 20.

³⁴ *Idem*.

³⁵ LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo/RS: Editora da Unisinos, 2004.

³⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*, p. 266.

pareceu um tanto enigmático, bem como o seu ocaso enquanto projeto social, verificado na entrada da década de 1930. A compreensão só veio a partir do estudo de trabalhos como o de Ângela de Castro Gomes e de outros historiadores cujas pesquisas voltam-se para a era Vargas e períodos posteriores da história nacional. A razão está em que tais pesquisadores lançam um olhar retrospectivo sobre o período que nos interessa e conseguiram, com muita argúcia, enxergar nuances que nos escapavam.

Hoje compreendemos o quanto a Revolução de 1930, por exemplo, representou uma ruptura no paradigma político baseado na disputa entre oligarquias. A nível local, isso se fazia sentir nos conflitos entre as lideranças locais, nos quais os jornalistas figuravam não apenas como apoiadores de uma facção, mas como detentores de uma parcela daquilo que Norberto Bobbio definiu como “poder ideológico”, passando a compor um grupo cada vez mais importante no interior do campo intelectual.

Para o referido autor, o poder intelectual exerce-se “sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra”³⁷. No período ao qual nos referimos, este uso da palavra somente era possível por meio da imprensa, pois a era do audiovisual, que logo massificaria ainda mais a comunicação, ainda não havia iniciado. Para Ronald E. Barker e Robert Escarpit, a saturação do modelo de comunicação baseado no livro e no jornal veio ainda na primeira metade do século XX, isso porque a escrita e sua dinâmica de produção e distribuição se tornaram incapazes de acompanhar a crescente demanda por velocidade na transmissão das informações. Nesse sentido, os meios audiovisuais — rádio e TV — se mostraram capazes de atender a tal demanda com a promessa de transmitir as informações em tempo real³⁸.

Importa, por outro lado, situar os intelectuais da zona norte do Ceará no interior do campo intelectual nos âmbitos estadual e nacional, ou, como quereria Bourdieu, entender, a partir de uma perspectiva relacional, qual o lugar desses homens dentro da complexa rede de transmissão de ideias configurada no Brasil. Seu lugar, ou seu estatuto, é aquele definido por Jean-François Sirinelli como o de intelectuais “mediadores”, ou seja, daqueles que “contribuem para difundir e vulgarizar os conhecimentos dessa criação [artística e literária] e desse conhecimento [científico]”³⁹.

Sirinelli dividiu a categoria por ele chamada de “homens de cultura” em dois grupos, a saber: os produtores e os mediadores. Os primeiros são “os que participam na

³⁷ BOBBIO, Norberto. *Op. cit.*, p. 11.

³⁸ BARKER, Ronald E.; ESCARPIT, Robert. *A fome de ler*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/Instituto Nacional do Livro, 1975. p. 3.

³⁹ SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 261.

criação artística e literária ou no progresso do saber”⁴⁰ — ou, em outras palavras, artistas, literatos e cientistas. O conceito de mediadores nos parece mais adequado aos homens de cultura, ou intelectuais, da zona norte abordados neste estudo, pelo fato de suas trajetórias terem se passado numa região na qual inexistia qualquer esboço de indústria editorial e as publicações eram feitas de maneira esparsada, fruto da iniciativa particular dos próprios autores, que recorriam às gráficas dos jornais. A distribuição dos impressos também era problemática, pois a ausência de estabelecimentos especializados no comércio livreiro convertia essa atividade em complemento de renda para proprietários de armazéns de importação e exportação, lojas de variedades ou tipografias⁴¹.

Sociologicamente, porém, os intelectuais da zona norte esforçavam-se por incluir-se naquilo que poderíamos definir, a partir das considerações de Gérard Leclerc, como uma *intelligentsia* nacional. Para este autor, há diferença entre os conceitos de “intelectual” e “*intelligensia*”. O primeiro pode ser definido como o emissor da palavra esclarecida, o professor, o mediador — como quer Sirinelli — entre o público medianamente instruído e o mundo da cultura letrada, constituindo uma espécie de ponte entre o popular e o erudito, e sua origem encontra-se na França, estando relacionada à massificação da instrução; o segundo remete à Rússia do século XIX e refere-se a um grupo seletivo que reivindicava para si o estatuto de “consciência da nação” e porta-voz do povo. A diferença está em que, enquanto o primeiro reconhece certo protagonismo ao povo — entendido aqui como a fração alfabetizada da população e, portanto, capaz de consumir a produção dos intelectuais —, o segundo pretende “salvar” o povo, negando-lhe qualquer capacidade de participar de sua própria emancipação⁴².

Um leitor atento poderá levantar a questão: como os intelectuais da zona norte poderiam ser considerados uma *intelligentsia* se levamos em consideração seu esforço na propagação da instrução popular? A resposta encontra-se na natureza da instrução ofertada. Os cursos noturnos de alfabetização objetivavam a alfabetização. Tratava-se de arrancar o analfabeto das garras da ignorância. No entanto, a separação permanecia, pois o sujeito que se

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ LIMA, Jorge Luiz Ferreira. *Entre caminhos e lugares do livro: Gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877-1919)*. 2011. 210f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

⁴² LECLERC, Gérard. Op. cit., p. 49-50. Marcos A. Pamplona, por sua vez, identificou, no interior da *intelligentsia*, grupo no qual inclui “juristas, doutores, clero, militares, profissionais liberais, professores etc.”, uma fração específica chamada também por ele de “intelectuais tradicionais”, a qual definiu como “aqueles que podem e conseguem manter uma postura crítica sobre o poder” e cita como exemplos, no que concerne ao Brasil, os casos de Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco de Araújo, Manuel de Oliveira Lima e Ruy Barbosa. PAMPLONA, Marcos A. Ambigüidades do pensamento latino-americano: Intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 3-31, 2003.

alfabetizava, quando oriundo das camadas populares, dificilmente ingressaria na ambiência social de um gabinete de leitura, cujo acesso regulava-se pelo pagamento de taxa mensal.

Ao contrário da imprensa que se consolidava, o comércio livreiro e as instituições voltadas para a difusão da leitura sofreram ante as dificuldades logísticas e materiais. Isso não impediu que intelectuais/artistas nascidos na zona norte do Ceará traçassem trajetórias de sucesso em centros desenvolvidos. Para tanto, a migração foi inevitável. As cidades onde nasceram não reuniam condições propícias à consagração de um homem de letras a ponto de trazer-lhe o reconhecimento nacional. Homens como Clóvis Beviláqua⁴³, Domingos Olímpio⁴⁴ e Farias Brito⁴⁵ foram exemplos de cearenses que deixaram suas cidades de origem ainda na

⁴³ Clóvis Beviláqua (1859-1944) nasceu em Viçosa. Ainda na infância, transferiu-se para Sobral, onde estudou em alguns colégios locais. Concluiu o curso preparatório no Rio de Janeiro e ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1878, onde formou-se em 1882. Foi promotor de justiça em Alcântara (MA) e retornou ao Recife, onde ocupou o cargo de bibliotecário da Faculdade de Direito. No final da década de 1890, foi incumbido de escrever o Código Civil, sofrendo oposição de Rui Barbosa. Fez carreira jurídica no Ministério do Exterior. Ao falecer, gozava do reconhecimento público. BRASIL. Senado Federal. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. *Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros: Filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia*. Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999. p. 100.

⁴⁴ Domingos Olímpio Braga Cavalcanti (1850-1906) fez preparatórios em Fortaleza e tornou-se bacharel em Direito no Recife em 1873. Casou-se com D. Adelaide Ribeiro em 1875 e, pela mesma época, tornou-se promotor em Sobral. Nesse período, desenvolveu intensa atividade jornalística e, por ser adversário dos Accioly, migrou para Belém. Ali, continuou com a atividade jornalística e política, sendo eleito deputado provincial e sempre atuando também como advogado. Em 1890, estava no Rio de Janeiro, onde, além de advogar, escrevia para jornais como *Comércio*, *Correio da Manhã*, *O Paiz*, *Jornal do Commercio* etc. Tornou-se viúvo e casou-se novamente em 1892 com sua prima, D. Ana Augusta Braga Tavares. No governo Floriano, foi nomeado membro da Comissão Rio Branco, a qual definiu as fronteiras na região das Missões. No governo Prudente de Moraes, foi nomeado fiscal de loterias, cargo do qual se demitiu no governo seguinte. Em 1903, publicou o romance *Luzia-Homem*, tido como o pioneiro entre os romances da seca. Morreu em 1906, em consequência de uma embolia cerebral, após forte emoção na defesa de um cliente em um caso considerado já perdido. OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda., 1949, p. 11.

⁴⁵ Raimundo de Farias Brito (1862-1917) nasceu em São Benedito (CE), filho de Marcolino José de Brito e Eugênia Alves Ferreira. Decidido a prover-lhe uma boa educação, seu pai transferiu-se com a família para o sítio Alagoinha, nas proximidades de Ipu e, pouco depois, para Sobral, onde Raimundo estudou no Ginásio Sobralense. Em 1876, a família retornou a Alagoinha e, no ano seguinte, premida pela seca, migrou para Fortaleza na condição de retirantes. Em 1880, completou o secundário no Liceu do Cearense; no ano seguinte, ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde formou-se em 1884. Foi promotor público das comarcas de Viçosa e Aquiraz e secretário do presidente do Ceará, Antônio Carlos da Silva Prado. Em 1889, viajou para o Rio de Janeiro, onde publicou seu primeiro livro, *Cantos Modernos*. Em 1891, foi nomeado secretário do governo do Ceará pelo presidente, o general Clarindo de Queirós. Em 1893, casou com Ana Augusta Bastos e no ano seguinte publicou *A filosofia como atividade permanente do espírito* (primeiro volume da trilogia *Finalidade do mundo*). Em 1899, sai *Filosofia moderna* (segundo volume da *Finalidade do mundo*). Em 1902, mudou-se com a família para Belém (PA), onde exerceu as atividades de advogado, promotor e professor da Faculdade de Direito. Em 1905, publicou *Evolução e relatividade* (terceiro volume da *Finalidade do mundo*) e *A verdade com regra das ações*. Em 1909, partiu com a família para o Rio de Janeiro a fim de conquistar a cátedra de Lógica no Colégio Pedro II, perdendo a vaga para Euclides da Cunha, que faleceu pouco depois, permitindo a Farias Brito assumi-la. Em 1912, publicou *A base física do espírito*. Em 1915, sofreu derrota na eleição para a Academia Brasileira de Letras e faleceu em 1917. Seu pensamento filosófico contrapunha-se ao positivismo e ao monismo, tendências filosóficas em alta em seu tempo. Seu comportamento e personalidade foram marcados por sua imensa modéstia e descrição. Ao aproximar-se a velhice, sentia-se incompreendido e desvalorizado pelas novas gerações, carregando certa frustração. Apontamentos retirados de biografia escrita por Augusto Carlos Klein para a Coleção Terra Bárbara, da Fundação Demócrito Rocha (2004) e incluída na edição de *A verdade como regra das ações* publicada como vol. 51 da Coleção do Senado Federal. BRITO, Raimundo de Farias. *A verdade como regra*

tenra juventude, indo conquistar reconhecimento nos centros mais desenvolvidos do país, pelo que podemos, aplicando os critérios de Sirinelli, qualificá-los como intelectuais produtores. Dessa forma, traçaram-se as linhas-guia para a construção de uma memória baseada no orgulho, na admiração pelo filho da terra cujo talento foi reconhecido em outras plagas.

Os que viveram e atuaram nas cidades e vilas da zona norte do Ceará mantiveram-se na condição de mediadores. Nesse sentido, o campo intelectual reproduzia as desigualdades interregionais existentes nos campos político e econômico, sugerindo a adoção de uma tipologia como a explorada por Ana Teresa Martínez quando apresentou a definição de “intelectual de provincia” e “intelectual de pueblo”. O primeiro foi definido como “un capitalino del interior, cuyo espacio aparece circunscripto a una delimitación política estatal específica...”⁴⁶. O intelectual de pueblo, por sua vez, foi definido como aquele que “tiene un espacio de referencia acotado a la población en que vive y las redes de las que forma parte, en posición predominantemente periférica”⁴⁷.

A partir desta definição mais preocupada com o espaço de atuação do intelectual, atenta às diferenças e desigualdades que se estabelecem entre os lugares, contribuindo para a delimitação de espaços regionais no interior do país ou de um estado, percebemos a importância de levar em consideração o fato de estarmos abordando trajetórias de homens de cultura cuja produção foi lançada num circuito que englobava um conjunto de cidades e vilas pequenas do interior do Ceará. Lidamos, pois, com um espaço periférico em relação aos grandes centros de produção cultural do período em questão.

Importa, neste ponto, apresentar ao leitor o recorte espacial e temporal da pesquisa a fim de melhor situar a discussão.

Elegemos como ponto de partida o ano de 1870, por muitos considerado o marco de entrada do ideário cientificista/evolucionista no Brasil⁴⁸, movimento que impulsionou a configuração do campo intelectual cearense e reverberou na construção memória intelectual das cidades da zona norte e estendeu seus ecos até os processos de patrimonialização iniciados nas décadas de 1990.

Voltando à segunda metade do século XIX, temos as primeiras nuances do movimento republicano e o engrossamento do abolicionismo, ideias e projetos que chegaram à zona norte do Ceará na bagagem intelectual dos estudantes oriundos das faculdades de

das ações: Ensaio de filosofia moral como introdução ao estudo do direito. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

⁴⁶ MARTÍNEZ, Ana Teresa. Intelectuales de provincia: entre lo local y lo periférico. *Prismas*, Revista de historia intelectual, n. 17, p. 169-180, 2013.

⁴⁷ *Id. ibidem*.

⁴⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p. 19.

direito. Eles vinham munidos de provisões para atuar como advogados ou promotores nas comarcas do interior. Nesse sentido, assumiam bem o papel a ser desempenhado pelo bacharel naquelas sociedades marcadas por relações de clientelismo, pois tinham de recorrer aos governantes para obter, por meio do favor, o ingresso nos cargos públicos⁴⁹.

Nossa discussão inicia-se pelo processo de difusão do projeto de instrução popular e da leitura, tendo como protagonista, no âmbito institucional, os gabinetes de leitura. Estas instituições reuniam, por suas características, projeto e atuação, as bases para o fundamento de uma memória intelectual baseada na intervenção social em prol dos mais necessitados.

Neste momento, nos detemos sobre dois intervalos de tempo distintos: o primeiro começa em 1877, data de fundação do primeiro gabinete de leitura de Sobral, e termina por volta de 1889, quando se deu o encerramento das atividades literárias do Gabinete Ipuense de Leitura. As fontes relativas a esta primeira fase da trajetória dos gabinetes de leitura da zona norte são esparsas e rarefeitas, e admitimos a possibilidade de nossos esforços no sentido de não deixar tal condição comprometer a narrativa terem falhado em alguns momentos. Portanto, abordamos os gabinetes a partir de uma perspectiva mais preocupada em discutir a dimensão sociopolítica de seu projeto de instrução popular, entendida como embrião de uma memória positiva para os intelectuais envolvidos.

A mesma perspectiva orientou a análise da segunda fase dos gabinetes, a qual inicia-se em 1911, com a fundação do Gabinete de Leitura Santanense, na cidade de Santana (atual Santana do Acaraú), e encerra-se por volta de 1930, ano em que a decadência dos gabinetes se fazia sentir de maneira incontestável. Os que resistiam àquela altura encontravam-se em situação distinta daquela de seus dias iniciais, convertidos em associações recreativas, tendo abandonado as atividades literárias.

Em meio a esse processo, procuramos situar, como fato que abriu uma profunda incisão no projeto dos gabinetes, a reforma do ensino, iniciada no Ceará em 1922, a qual teve como efeito uma rápida expansão no número de escolas, a adoção do modelo dos grupos escolares, a descentralização do curso secundário e o aprimoramento da formação dos professores. Em consequência, veio a ampliação do número de matrículas e, não sem razão, a diminuição da frequência aos gabinetes de leitura ante o esvaziamento de seu principal chamariz: os cursos noturnos de alfabetização⁵⁰. Finalmente, o governo estadual parecia estar

⁴⁹ Emília Viotti da Costa assinala a ligação do bacharel às elites por laços de família, amizade ou parentela como um exemplo do processo de cooptação dos indivíduos mais talentosos oriundos da pequena burguesia e das classes populares. COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*, p. 14.

⁵⁰ DAMASCENO, Ana Daniella. *Escolas noturnas do Ceará: ações de combate ao analfabetismo adulto na Primeira República*. 2010. 200f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010; e SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. *Arquitetura e instrução*

preenchendo a grande lacuna da educação pública, antes parcialmente suprida por iniciativas associadas ao nacionalismo militante.

Olhar as trajetórias dos gabinetes, no entanto, não revela o quão abrangente foram os resultados de seu projeto de intervenção político-social a partir do viés da difusão da leitura, movimento que teve diversos outros sujeitos sociais e individuais. Neste ponto, passamos a entender os gabinetes como lugares do livro, categoria que englobava, ainda, casas comerciais, com suas seções de livraria e papelaria, tipografias, redações de jornais, farmácias, hotéis e pensões, barbearias, feiras etc⁵¹.

O processo de difusão da leitura teve outro grande impulsionador: o jornal semanal, ou a folha tipográfica de quatro páginas, material impresso cuja distribuição garantia sua penetração junto ao grande público sem necessariamente estar preso aos limites impostos pelo analfabetismo reinante⁵². Não esquecemos, aqui, a oralidade como uma espécie de segunda instância na transmissão das ideias difundidas pelo texto e divisamos no horizonte temático a leitura popular em voz alta, da qual intuímos a presença do leitor que apreendia o sentido do texto pela via auditiva, e não visual. Leitura e oralidade aparecem imbricadas, e não em campos opostos, reproduzindo a dicotomia erudito/popular, tal como poderíamos imaginar à primeira vista⁵³.

Para Heloisa de Faria Cruz, “as tensões e articulações entre a cultura letrada, campo privilegiado de expressão das elites e a oralidade constituem dimensão fundamental da formação das culturas urbanas e das relações de poder na cidade moderna”⁵⁴, afirmação que endossamos por acreditarmos na impossibilidade de se empreender um estudo voltado para a cultura letrada e seus agentes sem lançar um olhar atento à oralidade, superando as barreiras sociais e culturais que existiram entre letrados e analfabetos. Sempre precisamos lembrar,

pública: A reforma de 1922, concepção de espaços e formação de grupos escolares no Ceará. 2011. 435f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

⁵¹ LIMA, Jorge Luiz Ferreira. Op. cit.; SILVA, Ozângela de Arruda. *Pelas rotas dos livros: Circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011; e BARBOSA, Marta Emísia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 37-57, jul./dez. 2008.

⁵² Em 1884, o naturalista, historiador e jornalista Antônio Bezerra de Menezes percorreu o norte do Ceará em viagem oficial com a finalidade de colher dados estatísticos e históricos nas cidades e vilas da região. Após desembarque e curta demora em Camocim, tomou o trem com destino a Granja, onde tomou conhecimento da então recente interrupção da publicação do jornal *Granjense*, fato que ensejou a anotação do seguinte comentário em suas notas de viagem: “Uma cidade sem jornal é como a fonte sem água, o navio sem leme, a noite sem luar. O jornal é o livro do povo, e onde o povo não lê não se instrui, a ignorância alimenta as paixões, avulta a estatística dos crimes”. BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. 3 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965. p. 59.

⁵³ CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 11-12; e DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: Sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁵⁴ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: Periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000. p. 33.

porém, que as relações entre o mundo do texto e a oralidade se deram em meio a “tensões e articulações” e, por isso, foram tão valorizadas por Heloisa Cruz.

Nesse sentido, as décadas de 1910 e 1920 se mostram centrais, pois nelas acentuam-se as consequências da ampliação do público leitor em alguns pontos, especialmente na cidade de Sobral, onde a consolidação dos jornais semanais constituiu sintoma desse processo, no qual detectamos o desenrolar da construção de uma memória social destinada a apontar Sobral como uma cidade intelectual.

Aquele momento também foi de tensão no interior do campo intelectual, com o fortalecimento de uma nova categoria — os jornalistas —, na qual incluímos os indivíduos que fizeram do jornalismo um meio de vida e cujas trajetórias partiam de uma origem humilde, distante da elite proprietária da terra e do capital, desprovidos de títulos de doutor ou bacharel e, portanto, pouco devedores da “patronagem”⁵⁵. Consagrados perante uma instância superior (a opinião pública)⁵⁶, não havia como negar a tais homens o ingresso no grupo dos intelectuais. Seu lugar no panteão local foi decidido por meio de batalhas pela memória.

Acompanhando os desdobramentos de tais batalhas, percebemos as manobras no sentido de produzir o silenciamento de suas vozes, a fim de se tornarem toleráveis frente ao projeto de uma memória social que assumia características de uma “memória organizadora”, como nos ensinou Jöel Candau⁵⁷.

Empreendemos, neste ponto, um salto da década de 1930 para o ano de 1984, quando familiares do jornalista Deolindo Barreto Lima resolveram resgatar a memória de sua morte, uma lembrança dura, traumática, por muito tempo silenciada, em contraposição à memória organizadora e hegemônica da cidade de Sobral. No contexto do *boom* da memória, do fortalecimento da noção do direito a esta e da renovação da historiografia brasileira, desenterrava-se uma memória silenciada ao longo de décadas, promovendo uma reabertura do

⁵⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*

⁵⁶ Jean-Jacques Becker apontou os riscos do uso do termo “opinião pública” pelos historiadores, bem como as dificuldades de escrever a história desse conceito. Recorrendo a Pierre Milza, esclarece que a opinião pública “tem como vocação ser dominante”, tendo pouca importância a existência de um grupo minoritário divergente. No entanto, vale-se de Jacques Ozouf para esclarecer que a opinião pública revela “um fervilhamento de opiniões particulares”, “por menos que a escutemos”. O que existe é o predomínio de uma tendência sobre as demais, criando a impressão de não existir discordância ou pluralidade de ideias entre o público. Para Becker, a opinião pública pode sofrer manipulação (tentativa de provocar artificialmente — por meio de mentiras ou boatos — uma reação do público) e condicionamentos (exemplificados pela ação da propaganda). Sustenta o autor que, apesar de tais problemas, o historiador não pode negar ou ignorar a existência da opinião pública e sua importância para o desenrolar da história. BECKER, Jean-Jacques. *A opinião pública*. In: RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 185-211. Tal categoria reveste-se de especial importância quando tratamos de intelectuais e circularidade de textos, pois a ação de tais sujeitos tinha como fim a produção de efeitos de convencimento sobre a opinião pública.

⁵⁷ *Op. cit.* p. 193.

passado, ato perenizado no monumento erguido em praça pública localizada em frente à Câmara Municipal de Sobral, prédio em cujo interior Deolindo fora assassinado em 1924.

Considerando a memória a partir da perspectiva inaugurada por Reinhart Koselleck, com o conceito de “estratos de tempo”⁵⁸, abordamos a década de 1990 e os anos 2000 como momentos em que se verificaram importantes desdobramentos dos trabalhos de memória na zona norte do Ceará. Nesse intervalo temporal, o qual constitui mais uma camada no tempo da longa duração em que se inscreve a memória, se efetivaram os processos de tombamento dos sítios históricos urbanos de Sobral (1999)⁵⁹ e Viçosa do Ceará (2003)⁶⁰, evidenciando o desenrolar da inflação patrimonial, fenômeno associado ao contexto dos anos 1980, marcado especialmente pelo que Andreas Huyssen chamou de “deslocamento na experiência e na sensibilidade do tempo”. Referindo-se ao momento em questão, este autor escreveu:

Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. Esse fenômeno caracteriza uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX. [...]. No entanto, a partir da década de 1980 o foco parece ter-se deslocado dos futuros presentes para os passados presentes.⁶¹

O desenterrar de fatos duros, de lembranças fortes e de uma memória traumática são fatores que evidenciam o deslocamento na experiência e na sensibilidade do tempo. O passado começa a ganhar importância, e a sedução memorial foi avançando até ganhar espaço em meio às políticas administrativas, suscitando uma vontade de conservação e de memória que encontrou nos processos de tombamento um instrumento adequado para estabelecer suas marcas indelévels no espaço urbano.

Nosso recorte espacial abarca a porção noroeste do território cearense, desde o litoral até o sertão dos Inhamuns, incluindo a Serra da Ibiapaba e o sertão do vale do Rio Acaraú. Adotamos o termo “zona norte” por ser o mais usado nas fontes consultadas, ao lado de “zona da Estrada de Ferro de Sobral”. Preferimos o primeiro por sua concisão, apesar da ambiguidade presente no termo “norte”, a qual procuramos dirimir com a descrição a seguir.

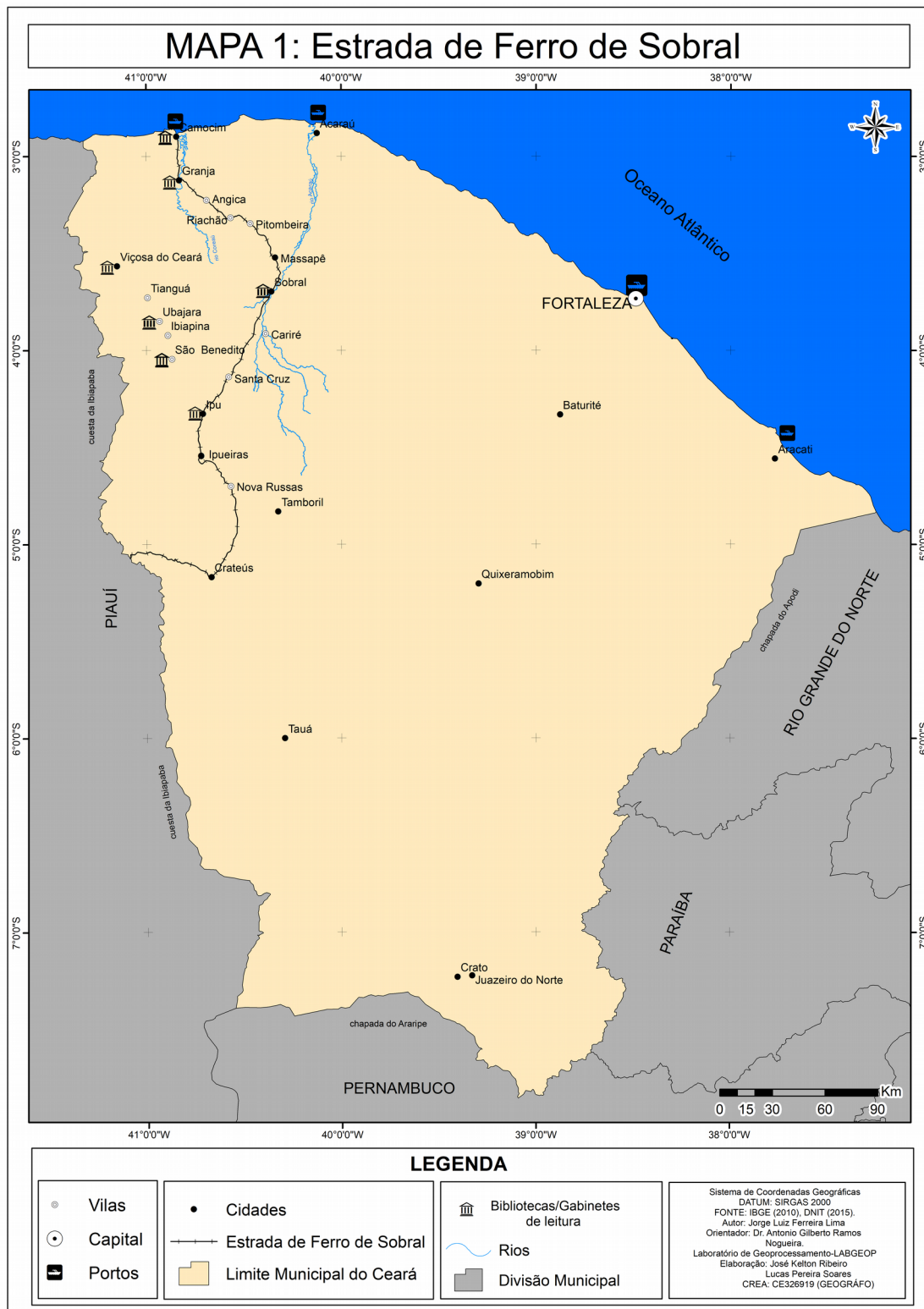
⁵⁸ *Op. cit.*, p. 19.

⁵⁹ O pedido de tombamento do sítio histórico urbano de Sobral foi aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural/IPHAN no dia 12 de agosto de 1999, conforme IPHAN. *Ata da 18ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1999. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/19990218reuniaordinaria12deagosto.pdf>>.

⁶⁰ Sobre o processo de tombamento do sítio histórico urbano de Viçosa do Ceará, ver VIANA, Monalisa Freitas. *Conjunto histórico e arquitetônico da cidade de Viçosa do Ceará: Dos percursos da patrimonialização (1997-2006)*. 2016. 180f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

⁶¹ HUYSEN, Andreas. *Op. cit.*, p. 9.

O traçado dos trilhos da Estrada de Ferro de Sobral⁶², representado no mapa abaixo, constitui a espinha dorsal do espaço em questão.



O ponto de partida era a cidade litorânea e portuária de Camocim. Ali se dava a

⁶² Designada, doravante, pela sigla EFS.

ligação entre os transportes marítimo e ferroviário. Dali seguia passando pela cidade de Granja e as povoações de Angica, Riachão e Pitombeiras, a vila de Massapê e a cidade de Sobral, situada à margem do Rio Acaraú (o principal do noroeste cearense). Em seguida, tomava a direção da cidade de Ipu, no sopé da Serra da Ibiapaba, passando antes pelas vilas de Cariré e Santa Cruz⁶³; de Ipu, seguia para Crateús, cortando as vilas de Ipueiras e Nova Russas e a povoação de Charito⁶⁴. De Crateús, a ferrovia seguia para o Piauí.

Olhando no mapa o traçado da EFS, temos a sensação de que ela delimitava um corte, arrancando um pedaço do território cearense. Impressão semelhante teve o jornalista João Brígido dos Santos, que escreveu: “Pela direção dada a essa via imprestável de transporte, desprendendo da praça de Fortaleza os centros produtores do norte da província, o desastre da empresa foi tão completo que noutra país faria encarcerar o engenheiro construtor e seqüestrar seus bens ao ministro que decretou a obra”⁶⁵.

A condição de desprendimento em relação à capital do estado foi, sem dúvida, benéfica a Sobral, cuja hegemonia no período em questão devia-se não apenas à sua posição geográfica, situada entre as serras da Meruoca e do Rosário, verdadeiros celeiros de produção agrícola, e os vastos sertões banhados pelos rios Acaraú, Jaibaras e Coreau. No século XVIII, os maiores patrimônios familiares de Sobral começaram a construir-se às custas das charqueadas. Tendo em vista o abastecimento de Pernambuco e outras zonas canavieiras, localidades cearenses como Aracati, Granja, Camocim e Sobral tornaram-se ponto de reunião e abate de rebanhos⁶⁶.

Em relação a Sobral, as principais cidades da zona norte posicionavam-se ora como clientes/dependentes, ora como rivais.

Para melhor delimitar o recorte espacial, tomamos como base o conceito de “redes de comunicação”, do historiador americano Robert Darnton. Ressaltamos que as pretensões do autor ao elaborar o conceito em questão eram muito diferentes daquelas que orientam este trabalho. Darnton pretendeu criar um instrumento conceitual capaz de conduzir a uma versão global da trajetória do livro e resolveu a questão com a proposta de se pensar a história do mesmo como uma história da comunicação através do suporte impresso. Daí surge o conceito

⁶³ Atual cidade de Reriutaba.

⁶⁴ Charito, distrito da cidade de Ipueiras, chama-se oficialmente “Engenheiro João Tomé”, uma menção ao engenheiro sobralense João Thomé de Saboia e Silva (1870-1945), que comandou a construção do ramal ferroviário Ipu-Crateús. OLIVEIRA, André Frota. *A Estrada de Ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 1994. p. 99.

⁶⁵ *Apud* COSTA, Lustosa da. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1987. p. 91.

⁶⁶ GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1995. p. 112-113.

de rede de comunicação, abarcando todo o circuito percorrido pelo livro — desde sua concepção pelo autor, passando pela confecção por editor e tipógrafos, pela distribuição e comercialização pelos livreiros até chegar ao leitor final⁶⁷.

Alguns dirão se tratar de um modelo excessivamente esquemático, mas a ideia parece ser exatamente essa: entender, de um ponto de vista global, o processo de circulação e difusão do livro, entendido como suporte da informação (ou das ideias). Entendemos que o risco real começa a existir exatamente quando o texto de Darnton passa a ser considerado seminal para a história do livro. Por se tratar de um modelo esquemático, especialmente didático, sua aplicação a diversas pesquisas em torno da circulação do impresso trouxe o risco de ocorrerem tentativas de uso equivocado do conceito. É preciso lembrar que o autor partiu de uma extensa pesquisa nos arquivos da Société Typographique de Nêuchâtel, onde fez a análise da correspondência desta editora suíça com livreiros e autores da França oitocentista⁶⁸.

Por mais vasta que tenha sido sua pesquisa em termos de volume documental e por mais potente que seja o conceito elaborado, é preciso lembrar que ele se prende a um contexto específico e muito bem delimitado: a crise do Antigo Regime francês no século XVIII, a partir da produção literária.

As múltiplas veredas abertas por Darnton inspiram trabalhos como este, em que partimos da circulação do livro e dos lugares de leitura para compreender o processo de constituição de uma memória que atribuiu o estatuto de cidade intelectual a uma cidade que goza de posição de dominância sobre suas vizinhas no interior de uma territorialidade delimitada por seu raio de influência. No entanto, reconhecemos que o uso do conceito de redes de comunicação não se pode fazer sem correr alguns riscos. O primeiro nasce da imprecisão da documentação consultada. Não tivemos acesso a documentos tão diretamente ligados ao objeto — como cartas, por exemplo —, mas mapeamos a circulação do impresso por vias indiretas, especialmente através dos jornais, os quais traziam a propaganda dos estabelecimentos que operavam o comércio livreiro.

Quando perguntados se ocorreu uma rede de comunicação na zona norte, respondemos que sim, e pensamos no modelo proposto por Darnton, pois nele encontramos a energia inicial para a formulação de nossa interpretação. No entanto, as diferenças existem. O circuito que se desenhava na zona norte não “fecha” com tanta precisão como o francês. Aqui,

⁶⁷ DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: *O beijo de Lammourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 122-149.

⁶⁸ Darnton afirma ter esbarrado num “sonho de historiador” quando encontrou, na Biblioteca Municipal de Neuchâtel, um depósito de arquivos intocados da STN com 50 mil cartas trocadas pela editora com livreiros e autores. DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: O submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 8-9.

a doação de livros aos gabinetes de leitura, por exemplo, fazia com que o leitor final não fosse exatamente o último destinatário dos livros. Não chegamos a um “circuito”, mas a uma rota que permanece em aberto porque os poucos livros que restam da época continuam circulando, especialmente por meio da rapinagem dos acervos remanescentes. Atualmente, há notícias dessas obras em bibliotecas particulares, fruto de desvios e apropriações questionáveis.

Foi a partir do mapeamento dos gabinetes de leitura que conseguimos ampliar os limites do recorte para além das cidades atingidas diretamente pela EFS. Ao detectar a ocorrência de tais instituições em cidades e vilas como Viçosa e Ubajara — ambas localizadas sobre a Serra da Ibiapaba e, portanto, distantes das estações ferroviárias — entendemos ser necessário um estudo a respeito da maneira como era feita a conexão destas com Sobral e demais centros desenvolvidos, esforço que resultou no entendimento acerca da importância dos transportes ferroviário, marítimo e de tração animal para a circularidade das ideias em seus suportes impressos.

O trem é um objeto dotado de forte poder de sedução, pois a memória o tem tratado como uma espécie de fetiche do progresso. É muito difícil ao pesquisador escapar de tal armadilha. Afirmar que o trem representou um impulso ao progresso de uma região, pela dinamização dos transportes, é lugar-comum no discurso da memória. Cabe à história exercer seu papel crítico e não reafirmar tal ideia sem interrogar as fontes. Ao longo de nosso trabalho de pesquisa, temos percebido o referido meio de transporte como um objeto muito complexo. Inegavelmente, sua presença representou um incremento ao progresso, e seu estatuto de ícone da modernidade já era percebido pelos intelectuais e artistas do início do século passado⁶⁹. No entanto, para que grupo social ele trouxe mais benefício?

Os comerciantes ganharam com o aceleração do transporte de mercadorias, mas tiveram de enfrentar problemas diante da insuficiente capacidade de carga gerada pelas precárias condições dos vagões de carga da EFS. A imprensa traz inúmeras denúncias desta natureza, revelando o lado problemático do trem e contrapondo-se à memória que se construiu em torno deste objeto⁷⁰.

Os comboios ferroviários reproduziam, em sua composição, a estratificação social da época. Carros de primeira classe, vagões de carga e, por último, o vagão para passageiros pobres. Um transporte acessível às camadas desfavorecidas, embora espelhasse a segregação socioespacial que se implantava no espaço urbano. Percorrendo os jornais da zona norte,

⁶⁹ FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *O trem e a cidade*. Sobral/CE: Sertãoocult, 2016.

⁷⁰ Em novembro de 1919, *A Lucta* denunciou a existência de mais de 50.000 volumes em Camocim, os quais estavam expostos ao sol e à chuva na praia por não haver como acomodá-los nos superlotados armazéns da EFS e haver menos ainda material rodante para dar conta de transportá-los aos seus destinos finais. *A Lucta*, Sobral, p. 2, 19 nov. 1919.

deparamo-nos com inúmeras reclamações dos fazendeiros a respeito dos incêndios causados em suas propriedades pelas fagulhas desprendidas das caldeiras das locomotivas⁷¹; passageiros queixavam-se dos atrasos e das longas esperas nas estações⁷²; operários ferroviários tentaram greves contra as más condições de trabalho e baixos salários⁷³.

Enfim, a história social da ferrovia não é harmônica, tampouco se desenvolve em um traçado retilíneo e ascendente rumo ao progresso. Perceber tal problematização serviu para nos convencer de que o trem não era um bom guia para a nossa incursão pelo mundo da cultura letrada em sua marcha de difusão pela zona norte, embora não possamos — e não pretendamos — negar sua contribuição para a difusão do livro. Não esquecemos, além disso, que a construção da ferrovia trouxe engenheiros e suas ideias a respeito da instrução popular a localidades remotas.

Nossa narrativa construiu-se após a consulta a vários corpos documentais. Começamos pelos mais primários, ou seja, os acervos dos gabinetes de leitura. Há mais de uma década tivemos o primeiro contato com o que restou do acervo do Gabinete de Leitura Ipuense: uma estante com pouco mais de trezentos livros editados entre a segunda metade do século XIX e a primeira década do XX, em razoável estado de conservação. O exame de tal material serviu de base à elaboração de algumas discussões importantes, especialmente no primeiro capítulo deste trabalho⁷⁴.

Figura 1 - Livros do Gabinete de Leitura Ipuense



Fonte: Acervo do autor.

Figura 2 - Livros do Gabinete de Leitura Camocinense



Fonte: Acervo do autor.

⁷¹ *A Lucta*, 08 out. 1919, p. 2.

⁷² *A Lucta*, 14 mai. 1914, p. 2-3; 26 mai. 1915, p. 1-2; e *O Rebate*, Sobral, 14 dez. 1912, p. 2; 18 set. 1915, p. 1.

⁷³ *A Lucta*, 07 mai. 1914, p. 2; 14 abr. 1915, p. 1.

⁷⁴ O acervo do Gabinete de Leitura Ipuense encontra-se depositado no Centro de Multimeios da Escola Estadual de Ensino Médio Auton Aragão, localizada na Praça São Sebastião – Centro – Ipu (CE).

Outro acervo pesquisado foi o do Gabinete de Leitura Camocinense. Fomos encontrá-lo na sede da Associação Comercial de Camocim, composto de um conjunto de pouco mais de duzentos livros dispostos em uma estante de madeira com portas de vidro, mobília da época do Gabinete⁷⁵. Examinados, revelaram dados que permitiram pensar a “rede de comunicação” livreira da zona norte.

No entanto, a aridez dessas fontes deixou muitas perguntas sem resposta, obrigando-nos a ampliar as buscas. Localizamos os jornais da zona norte e neles encontramos nomes, trajetórias, biografias, informações acerca da movimentação das pessoas, o movimento do porto e dos trens, enfim, aquela imprensa nascente construía imagens de uma vida urbana marcada pelos deslocamentos, esforçando-se por realçar o aceleração do crescimento econômico e cultural, surpreendendo-nos com o intenso ir e vir de homens e mercadorias a bordo dos trens e em demanda dos vapores ancorados em Camocim, e dali rumo aos centros mais desenvolvidos do país e o exterior.

Rastreamos os redatores e colaboradores dos jornais, protagonistas de uma imprensa que se fortalecia, apesar dos aparentes fracassos. Acompanhamos as vicissitudes de empreendimentos jornalísticos na zona norte e nos acostumamos a tratar como intelectuais homens que escreveram e labutaram em redações e tipografias numa zona distante dos grandes centros que abrigavam as principais instâncias de consagração intelectual da época. A estes atribuímos o estatuto de intelectuais, e, usando de certa elasticidade, puxamos a noção de campo de Bourdieu para compreender os movimentos e as relações que se estabeleciam entre homens de letras e instituições culturais naquele tempo e espaço.

Não demorou até compreendermos o quão redutor seria a manutenção dos jornais como meras “fontes”. Nossa abordagem sugeria convertê-los em objeto, e a imprensa foi incorporada como matéria de estudo no momento em que nosso olhar começava a voltar-se para o social, passando a vê-los não mais como documentos, mas enquanto produto de uma prática cultural e social: o jornalismo. Esta prática denuncia o avanço do campo intelectual e a ampliação do número de leitores, bem como evidencia o funcionamento da rede de comunicação estabelecida na zona norte, em cujo circuito corria a informação impressa.

Materialmente mais simples e acessíveis se comparados aos livros, os jornais desfrutaram de um poder de penetração muito maior junto ao público. Além disso, mesmo em sua fase mais “literária”, os jornais sempre contaram com um distintivo próprio no caráter informativo⁷⁶.

⁷⁵ A Associação Comercial de Camocim ainda se mantém em atividade, contando quase um século de existência. Sua sede localiza-se à Rua João Thomé, 111 – Centro – Camocim (CE).

⁷⁶ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa* – Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

Figura 3 - Jornal O Rebate (1907-1919), de Vicente Loyola



MUTILADO
Fonte: <www.memoria.bn.br>

Figura 4 - Jornal A Lucta (1914-1924), de Deolindo Barreto



ILEGIVEL
Fonte: <www.memoria.bn.br>

Além dos jornais, muitos outros livros de memória são esquecidos pelos riscos inerentes a tal escolha. Toda cidade pequena do interior tem ou teve o seu “historiador”, um senhor idoso e de boa memória cujo deleite consiste em impressionar os ouvintes e leitores com descrições dos costumes, do espaço urbano e dos principais fatos do passado. Dono de um olhar saudoso, esse memorialista emite um discurso de lamento, inconformado com o presente e desejoso de uma volta ao passado. A memória e a recordação funcionam, nesses textos ou falas, como destino de uma fuga, onde se desenha a ilusão de que o passado foi melhor, um tempo no qual os malefícios do presente não existiam, os “anos dourados”, a “época de ouro”, a qual os mais jovens não tiveram a ventura de conhecer.

Precavidos quanto às insídias do discurso dos memorialistas, percebemos que os materiais por eles produzidos podiam trazer importante contribuição para o trabalho, pois se mostram recheados de intencionalidades, construindo um passado ideal, envoltos no processo de construção de uma memória social à base da imposição de uma fala unívoca a uma sociedade permanentemente acusada de esquecer ou negligenciar seu passado. Para os

memorialistas, o esquecimento é um fato inaceitável, daí seu empenho em manter viva a lembrança. O que não dizem ou não percebem é que seu esforço está voltado para uma lembrança em particular, em detrimento de outras. Seu discurso nada tem de neutro, imparcial ou inocente. Ao historiador cabe desconstruir tal discurso para nele descobrir as intencionalidades.

Ulpiano Bezerra afirma que a memória, por sua condição de dependência em relação a mecanismos de retenção, depósito, armazenamento e descarte, também pode ser considerada “um sistema de esquecimento programado”. E acrescenta: “sem o esquecimento, a memória humana é impossível”⁷⁷. Advertidos desta maneira, abordamos os livros de memória não apenas como repositórios de recordações elencadas por sujeitos detentores do estatuto de testemunhas presenciais daquilo que narram, mas como mecanismos de produção do esquecimento. Ao perceber o quanto a fala do memorialista é socialmente localizada — um memorialista fala ou escreve a partir de seu lugar social, tomando a si e ao seu grupo social como protagonistas de sua narrativa —, concluímos que o seu discurso é construído à base de silenciamentos e, sob o pretexto de promover a lembrança, acaba por induzir o esquecimento.

Tratando de cidades pequenas do interior do Ceará, não foi difícil perceber uma característica comum aos livros de memória: a invocação de estatuto de pátria de intelectuais. As seções de “filhos ilustres”, indispensáveis em tais obras, dedicam-se à exposição das biografias de escritores, juristas, jornalistas, poetas e demais intelectuais ali nascidos e os reverenciam como uma espécie de protótipo do cidadão local.

Inicialmente, a consulta aos livros de memória ou pequenas histórias locais foi feita com o objetivo básico de angariar informações. Tratamos tais obras, naquele momento, como coletâneas de registros de fatos passados. O desenvolvimento da pesquisa, a ampliação da problemática, especialmente no que tange à memória, serviu para abrir nossos olhos para outras facetas de tais obras. Se, à primeira vista, não passam de compilações de fatos passados, muitas vezes dispostos de forma aleatória, sem preocupação com a construção de um enredo, por outro lado, trazem implícita uma vontade de memória, um impulso no sentido de manter vivo um passado, uma luta contra o esquecimento. Nesse ponto, a memória monumentaliza-se sob a forma de um documento escrito — o livro de memória — e nos obriga a “desmistificá-lo”, como propôs Jacques Le Goff⁷⁸.

Os três tipos de fontes apresentados até aqui — acervos, jornais e livros de memória — constituem, até mesmo pelo volume consultado, a principal base documental do

⁷⁷ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Op. cit.*

⁷⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 110.

trabalho. Nossa principal fonte tem sido, de fato, os jornais publicados nas cidades da zona norte do Ceará no período que compõe nosso recorte temporal.

Nesse sentido, o maior volume corresponde aos jornais publicados em Sobral, hoje disponíveis para consulta no Núcleo de Práticas e Documentação Histórica (NEDHIS) do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú⁷⁹ e na Biblioteca Nacional, disponíveis no sítio desta instituição na internet. As demais cidades de nosso recorte tiveram poucos jornais consolidados, dos quais pouco foi preservado nos arquivos mencionados. A Biblioteca Pública Menezes Pimentel, localizada em Fortaleza, guarda em seu setor de microfilmes um rico acervo de jornais do interior do Ceará, mas as séries são fragmentadas, dificultando a pesquisa⁸⁰.

Para conseguir uma visão mais consistente do processo de difusão da cultura letrada e do desenvolvimento do campo intelectual na zona norte, dispensamos especial atenção aos jornais de maior duração, cujas séries foram melhor preservadas. As lacunas são muitas, mas o maior volume disponível permitiu uma análise mais completa dos processos pesquisados. Por esse motivo, o leitor perceberá certo desaparecimento das pequenas cidades da zona norte nos capítulos em que apresentamos a pequena sociologia intelectual e o surgimento do jornalismo enquanto prática cultural protagonizada por uma nova categoria no interior do campo intelectual, pois ali nos baseamos em fontes produzidas na cidade de Sobral — a maior da zona e aquela que reuniu o maior contingente de homens de letras.

Os inventários tiveram papel específico na discussão acerca das batalhas pela memória dos jornalistas Deolindo Barreto e Vicente Loyola. A consulta à série de inventários cuidadosamente guardada no NEDHIS se mostrou uma incursão muito instigante para a pesquisa, nascendo ali nossa inquietação com relação à maneira como as tipografias, principais bens deixados por ambos, foram tratadas durante os respectivos processos de inventário, sendo possível perceber o esforço no sentido de silenciá-las. Daí pudemos ver o quanto, por baixo da aridez superficial dos autos de um inventário, era possível escavar em suas profundezas e desvendar intencionalidades escondidas, camufladas no amarelado do papel alçaço, no borrado da tinta e na caligrafia nervosa do notário.

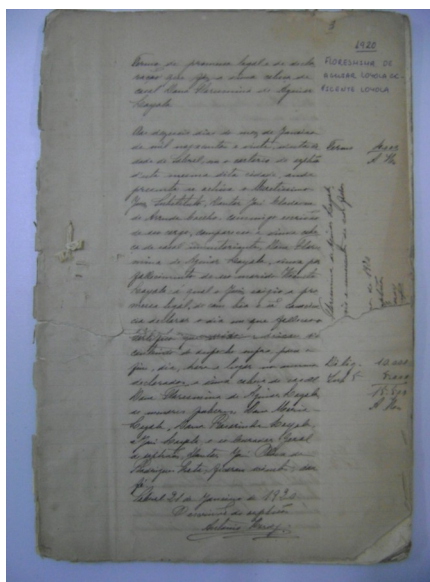
Este trabalho, como se percebe, não se prende a uma tipologia específica de

⁷⁹ O Núcleo de Práticas e Documentação Histórica (NEDHIS) encontra-se instalado no Centro de Ciências Humanas (CCH) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), localizado no Campus do Junco, Travessa John Sanford, 1845 – Junco – Sobral (CE). Seu acervo concentra documentos oriundos da esfera executiva, judiciária e extrajudiciária, legislativa, eclesiástica, sociedade civil organizada e periódicos.

⁸⁰ A Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel está instalada à Avenida Presidente Castelo Branco, 255 – Centro – Fortaleza (CE). Nela encontramos o maior acervo de jornais publicados nas cidades da zona norte do Ceará, mas, infelizmente, boa parte dos rolos encontrava-se danificada, impedindo uma consulta proveitosa. O acesso foi feito em 2009.

fontes. Se os jornais constituem o corpo documental mais volumoso, não deixamos de incorporar outros tipos de documentos que se mostraram relevantes para a pesquisa. Este não é, pois, uma pesquisa sobre jornais ou inventários, mas acerca da construção de uma memória social pelos intelectuais, a qual conferiu à principal cidade da zona norte do Ceará o estatuto de cidade intelectual.

Figura 5 - Inventário de Vicente Loyola



Fonte: UVA/CCH/NEDHIS, Fundo: Cartórios, Caixa 1920. Inventário de Vicente Loyola.

Os dois capítulos iniciais deste trabalho (seções 2 e 3) destinam-se, quase como um longo preâmbulo, a fornecer ao leitor uma visão panorâmica do mundo do livro e da leitura no espaço e tempo pesquisados. Este sobrevoo não se fez sem incursões profundas em momentos específicos, sempre que nos defrontarmos com questões fundamentais para se chegar às respostas para as perguntas inicialmente lançadas. A partir desta perspectiva ampla, procuramos mapear e analisar mais detidamente os processos específicos do nascimento do jornalismo, tratado aqui como um desdobramento daquele processo inicial de difusão da leitura e da cultura letrada e da constituição de um campo intelectual no interior do qual estabeleceram-se relações, nem sempre amenas, entre categorias como o clero, os bacharéis e os jornalistas.

O texto culmina com a análise da construção de uma memória intelectual, centrando o olhar, num primeiro momento, nas batalhas em torno da memória dos jornalistas Vicente Loyola e Deolindo Barreto, evidenciando os mecanismos de construção de uma

memória onde a disputa em torno daquilo que será recordado ou esquecido pode ser rastreada a partir das páginas dos jornais que se seguiram às mortes de ambos. Identificamos aí os meandros de uma memória social em construção. Passemos à apresentação da organização estrutural do trabalho.

O primeiro capítulo (seção 2) traz a trajetória dos gabinetes de leitura da zona norte do Ceará. Inicialmente, adotamos a estratégia de Ana Luiza Martins, ou seja, seguimos os trilhos da EFS e fomos localizando os gabinetes nas pequenas cidades da região, como fez esta autora com relação ao interior da Província Paulista, ao seguir as ferrovias que, em sua marcha de penetração daquele território, foram sendo acompanhadas pelos gabinetes de leitura⁸¹. No entanto, como ocorreu ali, também aqui as instituições de difusão do livro e da leitura não se prenderam ao ritmo e ao rumo dos trilhos ferroviários, mas anteciparam-se em alguns casos; noutros, nunca chegaram.

O que mais interessa no capítulo em questão não é apenas a elaboração de um levantamento quantitativo dos gabinetes, nem o resgate de suas trajetórias institucionais, dos nomes e perfis de seus fundadores ou quaisquer dados factuais. Interessa-nos, acima de tudo, perceber a implantação de seu programa social, qual seja, ofertar às cidades um espaço de instrução popular, concretizado nos cursos noturnos e escolas populares implantadas por seus fundadores e sócios. Este projeto de intervenção político-social elaborado por intelectuais constitui, pois, o ponto de partida de nossa narrativa.

Os gabinetes de leitura da zona norte, diferentemente do modelo francês, não nasceram voltados para o comércio de livros, como atividade complementar para livreiros em crise financeira, nem como mero lugar de sociabilidade intelectual⁸². Assemelharam-se mais a clubes assistencialistas onde a fruição da boa leitura e as conferências e debates eram acompanhadas de um esforço concreto de intervenção naquelas sociedades marcadas pelo analfabetismo.

O segundo capítulo (seção 3) apresenta um mapeamento dos lugares do livro e dos intermediários da leitura na zona norte. Aqui, nos aproximamos do comércio livreiro, identificamos alguns especialistas nesse ramo e rastreamos, embora ressentindo-se da limitação das fontes, a trajetória de alguns de seus operadores. Apresentamos o mundo das casas comerciais e suas seções de livraria, onde foi possível identificar títulos colocados à venda, bem como as redações de jornal e tipografias, estabelecimentos que também atuavam

⁸¹ *Op. cit.*

⁸² O modelo francês de gabinete de leitura aparece muito bem delineado em CHARTIER, Roger. *Livros e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004; e PARENT-LARDEUR, Françoise. *Les cabinets de lecture: La lecture publique à Paris sous la Restauration*. Paris: Payot, 1982.

no comércio livreiro, seja vendendo livros usados ou imprimindo obras encomendadas pelos autores locais. Não poderíamos deixar de mencionar os intermediários “esquecidos”⁸³ da leitura, sujeitos cuja condição humilde os alijou quase por completo dos registros da época. Trata-se dos carreteiros, estafetas e demais trabalhadores empregados no transporte de mercadorias.

O terceiro capítulo (seção 4) busca expor a construção do jornalismo enquanto prática cultural relacionada à difusão da instrução e da leitura, processo do qual resultou a ampliação do público leitor. Um dos resultados de tal processo foi a consolidação da imprensa na cidade de Sobral e, em menor grau, em algumas outras da zona norte. O jornal enquanto empreendimento econômico, meio de vida e de ascensão social surgiu ali entre a primeira e a segunda década do século XX, e a partir dele procuramos perceber o nascimento de uma nova categoria no interior do campo intelectual: o jornalista profissional — no sentido de que o sujeito vivia desta atividade, a qual constituía sua principal ocupação. Analisamos as bases sociais, ou seja, qual a origem social de tais sujeitos, suas trajetórias e a maneira como construíram a base cultural deste jornalismo nascente, destacando a leitura autodidata.

O quarto capítulo (seção 5) traz uma pequena sociologia intelectual tomando como base a cidade de Sobral, única na zona norte do Ceará a reunir, naquele momento, um contingente de homens ligados às atividades letradas suficientemente amplo a ponto de permitir nossa elaboração esquemática. A proposta aqui foi lançar uma visada mais demorada sobre o interior do campo intelectual, desvendando as principais categorias que o compunham, a saber: os bacharéis, o clero e os jornalistas.

Por fim, o quinto capítulo (seção 6) levanta a discussão em torno da memória intelectual e da inserção dos jornalistas no panteão das cidades da zona norte. Acompanhamos as batalhas pela memória de Vicente Loyola e Deolindo Barreto, partindo do momento de suas mortes e a repercussão das mesmas na imprensa, instante em que inicia a intensificação dos trabalhos da memória. Discursos conflitantes evidenciam a vontade de memória por parte dos amigos, familiares e, por outro lado, dos adversários que militam pelo silenciamento das facetas combativas dos jornalistas. A esta altura do trabalho, as tipografias voltam a ser discutidas, mas agora como lugares de memória sobre os quais também recaíram as disputas.

Neste capítulo, trouxemos à cena a noção de lugar de memória, a qual refere-se não apenas à dimensão espacial implícita no termo “lugar”, mas também à dimensão sociológica. O lugar de memória pode ser um museu, assim como uma festa; um monumento,

⁸³ Valemo-nos do termo “esquecidos” na mesma acepção empregada por Robert Darnton em: DARNTON, Robert. Os intermediários esquecidos da leitura. In: *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 150-167.

como também uma coleção de jornais similar àquelas sobre as quais nos debruçamos na pesquisa. Isso porque “os lugares de memória são, antes de tudo, restos”, como aponta Pierre Nora⁸⁴. Sua existência denuncia que o tempo da memória passou e que vivemos o tempo da história. Nesse sentido, constituem, em sua glacialidade, verdadeiras “ilusões de eternidade”, “rituais de uma sociedade sem ritual”⁸⁵, pois a sociedade contemporânea a tudo dessacraliza, e a história vem violar a pureza da memória.

De acordo com Aleida Assmann, “provavelmente Nora entende por ‘memória’ muito mais a tradição cultural em geral, a *memória formativa* e menos a *memória de aprendizagem* da mnemotécnica”⁸⁶. Portanto, é importante ressaltar a distinção entre a noção de “lugar de memória” — apresentada por Pierre Nora como “restos” que denunciam a passagem de um tempo da memória e a chegada do tempo da história — e os “espaços de recordação”, de Aleida Assmann, que são aqueles nos quais a memória é “construída, representada e ensaiada”, ou seja, fazem parte do próprio processo de construção da memória, produtos de uma encenação que ganhou novas formas, especialmente com o surgimento do museu histórico no século XIX⁸⁷.

Concluimos o capítulo em questão com um olhar sobre o presente e a maneira como, em algumas cidades da zona norte, os trabalhos de construção de uma memória social derivaram no reconhecimento e na luta pela proteção e conservação do patrimônio histórico e cultural. Ademais, apresentamos uma breve discussão acerca dos processos de tombamento dos sítios históricos de Sobral e Viçosa do Ceará.

De acordo com Dominique Poulot, “patrimonialização” e “patrimonialidade” correm o risco de serem confundidas atualmente. Enquanto a primeira diz respeito “a atribuição do qualificativo ‘patrimônio’ a objetos no seio de determinada sociedade e sua preservação legal”, a segunda designa “o lugar sensível e íntimo que eles [os objetos] ocupam no âmago das consciências individuais ou dos grupos sociais, em decorrência do esforço despendido para viver em harmonia com a cultura material do passado”⁸⁸.

⁸⁴ NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

⁸⁵ *Idem*.

⁸⁶ ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: Formas e transformações da memória cultural*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 17.

⁸⁷ “No século XIX surgiram novas formas de encenação dos espaços da recordação. Entre elas, o museu histórico desempenha um papel especial, não obstante trazer em si componentes pseudossagrados do templo da fama, o Panteão. Tanto no salão de imagens quanto nas procissões festivas se apresentam aos olhos visões totalizadoras de um passado normativo. [...] No salão de imagens da história o tempo torna-se espaço; mais precisamente: espaço da recordação em que a memória é construída, representada e ensaiada.” *Id. Ibidem*. p. 51-52.

⁸⁸ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, século XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 33.

Em algumas cidades da zona norte do Ceará, o risco apontado por Poulot tem sido constantemente verificado. Acredita-se que o estatuto patrimonial seja uma decorrência natural da antiguidade do objeto, esquecendo-se ou ignorando a necessidade de o mesmo passar pelo processo de patrimonialização, ou seja, de a ele ser atribuído, pelo órgão oficial, o “qualificativo de patrimônio”. Os clamores contra a demolição de edificações antigas vêm desacompanhados da exigência, junto às instâncias da administração pública, da implantação de uma política de preservação daqueles objetos que, como diz Poulot, ocupam “um lugar sensível e íntimo no âmago das consciências ou dos grupos sociais”⁸⁹.

Encarando a memória como uma categoria que remete aos modos de reapropriação do passado no presente, tomamos a imprensa como um objeto cuja consolidação não pode ser entendida sem estabelecer sua relação com a prática da leitura e sua difusão, esforço realizado por uma categoria de sujeitos difícil de definir, aos quais atribuímos o estatuto de intelectuais. Um conceito — intelectuais — serviu para definir o sujeito social responsável pela difusão de uma prática — a leitura — cuja difusão esteve relacionada com a consolidação de um objeto — a imprensa — sobre o qual encontramos inscritas as senhas para a construção da memória, por nós entendida como uma maneira de reapropriação do passado.

⁸⁹ *Id. ibidem.*

2 GABINETES DE LEITURA NA ZONA NORTE DO CEARÁ: UM PROJETO DE INSTRUÇÃO POPULAR

“Porque o acontecimento é diferença e sabemos bem qual é o esforço característico do ofício de historiador e o que lhe dá o seu sabor: espantar-se com o que é evidente.”

(Paul Veyne).

Um dos produtos mais marcantes do acaso são os encontros, especialmente quando colocam frente a frente temporalidades distintas. Os trabalhos de pesquisa, quando olhados retrospectivamente, parecem marcados, em medida talvez maior do que a desejada, pelo acaso. Por isso o encontro com as fontes que acabam por suscitar trabalhos marcantes em nosso tirocínio acadêmico não deixam de ser inusitados. Foi o que ocorreu em 2005, quando me vi diante de uma estante abarrotada com mais de três centenas de livros antigos que outrora haviam pertencido ao Gabinete de Leitura Ipuense.

A materialidade do livro é fascinante porque nos atinge os sentidos de forma avassaladora. Uma página artisticamente composta e impressa, as cores vivas, a nitidez da impressão, a arte caprichosamente empenhada na encadernação, seja ela em papelão revestido em tecido ou em couro, deleitam a visão. Qualquer amante do livro que já tenha feito a experiência de manusear um volume impresso há mais de um século teve a oportunidade de experimentar o impacto sensorial causado pelo livro antigo. A espessura do papel, o relevo das letras sob a ponta dos dedos, o cheiro de mofo — que lembra tudo, menos decrepitude —, a nitidez da impressão, a beleza dos tipos empregados, as imagens, tudo isso nos faz mergulhar, ainda que por um breve instante, num turbilhão de sensações que se antecipam à própria leitura.

Toda história do livro enquanto objeto material é uma história das sensibilidades, pois o estímulo sensorial provocado por seu contato precisará ser “ordenado e posto em relação com outras experiências e lembranças”¹. O historiador, por sua vez, precisa ir além desta dimensão dos sentidos e buscar, por meio do exame dos “pormenores negligenciáveis”², a compreensão dos processos de transformação ocorridos nos domínios cultural e social. Nesse sentido, compreendemos que o encantamento em face da materialidade do livro não

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Sensibilidades na história: Memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 10.

² GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 143-179.

deve passar de uma etapa inicial. O desdobramento da pesquisa conduziu à problematização da leitura enquanto prática social e das instituições e sujeitos envolvidos com as práticas letradas enquanto agentes de transformações nas sociedades em que viveram, encontrando em tais práticas o embrião de uma memória intelectual que mais tarde serviria à construção de uma identidade para as cidades.

Livros são repositórios de indícios. Assim, a partir de um acervo abre-se uma extensa gama de possibilidades de pesquisa. Eleito como fonte, o livro mostra-se objeto instigante, inquietante, quase perturbador. Necessário é o cuidado para evitar as ciladas de um discurso pronto a respeito do passado daquele objeto, uma das quais consiste em associar, indiscriminadamente, o livro à leitura quando, conforme advertência de Maria Beatriz Nizza da Silva, um e outro não estão necessariamente associados, como se pode ver no trecho abaixo:

Assim como a posse de livros não implica necessariamente a sua leitura, também a ausência dos mesmos não significa que os indivíduos não tivessem acesso ao conteúdo de várias obras, ou pelas conversas ou por cópias manuscritas em circulação. Nos grandes centros urbanos do Brasil colonial havia locais privilegiados de sociabilidade, que eram as boticas e os botequins, nos quais livros em voga eram comentados.³

Como se pode ver na citação, o livro não atingia somente os leitores alfabetizados, mas também certa parcela da camada não letrada da sociedade colonial. A leitura em voz alta consistiu, conforme nos revelou o estudo de Natalie Davis, um meio pelo qual o povo pôde se colocar em relação com a palavra impressa, criando uma ameaça ao monopólio da cultura letrada pelas classes dominantes. A partir da invenção da imprensa, a relação entre o povo e o conhecimento alterou-se, pois esta abriu espaço para que outros segmentos sociais pudessem se aventurar no mundo do impresso⁴.

Objeto cobiçável, o livro presta-se, entre outras práticas, ao colecionismo, podendo ser reunido em acervos. Foi nessa condição que os livros antigos se nos apresentaram pela primeira vez, e foi a partir dela que propomos discutir, na primeira parte deste trabalho, os projetos sociais envolvendo a leitura e a instrução popular com base em um modelo institucional: os gabinetes de leitura.

Assim sendo, faz-se necessário empreender um mapeamento dos lugares do livro, bibliotecas e gabinetes de leitura constituídos ao longo da segunda metade do século XIX na

³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Marcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999. p. 159.

⁴ DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

zona da Estrada de Ferro de Sobral⁵, pois era essa a denominação aplicada àquele conjunto de cidades, vilas e povoações atingidas pela via férrea cuja no mesmo período⁶. Ferrovia e bibliotecas chegando aos pequenos núcleos urbanos — ora o livro antecipando-se ao trem, ora o contrário — constituem o ponto de inflexão que inaugura um movimento de transformação no cenário econômico, social e cultural que forneceu para os nossos dias os objetos dos esforços de rememoração, alimentando a inflação patrimonial na esteira do *boom* da memória⁷.

Trem, livro e biblioteca. Urbanização, alfabetização e novas sociabilidades. Este tripé constitui a base deste capítulo, o qual exigirá algumas digressões indispensáveis. A primeira consistirá num movimento que conduzirá, sob a guia dos trilhos da EFS, às principais cidades e vilas da zona norte do Ceará, onde buscaremos os gabinetes de leitura, as escolas populares e demais lugares do livro, com o fim de vislumbrar esta penetração — às vezes sutil — da cultura impressa naqueles espaços em processo de urbanização, sempre lembrando que tal movimento esteve na origem da construção de uma memória social coletiva que atribuiu às cidades o estatuto de cidades intelectuais.

2.1 Anos 1870 e 1880: a construção da Estrada de Ferro de Sobral e os primeiros gabinetes de leitura e suas escolas para crianças pobres

Para compreender o processo de constituição das instituições voltadas para a difusão da leitura, optamos por seguir os caminhos do livro no interior de uma rede de comunicação. Observando estágios e sujeitos envolvidos no seu processo de produção, distribuição e consumo na França setecentista, o historiador Robert Darnton concluiu pela existência de um “circuito de comunicação que vai do autor ao editor, ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor e chega ao leitor”⁸.

Uma das deficiências do modelo elaborado por Darnton consiste, segundo a historiadora Marisa Midori Deaecto, em fazer do autor uma espécie de “*deux ex machina*”, ou “o primeiro motor” onde inicia todo o movimento do livro no interior do circuito até seu

⁵ Doravante designada pela sigla EFS.

⁶ Quando proponho a estratégia de seguir o traçado da Estrada de Ferro de Sobral em busca dos gabinetes de leitura e demais espaços do livro instalados em suas cidades e vilas, inspiro-me em MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura: cidades, livros e leituras na Província Paulista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

⁷ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000; MARQUETTI, Délcio. O *boom* da memória e a retórica testemunhal: breve análise da obra literária de Flávio Tavares. *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, n. 14, p. 127-142, dez./2012.

⁸ DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: *O beijo de Lamourette: cultura, mídia e revolução*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 125.

ponto final, o leitor. Preferindo apoiar-se em Robert Estivals, a autora esclarece que existem dois circuitos diferentes, e acrescenta que ambos são bipolares: o primeiro orienta-se pelo gosto e inclinações do público, sendo seu motor o consumo; o segundo é constituído a partir da ação de agentes “não conformistas”, que tentam criar movimentos literários ou intelectuais, ou seja, movimentos *avant garde*⁹.

Afirmção à primeira vista elementar, mas que constituirá para nós o ponto de partida da discussão deste item é: a circulação do livro não se faz sem a disponibilidade de um sistema de transporte. E dessa forma chegamos ao trem, meio pelo qual a circulação de pessoas, mercadorias e ideias recebeu impulso na região dos sertões do vale do Rio Acaraú e da Serra da Ibiapaba a partir da segunda metade do século XIX.

A percepção da necessidade de implementação dos transportes foi sentida, em primeiro lugar, pelos comerciantes e fazendeiros da cidade de Sobral. Crescia a demanda por uma via mais segura e rápida de acesso ao mar e ao transporte marítimo, indispensável à prática do comércio de importação e exportação, atividade que vinha ganhando cada vez mais importância na economia local. O crescimento do consumo de produtos importados caminhava lado a lado com o aumento da demanda pelo escoamento da produção local destinada à exportação, resultante das atividades agropecuária e extrativista¹⁰.

No dia 7 de outubro de 1873, a Câmara Municipal de Sobral enviou ao governo da província um ofício solicitando a construção de uma ferrovia ligando aquela cidade ao litoral. Havia duas opções no tocante aos portos disponíveis¹¹. A primeira seria a própria foz do Rio Acaraú, onde as mercadorias vindas de Sobral eram embarcadas nos poucos vapores que incluíam aquele porto em suas rotas. Desde o período colonial, quando se notabilizou pela produção de charque, Sobral ocupava o lugar de importante ponto de passagem para os viajantes dos antigos caminhos do Ceará colonial¹².

O uso do carro de boi tinha limitações. Durante a estação chuvosa, as estradas se tornavam intransitáveis. No período de estiagem, porém, cerca de novecentos carros compunham o fluxo constante do tráfego entre Sobral e o porto de Acaraú¹³, em viagens que consumiam entre quinze e vinte dias, devido à incidência de problemas como adoecimento do

⁹ DEAECTO, Marisa Midori. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. p. 25.

¹⁰ FROTA, José Tupinambá da (Bispo). *História de Sobral*. 2 ed. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1974. p. 482.

¹¹ *Idem*, p. 479.

¹² BRASIL, João Pompeu de Souza. Sobral: tentativa de interpretação histórica de sua ação polarizadora sobre a região. *Rev. C. Sociais*, v. 3, n. 2, p. 111; GIRÃO, Raimundo. *Evolução histórica cearense*. Fortaleza: BNB, ETENE, 1985 e COSTA, Lustosa da. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1987. p. 85.

¹³ FROTA, José Tupinambá (Bispo). *Op. cit.*, p. 31.

encarregado, quebra do carro, esgotamento dos bois etc.¹⁴

Havia, porém, o povoado de Camocim, localização litorânea a noroeste de Sobral, pequena aglomeração derivada de aldeamento de índios, antigo ponto de passagem para os colonizadores que chegavam em busca da Serra da Ibiapaba e do Vale do Rio Coreaú¹⁵.

Os esforços no sentido de conseguir a construção da ferrovia continuaram, culminando com a publicação, pelo governo imperial, do Decreto n.º 6.918, de 1º de junho de 1878, o qual concedia ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o crédito especial no valor de Rs 9.000:000\$000 (nove mil contos de réis), destinados ao “resgate” da Estrada de Ferro de Baturité e à construção de duas novas ferrovias: a Estrada de Ferro de Paulo Afonso e a Estrada de Ferro de Sobral¹⁶.

O referido decreto foi encaminhado para sanção do imperador junto com uma mensagem do Conselho de Estado, presidido por João Lins Vieira Cansação Sinimbu. A mensagem já trazia um esboço daquele que deveria ser o traçado da ferrovia sobralense:

Assim propõe não só a resgatar a parte construída da via férrea de Baturité, e a continuar com a possível celeridade o que resta por fazer; mas também levar a effeito outra via férrea que, seguindo do porto de Camocim passe pela cidade de Granja e, contornando a serra de Meruóca, termine em Sobral, donde mais tarde se prolongará acompanhando a serra geral em direcção ao Piauí.¹⁷

Um detalhe chama a atenção na primeira proposta do que deveria ser e efetivamente se tornou o traçado da EFS: a ligação que se pretendia promover deveria ser entre a principal cidade do noroeste cearense e o mar e, em segundo lugar, com o Piauí, estado vizinho estado. Note-se que, em nenhum momento, a mensagem do ministro menciona a cidade de Fortaleza, demonstrando o quanto o território cearense ainda se encontrava dividido em “zonas” constituídas em torno de núcleos urbanos florescentes cuja influência sobre seus entornos criava dificuldades à consolidação da capital enquanto polo econômico, político e cultural.

O Piauí, por sua vez, representava um parceiro econômico de importância, especialmente pelo desenvolvimento de sua pecuária extensiva, atividade que atraiu vários negociantes e pecuaristas sobralenses, os quais empreendiam constantes viagens ao estado vizinho em busca de vender seus rebanhos, adquirindo propriedades e estabelecendo fazendas

¹⁴ *Gazeta do Sobral*. Sobral, 11 ago. 1881, p. 1.

¹⁵ BARROS, A. Fernando. Camocim e a empresa Lorentzen. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LXXXVI, 1970, p. 259.

¹⁶ OLIVEIRA, André Frota. *A Estrada de Ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda. 1994, p. 37.

¹⁷ *100 anos da RVC. 1870-1970*. Edição Centenária, Fortaleza, (s/e), 1970, p. 3-5 *apud* OLIVEIRA, André Frota. *Op. cit.*

de criação de gado ali. A expansão da pecuária com vistas à exportação para o Pará e Amazonas, zonas de economia extrativista, fizeram com que os olhares dos sobralenses se voltassem para o norte do país, em detrimento da capital de seu estado¹⁸.

Dessa forma, a escolha do traçado da EFS demonstra o fracionamento do território cearense em zonas dotadas de relativa autonomia econômica em relação à capital. O implemento dos transportes, no caso da zona norte, funcionou como fator de resistência. Com a República e a entrada do século XX, tal quadro sofreu progressivas modificações, e a consolidação de Fortaleza como principal centro irradiador do poder político e econômico foi se tornando fato incontestável. Vale do Acaraú, Ibiapaba, Inhamuns e Cariri tiveram de submeter-se à influência da capital¹⁹.

Os trilhos da EFS começaram a ser assentados no dia 26 de março de 1879. A cerimônia de inauguração dos trabalhos foi presidida pelo engenheiro em chefe, Dr. Luiz da Rocha Dias. O primeiro grampo foi batido pelo presidente da província, o sobralense José Júlio de Albuquerque Barros²⁰. A chegada da ferrovia se fazia acompanhar da chegada das instituições ligadas à propagação da cultura letrada. José Júlio de Albuquerque Barros fundou um gabinete de leitura em Sobral no dia 18 de fevereiro de 1877, auxiliado pelo futuro escritor Domingos Olímpio Braga Cavalcante²¹.

Instalado no andar térreo da Câmara Municipal, o Gabinete contou com uma biblioteca que reunia jornais, revistas e livros vindos da França e da Inglaterra. A grande seca daquele ano, porém, impôs a suspensão das atividades daquela instituição. A reabertura ocorreu em 1886, por incentivo do magistrado alagoano Petronilho da Santa Cruz Oliveira, o qual contou com o auxílio do comerciante liberal republicano Manoel Arthur da Frota²². Em 1889, podia-se perceber claramente que o Gabinete representava um grupo liberal quando Antônio Mendes de Mesquita foi indicado para a função de bibliotecário, medida apoiada pelo jornal liberal *Gazeta do Sobral* e criticada pelo conservador *A Ordem*²³.

Em 1884, a mesma instituição mantinha-se ofertando a biblioteca e a escola

¹⁸ Pelas notas sociais dos jornais da zona norte, percebe-se o intenso trânsito de homens de negócios (caixeiros, fazendeiros, negociantes de gado) entre Ceará e Piauí, onde iam negociar a venda de rebanhos e aquisição de terras. Vários pecuaristas sobralenses chegaram a manter extensas fazendas destinadas à mesma atividade no estado vizinho. O transporte das boiadas era feito pelos vapores que atracavam em Camocim e Amarração (atual cidade de Luís Corrêa/PI).

¹⁹ COSTA, Lustosa da. *Op. cit.*, p. 85 e BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. 3 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965. p. 64.

²⁰ *Id. Ibidem*, p. 53 e FROTA, José Tupinambá (Bispo). *Op. cit.* p. 480.

²¹ *Sobralense*, Sobral, 18 fev. 1877, p. 1; e *Nortista*, Sobral, 30 nov. 1913, p. 1-2.

²² ARAÚJO, Francisco Sadoc de (Padre). *Origens da cultura sobralense*. Sobral: Edições UVA, 2005. p. 158-159; e ARRUDA, Francisco de Assis V. *Genealogia Sobralense*, vol. VI, tomo I. p. 286. Disponível em: <<http://www.genealogiasobralense.com.br/frota.php>>. Acesso em: mar. 2016.

²³ *A Lucta*, Sobral, 01 mai. 1918, p. 2.

noturna, como assinalou Antônio Bezerra em sua viagem ao norte do Ceará²⁴. Técnica e letramento, construção e instrução foram avançando pelo sertão do norte cearense, traçando o contorno do que seria a futura espinha dorsal da zona da EFS e, mais ainda, disseminando elementos que depois seriam resgatados nos esforços de rememoração e de recuperação de um passado de prosperidade econômica e de florescimento intelectual.

Embrenhados no interior, comandando contingentes de trabalhadores rurais, convertidos pelo discurso político em flagelados da seca, os engenheiros desempenharam também o papel de agentes da instrução, fundando escolas para os “operários” e seus filhos, como fez o Dr. Victor Nabuco na povoação de Pitombeiras, atual cidade de Senador Sá²⁵. Por operários, entenda-se o ajuntamento de sertanejos impossibilitados pela seca de trabalhar na lavoura. O alistamento na obra pública emergencial era visto como um imprevisto do destino, tornando-os ideologicamente distintos das classes operárias urbanas e industriais em surgimento no país.

A iniciativa dos engenheiros revela a chegada àquelas paragens de um novo paradigma no que concerne à instrução. Sua proposta dirigia-se aos mais pobres, distanciando-se daquele ensino de caráter mais “ornamental e beletrista”, típico do tempo em que o clero monopolizava o trabalho pedagógico²⁶. Vingava ali um projeto de instrução das massas sertanejas pobres que bem poderia resultar na formação de um leitor distante da leitura beletrista, do livro enquanto artefato de luxo, talvez mesmo distante dos gabinetes de leitura, mas que se voltara para a leitura dos jornais, folhetos e literatura popular.

Fundando escolas em localidades onde residiam temporariamente enquanto comandavam os trabalhos de construção das estações ferroviárias, os engenheiros traziam para aqueles rincões do Brasil e do Ceará o embrião do pensamento republicano, substituindo uma perspectiva de exclusivismo do letramento em prol de outra voltada para o projeto de instrução dos filhos dos trabalhadores que será continuado pelos gabinetes de leitura e suas escolas noturnas. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, “O analfabetismo será entendido, pois, como um problema nacional somente com a reforma eleitoral de 1882 (a Lei Saraiva), a qual acrescentou ao ‘censo pecuniário’ o ‘censo literário’, que por sua vez estabeleceu a proibição do voto do analfabeto”²⁷.

²⁴ BEZERRA, Antônio. *Op cit.*, p. 314.

²⁵ “O Dr. Victor Nabuco acaba de dar uma prova brilhante de seu amor à instrução popular. Engenheiro da Estrada de ferro, com residência na Pitombeira, compadecido da ignorância de seus trabalhadores e de seus filhos, abriu uma escola noturna cuja frequência já é de 24 alumnos. O distinto engenheiro não só facilitou a instrução como se obrigou a fornecer os mais utensílios (sic) necessários e até dinheiro que fosse preciso.” *Granjense*. Granja, 27 fev. 1881, p. 2.

²⁶ MARTINS, Ana Luiza. *Op cit.*, p. 273.

²⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 25.

As pequenas escolas fundadas pelos engenheiros no interior representam uma antecipação da tendência de valorização da alfabetização como critério de acesso à cidadania. Projetos de intervenção técnica acabaram por ensejar a ocasião de se pensar e tentar implantar outros de natureza social. Junto com a ferrovia chegava a instrução, inaugurando uma perspectiva de inserção de contingentes de população pobre no mundo da leitura, provocando uma mudança em sua experiência com os textos, cuja via de apreensão deixaria de ser oral para se tornar visual, eliminando a mediação do leitor em voz alta. Estaríamos diante de um projeto emancipador?

Não existe resposta rápida para essa questão. É preciso enxergar os engenheiros como profissionais cujas carreiras apontavam para o serviço público como o alvo mais almejado. Colocar-se em posição de destaque aos olhos do governo era a meta principal, pois constituía um estágio fundamental ao futuro ingresso na carreira política. Para tanto, um dos requisitos era a construção da imagem do homem arrojado, capaz de enfrentar os maiores desafios no âmbito técnico e, ao mesmo tempo, dotado de sensibilidade para com as situações de carência, ou seja, de um certo altruísmo que fazia parte da imagem do profissional ideal, apto a se fazer agente do progresso e da civilização quando destacado para atuar em terrenos não alcançados por tal ideário. Na qualidade de técnico comissionado pelo Estado, o engenheiro figurava aos olhos do povo como distribuidor dos favores do governo aos mais necessitados.

A ideia de instalar uma escola popular numa povoação sertaneja incluída no traçado de uma ferrovia pode, ainda, ser vista como parte da estratégia do engenheiro com vistas à consecução da mão de obra necessária. Convencer sertanejos famintos a submeter seus corpos a uma rotina de trabalho extenuante em troca de diárias sabidamente insuficientes para o sustento de suas famílias, ao invés de esmolar nas praças ou de porta em porta, não deve ter sido tarefa fácil. A instrução para os filhos vinha como aditivo à oferta de trabalho pesado e parcamente remunerado. Além disso, ajudava a dar a impressão de uma rápida chegada do progresso com todo o seu poder transformador.

No fundo, o valor de tais iniciativas estava no pioneirismo. Antes da chegada da ferrovia, não há notícia de qualquer tentativa de levar a instrução popular àquelas paragens, ficando suas populações pobres completamente desassistidas em termos de acesso ao ensino. A legislação em vigor no período, representada pela Lei de 15 de outubro de 1827, complementando a Constituição de 1824²⁸, determinava em seu Art. 1º: “Em todas as cidades,

²⁸ De acordo com Sofia Lerche Vieira, a Constituição de 1824 trouxe uma única menção ao ensino primário (Art. 179, § 32): “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Tal pragmatismo reflete, para a autora, a “pequena preocupação suscitada pela matéria educativa naquele momento político”. VIEIRA, Sofia

villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias”²⁹. A consequência da imprecisão dessa legislação era que uma pequena povoação como Pitombeiras estava destinada a permanecer desprovida de estabelecimentos de ensino público e sua população pobre, relegada ao analfabetismo, o que a convertia em campo fértil pronto para receber as sementes da instrução popular oriunda da iniciativa de engenheiros como o Dr. Victor Nabuco.

A instrução dos mais necessitados foi objeto de variados projetos e alvo de disputas. Grupos ideologicamente distintos disputaram território na seara da educação das massas ditas “necessitadas”, como se pode ver no episódio relatado por Adelaide Gonçalves relativo à resistência movida pelo Partido Operário do Ceará ao projeto do engenheiro-chefe da Estrada de Ferro de Baturité — Dr. Lassance — de fundar uma escola noturna para os operários, encarada pelo órgão classista como uma iniciativa “de inspiração patronal”³⁰.

No entanto, apesar das aparentes incoerências, o projeto de educação popular chegou aos sertões da zona norte junto com os engenheiros encarregados da construção da ferrovia e alguns jovens estudantes de Direito. Um projeto de viés liberal, sem dúvida, e associado ao ideário abolicionista e republicano em ascensão no país e também no Ceará. Entendia-se, pois, que a instrução das camadas mais desfavorecidas constituía necessidade indispensável à conquista do progresso e à plena vivência do ideal republicano.

Essa fase da história da zona norte do Ceará foi rememorada como um período de prosperidade, quando floresceu uma camada média urbana composta por funcionários públicos, profissionais liberais e comerciantes que converteu-se, rapidamente, em fonte de origem de intelectuais. Seus patrimônios arquitetônicos — moradias e prédios comerciais — forneceram o substrato dos atuais sítios históricos urbanos tombados na zona norte do Ceará.

Acompanhando o avanço dos gabinetes de leitura pela província paulista feito por Ana Luiza Martins³¹, percebemos que a chegada de tais instituições se deu na segunda metade do século XIX, exatamente o mesmo período em que chegam ao interior do Ceará. Equipamentos de transporte e comunicação como as ferrovias e o telégrafo tiveram sua instalação seguida de perto pela criação de instituições voltadas para a difusão da leitura e da instrução.

Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

²⁹ Lei de 15 de Outubro de 1827. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em: 2 mar. 2017.

³⁰ GONÇALVES, Adelaide. Muitos *Typos* na educação para os pobres: imprensa e instrução no Ceará de fins do século XIX aos anos 1920. *Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará: história e educação* n. 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006. p. 67.

³¹ *Op. cit.*

O progresso, representado pelo implemento técnico, seguido por significativas mudanças culturais, avançava para o interior do Brasil a partir dos antigos centros urbanos litorâneos. Antigas capitais como Belém (PA), Recife (PE), Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ) passaram a compartilhar parte de seu estatuto de centros aglutinadores da vida econômica e cultural com uma cadeia secundária composta por centros menores. No Ceará, a cidade de Sobral consolidava-se na posição de principal polo cultural, econômico e político do noroeste cearense, estendendo sua influência também sobre parte do território piauiense.

As estações de Granja e Camocim foram inauguradas no ano de 1881. Em 1880, Antônio Augusto de Vasconcelos, jovem estudante de direito feito promotor e advogado provisionado, fundou o Gabinete de Leitura Granjense, logo constituído em ponto de reunião e discussão de ideias ligadas aos projetos de transformação social e política em voga no Brasil àquela altura, como se pode ver na citação a seguir: “Hoje haverá grande e animada reunião popular no Gabinete de leitura para instalar-se a libertadora Granjense. Consta que terá a palavra o Dr. Antônio Augusto, iniciador da idéia, e os Srs. Francisco Napoleão e Sergio da Motta”³².

O fato de a Sociedade Libertadora Granjense ter sido gestada no interior do Gabinete de Leitura revela a comunhão de ideias e interesses entre as duas instituições, as quais resultavam da penetração do projeto republicano e abolicionista na cidade. Avançava, de par com tais novidades, o processo de urbanização.

Gabinete, abolicionismo e instrução pública constituíam prioridades não apenas para jovens estudantes idealistas. O governo da província comungava com tais ideias e manifestava seu apoio à fundação dos gabinetes de leitura. Referindo-se ao Gabinete de Leitura Granjense, o presidente da Província do Ceará em 1881, senador Pedro Leão Veloso, anotou:

Por iniciativa e esforços do Dr. Antônio Augusto de Vasconcellos, promotor publico da comarca, fundou-se na cidade da Granja uma associação, que se propoz instituir uma bibliotheca e aulas noturnas.

Tive occasião de assistir á sessão solemne, na qual a sociedade teve a bondade de conferir-me o titulo de seu sócio honorario.

Penhorou-me a honra que se associa a uma ideia, que desejaria ver realisada noutros lugares da provincia, e que ali denota um grande esforço de vontade, que não pude deixar de admirar.

Vi serem examinados em geographia e historia alumnos, que quatro mezes antes não tinham noções das sciencias sobre que responderam satisfactoriamente.

Ha ali um foco de luz, que promete beneficas irradiações, desde que não falte

³² Libertadora Granjense. *Granjense*. Granja, 27 fev. 1881, Notícias, p. 2. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M151.

animação e conforto á boa vontade dos que o instituíram.³³

Notável é a simpatia do presidente da província para com o projeto de instrução representado pelo Gabinete de Leitura. Uma constante nos relatórios presidenciais do período era o reconhecimento da deficiência da instrução pública, àquela altura já admitida como uma necessidade, apesar de a legislação do país ainda não tratá-la como dever do Estado. O caráter altruísta do projeto encontrava reconhecimento do poder público. Na prática, servia também para promover a aproximação de jovens bacharelados aspirantes a cargos públicos com as altas esferas administrativas.

No ano de 1882, o presidente da província, Dr. Sancho de Barros Pimentel, também mencionou o Gabinete de Leitura Granjense em seu relatório, desta vez atestando ainda mais o apoio e garantindo auxílio na forma de remessa de livros de instrução³⁴. Ainda não era o momento das subvenções. Os gabinetes ainda não recebiam auxílio financeiro do governo provincial, mas já eram vistos com simpatia por atuarem em uma área reconhecidamente deficiente.

A chegada do gabinete de leitura antecedeu o trem e proporcionou aos habitantes da cidade de Granja a oportunidade de experimentar novas formas de sociabilidade típicas da vida urbana. Homens, livros e ideias chegavam na esteira do avanço tecnológico representado pelo trem e pelo telégrafo³⁵. Acelerava-se o transporte e a comunicação proporcionando a sensação de uma conexão mais forte com os centros culturalmente mais desenvolvidos do país. A ideia de atraso e isolamento deveria ficar para trás.

A estação de Sobral foi inaugurada em 31 de dezembro de 1882. A citação a seguir resume o ocorrido naquele momento:

Lida a respectiva acta, tomaram a palavra o Exmo. Sr. Senador Vicente Alves de Paula Pessoa, que demonstrou em frases animadas a grandeza do acontecimento, que se comemorava; os Drs. Pedro Frota que se fez ouvir sobre o mesmo assunto, José Patrício de Castro Natalense que recitou uma bela poesia, e Antônio Ibiapina q. n'um eloqüente discurso sobre a escravidão entregou as cartas de liberdade de 5 escravos, sendo todos os oradores calorosamente aplaudidos.³⁶

³³ *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Ceará*. Fortaleza: Typ. do “Cearense”, 1881, p. 69.

³⁴ “É digno de animação esse gabinete de leitura, cuja existência é devida principalmente ao amor às letras e ao trabalho do promotor da Granja, bacharel Antonio Augusto de Vasconcellos. N'elle leccionam-se gratuitamente varias disciplinas, e foi com a maior satisfação que na visita que fiz áquella localidade assisti ás provas de adiantamento dos meninos que frequentam os cursos. Na falta de meios para auxiliá-lo de outro modo, recommendei ao inspector da instrucção publica que o contemplasse na distribuição dos livros de instrucção primaria que auctorei por conta da verba competente.” *Relatório apresentado à Assembleia Provincial do Ceará*. Fortaleza: Typ. do “Cearense”, 1882, p. 27.

³⁵ As estações da EFS funcionaram também como estações telegráficas. Inicialmente, o telégrafo foi instalado para uso exclusivo da ferrovia. Sua abertura ao uso público foi anunciada no dia 1º de janeiro de 1882. OLIVEIRA, André Frota. *Op. cit.*, p. 82.

³⁶ FROTA, D. José Tupinambá. *Op. cit.*, p. 480.

Obra de um governo imperial em decadência, a EFS chegava, finalmente, a Sobral. Não é difícil imaginar a excitação dos ânimos em face das expectativas criadas com base em um ideário quase fabuloso construído em torno do trem, materialização do progresso técnico apresentando-se de modo “fantasmagórico” dado o seu impacto sobre as mentalidades, resultado das transformações radicais na percepção de grandezas como velocidade e força³⁷. Alguns comerciantes já experimentavam as vantagens do novo meio de transporte, pois optaram por receber seus carregamentos pelo porto de Camocim a partir do momento em que os trens haviam começado a chegar até a estação de Pitombeiras, inaugurada em 1881, como se vê na citação a seguir:

O brioso – corpo commercial – desta cidade, com excepção apenas de dous de seus membros, dando arras de incedível civismo, e como se houvesse procedido mutuo accordo, não demorou-se um momento em abandonar completamente o pessimo systema de transporte, de que nos utilisavamos, ha um seculo, logo que se inaugurou a estação da Pitombeira, que demora à 8 leguas desta cidade.³⁸

Os comerciantes, categoria profissional largamente dependente do transporte de carga, viram no trem a possibilidade de superar os problemas do atraso no recebimento de mercadorias e os consequentes prejuízos. O trem, com sua velocidade nunca vista, veio alterar o ritmo das atividades e do pensamento daqueles homens, transformando a dinâmica cultural e econômica da cidade. Francisco Foot Hardman sintetizou esse processo afirmando: “com a ferrovia e a navegação a vapor, o mercado mundial ganhava ao mesmo tempo concretude, o que vale dizer, nesse caso, que a forma-fetiche das mercadorias estava definitivamente liberada para encantar toda a humanidade”³⁹.

A solenidade de inauguração da estação constituiu um momento importante para a garantia da visibilidade social de seus protagonistas. O uso da palavra foi ali reservado a sujeitos credenciados pela condição de representantes do poder político, econômico, cultural e judiciário. O ato de falar publicamente em momento tão solene atesta o poder de dirigir as consciências, sintetizando-lhes sentimentos e pensamentos diante de um evento novo. E, curiosamente, todos os citados fazem parte de um grupo que ficaria conhecido, no período republicano, pela oposição movida contra a política oligárquica⁴⁰.

Destaca-se o senador Vicente Alves de Paula Pessoa, cuja presença remetia, ao menos em termos formais, à figura do imperador; Pedro Frota, que representou os

³⁷ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 47.

³⁸ *Gazeta do Sobral*. Sobral, 11 ago. 1881, p. 1. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M153.

³⁹ HARDMAN, Francisco Foot. *Op. cit.*, p. 15.

⁴⁰ *O Rebate*, Sobral, 12 jun. 1915, p. 1.

profissionais liberais; José Patrício de Castro Natalense, que apresentou-se como poeta, representando a classe artística ilustrada; e Antônio Ibiapina, juiz de direito e conhecido militante abolicionista. Imbuídos de ideias transformadoras, gestando projetos para a cidade, a escolha desses indivíduos constitui uma clara mensagem de que o futuro deveria ser construído a partir das ideias de transformação por eles defendidas.

Não foi à toa que o ponto culminante, verdadeiro testemunho do processo de mudança ali desencadeado, foi o ato de libertação de cinco escravos. Abolicionismo e progresso técnico afinavam-se. Liberdade e instrução popular estavam presentes enquanto uma elite homogênea e coesa dava lugar a um grupo formado por homens poderosos, mas dotados de ideias transformadoras. Poder político e econômico deixavam de ser sinônimo de reacionarismo e obscurantismo. Surgiriam os esboços de uma “elite cultural” cuja identidade se reconheceria por seus laços políticos com a sociedade na qual encontrava-se inserida⁴¹. Tudo isso prenunciava um alvorecer do novo século, marcado por tensões e conflitos onde as instituições letradas tiveram papel importante.

Enquanto avançavam os trabalhos de construção de estações e assentamento dos trilhos da EFS, pontos de irradiação da leitura e da palavra impressa iam germinando nas cidades. Gabinetes de leitura, sociedades libertadoras e escolas populares. Acompanhando ou mesmo tomando a dianteira do trem, o livro e o ideário abolicionista, republicano e laicizante iam sendo difundidos sobre aquele espaço que se consolidaria como a zona da EFS.

Sobral, maior núcleo urbano alcançado pela ferrovia, apresentava uma população mais heterogênea. Aos poucos, foi surgindo e se consolidando uma elite econômica oriunda da atividade comercial e que convivia com as antigas famílias fundadoras, voltadas para a propriedade fundiária e zelosas na defesa de seus privilégios e prerrogativas aristocráticas, esforçando-se, ainda, por preservar a proximidade com as esferas governamentais. Manter em alta o capital simbólico⁴² a fim de garantir acesso ao poder foi estratégia fundamental dos remanescentes das primeiras famílias fundadoras de Sobral.

A chegada do trem impulsionou a atividade comercial e fortaleceu ainda mais a cidade. O crescimento do setor de comércio atacadista atraiu as pequenas cidades e vilas para a sua órbita econômica e política na virada do século XIX para o XX, afetando o mundo das

⁴¹ SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 264.

⁴² Pierre Bourdieu definiu o capital simbólico como “o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio”. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 145.

ideias e promovendo uma irradiação dos lugares do livro e da palavra impressa⁴³.

Antes da formalização dos gabinetes de leitura, é possível perceber a existência de pequenas bibliotecas públicas, demonstrando haver esforço de parte da elite letrada local no sentido de instruir as camadas populares. Antônio Bezerra de Menezes, em sua viagem pelo norte cearense em 1884, constatou a existência de um gabinete de leitura na cidade de Ipu e comentou a intenção de um grupo de jovens letrados de fundar uma escola noturna e adquirir uma tipografia, o que o autor considerou o “comêço da prosperidade”⁴⁴.

Os fundadores daquele gabinete de leitura foram os jovens Thomaz Corrêa, futuro farmacêutico, agricultor e músico autodidata⁴⁵; Félix Cândido de Sousa Carvalho, acadêmico da Faculdade de Direito do Recife, e seu irmão José Cândido de Sousa Carvalho, moço que mais tarde transferiu-se para Fortaleza, onde fez fortuna no comércio, inaugurando a longa tradição comercial da família Souza Carvalho⁴⁶; o vigário da Freguesia, Padre João José de Castro; o major Antônio Francisco de Paula Quixadá; e o acadêmico Francisco Ximenes de Aragão⁴⁷.

A iniciativa dos jovens ipuenses tinha um duplo objetivo, cuja análise revela o perfil dos gabinetes de leitura. Por um lado, havia a preocupação com a instrução popular movendo o esforço de instalar uma escola noturna. Tal propósito resulta de uma noção de urgência na difusão da leitura, prática entendida como capaz de constituir uma sólida barreira ao avanço dos maus hábitos (jogo, vagabundagem, vícios, violências etc.). Esse pode ser considerado o viés social do projeto.

Por outro lado, a constituição da biblioteca demonstra o desejo de constituir um espaço para a sociabilidade letrada⁴⁸, caracterizada pelo encontro e debate entre os intelectuais locais. O exame dos acervos remanescentes bem o revela quando deixa ver a predominância

⁴³ BARBOSA, Marta Emísia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 37-57, jul./dez. 2008.

⁴⁴ BEZERRA, Antônio. *Op. cit.*, p. 221.

⁴⁵ PAZ, Francisco das Chagas. Uma página de recordação e saudades. *Almanaque Ipuense para o ano de 1961*, Ipu, n. 1, p. 77-78, 1960.

⁴⁶ *Revista dos Municípios*, Fortaleza, n. 1, p. 30, 1929.

⁴⁷ SOUSA, Eusébio de. Um pouco de história: chronica do Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXIX, ano 1915, p. 223.

⁴⁸ A noção de “sociabilidade” sempre aparecerá neste trabalho relacionada às associações de intelectuais, seja de natureza informal e eventual (saraus, bailes e torneios literários) ou formal (gabinetes de leitura, bibliotecas, clubes, grêmios, recreios e demais associações dotadas de uma diretoria e estatutos oficialmente registrados). Tal tipificação foi elaborada a partir da leitura de Maurice Agulhon, para quem a evolução da sociabilidade passa pelo surgimento e diversificação das associações do tipo *voluntário* (partidos, clubes), em oposição àquelas nas quais a inclusão do sujeito não resulta de sua vontade (família, Estado), até atingir o estágio *formal* (clubes dotados de estatutos e diretoria formalmente constituída). Neste último situamos os gabinetes de leitura, bibliotecas públicas, clubes de artistas, grêmios recreativos, recreios literários etc. AGULHON, Maurice. *El círculo burgués: la sociabilidad en Francia, 1810-1848*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009. p. 39.

de autores das escolas romântica, realista e naturalista francesa, inglesa e lusitana do século XIX. Se alguma ousadia podia ser vista na proposta de instrução, esta residia no perfil da leitura ofertada, o qual não demonstrava preocupação com as censuras da época.

Das bibliotecas dos gabinetes de leitura restaram fragmentos. Nosso esforço de pesquisa resultou no mapeamento e na catalogação de dois deles: o primeiro pertenceu ao Gabinete de Leitura Ipuense e, atualmente, está incorporado à biblioteca da Escola de Ensino Médio Auton Aragão, portanto sob a guarda de uma instituição pública estadual; o segundo pertenceu ao Gabinete de Leitura Camocinense, posteriormente transferido à Associação Comercial de Camocim, onde permanece até o momento. A respeito da presença de livros franceses em ambos, apuramos os seguintes dados:

Tabela 1 – Presença de livros franceses nos gabinetes de leitura

Acervo	Total de livros	Em francês	(%)
Gabinete de Leitura Ipuense	350	51	14,5
Gabinete de Leitura Camocinense	241	9	3,7

Fonte: Biblioteca Francelina Martins (Ipu) e Associação Comercial de Camocim.

Tipologicamente variados, os acervos contêm uma proposta de leitura voltada para o deleite. A presença dos romances chama a atenção por constituir as maiores rubricas, como se pode ver na tabela abaixo:

Tabela 2 – Presença de romances nos acervos dos gabinetes de leitura

Acervo	Total	Romances	(%)
Gabinete de Leitura Ipuense	350	101	28,85
Gabinete de Leitura Camocinense	241	87	36,09

Fonte: Biblioteca Francelina Martins (Ipu) e Associação Comercial de Camocim.

Mas não são os acervos os melhores expoentes da dualidade do projeto dos gabinetes de leitura. Havia dispositivos estatutários capazes de constituir séria barreira ao ingresso de pessoas pobres em seus salões. Um deles era a cobrança de taxa mensal aos associados, em troca do direito de retirar os livros para lê-los em casa. Outro fator seria a constituição dos gabinetes como espaços de sociabilidade para grupos restritos, ou seja, para os ricos. Bailes, solenidades cívicas e conferências literárias constituíam ocasiões que dificilmente atrairiam leitores de condição social mais humilde.

Acabamos de revelar o terceiro viés do projeto dos gabinetes: a sua constituição enquanto espaço de celebração das datas cívicas, um lugar de memória coletiva, onde a cidade se incorporava ao restante do país alimentando o sentimento patriótico por meio dos ritos solenes, discursos, saudações etc. Instrução, leitura, sociabilidade e construção de memória estão no cerne desse projeto formulado e implantado por intelectuais locais associados ao ideário progressista, republicano e nacionalista.

Essa pluralidade de interesses rapidamente converteu-se em tensão entre os sócios, resultando, no caso do Gabinete de Leitura Ipuense, no predomínio das atividades recreativas sobre aquelas de cunho literário e educativo, precipitando o encerramento das atividades da instituição, fato lamentado por Eusébio de Sousa: “Desfructando este campo antagonico, improprio, deixou o *Gabinete* de ser litterario para tornar-se dançante, foi o bastante para em breve desaparecer, abandonando de vez a sua bibliotheca, já reputada como uma das melhores dos sertões cearenses”⁴⁹.

O discurso grandiloquente em relação às dimensões da biblioteca e à sua representatividade nos sertões cearenses afina-se com a queixa concernente àqueles a quem foi atribuída a responsabilidade pela queda do Gabinete. O texto citado foi escrito nos primeiros anos da segunda década do século XX, após a chegada de Eusébio à cidade de Ipu. Não é difícil enxergar, além de seu rigoroso trabalho de pesquisa, certo ranço contra um pequeno grupo de ipuenses descontentes com sua presença e a maneira como estava conduzindo a magistratura, provavelmente melindrando inconfessáveis interesses. Num dos episódios apontados por Augusto Passos como exemplos dos desmandos e violências praticados em Ipu pelos soldados de polícia destacados na cidade após a Sedição de Juazeiro, a casa do juiz foi invadida sob pretexto de busca a criminosos⁵⁰. Provavelmente, trata-se do mesmo grupo, formado por membros da facção “marreta”, do Partido Republicano Conservador, que trabalharia, em 1915, para que Eusébio fosse removido do Ipu para a cidade de Jardim⁵¹.

O avanço do projeto de instrução popular e a proliferação dos lugares do livro não cessou. Os gabinetes, apesar de seu projeto inovador, foram enquadrados num formato institucional sobrecarregado de formalismos e ostentações, caro à camada aristocrática encarregada de financiá-lo por meio do pagamento das taxas mensais⁵².

⁴⁹ *Id. Ibidem*, p. 224.

⁵⁰ PASSOS, Augusto. *O caso do Ipu*. Ipu: Tip. Ipuense de J. Martins & Cia, 1948.

⁵¹ *O Rebate*, Sobral, 09 out. 1915, p. 1.

⁵² Em 1920, o Gabinete de Leitura Ipuense cobrava de seus associados uma taxa mensal no valor de Rs 3\$000 (três mil réis); enquanto isso, um operário alistado nas obras emergenciais da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) recebia uma diária no valor de Rs 1\$500 (hum mil e quinhentos réis), um quilo de

Situam-se os gabinetes de leitura no limite entre as escolas populares, bibliotecas associativas e agremiações literárias. Os conflitos e as dissoluções foram inevitáveis o que vem explicar, ao menos em parte, a vida efêmera de algumas destas instituições. Com seus acervos constituídos a partir de doações, dificilmente conseguiam apresentar ao leitor uma proposta clara de leitura. Embora predominassem os romances, havia ainda literatura científica, almanaques, revistas, enciclopédias, livros históricos, mapas etc., chamando a atenção para a dificuldade em lhes definir um perfil.

Se o projeto tinha certo ar transformador, na prática revelou-se a dificuldade em desprender-se do modelo de sociabilidade marcado pelo exclusivismo elitista e, no âmbito da leitura, abrigou círculos restritos de intelectuais que ali buscaram algo semelhante à ambiência dos cafés e livrarias das cidades maiores, ou seja, um espaço para o debate, a troca de informações ou simplesmente jogar conversa fora.

A pergunta é: até onde essas instituições superaram efetivamente o caráter meramente ornamental, tão comum às bibliotecas dos tempos do Império? Essa pergunta suscita outra que vai além: até onde o projeto de uma instrução das classes populares — que poderíamos classificar como um projeto emancipador — pode ser relacionado à leitura ofertada por meio dos acervos constituídos?

Ana Luiza Martins dirigiu esse mesmo questionamento ao seu objeto de estudo — os gabinetes de leitura na Província Paulista — e chegou à conclusão de que “Tudo se passara na superfície e os discursos inflamados de valorização científica ainda confirmavam o saber ornamental, a doutrina sempre de segunda mão, o repúdio ao radicalismo e à ação revolucionária, em favor da ‘arte da prudência e moderação’⁵³”.

As perguntas são fundamentais porque podem levar nossa reflexão a uma confirmação daquela impressão inicial de que os gabinetes de leitura fracassaram em sua missão de promover uma expansão do público leitor, incluindo nesse rol indivíduos oriundos das camadas populares. No entanto, é indispensável lançar um olhar a partir de uma perspectiva mais ampla, capaz de abarcar a presença do livro para além do espaço dos gabinetes. Sem dúvida, a composição de seus acervos, por mais que incluísse uma variedade de títulos e assuntos, ainda se mantinha dentro dos limites formais de uma biblioteca e, em termos de ambiência, guardava semelhanças com as antigas bibliotecas do período imperial.

Por outro lado, quando se olha as escolas noturnas como desdobramento de um

carne verde custava Rs 1\$200 (hum mil e duzentos réis) e um quilo de açúcar era vendido no Mercado por 2\$500 (dois mil e quinhentos réis). Diante de uma renda tão baixa em relação a itens indispensáveis à sobrevivência familiar, o custo de associar-se ao Gabinete tornava-se impraticável para o pobre. *Correio do Norte*, Ipu, 11 nov. 1920, p. 1.

⁵³ MARTINS, Ana Luiza. *Op. cit.*, p. 390.

projeto voltado para a alfabetização das camadas populares, percebe-se que um gabinete de leitura era mais do que uma simples biblioteca. Além de colocar livros à espera do leitor, ele se propunha a formar leitores.

Se é possível mapear os caminhos dos livros, o mesmo não podemos dizer dos caminhos da leitura e dos leitores. Dos gabinetes encontramos fragmentos de acervos. Das leituras, especialmente daquela leitura miúda, das ruas, dos espaços rurais, pouco nos chegou, e, quando houve, foi por vias indiretas, mas o suficiente para indicar que o povo lia, mostrando que a marcha da cultura letrada não se fez à revelia das camadas populares.

2.2 Anos 1910: novos gabinetes e escolas noturnas, maior difusão do livro e da instrução

A segunda década do século XX marcou a volta dos gabinetes de leitura. A inauguração da estação de Crateús, em 12 de dezembro de 1912⁵⁴, indica a expansão da zona sob influência da cidade de Sobral. A partir daquela data, ligado pelo transporte ferroviário ao vale do Acaraú, o Sertão dos Inhamuns passava a se incorporar à zona norte do Ceará. Uma cultura do impresso ganhava corpo nas cidades e vilas, e o processo de construção de um campo intelectual podia ser percebido mais nitidamente em Sobral, de onde emanavam reflexos para os demais núcleos urbanos da região.

Nos anos imediatamente anteriores ao início da Primeira Guerra Mundial, a zona norte contou com uma forte expansão de sua atividade comercial, especialmente no setor de importação e exportação. O movimento dos navios, conjugado ao dos trens, beneficiou os produtores locais, e atividades como a agricultura, a pecuária e o extrativismo também cresceram, até sofrerem o abalo provocado pelo início do conflito na Europa.

No que tange à política, o momento era de tensão, com a crise das oligarquias e o avanço do salvacionismo, embora numa versão ressignificada pelos grupos locais. Os intelectuais apresentavam sua interpretação daquele quadro nas páginas dos jornais, não escapando a alguns o estado de esquecimento a que era relegado o povo, categoria que em seu discurso ganhava sentido quando relacionada ao contingente mais pobre da população, sobre quem recaía o flagelo do analfabetismo. Tal discurso, veiculado pelos jornais, serviu de esteio à iniciativa de retomada do projeto dos gabinetes de leitura, cujas últimas tentativas haviam capitulado antes da virada do século. Dois públicos-alvo estavam claramente definidos: as crianças pobres e os empregados do comércio. A insuficiência da instrução pública ainda se fazia sentir, o que garantia largo espaço de atuação aos novos gabinetes.

⁵⁴ OLIVEIRA, André Frota. *Op. cit.*, p. 99.

O primeiro dessa nova geração foi criado em Santana⁵⁵ no dia 27 de julho de 1911⁵⁶, tendo à frente o comerciante Aprígio Soares e o advogado José Mendes Pereira de Vasconcelos. Os primeiros meses após a fundação eram cruciais para a consolidação do novo gabinete, pois era momento de buscar doações em dinheiro ou livros, e era nessa fase que vinham as doações mais vultosas e as adesões mais importantes, ao mesmo tempo em que se buscava o aparelhamento da escola noturna.

Em setembro de 1911, o Gabinete de Leitura Santanense recebeu uma doação no valor de Rs 200\$000 (duzentos mil réis), ofertada por Raimundo Magalhães, santanense que havia feito fortuna como comerciante em Santos (SP). Seu exemplo foi seguido por José Ignacio da Frota, proprietário de seringais no Amazonas, que também doou Rs 200\$000⁵⁷.

Em novembro do mesmo ano, o Gabinete recebeu do sócio José Mendes a doação de uma quota de ações da Empresa Tipográfica do Jornal *Município de Santana*, colocando-o na condição de sócio majoritário⁵⁸. Dessa forma, o Gabinete adquiriu uma tipografia. Acrescente-se uma nova doação substancial: um prédio ofertado por José Mendes, Epaminondas Frota e Manoel Lúcio Carneiro da Frota, onde deveria ser instalado o equipamento gráfico. Naquele momento, o Gabinete já mantinha uma aula noturna e outra de música, dirigida por Manoel Trajano Barbosa, maestro diretor da Euterpe Santanense⁵⁹.

Com a aula de música, o Gabinete ofertava ao público-alvo de seu projeto a possibilidade de aquisição de um sinal de distinção, pois a participação em uma das pequenas orquestras espalhadas pelas cidades interioranas representava uma colocação social, um distintivo e a garantia de ingresso em círculos restritos, como assinalou Ana Luiza Martins:

De fato, as corporações musicais figuram como uma das formas de vida associativa percebidas com mais frequência fora dos quadros da Igreja. Nesse grupo de exigências restritas, ler a partitura musical ou tocar algum instrumento eram requisitos mínimos para figurar naquelas agremiações ou para representar outras entidades associativas. [...]. Naquela sociedade com raros canais de representação, tocar na banda era importante. Usando farda engalanada e desfilando em ocasiões solenes, seus membros colocavam-se socialmente, dotados de sinal de distinção. Identificavam-se com grupos sociais e políticos, assumindo posições e partidos, colocando-se civicamente na vida da cidade.⁶⁰

Demonstrando capacidade de articulação, Aprígio Soares conseguiu autorização do bispo do Ceará para instalar o Gabinete no prédio da Casa de Caridade⁶¹. A proximidade

⁵⁵ Atual cidade de Santana do Acaraú, localizada a 35 km de Sobral.

⁵⁶ *O Rebate*, Sobral, 26 ago. 1911, p. 2.

⁵⁷ *O Rebate*, 16 set. 1911, p. 1.

⁵⁸ *O Rebate*, Sobral, 11 nov. 1911, p. 2.

⁵⁹ *O Rebate*, 11 nov. 1911, p. 2.

⁶⁰ MARTINS, Ana Luiza. *Op. cit.*, p. 167.

⁶¹ *O Rebate*, Sobral, 23 dez. 1911, p. 1.

com a Igreja pode ser notada ainda com a visita do bispo-coadjutor, D. Manoel da Silva Gomes, ao Gabinete em 1912, quando o prelado sugeriu a proibição da entrada de livros ofensivos à moral cristã na biblioteca da instituição, reforçando o combate à má leitura⁶².

Concedendo títulos de sócio honorário a diversos intelectuais locais, o Gabinete buscava fortalecer-se enquanto instância de consagração, condição necessária para manter tais homens em seu interior. O ritual de instalação dos retratos dos homenageados no salão de honra atesta o aspecto formal da instituição, atenta ao anseio daquela pequena elite por ritos e signos de distinção.

Outra forma de homenagem consistia no convite a um intelectual para proferir uma conferência no Gabinete. O bacharel em Letras J. Israel Cysne, em fevereiro de 1913, atendeu a um desses convites e proferiu uma palestra sobre um livro de Castro Alves. Pouco depois, partiu para o Rio de Janeiro, onde vivia⁶³. Percebemos aí o Gabinete como espaço da palavra erudita, da conferência literária e científica a ser proferida por vozes reconhecidamente autorizadas.

Em fevereiro de 1912, Raimundo Magalhães ofereceu ao Gabinete de Leitura Santanense livros de “história do Brazil, gramática portuguesa e francesa, dicionários, compêndios de aritmética, geometria e geografia, livros de 1ª e 2ª leitura, traslados e mapas geográficos”⁶⁴. Seguindo a práxis comum aos gabinetes, constituía-se a biblioteca por meio de doações. Obviamente, a imprensa não registrou todas elas, selecionando aquelas cujos doadores gozavam de maior prestígio ou que envolveram quantidades maiores de livros.

Ainda pensando nos acervos, percebemos a sua composição como resultado de operações de seleção por parte dos doadores. Quais os critérios empregados na escolha dos livros a serem doados a um gabinete? Certamente, a decisão de doar era resultado da concordância com o programa da instituição, podendo, em alguns casos, somar-se ao desejo de ostentação ou anseio pelos títulos honoríficos por ela distribuídos.

Seguindo a tendência de retomada, o professor Piragibe Newton Craveiro formulou o projeto de um novo Gabinete de Leitura em Sobral e o apresentou ao público nas colunas do jornal *O Rebate* no início de 1913. Selecionamos o trecho abaixo:

O Gabinete manterá uma bibliotheca e uma escola nocturna, abrangendo o ensino primario e secundario, o que muito aproveitará, principalmente aos empregados do commercio, uma vez que, conforme sabemos, os Snrs. negociantes darão aos seus empregados a necessaria liberdade, para que estes, auxiliados egualmente por seus

⁶² *O Rebate*, Sobral, 03 ago. 1912, p. 2.

⁶³ *O Rebate*, Sobral, 15 fev. 1913, p. 1.

⁶⁴ *O Rebate*, Sobral, 10 fev. 1912, p. 3.

paes, possam convenientemente assentar as bases do ensino de que são carecedores.⁶⁵

Reparemos no público-alvo distinto daquele dos demais gabinetes estudados até aqui. Não se trata de alfabetizar, mas de complementar a instrução de crianças já alfabetizadas que, para trabalhar no comércio, tiveram de interromper seus estudos. Por isso a pretensão de ofertar os cursos primário e secundário⁶⁶. No caso, a dimensão pedagógica desse gabinete não pretendia voltar-se para o ensino das primeiras letras. Seu público foi formado por crianças já inseridas no trabalho comercial. Tal escolha teve suas próprias complicações.

As longas jornadas de trabalho a que estavam submetidos os empregados do comércio tornavam a atividade incompatível até mesmo com as aulas noturnas⁶⁷. Newton Craveiro esperava dos comerciantes a colaboração no sentido de anteciparem o encerramento do turno de seus empregados. Aos pais cabia o interesse em matricular os filhos.

Os pilares da proposta de ensino aparecem na transcrição a seguir:

Aos snrs. Newton Craveiro e Craveiro Filho, auxiliados por distintos sobralenses, que pensam justamente que em matéria de instrução nenhuma despesa é sacrificio, devemos a criação d'essa casa de instrução, onde serão envidados todos os esforços, para que sejam adoptados os melhores methodos de ensino, cuja diffusão prepare o alumno para o exercicio de uteis profissões, a par da religião da moralidade e do dever.⁶⁸

“Religião”, “moralidade” e “dever” aparecem como complementos a uma proposta cujo objetivo principal consistia na preparação profissional, revelando o avanço da instrução rumo ao laicismo. O ensino voltava-se não mais para a formação do bom cristão, mas do cidadão e do trabalhador apto ao cumprimento de seus deveres. Nesse sentido, a religiosidade desempenharia papel secundário, colaborando para a incorporação de uma ética cristã capaz de reforçar o sentimento do dever.

A proposta do gabinete refletia a situação vivida pela educação a nível nacional,

⁶⁵ *O Rebate*, Sobral, 01 mar. 1913, p. 1.

⁶⁶ O ensino secundário público só era ofertado no Liceu do Ceará. No interior, apenas os estabelecimentos particulares ofertavam este nível. Em Sobral, o secundário podia ser feito no Externato José Júlio, fundado em 1907 pelo padre Manuel de França Melo e o professor Vicente Rodrigues dos Santos (*O Rebate*, Sobral, 23 nov. 1907, p. 4); Externato Luiz Felipe, dirigido pelo professor Luiz Felipe Silva (*O Rebate*, Sobral, 18 nov. 1911, p. 5); Externato d'Assunção, dirigido por Maria Jesuína Rodrigues, Regina Rodrigues e Irene Rodrigues, recebendo apenas meninas (*O Rebate*, Sobral, 18 jan. 1908, p. 2); e, a partir de 1915, no Externato Sobralense, dirigido por João Barbosa de Paula Pessoa (*O Rebate*, Sobral, 09 jan. 1915, p. 3). Em Granja, o mesmo nível de ensino era ofertado no Instituto Lívio Barreto, fundado pelo advogado Dr. Francisco de Lemos Duarte e contando com os professores Padre Vicente Martins e Antônio Barreto Aires (*O Rebate*, Sobral, 31 jul. 1909, p. 3).

⁶⁷ Rodolpho Theóphilo, em suas memórias, assinalou as dificuldades de sua juventude como caixeiro quando teve de estudar no período noturno, iniciativa condenada por seus patrões. THEÓPHILO, Rodolpho. *O caixeiro: reminiscências*. ed. fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura, 2002. p. 24-25.

⁶⁸ *Id. ibidem*.

ou seja, uma oscilação entre o humanismo clássico e o positivismo⁶⁹. Newton Craveiro, jovem professor e conhecedor do pensamento pedagógico de seu tempo, mostrava preferência pelo ensino prático, tanto que se tornou um divulgador do método das “lições de coisas” no Ceará.

Sobre os custos e o currículo, afirmou:

Recommendamos aos Snrs. paes de família a leitura dos Estatutos e Regulamento interno do ‘Gabinete,’ por onde se vê que, sem grandes despesas, a mocidade sobralense e os empregados do commercio participarão do ensino primario e secundario de portuguez, francez, arithmetica, geographia e escripturação mercantil e d’outras materias que o alumno desejar aprender, para o ensino das quaes serão contractados professores competentes, conforme auxilio que obtiver esse futuro estabelecimento de instrucção.⁷⁰

Os estatutos impressos funcionavam como material de propaganda. Sua leitura era recomendada aos interessados por ali estarem disponíveis as informações a respeito do funcionamento da biblioteca e das aulas. A inclusão da escrituração mercantil entre as disciplinas justificava-se pelo fato de tratar-se de uma iniciativa voltada para os empregados do comércio. Abrir perspectivas de avanço na carreira comercial fornecendo aos jovens a qualificação técnica era a ideia. Visto como consumidor de energias e destruidor das expectativas de potenciais talentos para as letras, o comércio era tido como lugar de muito trabalho e nenhum crescimento intelectual, daí a intenção de instruir melhor as crianças que enveredavam por este caminho profissional⁷¹.

O apelo aos comerciantes foi expresso na seguinte nota:

Apellamos para os sentimentos altruisticos dos Snrs. Commerciantes, no sentido de fecharem as suas casas commerciaes, ás 6 horas da tarde, para que os seus respectivos empregados possam frequentar as aulas do ‘Gabinete’. Assim o fazemos, porque julgamos que os Snrs. Commerciantes deverão livremente se interessar pela instrucção que é o alimento do espirito, prestando ao mesmo tempo o apoio de que carece esta casa de ensino.⁷²

A admissão dos alunos na aula noturna do Gabinete de Leitura Sobralense seria feita mediante pagamento de taxa de matrícula: Rs 10\$000 (dez mil réis) para o ensino primário e Rs 6\$000 (seis mil réis) para o secundário, valor que a aproximava dos demais

⁶⁹ RIBEIRO, Maria Luisa dos Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 11 ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991. p. 73.

⁷⁰ *Id. ibidem*.

⁷¹ No entanto, não foram poucos os homens de letras que viveram a experiência de trabalhar no comércio. O poeta granjense Lívio Barreto (1870-1895) teve de abandonar os estudos para trabalhar como caixeiro em uma firma comercial na cidade de Granja. BARRETO, Lívio. *Dolentes*. 3 ed. Fortaleza: Edições UFC/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2009, p. 229-230; Manoel Miranda, Vicente Loyola e outros jornalistas também passaram pelo mundo das casas comerciais, isto sem falar do já mencionado Rodolpho Théophilo. THEÓPHILO, Rodolpho. *Op. cit.*

⁷² *O Rebate*, Sobral, 08 mar. 1913, p. 1.

estabelecimentos de ensino particulares da cidade. Os sócios pagariam uma taxa mensal de Rs 5\$000 (cinco mil réis), podendo frequentar gratuitamente as aulas. Caso tivessem filhos e os quisessem matricular, era possível obter condições vantajosas⁷³.

A proposta de uma aula noturna para os empregados do comércio em Sobral não era novidade. A Phenix Sobralense, associação dos jovens caixeiros de balcão, começou a ser mencionada na imprensa a partir do ano de 1911 em um texto escrito pelo colaborador Tobias Coelho. Segundo ele, existia na cidade “um grupo de moços adiantados, destes que mourejam diariamente, de sol a sol, na profissão esgotante do commercio” que estavam “sonhando com um futuro mais amplo” e procuravam “projectar em suas intelligencias os raios fecundos da Sciencia”⁷⁴.

O programa da Phenix incluía

[...] a união do commercio, a fundação de uma bibliotheca, a aquisição de revistas e jornaes e principalmente a instrução de seus associados, fundando um curso nocturno, onde se leccionará portuguez, francez, inglez, geographia, escripturação mercantil e arithmetica.

Alem disto haverá aos domingos jogos athleticos, esgrimas, etc. para desenvolvimento physico dos associados.⁷⁵

A Phenix Sobralense, visivelmente, seguia o modelo da Phenix Caixeiral de Fortaleza, procurando demonstrar a força crescente dos caixeiros, uma categoria social que buscava tomar para si a condução da própria instrução na ânsia de acessar novos canais de representatividade social.

Os trabalhos da escola noturna do Gabinete de Leitura Sobralense foram iniciados no dia 1º de março de 1913. O êxito esperado, porém, não foi obtido. Inaugura-se, a partir daí, um discurso ressentido. Apesar de ter conseguido obter apoio de algumas pessoas, a instituição não havia recebido dos comerciantes a resposta positiva. Os fundadores trataram de dissolver a associação “por meios honrosos”, para o que convocaram os sócios para sessão extraordinária, como se vê abaixo:

Está convocada para hoje às 7 horas da noite, na sede social, desta corporação, uma

⁷³ *O Rebate*, Sobral, 15 mar. 1913, p. 2. Na hipótese de um sócio ter um filho para matricular no ensino primário, pagaria apenas a matrícula (Rs 10\$000), ficando dispensado das mensalidades; caso pretendesse matricular outro filho no ensino secundário, pagaria a matrícula (Rs 6\$000) ficando a mensalidade reduzida a Rs 3\$000. Caso o sócio tivesse quatro filhos – dois para o ensino primário e dois para o secundário – o custo reduzir-se-ia substancialmente. Os dois filhos matriculados no primário nada pagariam, enquanto o secundário para os outros dois custaria apenas Rs 6\$000 (seis mil réis). Somando-se a este valor a mensalidade do Gabinete, este sócio gastaria Rs 11\$000 (onze mil réis) por mês em troca da educação de quatro filhos, além do acesso franco à biblioteca e assistência médica.

⁷⁴ *Patria*, Sobral, 29 mar. 1911, p. 2.

⁷⁵ *Patria*, Sobral, 05 abr. 1911, p. 1.

Assembleia Geral que terá por fim dissolver por meios honrosos, a dita sociedade.
 Pede-se o comparecimento de todos os associados e das pessoas que não o sendo
 prestaram auxílio pecuniario ao Gabinete.
 Sobral, 3 de Abril de 1913.

O SECRETÁRIO
 Craveiro Filho⁷⁶

Consumada a dissolução, restou o discurso ressentido e acusador, o qual identificou no apego ao dinheiro e na mesquinha política de alguns indivíduos os motivos do fracasso da instituição. Um discurso maniqueísta no qual as rivalidades afloravam; as mágoas oriundas de antigos conflitos transpareceram sob uma capa de desprendimento dos interesses próprios em prol do bem da cidade.

Logo abaixo da nota transcrita anteriormente, o redator inseriu seu comentário a respeito do fato:

Effectivamente, sabemos que na sede social do GABINETE compareceram alguns associados que, encarando o esforço despendido no sentido de sairmos da vergonhosa ignorancia em que vivemos, ainda trepidaram em dissolver, de um só golpe, o producto de uma dedicação espontanea e louvavel ao ensino e instrucção da mocidade. A instrucção de uns é complemento da de outros, mas assim não quiseram comprehender aquelles de quem dependia em grande parte a vida e funcionamento d'esta casa de instrucção: felizmente poucos, cujos nomes não devemos designar, porque fugimos de odiosidades.⁷⁷

Teria a negligência e a cobiça dos comerciantes sobralenses sido a única razão daquele fracasso? Não contaria a cidade com suficiente número de estabelecimentos de ensino particulares, já melhor estruturados do que a aula noturna ofertada pelo Gabinete por preço similar? E o que dizer da opção pelo complemento da instrução dos caixeiros, ao invés da oferta gratuita do ensino de primeiras letras às crianças pobres? O insucesso da iniciativa de Newton Craveiro está ligado a fatores de ordem estrutural. A própria constituição do campo político local, espelhada na imprensa, demonstra o quão alta era a probabilidade de fracasso da Escola do Gabinete.

Em primeiro lugar, a fonte de que dispomos mostra-se carregada de parcialidade. O jornal *O Rebate*, de Vicente Loyola, servia de porta-voz ao partido rabelista em Sobral. Politicamente, a cidade estava cindida em dois grupos: os conservadores, defensores e beneficiários da política oligárquica de Antônio Pinto Nogueira Accioly, alinhados nas fileiras do Partido Republicano Conservador (PRC); e os rabelistas, adeptos do salvacionismo, representado no Ceará pelo tenente-coronel Marcos Franco Rabelo, eleito presidente do estado em 1912. Essa divisão permeava as relações sociais, a imprensa, o ensino público e

⁷⁶ *O Rebate*, Sobral, 05 abr. 1913, p. 1.

⁷⁷ *Id. ibidem*.

privado, o comércio, as agremiações recreativas e esportivas — enfim, toda a vida social era afetada pela polarização política.

Newton Craveiro parecia sentir-se à vontade para transitar de um polo a outro sem se incomodar com suscetibilidades. Tanto que os lances relativos à brevíssima trajetória do Gabinete de Leitura foram publicadas no n' *O Rebate* e no *Pátria* (órgão do PRC local), ou seja, ele procurou divulgar sua iniciativa nos dois maiores jornais da cidade, ignorando a rivalidade política entre ambos.

O jornal *O Rebate*, por sua vez, manifestou claro apoio ao projeto do novo gabinete e seu programa de ensino voltado para os empregados do comércio. Nos trechos já citados, percebe-se a simpatia do redator, que reproduziu o já conhecido discurso supervalorizador da instrução. O *Pátria*, por sua vez, limitou-se a publicar as notas enviadas por Newton Craveiro com interferência mínima da redação.

Em Sobral e por toda a zona norte do Ceará, o campo intelectual encontrava-se em processo de construção, incluindo as iniciativas de promoção de leitura e da instrução, a imprensa e a constituição de espaços destinados à sociabilidade letrada. No entanto, as posições assumidas pelos intelectuais no campo político acabaram por influenciar — às vezes negativamente — esse processo, dadas as rivalidades e tensões existentes. Esses elementos não fizeram parte do núcleo de fatos que mais tarde foram objeto de lembrança. A identidade cultural da zona norte do Ceará foi forjada, a partir da década de 1980, no contexto do *boom* da memória, a partir da atribuição da identidade de cidade intelectual à cidade de Sobral. Naquele momento, o que se valorizou foram as trajetórias individuais de intelectuais e artistas nascidos na terra.

Voltemos ao ponto inicial da EFS. Camocim teve seu gabinete de leitura fundado em 12 de janeiro de 1913. Seu fundador foi o jornalista, professor e conferente da EFS Júlio Cícero Monteiro⁷⁸. Presidiu a instituição durante vários anos, auxiliado pelo professor J. J. Praxedes, o poeta Pedro Morel e Francisco Menescal Carneiro, maçom e bibliotecário do Gabinete.

Ponto de passagem de muitos viajantes, a cidade de Camocim contava com pontos de distribuição de livros antes da fundação do Gabinete. Um deles foi a livraria de Horácio

⁷⁸ Júlio Cícero Monteiro nasceu em Ipu no ano de 1867. Desde criança interessou-se pelo jornalismo e fundou um jornal manuscrito chamado *O Paladino*, órgão da Sociedade Paladinos do Progresso. Teve passagens por Maranguape, onde colaborou n' *O Globo*, e Fortaleza, onde fundou *O Bilontra*. De volta a Ipu, fundou *O Ipuense*. Transferiu-se para Camocim para assumir a função de conferente da EFS e ali fundou o Gabinete de Leitura Camocinense, o Tiro de Guerra Infantil e o jornal *A Razão*, além de lecionar. Escreveu um livro de instrução. Interessava-se por linguística e folclore. STUDART, Guilherme. *Diccionario BioBibliográfico Cearense*. Vol. II. Ed. fac-similar. Fortaleza: Iris; Secult, 2012. p. 220.

Pessoa, o qual anunciou livros do romancista Enrich Perez Eschich no *Pátria* em 1912⁷⁹. Livrarias e gabinetes de leitura começavam a pontuar o espaço urbano, reforçando a presença do livro e da leitura enquanto componentes dos *ethos* cidadão.

O crescimento da procura por romances por parte do público feminino preocupou os diretores do Gabinete de Leitura Camocinense, tanto que, por ocasião da solenidade de posse da diretoria eleita para o ano de 1916, o orador oficial, Pedro Morel, anunciou a proibição da entrada de novos romances no acervo da instituição⁸⁰. Repetia-se a preocupação com o controle da leitura feminina, recorrente desde o período colonial, como assinalou Márcia Abreu:

Os romances também se dizem preocupados com a moral, mas a atingem pelo caminho oposto, mostrando pessoas que erram, que se corrompem, que são fracas diante do vício. Narram essas histórias do ponto de vista de quem as condena, mas ao narrá-las põem os leitores em contato com o pecado. Isso já constitui um grave problema: narrar abertamente situações de imoralidade e pecado, permitindo que o leitor se imagine na mesma situação.⁸¹

Ao estabelecer controle sobre o acesso das mulheres à sua biblioteca, os diretores do Gabinete revelam o caráter masculino da instituição. Seu espaço deveria ser dominado pelo homem, dispensador e controlador da leitura feminina. As medidas de proibição do acesso a determinados gêneros literários visava unicamente à proteção da mulher, tida como criatura de vontade frágil e suscetível às más influências. Mantinha-se a ideia de que a leitura feminina carecia da mediação masculina.

Depois de consolidada a biblioteca, foi fundada a Escola Noturna Barão de Studart. O ato foi comunicado à presidência do Ceará por meio de telegrama enviado no dia 3 de janeiro de 1918⁸². Na mensagem consta que a escola seria beneficiada com uma subvenção anual no valor de Rs 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis) a ser paga em parcelas mensais de Rs 100\$000 (cem mil réis)⁸³.

Em 1920, Júlio Cícero Monteiro enviou correspondência ao jornal *Correio do Norte*, publicado em Ipu, informando a transferência do Gabinete de Leitura e da Escola

⁷⁹ *Pátria*, Sobral, 06 nov. 1912, p. 3. Sobre a leitura dos obras de Enrich Perez Eschich no Ceará, ver: PINHEIRO FILHO, José Humberto Carneiro. *Um lugar para o tempo dos letrados: leituras, leitores e a biblioteca provincial do Ceará na segunda metade do século XIX*. 2014. 144f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

⁸⁰ *A Lucta*, Sobral, 26 jan. 1916, p. 2.

⁸¹ ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas/SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB), FAPESP, 2003, p. 271.

⁸² *Gazeta Oficial*, Fortaleza, 15 jan. 1918, p. 2.

⁸³ *Gazeta Oficial*, Fortaleza, 13 abr. 1918, p. 1; e 16 mai. 1918, p. 1.

Noturna Barão de Studart para um “sobradinho” na Rua da Estação, em cujo pavimento térreo já se achava instalada a Associação Comercial de Camocim. Arrematando o texto, revelou em tom jocoso que, “com a subida do Gabinête, desceu a frequência!”⁸⁴

O bom humor de Júlio Cícero Monteiro não conseguiu disfarçar a preocupação ante a perda de espaço dos gabinetes no cenário sociocultural das cidades da zona norte. Nem mesmo as escolas noturnas, projeto que em breve caducaria em face da ampliação da oferta do ensino público, foram suficientes para garantir-lhes a continuidade. Aos poucos, tornaram-se espaços meramente ornamentais.

Os jornais e os livros baratos difundidos pela cidade foram os suportes materiais de uma prática de leitura dinâmica, diversa daquela que se mantinha circunscrita ao espaço de uma biblioteca, como era a proposta dos gabinetes. Essa nova leitura beneficiava-se da multiplicidade de suportes e espaços. Por meio do livro e do jornal — espalhados em casas comerciais, farmácias, hotéis, estações de trem, bondes, barbearias, redações de jornais e tipografias, escolas e grêmios recreativos —, a leitura foi sendo despida dos ares de formalidade e sendo incorporada ao cotidiano de um número cada vez maior de pessoas.

No dia 13 de fevereiro de 1916, em Viçosa, foi fundado o Gabinete de Leitura Viçosense, iniciativa comandada pelo Dr. Joaquim Alerano Bandeira de Barros, juiz da comarca, e o jovem Camerino Teles de Souza. Quatro meses depois, era acrescido ao Gabinete o Curso Noturno Valdevino Elias de Alencar⁸⁵.

Localizada sobre a serra da Ibiapaba, Viçosa foi indiretamente beneficiada pela construção da EFS. Sua ligação com a ferrovia se fazia por meio de ladeiras íngremes cujas trilhas foram inauguradas pelos indígenas em tempos remotos. Essas localidades não alcançadas pelos trilhos e estações permaneceram na dependência do velho transporte feito em lombos de muars.

Por ocasião do segundo aniversário da instituição, seus diretores publicaram uma *Polyanthea*⁸⁶ com quatro páginas cobertas por textos escritos pelos sócios, idealizadores e simpatizantes do Gabinete, sendo apontado como principal mérito a instalação do Curso Noturno, como se pode ver na longa, mas necessária, citação a seguir:

Como é comovedor o ver-se, no curso, ás horas das lições, os bancos cheios de creancinhas pobres attentos e ávidas do saber, recurvadas sobre os livros, como que supplicando áquellas letras grandes do ABC que lhes deem aquillo de que tanto precisam – a instrucção!

⁸⁴ *Correio do Norte*, Ipu, 26 fev. 1920, p. 2.

⁸⁵ BARROS, Luís Teixeira. *História de Viçosa do Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1980.

⁸⁶ Nos domínios da imprensa, o título “polianteia” costumava ser dado a publicações especiais destinadas a assinalar uma data festiva.

Culpados são os governos, que gastam os poucos recursos da Nação em superfluidades, em vez de abrirem mais escolas; culpados são também e, ainda mais que aqueles, os pais de família, que menosprezam a educação de seus filhinhos, deixando-os vagar pelas ruas e esquinas, apprendendo tudo o que é pavoroso e ignobil: o jogo, a embriaguez, o crime!!...

Viamos antes da criação do curso nocturno grupos de creanças jogando ás escondidas, temendo a vigilância rigorosa da policia; hoje, que mudança consoladora! Tudo se transformou!⁸⁷

Temos acima um discurso baseado em três elementos. Primeiro, a instrução como objeto de desejo por parte das criancinhas pobres, partindo do pressuposto de serem elas capazes de entender a importância do letramento; segundo, a culpa atribuída ao governo e aos pais, aquele por não abrir mais escolas, estes por não cuidarem da matrícula e frequência dos seus filhos. Lembremos o seguinte detalhe: sendo o público-alvo as crianças pobres, subtende-se que seus pais fossem igualmente pobres, provavelmente analfabetos, mas mesmo assim sobre eles recai a reprimenda por não proverem seus filhos daquilo que o governo não disponibilizava e nem sua própria experiência de vida os tornava capazes de avaliar a importância⁸⁸. Desta maneira, o discurso impõe aos pobres valores caros a um grupo restrito os letrados — e os culpa por não levar os filhos à escola, sendo que estas ou não existiam ou tinham seu funcionamento regulado por dispositivos capazes de impedir-lhes o acesso.

Em terceiro lugar, o discurso acentua o contraste entre a situação das crianças antes e depois da instalação do curso. Neste ponto, procura reforçar o aspecto redentor da iniciativa, encarando a instrução como um meio de resgatar aquelas criaturas das garras da criminalidade, dos comportamentos desviantes, e colocá-las no caminho da cidadania e de uma vida honrada, valores caros à elite local. O que os pobres pensaram de tudo isso? Não sabemos, pois o discurso que nos chegou foi forjado no meio de uma elite que tomou para si o direito de qualificá-los.

Em junho de 1918, um ofício em nome do Gabinete de Leitura Viçosense foi enviado ao romancista maranhense Coelho Neto, manifestando solidariedade em face dos ataques sofridos por este da parte um jornalista⁸⁹. Tal fato nos interessa porque demonstra o esforço de uma agremiação letrada fundada em uma cidade do interior cearense no sentido de estabelecer relações com um intelectual reconhecido nacionalmente.

A iniciativa não ficou sem resposta. Coelho Neto enviou carta a Francisco Caldas

⁸⁷ *Polyanthea*, Viçosa, 13 fev. 1918, p. 2.

⁸⁸ De acordo com Ercília Maria Braga de Olinda, a obrigatoriedade da matrícula das crianças pobres havia sido instituída no Ceará pelo presidente Padre Martiniano de Alencar em 1836, sendo que sobre as câmaras municipais recaía a obrigação de providenciar para que as mesmas permanecessem na escola. OLINDA, Ercília Maria Braga de. *Tinta, papel e palmatória: a escola no Ceará do século XIX*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004. p. 21-22.

⁸⁹ *A Lucta*, Sobral, 03 jul. 1918, p. 2.

da Silveira, secretário do Gabinete, agradecendo o apoio e dizendo-se fortalecido pela amizade testemunhada, encontrando nela forças para enfrentar a pérfida campanha que faziam contra sua pessoa.

Interpretar tal iniciativa como mera bajulação equivaleria a uma redução e, pior ainda, a uma injustiça. Identificamos aí uma estratégia no sentido de demarcar um espaço no interior do campo intelectual a nível nacional. A troca de mensagens com o escritor era sinal de que a instituição o via como um par e a si mesma como parte da cena intelectual nacional. Para fortalecer tal estatuto, entendia ser necessário o estabelecimento de laços de fraternidade, cultivados pela troca de comunicações com as individualidades mais notáveis daquele estrato social.

Os artigos da *Polianthea* compõem um discurso que procurou apresentar o Gabinete de Leitura Viçosense como uma instituição estável, dona de um lugar social bem definido, justa merecedora dos melhores elogios por sua ação benemérita para com os pobres. Porém, o exame de fontes produzidas fora da cidade revelam cenário diverso, onde os sobressaltos causados por conflitos entre os diretores não foram omitidos nas narrativas.

No ano de 1920, por exemplo, estourou violenta polêmica entre Constantino Correia e Francisco Caldas, ambos sócios-fundadores do Gabinete de Leitura⁹⁰. Movidos por desavenças políticas, trocaram acusações pela imprensa, movimentando os jornais sobralenses *A Ordem* — órgão do PRC — e *A Lucta*, de Deolindo Barreto Lima. Na busca pela desqualificação do oponente, recorreram a todo tipo de acusação. Numa delas, Francisco Caldas afirmou que Constantino Correia fora expulso do Gabinete de Leitura por inadimplência no pagamento das mensalidades⁹¹.

Além dos gabinetes, o livro e a leitura contaram com espaços diversos. Reuniões de intelectuais ocorriam em ambientes mais informais, numa sociabilidade característica dos salões e saraus. Tais espaços acabaram por ser suplantados pelo novo formato institucional dos gabinetes, mais estruturados e mais exigentes em relação à organização, necessitando da constituição de diretoria e quase que impondo a implantação de um projeto de instrução popular, indo muito além da simples oferta da leitura.

⁹⁰ Constantino Correia fez parte do quadro de sócios fundadores do Gabinete de Leitura Viçosense, cuja primeira diretoria tinha como presidente o Dr. Joaquim Alerano Bandeira de Barros. A segunda diretoria, eleita em 1918, teve como presidente o Padre José Carneiro da Cunha. Francisco Caldas da Silveira foi eleito primeiro secretário, enquanto Constantino Correia o foi como segundo orador oficial. Naquele momento, Constantino foi colocado lado a lado com aqueles que viriam a se tornar seus maiores desafetos políticos em Viçosa. Sua expulsão do Gabinete de Leitura Viçosense bem pode ter sido motivada pela querela partidária, sendo a inadimplência um mero pretexto. Gabinete Viçosense de Leitura. *Polyanthéa*, Viçosa, 16 fev. 1916, p. 1.

⁹¹ *A Lucta*, Sobral, 28 jan. 1920, p. 2-3.

Encontramos registro de reuniões de intelectuais para leituras e debates na Vila de Ubajara⁹²; em São Benedito, foi fundado em 1906 o Ateneu Literário Farias Brito⁹³; em Campo Grande, Antônio Bezerra anotou, em 1884, a existência de um gabinete de leitura fundado por Aderson Ferro⁹⁴. Não foram encontrados registros de livrarias ou qualquer outro ponto de comércio livreiro nas localidades acima citadas.

Dessa forma, entre os anos de 1910 e 1920, os gabinetes de leitura e seus cursos noturnos tiveram seu período de consolidação nas cidades de Santana, Camocim e Viçosa. Em Ipu, a vida econômica e social também passava por transformações cujo exame permitirá compreender o início da fase de declínio dos gabinetes de leitura da zona norte. A cidade era ponto de cruzamento entre a ferrovia e o caminho das boiadas que vinham do sertão rumo ao Piauí. Em torno do Mercado Público acontecia a feira livre, quando eram espalhadas pelo chão as mercadorias e gêneros da produção agropecuária e do extrativismo praticados no sertão e na Serra da Ibiapaba. Ponto de encontro de matizes culturais, a feira do Ipu atraía também cantadores, violeiros e repentistas⁹⁵.

O círculo intelectual ganhou impulso graças à capacidade articuladora do jovem Leonardo Mota, vindo de Guaramiranga para o Ipu a convite de seu irmão, o padre Dr. Aureliano Mota, pároco da freguesia local⁹⁶. Ao tomar conhecimento de que Leonardo abandonara os estudos na Faculdade de Direito do Ceará e vivia às custas das aulas que ministrava em Guaramiranga, o sacerdote resolveu entregar-lhe a direção do Instituto José de Alencar, estabelecimento de ensino particular recém-fundado no Ipu.

Além do emprego, Leonardo conseguiu organizar os intelectuais locais, resultando tal articulação na publicação, em março de 1913, do jornal *Gazeta do Sertão*, sob sua direção. Entre os colabores estavam o deputado Abílio Martins e os magistrados Dr. Eusébio de Sousa e Ubaldino Maciel Souto Maior. Assim, aquele pequeno círculo letrado criava um registro de sua existência, fornecia subsídio à construção de sua memória, constituindo no nível do

⁹² *Correio do Norte*, Ipu, 21 jul. 1921, p. 1.

⁹³ MOTA, Leonardo. *A Padaria Espiritual*. 2 ed. Fortaleza: UFC; Casa de José de Alencar, 1994. p. 27. A memória oficial da atual cidade de São Benedito reforça o fato de ali ter nascido o filósofo cearense Raimundo de Farias Brito, exibindo sua estátua numa das praças centrais.

⁹⁴ BEZERRA, Antônio. *Op. cit.*, p. 178-179. Aderson Ferro percorreu a zona norte exercendo seu ofício de dentista prático. Sua presença foi percebida em Campo Grande e em Sobral. Em Fortaleza, tornou-se um dos dirigentes do Partido Operário do Ceará e um dos redatores d' *O Combate*, órgão deste partido, em 1890-91. ARAÚJO, Francisco Sadoc de (Padre). *Op. cit.*, p. 65; e GONÇALVES, Adelaide. Imprensa e trabalhadores no Ceará: histórias e memórias. In: SOUZA, Simone (Org). *Uma nova história do Ceará*. *Op. cit.*, p. 271-273.

⁹⁵ Sobre a feira do Ipu na segunda década do século XX, existem várias descrições em livros de memória local. Parece mais aceitável, embora um tanto grandiloquente, aquela de MARTINS, F. Magalhães. *Ídolos, heróis & amigos*. Fortaleza: Fundo Editorial AAFBB, 1982, p. 54-55.

⁹⁶ MARTINS, F. Magalhães. *Op. cit.*, p. 54.

discurso “um modo possível de recordação do passado”⁹⁷.

A ausência de um lugar destinado à prática da leitura pública fez brotar naquele grupo a ideia de se fundar um centro de leitura⁹⁸. Se tal iniciativa foi levada adiante, não pudemos saber, devido à curta existência do *Gazeta do Sertão*. A última edição circulou no dia 28 de novembro de 1913. Nada para se admirar, levando em consideração um contexto no qual a imprensa ainda não havia se consolidado, evidenciando a ausência de um público leitor suficientemente amplo a ponto de sustentar as empreitadas jornalísticas.

A despeito da existência de escolas públicas, a alfabetização dos mais pobres continuava sendo um desafio para os intelectuais portadores de um ideário voltado para a propagação da instrução e da leitura — estratégia fundamental para a formação dos cidadãos republicanos e patriotas.

Tal ideário passava por uma espécie de modernidade sem modernismo, ou seja, pretendia-se implantar um projeto social que elevasse o brasileiro pobre à condição de cidadão, mas não a ponto de promover a superação das divisões sociais benéficas às elites⁹⁹. O toque transformador presente no projeto dos gabinetes de leitura estava na possibilidade de acesso direto dos mais pobres à instrução, quebrando a perspectiva de um ensino voltado para a construção de uma cultura beletrista e ornamental¹⁰⁰.

No dia 7 de setembro de 1918, em sessão solene do Grêmio Recreativo 7 de Setembro, o médico Dr. Francisco das Chagas Pinto da Silveira apresentou a proposta de converter aquela associação em um gabinete de leitura cuja finalidade seria “fazer a aquisição de uma regular bibliotheca para proporcionar aos seus associados, despertando-lhes o gosto pelas letras, algumas horas de prazer intellectual”¹⁰¹.

Com o apoio do deputado, poeta e jornalista Abílio Martins, a proposta foi aceita, e iniciou-se esforço no sentido de angariar livros e sócios para a nova instituição. Não nos parece ter sido cogitada a possibilidade de criar um curso noturno nesses momentos iniciais.

No dia 1º de janeiro de 1919, o Gabinete de Leitura Ipuense foi instalado em um prédio cedido pelo pároco padre Francisco Máximo Feitosa. Francisco das Chagas Pinto foi eleito presidente, e permaneceu no cargo por mais de uma década. No entanto, a intenção de

⁹⁷ MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccineli (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas/SP: Pontes, 1993. p. 33.

⁹⁸ *Gazeta do Sertão*, Ipu, 25 jun. 1913, p. 4.

⁹⁹ Inspirou-nos esta breve discussão a obra de Renato Ortiz. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

¹⁰⁰ MARTINS, Ana Luiza. *Op. cit.*, p. 273.

¹⁰¹ MARROCOS, Antônio. Gabinete de Leitura Ipuense. *Revista dos Municípios*, Fortaleza, n. 1. v. 1, p. 41, 1929.

atuar na propagação da instrução não esteve sempre ausente. No primeiro aniversário da instituição, o presidente anunciou aos sócios o propósito de, tão logo fosse feita a transferência do Gabinete para sua sede própria, implantar um curso noturno para “facilitar o ensino aos que não poderem frequentar as aulas oficiais”¹⁰².

De 1920 a 1924, a presença do Gabinete de Leitura nas páginas da imprensa resume-se a pequenas notas informando a eleição das novas diretorias ou como assunto secundário em algum artigo, quase sempre lamentando a baixa frequência do público e a negligência dos sócios. Em 1944, o Gabinete de Leitura Ipuense, ao lado de associações como o Grêmio Ipuense, Associação Comercial de Ipu e Clube Artista Ipuense, ajudou a organizar as comemorações pelo cinquentenário da estação ferroviária local¹⁰³. Daí por diante, não encontramos notícia de sua atuação, tornando muito difícil identificar a data do encerramento de suas atividades.

O projeto de instrução não foi posto em prática — apesar de estar previsto no Orçamento Municipal para 1921 o pagamento de subvenção no valor de Rs 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis)¹⁰⁴ —, e o Gabinete seguiu no papel de figurante nos eventos cívicos e sociais, abrigando em seus salões ornados de estantes e livros, as solenidades promovidas pela elite local.

2.3 Anos 1920: a reforma da Instrução Pública e o início da decadência dos gabinetes de leitura

Em 1922, de acordo com o *Correio do Norte*, o Gabinete de Leitura Ipuense mantinha-se “por milagre”, tendo “mais da metade dos sócios eliminados por falta de pagamento”. Crise semelhante atingia o Centro Artístico Ipuense. As demais instituições fundadas na década anterior — Grêmio Ipuense, Ipu Foot-Ball Club e Salão de Leitura Abílio Martins — haviam desaparecido¹⁰⁵. A moda das associações elitistas baseadas em moldes oitocentistas dava sinais de caduque¹⁰⁶. As novidades tecnológicas daquele presente se

¹⁰² *Correio do Norte*, Ipu, 08 jan. 1920, p. 1.

¹⁰³ PAZ, Francisco das Chagas. *Almanaque Ipuense para o ano de 1963*. Ipu: Oficinas Gráficas da Escola Profissional de Ipu, 1963. p. 81.

¹⁰⁴ *Correio do Norte*, Ipu, 01 jan. 1921, p. 5.

¹⁰⁵ *Correio do Norte*, Ipu, 16 mar. 1922, p. 1.

¹⁰⁶ O associacionismo da quarta década do século XX será marcado na zona norte do Ceará e em todo o Brasil pela dicotomia política entre catolicismo e comunismo/laicismo/ateísmo, tendo como alvo a classe trabalhadora urbana e rural. Os Círculo Operários Católicos ganharam força em cidades como Ipu, Ibiapina e outras na zona norte graças ao apoio da Diocese de Sobral e à ação de padres encarregados da organização do movimento circulista e do combate aos militantes comunistas, cuja ação se fez sentir em Ipu e Camocim. LIMA, Francisco Petrônio Peres; e SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. Sermões, bandeiras e enxadas: religiosos e trabalhadores na formação do Círculo Operário de Ipu (1932-1946). In: FARIAS FILHO,

mostravam mais capazes de atrair a atenção.

A velocidade nos deslocamentos espaciais crescia com a chegada do automóvel, convertido em novo objeto de ostentação. As cidades recebiam seus sistemas de iluminação pública — gás, eletricidade —, suscitando programas noturnos atraentes para a juventude masculina e feminina. Uma modernidade diferente da sonhada pela geração anterior, em que a cultura letrada ocupava lugar central e a instrução era vista como antídoto contra o avanço de comportamentos indesejáveis, chegou à cidade na esteira de implementos tecnológicos como a luz elétrica, o automóvel e, na quarta década do século passado, o rádio¹⁰⁷.

Aos poucos, aquela sociedade experimentava a diluição das rígidas fronteiras sociais e entraria “num perpétuo estado de vir-a-ser”, caracterizado por Marshall Berman como “modernização”¹⁰⁸. O conceito de moderno impôs um novo olhar voltado para o futuro. O passado e a tradição sofreram progressiva perda de sua condição referencial. O alinhamento à modernidade implicava no rompimento com o “antigo”, termo que, para aquela sociedade, parece remeter ao século XIX, cujas permanências foram sendo diluídas pelas primeiras gerações nascidas no XX. O movimento em sentido contrário só veio a ser feito na década de 1980, quando, de acordo com Andreas Huyssen, “o foco parece ter-se deslocado dos futuros presentes para os passados presentes”, produzindo um “deslocamento na experiência e na sensibilidade do tempo”¹⁰⁹.

Sem dúvida, Sobral estava na dianteira do processo de modernização na zona norte do Ceará. A despeito do tradicionalismo da elite local, a cidade mostrava-se a mais voltada para as novidades. Suas associações apressavam-se em difundir as danças e comportamentos *chics*, embora arriscando-se a incorrer na sansão da Igreja, vigilante dos atos e consciências.

No entanto, tal vigilância mostrou-se insuficiente para impedir mudanças de comportamento. O *jazz*, o tango, o carnaval e os passeios de automóvel foram hábitos incorporados pela juventude elitista sobralense, acompanhados do desinteresse pela velha sociabilidade de salão e pelas associações honoríficas letradas. A sobrevida dos gabinetes de

Antônio Vitorino; e ARAÚJO, Raimundo Alves de. *Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará (1850-1930)*. Sobral/CE: Sertão Cult, 2014, p. 65-88 e SANTOS, Carlos Augusto. *Cidade vermelha: a militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-CE (1927-1950)*. *Op. cit.*

¹⁰⁷ De acordo com o memorialista João Mozart da Silva, o primeiro automóvel chegou ao Ipu em 1909, junto com a comissão presidida pelo engenheiro João Thomé de Saboia e Silva, encarregada de iniciar os trabalhos do prolongamento da EFS dali até Crateús. A primeira transmissão de rádio foi captada na cidade alguns anos depois por Leonard Martin, migrante francês dotado de enorme habilidade em mecânica e eletrônica. SILVA, João Mozart da. *Ipu do meu xodó: memórias*. Fortaleza: Nacional, 2005, p. 51; 59.

¹⁰⁸ BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 16.

¹⁰⁹ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 9.

leitura nas demais cidades da zona demonstra, por sua vez, a menor velocidade de absorção do ideário moderno. Fortemente ruralizadas, aquelas pequenas cidades e vilas pouco ou nada experimentaram da *belle époque*, exceto algumas tentativas de intervenção no espaço urbano encaradas como excentricidades de uma minoria com pretensões à intelectualidade.

Ilustra o que foi dito acima o “Caso da Avenida”, ocorrido no Ipu. Ali, o farmacêutico Thomaz Corrêa levantou a ideia de se construir um passeio público no centro da cidade. No entanto, o projeto foi considerado prosaico e grandiloquente, sendo alvo da ironia de Abílio Martins no poema “Ao sonho do Thomaz”, publicado no jornal *Correio do Norte*, em 1923. O poeta satiriza o “sonho” e denuncia a hipocrisia dos amigos e parentes de Thomaz Corrêa, os quais, em sua presença, manifestavam apoio irrestrito à ideia, enquanto em sua ausência teciam duras críticas a ela, concluindo pela sua inviabilidade. E Abílio arremata a composição com a estrofe abaixo:

Leva-se tudo, em risada,
Nem Avenida, nem nada,
Nesse Ipú velho, se faz...
Deixemos esses ardores,
Nós somos dois sonhadores
Incorrigíveis, Thomaz...¹¹⁰

Em 1929, o Gabinete de Leitura Ipuense completou dez anos de fundação. Antônio Marrocos, orador oficial, foi encarregado de escrever um artigo para a *Revista dos Municípios*, obra organizada por Eusébio de Sousa, apresentando breve histórico da instituição. A ausência de menção à projetada aula noturna dava a entender que esta não havia sido implantada¹¹¹.

Quais as razões da não implantação da anunciada escola noturna? Por que aquele Gabinete desviou-se do projeto comum aos seus congêneres da zona norte cearense?

A principal justificativa para a implantação dos cursos noturnos era a ausência ou a precariedade do ensino público. A pouca disponibilidade de mestres dispostos a receber os salários considerados baixos, a falta de prédios adequados e a ausência de material didático faziam parte do discurso construído em torno desta ineficiência¹¹². Enquanto isso, os mais abastados matriculavam seus filhos em escolas particulares, caracterizando um quadro no qual a instrução mantinha-se como prerrogativa de poucos e o índice de analfabetismo permanecia

¹¹⁰ *Correio do Norte*, Ipu, 08 mar. 1923, p. 1.

¹¹¹ MARROCOS, Antônio. Op. cit.

¹¹² Discurso presente, inclusive, nos relatórios do presidente da província/estado. Invariavelmente, a seção “Instrução Pública” desses relatórios inicia-se com o reconhecimento da importância da educação e da precariedade em que o mesmo serviço se encontrava no Ceará. Examinamos a série compreendida entre os anos de 1869 a 1930.

elevado¹¹³.

Entre os anos de 1922 e 1924, o presidente do Ceará, Justiniano de Serpa, iniciou a reforma do ensino. O comando do processo foi entregue ao diretor da Instrução Pública, o jovem professor paulista Manoel Bergström Lourenço Filho. A primeira investida se deu na Escola Normal, pois o reformador entendia a deficiência na formação dos mestres como o principal problema do sistema educacional cearense¹¹⁴. Em seguida, promoveu a reorganização do ensino, atingindo desde os currículos às instalações físicas das escolas, momento em que foi incorporado o projeto arquitetônico dos grupos escolares¹¹⁵. A formação dos professores foi incrementada com aulas ministradas pelo próprio Lourenço Filho, às quais ocorreu numeroso público. Uma verdadeira campanha popular foi promovida, envolvendo não somente os profissionais da educação, mas diversos setores da sociedade civil. Como resultado, as matrículas tiveram um aumento vertiginoso¹¹⁶.

O esforço reformador e seus resultados produziram o esfacelamento do discurso recorrentemente empregado para justificar aquele projeto de instrução popular dos gabinetes de leitura, baseado na reafirmação da ausência e deficiência do sistema de ensino público. O Estado ampliava sua presença por meio da oferta do serviço indispensável, reduzindo o espaço de atuação das associações interessadas na instrução dos mais pobres. Na esteira da onda de mudanças, as prefeituras começaram a criar suas escolas primárias no Ceará, estando a de Camocim entre as primeiras¹¹⁷.

Antes mesmo do início do esforço reformista, o governo estadual decretou a criação de escolas secundárias estaduais nas cidades de Sobral e Crato. Até aquele momento, o ensino secundário público era ministrado apenas no Liceu do Ceará, em Fortaleza. O mesmo decreto determina a criação de escolas noturnas, que deveriam funcionar no mesmo prédio onde fosse instalado o curso secundário¹¹⁸. Dessa forma, o poder público vinha assumir

¹¹³ Em 1908, o índice de analfabetismo no Ceará foi estimado em 85% da população. ACCIOLY, Antônio Pinto Nogueira. *Mensagem dirigida Assembléa Legislativa do Ceará*. Fortaleza: Typo-Lytophraphia a vapor, 1908. p. 18.

¹¹⁴ Diagnóstico criticado pela oposição, aglutinada em torno da figura de Manuel Fernandes Távora, que defendia uma reforma mais abrangente, não restrita apenas ao melhoramento da formação dos professores. De acordo com Maria Juraci Maia Cavalcante, Lourenço Filho teve no Ceará a oportunidade de uma “estreia” em sua carreira de educador escolanovista. CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. Lourenço Filho: um missionário paulista no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo CXI, p. 345-348, 1997.

¹¹⁵ Um interessante estudo sobre a concepção arquitetônica dos grupos escolares encontra-se em: SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. *Arquitetura e instrução pública: a reforma de 1922, concepção de espaços e formação de grupos escolares no Ceará*. 2011. 435f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

¹¹⁶ SOUZA PINTO, F. C. Instrução pública primária no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LIII, p. 63-110, ano 1939. As matrículas gerais saltaram de 19.360 em 1921 para 32.687 em 1923.

¹¹⁷ *Id. ibidem*, p. 96.

¹¹⁸ Decreto n. 103, de 7 de março de 1918. Citado por DAMASCENO, Ana Daniella. *Escolas noturnas do Ceará: ações de combate ao analfabetismo adulto na Primeira República*. 2010. 200f. Dissertação (Mestrado

uma tarefa que os gabinetes de leitura até então haviam tomado para si.

Assim, percebe-se a associação entre esse momento no qual o Estado chama a si a tarefa de instruir os mais pobres e o início do declínio dos gabinetes de leitura. A memória construída em torno dessas instituições atesta o fato de os cursos noturnos terem funcionado como uma importante ponte com a sociedade. O caráter benemérito da iniciativa granjeava a simpatia de parte da população, e os gabinetes se tornavam merecedores de respeito. Mas a chegada do Estado passou a ser vista como um progresso ainda maior, sinal da maturidade de uma Nação republicana cujos governantes finalmente mostravam-se sensíveis à demanda do povo por instrução.

Quais as ações adotadas pelo governo estadual no sentido de difundir a reforma do ensino pelo interior do Ceará e como esta chegou à zona norte?

Ainda em 1922, Lourenço Filho organizou a Instrução Pública adotando a divisão do estado em regiões, sendo cada uma entregue a um inspetor. A cidade de Sobral foi escolhida para sede da 3ª Região Escolar, e Piragibe Newton Craveiro foi nomeado inspetor da mesma. No desempenho do cargo, vários problemas precisavam ser enfrentados de imediato: a organização do cadastro da população escolar da zona, a sensibilização dos pais para a necessidade de matricular os filhos nos estabelecimentos de ensino, a falta de escolas e de professores, especialmente para as vilas e povoações menores, afastadas da ferrovia¹¹⁹.

O passo seguinte foi a formação de uma comissão para realizar o recenseamento da população em idade escolar. Em reunião com o prefeito, o inspetor expôs a necessidade de se construir em Sobral um grupo escolar e mais quatro escolas¹²⁰. Ao final de novembro de 1922, Newton Craveiro concluiu sua primeira viagem de inspeção pela zona, tendo percorrido 18 cidades. Voltou com a promessa de 320 prédios — número, obviamente, exagerado — para instalação de escolas, além da construção de novas¹²¹.

Algumas intenções relativas à 3ª Região acabaram não se concretizando, como a viagem de Lourenço Filho a Sobral e a criação da Escola Profissional Agrícola¹²². Em fevereiro de 1923, Newton Craveiro retornou de Fortaleza e pôs-se a trabalhar na organização do Grupo Escolar Desembargador Ibiapina, o primeiro estabelecimento escolar na cidade a praticar o novo método de ensino difundido pelo professor Lourenço Filho¹²³. Para tanto, a

Acadêmico em Educação) — Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

¹¹⁹ *A Lucta*, Sobral, 30 ago. 1922, p. 2.

¹²⁰ *A Lucta*, Sobral, 13 set. 1922, p. 2.

¹²¹ *A Lucta*, Sobral, 25 nov. 1922, p. 2.

¹²² *A Lucta*, Sobral, 17 jan. 1923, p. 3.

¹²³ Trata-se do método conhecido como “Escola Nova”, em desenvolvimento desde o século XIX, gerando experiências positivas na Europa, a partir da Inglaterra, e nos EUA. No Brasil, alguns colégios particulares fundados por americanos também experimentaram o método em São Paulo ainda no XIX. Baseava-se na

diretoria pediu, por meio da imprensa, ajuda aos pais no sentido de enviarem doações para a montagem do museu escolar, equipamento indispensável à prática das “lições de coisas”. Enquanto isso, o governo do estado anunciava a decisão de enviar material pedagógico adequado para o Grupo¹²⁴. O intervalo entre o anúncio e o embarque dos volumes em Fortaleza foi de um mês. Tal brevidade revela o empenho na efetivação da reforma. O inspetor foi encarregado de receber os volumes no porto de Camocim¹²⁵.

O esforço de inclusão das crianças na escola, demonstrado pelo trabalho de convencimento dos pais de família a respeito da necessidade de matricularem seus filhos e da eficiência do novo método, funcionou como uma deixa para que os gabinetes de leitura saíssem de cena. Num contexto em que o Estado passava a se fazer presente na educação pública, esvaziava-se aquele projeto pedagógico cujo público-alvo passava a adquirir visibilidade diante dos responsáveis pela Instrução Pública. As altas taxas de analfabetismo e os baixos números de matrícula e frequência se tornaram intoleráveis. Os governos de Justiniano de Serpa (1920-1923) e Idelfonso Albano (1923-1924) investiram na mudança desse quadro, promovendo rápida ampliação do número de matriculados e gerando estatísticas positivas. Uma ferramenta importante foram os relatórios elaborados pelos inspetores das regiões com base nos resultados do recenseamento da população em idade escolar, quando foi constatado o altíssimo número de crianças pobres fora da escola.

Nesse sentido, Piragibe Newton Craveiro encarnou um personagem de transição, pois vivenciou a experiência de comandar a instalação — embora fracassada — de um gabinete de leitura com aula noturna em Sobral uma década antes. Agora, chegava à cidade com a missão de implantar o novo modelo de ensino e organização escolar que tornaria caduco o projeto dos gabinetes. Investido em cargo público, autorizado pelo governo, esforçou-se por divulgar e concretizar a reforma na zona norte¹²⁶. Autodidata, sua atuação no âmbito da educação foi registrada desde o ano de 1917, quando fundou em Sobral o Instituto

exploração de conhecimentos oriundos da psicologia, aplicando-os ao processo de ensino-aprendizagem. Tencionava proporcionar ao educando uma maior liberdade e poder de influência sobre a condução do processo de aprendizagem. Em 1919, o Bureau International des Écoles Nouvelles, organismo criado para orientar o movimento renovador já globalmente difundido, prescrevia que a Nova Escola só era possível na modalidade internato, e que os estabelecimentos deveriam se localizar no campo, ambiência naturalmente favorável ao desenvolvimento de experiências práticas fundamentais à formação das crianças. Valorizava os trabalhos manuais, as artes e os esportes. A formação intelectual deveria ser feita sempre cuidando para que a liberdade do educando fosse respeitada. LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. 10 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

¹²⁴ *A Lucta*, Sobral, 28 fev. 1923, p. 2

¹²⁵ *A Lucta*, Sobral, 24 mar. 1923, p. 3.

¹²⁶ Newton Craveiro tomou posse no cargo de inspetor da 3ª Região da Instrução Pública em abril de 1923. Sua jurisdição incluía as seguintes localidades: Acaraú, Campo Grande, Crateús, Camocim, Granja, Ipueiras, Ipu, Massapê, Palma, Sobral, Santana, São Pedro de Ibiapina, Santa Quitéria, São Benedito da Ibiapaba, Ubajara, Tianguá e Viçosa. *A Lucta*, Sobral, 18 abr. 1923, p. 1.

Vicente Saboia, estabelecimento no qual pretendeu lecionar baseado no método das “lições de coisas”, numa tentativa de antecipar a chegada da “Escola Nova” na zona norte, demonstrando já ter conhecimento dessa linha de pensamento pedagógico¹²⁷ — condição que certamente influenciou na escolha de sua pessoa para a inspetoria da 3ª Região e o aproximou de Lourenço Filho.

O trabalho se mostrou difícil. Em 1924, as matrículas do Grupo Escolar de Sobral ficaram abaixo do esperado, fato atribuído à desconfiança dos pais em relação ao novo método de ensino. Não acreditavam na possibilidade de se ensinar a leitura sem recorrer a materiais e práticas tradicionais, tais como a Carta de ABC e a soletração. Além disso, a própria dinâmica das aulas, voltadas para experiências práticas, era vista com desconfiança. Podemos perceber claramente a ideia que se tinha de instrução. Acreditavam os pais que esta deveria consistir no ensino clássico das letras, sendo o livro o principal material a ser utilizado. Seu modelo de ensino ainda trazia algo do beletismo. Nesse sentido, a reforma do ensino cearense trazia uma proposta de transformação radical, advindo daí as maiores dificuldades¹²⁸.

Além de cumprir com todas as tarefas inerentes a seu cargo, Newton Craveiro publicou, em 1924, o livro de lições *João pergunta ou o Brasil seco*, elaborado com base nos princípios da Escola Nova no Ceará. Além de ter sido subvencionado pelo governo, o mesmo foi adotado nas escolas públicas do estado¹²⁹. Suas 37 lições estão ambientadas no sertão nordestino e procuram ensinar às crianças maneiras modernas de se praticar a agricultura, valorizando a racionalidade e a aplicação do conhecimento científico. Na introdução, o autor expõe sua visão crítica em relação ao ensino livresco, voltado para a retórica e o beletismo:

Se a educação é a preparação do homem para viver no meio a que se destina, qual o país a que a nossa escola primária destinaria o nordestino? Ao Nordeste, é certo não seria. No Nordeste luta-se com a seca e a escola primária nunca cogitará do calamitoso fenômeno climatérico, que omitia mesmo do programa; no Nordeste vive-se da lavoura e da pecuária, quase exclusivamente, e ela orientava para o

¹²⁷ *A Lucta*, Sobral, 02 fev. 1924, p. 1.

¹²⁸ Newton Craveiro, em artigo enviado ao jornal *A Lucta*, demonstrou sua frustração diante da reação ao novo método de ensino, e classificou seus críticos em três grupos: os “refletidos”, ou seja, as mães que se mostraram interessadas em ouvi-lo, apesar da grande desconfiança; os “caturras”, aqueles que se negaram a comparecer à conferência e ainda enviaram mensagens escritas nas quais faziam críticas ao novo método; e os “difamadores”, aqueles que se organizaram em campanha contra a proposta, buscando embargar o trabalho do professor, que assinalou: “Nesse numero – confessamos com tristeza – se encontram professores particulares cujas escolas se iam tornando vazias á proporção que crescia o prestígio do Grupo Escolar. Não nos referimos, todavia, a certos collegios particulares desta cidade, estabelecimentos vantajosamente organizados e que como nós se esforçaram sempre no sentido do melhoramento dos processos didacticos. Queremos nos referir a essas escolas de inferior categoria que o povo, em sua linguagem pitoresca, deu o nome de ‘bodeguinhas’, dessas de que a cidade está inçada, dessas onde a rotina assentou o seu solio, onde a palmatoria e a taboada mutilam a mentalidade da infancia sobralense”. *A Lucta*, Sobral, 01 mai. 1924, p. 1.

¹²⁹ *A Lucta*, Sobral, 02 abr. 1924, p. 1.

literatismo. Precisávamos de lavradores: dava-nos retóricos. Precisávamos de homens rijos: dava-nos moluscos.¹³⁰

Um projeto de educação voltado para o ensino prático, orientado pelo pensamento científico, teria algo em comum com o projeto dos gabinetes de leitura? A pergunta pode parecer, à primeira vista, inusitada, especialmente porque defendemos a tese de que a citada reforma foi uma das causas — senão a principal — do declínio do projeto pedagógico dos gabinetes. E é aí onde, mais uma vez, Newton Craveiro surge como protagonista desse processo de transição. Seu projeto de curso noturno voltava-se para o aperfeiçoamento dos empregados do comércio, chegando a incluir no currículo a disciplina “Escrituração Comercial”. Talvez ainda desconhecendo a Escola Nova, seu pensamento pedagógico já valorizava o ensino voltado para o conhecimento prático.

Pouco sabemos a respeito da formação intelectual de Newton Craveiro. Não há registros de sua passagem por instituições de ensino superior, apenas de seu autodidatismo. Provavelmente, foi percorrendo esta via que acabou por assimilar o pensamento escolanovista. O fato é que, em 1923, seus estudos e experiência profissional já proporcionavam cabedal suficiente para a escrita de um livro didático baseado no método ainda desconhecido dos grandes sistemas de ensino público no país.

Uma das preocupações de Lourenço Filho e Newton Craveiro estava na difusão da reforma pela zona norte. Em abril de 1923, o inspetor foi autorizado a instalar grupos escolares nas cidades de Camocim, Granja, Massapê, Ipu, Ipueiras e Crateús¹³¹. A reforma seguia o traçado dos trilhos da EFS. A instalação de um grupo escolar requeria a aquisição de um imóvel adequado — cedido pela prefeitura ou por particulares —, a organização do museu e a aquisição de material pedagógico apropriado, bem como a constituição da diretoria. Os trabalhos iniciais envolviam, ainda, uma campanha de convencimento junto aos pais no sentido de garantir um número de matrículas satisfatório aos olhos do governo.

A reforma se tornou assunto debatido na imprensa. Em Sobral e zona norte, o jornal *A Lucta* divulgava as ações do inspetor regional e incentivava a adesão dos pais ao projeto. Em maio de 1923, foi inaugurado o Grupo Escolar de Crateús, ocasião em que Newton Craveiro fez conferência sobre o novo método de ensino, seguida por desfile cívico e vivas a Lourenço Filho¹³². A ação reformadora, a nível local, atingia três âmbitos: cultural,

¹³⁰ CRAVEIRO, Newton. *João pergunta ou o Brasil Seco*. Fortaleza: Secretaria de Educação Básica, 2005. p. 13. Uma interessante análise desse livro encontra-se em CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. O livro de leitura para as crianças do Nordeste brasileiro da Nova Escola Primária do Ceará: o caso do *João Pergunta* (ou Brasil Sêco) de Newton Craveiro. *Documento*. *Op. cit.*, p. 101-116.

¹³¹ *A Lucta*, Sobral, 21 abr. 1923, p. 1.

¹³² *A Lucta*, Sobral, 02 mai. 1923, p. 2.

político e social.

No âmbito cultural, visava ao convencimento acerca da pertinência do novo método. A conferência era uma maneira de atingir as consciências dos pais e autoridades, sensibilizando-as para a necessidade de se ampliar o número de escolas e de crianças matriculadas. Diferentemente do projeto dos gabinetes, a reforma foi uma ação do poder público e por este financiada. Os resultados estatísticos não demoraram a chegar, e o novo método de ensino parecia muito melhor do que o antigo¹³³.

Politicamente, a reforma não se faria sem as articulações com as lideranças locais, e ao inspetor cabia negociar as doações de prédios e materiais para os grupos escolares, bem como contar com o apoio declarado dos prefeitos, o que facilitaria o citado esforço de convencimento. Era preciso atrair a aprovação da opinião pública e, para isso, foi necessário contar com o apoio da imprensa. O projeto de reforma era intrinsecamente político, pois nascera de um governo voltado para a implantação de uma nova maneira de se vivenciar a política no estado, minimizando os confrontos violentos, o clientelismo e o fisiologismo. Melhorar a educação ampliando o número de escolas e modernizando a prática pedagógica era parte do esforço de transformação do estado do Ceará. A educação era vista, naquele momento, como uma das vias mais seguras para desencadear um processo de modernização das sociedades. Portanto, a reforma foi uma ação política planejada e executada pelo governo do estado em articulação com agentes locais.

No que tange ao aspecto social, ela proporcionou uma certa valorização dos professores, especialmente no tocante à sua formação profissional. Figuras muitas vezes estigmatizadas, tidas como negligentes, os mestres passaram a ser vistos como trabalhadores especializados. Por outro lado, as aulas de aperfeiçoamento ministradas por Lourenço Filho na Escola Normal e no Teatro José de Alencar objetivam a capacitação dos mesmos para atuarem seguindo o novo método de ensino. Além disso, o combate ao analfabetismo foi tratado como política de Estado, mudança provocada pelo aceleramento do processo de “mudança social” desencadeado a nível mundial após a Primeira Guerra e tido como um de seus efeitos¹³⁴.

Em junho de 1923, Newton Craveiro iniciou, em Sobral, um curso de férias para professores. A primeira aula foi sobre o método da sentencição, o qual prescrevia que a alfabetização das crianças não se faria mais pelo recurso à memorização e exercícios de soletração e recitação. A necessidade de uma boa preparação dos docentes tinha muitos

¹³³ De acordo com levantamento feito a partir da consulta aos relatórios dos presidentes da província/estado do Ceará, o número de matrículas atingiu, em 1923, uma cifra inédita até então: 32.687 alunos.

¹³⁴ LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *Op. cit.*, p. 25.

motivos. Pensando localmente, a resistência imposta pelos pais de família incrédulos quanto à eficácia da nova proposta pedagógica era um obstáculo preocupante, pois resultava em um número de matrículas aquém daquele desejado pelo governo¹³⁵.

Apesar das dificuldades, a reforma estava produzindo uma ampliação do número de escolas e de matrículas a nível local e estadual. Com o Estado tomando para si a instrução pública, desaparecia a função social dos gabinetes de leitura. O novo pensamento pedagógico pretendia superar o ensino de primeiras letras baseado no método alfabético. Não bastava apenas ensinar a decodificar signos. O método da sentencição almejava o aprendizado através da apreensão do sentido de frases, diferentemente dos métodos fonéticos, que partiam da memorização dos sons das letras, depois das sílabas, palavras etc.¹³⁶

Novos métodos, maior investimento, reorganização do sistema de ensino e ampliação da rede escolar rapidamente criaram um contexto onde as aulas dos gabinetes de leitura perderam sua função social. O novo discurso em torno da educação a tomava agora como uma tarefa do Estado, sem mais ambiguidades. O espaço para iniciativas de caráter benemérito começava a diminuir. O Estado ocupava o lugar de provedor do ensino e da instrução aos pobres, empenhando o esforço de seus agentes no sentido de atrair as crianças para as salas de aula.

À medida que a década de 1920 caminhava para o seu fim, aprofundava-se o esquecimento dos gabinetes. Nas cidades em que mantiveram algum prestígio social, só o conseguiram porque transmudaram-se em associações recreativas, como revelam depoimentos dos antigos frequentadores dos bailes do Gabinete de Leitura Viçosense. Quando interrogados sobre as lembranças da instituição, de sua ambiência, os bailes e festivais eram prontamente citados; a respeito da biblioteca e aulas noturnas, nada tinham a dizer, deixando entrever que tais atividades há muito haviam cessado, permanecendo apenas o viés recreativo¹³⁷.

Não por acaso, os esforços de rememoração iniciados nos décadas de 1990 e 2000 não contemplaram os Gabinete de Leitura, demonstrando seu apagamento da memória local. O que sobressai nesses processos — em parte graças à influência do pensamento patrimonial em vigor no seio do IPHAN naquele momento — é a busca por conjuntos urbanos que evidenciem, em sua conformação arquitetônica e paisagística, um passado organizado em

¹³⁵ *A Lucta*, Sobral, 23 jun. 1923, p. 1.

¹³⁶ Sobre os métodos de alfabetização, ver BRASLAVSKY, Berta. O método: panacéia, negação ou pedagogia? *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 66, p. 41-48, ago. 1988.

¹³⁷ Em Viçosa, entrevistamos Tereza Cristina Mapurunga, em outubro de 2005. Tereza Cristina era esposa de Alfredo Mapurunga, conhecido músico local, antigo componente das orquestras locais que animavam os bailes do Gabinete de Leitura e demais clubes da cidade a partir das décadas de 1940 e 1950. Em seu depoimento, descreveu com riqueza de detalhes os bailes do Gabinete, mas nada soube dizer a respeito de suas atividades literárias.

torno de marcos ligados à atividade econômica, ou seja, os ciclos do gado, do comércio, do algodão etc.

As trajetórias intelectuais e os projetos de intervenção ligados à difusão da leitura e da instrução foram alijados no processo de construção de uma memória coletiva. No que tange aos monumentos, encontram-se várias referências aos intelectuais, cujos bustos ornamentam praças em Sobral, Viçosa do Ceará, São Benedito e Ipu, entre outras.

3 LUGARES DO LIVRO E INTERMEDIÁRIOS DA LEITURA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

“Não há narrativa natural; toda narrativa é uma escolha e uma construção, é um discurso e não uma série de acontecimentos.”

(Tzvetan Todorov)

Na segunda metade do século XIX, os gabinetes de leitura se fizeram necessários ante a carência de espaços de leitura e de instrução popular. Na segunda década do XX, o cenário era outro, com o livro e a leitura incorporados ao espaço urbano, em um processo de ampliação do público leitor e diversificação da leitura. O material impresso disponível incluía não apenas livros, mas jornais, panfletos, folhetos, opúsculos, livretos, boletins etc. A presença mais consolidada das tipografias colaborou para o aumento do volume de impressos em circulação na cidade.

Se a terceira década do século XX encontrou os gabinetes de leitura cruzando o limiar de um lento e irreversível processo de declínio, o mesmo não se podia dizer da leitura, que se expandia por meio do periodismo. Jornais semanais consolidaram-se na cidade de Sobral, superando as experiências efêmeras de seus antecessores, construindo uma rede de assinantes, anunciantes e correspondentes vindos das demais localidades da zona da EFS, espraiando-se para os sertões do Piauí, passando pelas zonas rurais. A integração entre os transportes marítimo e ferroviário proporcionava a remessa de jornais sobralenses para outros estados da região norte do Brasil, especialmente Amazonas e Pará, para onde haviam ido muitos cearenses em busca de fortuna no surto extrativista conhecido como o ciclo da borracha.

A ferrovia, por sua vez, trouxe incremento ao mundo do trabalho ao suscitar o surgimento da figura do “operário”, especialmente na cidade de Camocim, onde ficavam suas oficinas. Naquela cidade portuária, ferroviários e estivadores experimentaram uma ambiência propícia à troca de ideias e ao contato com ideologias vindas de fora, sempre prontas a penetrar as mentes mais receptivas¹. O caso do operário Francisco Theodoro Rodrigues, mencionado por Adelaide Gonçalves, é revelador do processo ocorrido em Camocim. Theodoro fundou um jornal com “programa operário”, tornando-se, por isso, vítima de perseguição da parte das “classes conservadoras”. Após ser preso, foi intimado a deixar a

¹ O comunismo penetrou em Camocim e na zona norte através dos trabalhadores ferroviários, com repercussão na imprensa local. SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade vermelha: a militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-CE (1927-1950)*. Rio de Janeiro: UFRJ; IFCS, 2000.

cidade — o que fez temendo por sua vida. Foi estabelecer-se em Granja, de onde clamava contra a violência sofrida sem que nenhuma autoridade lhe desse ouvidos².

O contato entre homens e livros não se dava somente por ocasião da leitura. A circulação deste objeto dependia de uma estrutura de transportes que envolvia o emprego de considerável número de indivíduos que forneceram sua mão de obra no trabalho de conduzi-lo de um ponto a outro, principalmente nos locais onde se realizava a passagem de um modal de transporte a outro, ou seja, nos portos, onde as mercadorias chegadas nos navios eram transferidas aos trens. O trabalho muscular ali realizado constitui uma etapa importante, mas esquecida, no processo de configuração da rede de circulação livreira.

Por outro lado, a pouca especialização do comércio permitia às casas comerciais manterem em seus estoques uma grande variedade de mercadorias, incluindo artigos de armarinho — tecidos, botões, fitas, chapéus etc. —, passando por vestuário, tabacaria, combustíveis, papelaria e livraria, além de realizar a concessão de empréstimos, misturando atividade comercial e financeira. Tudo era registrado pelos caixeiros e guarda-livros em livros contábeis, permitindo a percepção dessa variedade por meio do exame dos inventários de estoque periodicamente realizados.

No âmbito estadual, os estabelecimentos especializados no comércio livreiro estavam concentrados em Fortaleza desde a segunda metade do século XIX, como assinalou Ozângela de Arruda Silva³. Enquanto isso, no interior, as casas de importação e exportação desempenhavam o papel de distribuidoras de livros.

3.1 As casas comerciais e as seções de livraria e papelaria

A presença de livros nos estoques de casas comerciais foi percebida inicialmente por ocasião do exame da documentação contábil da firma Ignacio Xavier & Cia, fundada na cidade de Granja em 1900⁴, cujo livro-caixa para os anos de 1907 a 1914 indica a presença de itens discriminados da seguinte forma:

Geographia, Arithmetica Trajano, Manuscrito, cartilhas, manuais para missa capa papel, Livro Imitação de Cristo simples, Livro Imitação de Cristo dourado, manuais para missa, Livro Educação Moral, História Sagrada, Vida Doméstica, Seleta

² GONÇALVES, Adelaide. Imprensa e trabalhadores no Ceará: histórias e memórias. In: SOUZA, Simone (org). *Uma nova história do Ceará*. 4 ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007. p. 261-262.

³ SILVA, Ozângela de Arruda. *Pelas rotas dos livros: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011. p. 36.

⁴ XAVIER FILHO, José. *Ignacio Xavier & Cia*. Granja: IJX, 2008. p. 103.

Clássica, além de vários livros de leitura.⁵

Como se pode ver, predominam livros escolares e devocionais, indicando uma maior procura por parte do público por essa categoria.

A oferta feita pelas casas comerciais era diversificada, como se vê em um reclame publicado no jornal *O Rebate*, onde José Paulo Mendes de Vasconcelos, proprietário da Loja da Bandeira Branca, incluiu a listagem de mercadorias colocadas à venda em cada uma das seções de seu estoque. Ao discriminar a de papelaria, o anúncio menciona itens como

Cartas de ABC, taboadas e catecismos, grammaticas de diversos auctores, 1º, 2º, 3º e 4º livros de leitura de Felisberto, Abílio e Hilário, dictionario portuguez e francez, Carlos Magno, Lunario perpetuo e Cartilha da Doutrina Christã, Livros e cadernos das novenas de N. S. do P. Socorro, Manuaes para missa e Arithmeticas diversas, Lusiadas, Tabulas, Iracema, Geographias e Algebra, Geometria, Antologia, Atlas, Theatre Classique, Auctores Contemporaneos e lindas pastas para escriptorio...⁶

O predomínio dos livros didáticos e devocionais aparece ofuscado pela presença de obras literárias, incluindo o clássico da literatura popular *A História de Carlos Magno e os Doze Pares de França*. Ao lado dos *Lusiadas*, de Camões, e de *Iracema*, de José de Alencar, a *História de Carlos Magno* figura no estoque da loja, dando um sinal de sua procura pelos leitores/consumidores. A escolha dos títulos literários recaía sobre obras publicadas há bastante tempo, já conhecidas não apenas do público letrado, mas pelo povo em geral, iletrado e analfabeto em sua maioria.

A presença do *Carlos Magno* indica a permanência de um texto já muito conhecido entre as camadas populares. Sua difusão pelas áreas rurais do interior do Brasil faz pensar na leitura em voz alta, com a conseqüente entrada do ouvinte no mundo dos textos, algo possivelmente ainda presente no interior do Ceará no início do século XX, relacionado em alguma medida com outras manifestações populares vinculadas à leitura, escrita e oralidade — como o cordel, as cantorias e desafios, por exemplo⁷.

Por outro lado, a leitura em voz alta não foi uma prática exclusivamente relegada ao mundo rural⁸. O romancista José de Alencar lembrou sua atividade de “ledor”, ou seja,

⁵ CCH (UVA), NEDHIS. Livro Caixa da firma *Ignacio Xavier & Cia*, anos de 1907 a 1914. Consulta realizada no segundo semestre de 2010.

⁶ *O Rebate*, Sobral, 04 mai. 1907, p. 6. O anúncio repete-se ao longo de quase toda a série pesquisada, ou seja, entre os anos de 1907 a 1913.

⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *Cinco livros do povo: Introdução ao Estudo da Novelística no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953. p. 439.

⁸ Para a leitura doméstica familiar em ambiente rural, ou seja, nas fazendas do nordeste açucareiro, Câmara Cascudo apresentou a seguinte descrição: “A ausência de jornais, o isolamento das fazendas e engenhos de açúcar determinavam uma vida familiar mais intensa. Raramente o chefe da casa saía à noite. A dona, filhos, noras, permaneciam fiéis ao serão habitual, candeeiro aceso, depois da ‘janta’, fazendo sono, trabalhando nas obras maneiras, ouvindo a leitura tradicional desses folhetos que vinham de séculos, mão em mão, com

daquele que lia perante a audiência familiar⁹. Suas memórias alcançam uma leitura em ambiente familiar, recolhido no interior da habitação situada em área urbana. A valorização da família, apontada por Marisa Lajolo¹⁰ como um dos fatores que favoreceram a expansão da leitura a ponto de transformá-la numa prática social, aparece no texto alencarino retratada na cena do menino alfabetizado lendo um romance perante uma audiência formada por parentes próximos.

As feiras e mercados públicos, por sua vez, constituíam lugares de encontro de pessoas cujo contato com narrativas textuais se dava por intermédio das vozes dos cantadores, emissários de uma cultura oral cuja transposição para o mundo da escrita resultava no folheto de cordel, suporte da narrativa direcionada ao leitor¹¹. O desenvolvimento da indústria cultural do cordel, composta pelas tipografias especializadas na impressão desses folhetos, foi uma consequência desta entrada da escrita no domínio da oralidade. O encontro do povo — entendido como a parcela majoritária da população a quem a aquisição das competências de leitura e escrita ainda era algo quase inatingível — com a palavra impressa se dava por meio da leitura ou da cantoria de enredos — baseados em textos — em voz alta¹².

É preciso lembrar, ainda, o trabalho dos folcloristas que se voltaram para o registro das cantorias e desafios. Um exemplo encontramos na pessoa de Leonardo Mota, a quem nos referimos no capítulo anterior. Sua estadia na cidade de Ipu rendeu-lhe, além do emprego como diretor do Instituto José de Alencar e do casamento com Luiza Laura de Araújo — filha do deputado e comerciante Coronel José Lourenço de Araújo —, o contato direto com violeiros e cantadores vindos de várias regiões do Ceará e de estados vizinhos para a feira livre semanal¹³. Instigado pela riqueza daquelas manifestações culturais, Leonardo Mota iniciou o trabalho de coleta por escrito das cantorias, desafios, repentes e emboladas ouvidos da boca dos bardos sertanejos. Daí resultou o livro *Cantadores*, passaporte para o ingresso definitivo do autor no campo intelectual cearense e nacional¹⁴.

O trabalho de pesquisadores do folclore como Leonardo Mota, registrando as cantorias, convertendo o oral em escrito, contribuiu para o fortalecimento de uma convicção de que somente quando transmutada em texto impresso a oralidade teria sua preservação garantida. As viagens pelo sertão em busca de audições com os mais afamados cantadores

seu público inalterável.” *Op. cit.*, p. 24-25.

⁹ ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. 2 ed. Campinas/SP: Pontes, 2005. p. 24.

¹⁰ LAJOLO, Mariza e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999. p. 15.

¹¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. cit.*, p. 11-12.

¹² DAVIS, Natalie Zemon. O povo e a palavra impressa. In: *Op. cit.*, p. 157-185.

¹³ MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, heróis & amigos*. Rio de Janeiro: Fundo Editorial AAFBB, 1982. p. 57-58.

¹⁴ MOTA, Leonardo. *Cantadores*. 7 ed. Fortaleza: ABC Editora, 2002. p. 275.

revela o esforço no sentido não só de compreender aquele universo oral, mas de registrá-lo, reforçando a crença no poder da palavra impressa sobre a oralidade¹⁵.

Os livros e a escrita literária, por sua vez, circulavam por aquela zona tendo como pontos de distribuição as casas comerciais. A importância da seção de papelaria variava de um estabelecimento para outro, havendo aqueles cujos proprietários optavam por incluir listagens dos títulos à venda nos anúncios publicados na imprensa. Esse foi o procedimento adotado pelo comerciante Horácio Pessoa ao anunciar a disponibilidade de romances em sua casa comercial instalada em Camocim¹⁶. Os títulos anunciados encontram-se sistematizados na tabela a seguir:

Tabela 3 – Livros anunciados por Horácio Pessoa

Título	Autor	Vol.	Preço (\$)
Os predestinados	Enrich P. Escrich	4	12\$000
Os que riem e os que choram	Enrich P. Escrich	3	9\$000
Coração nas mãos	Enrich P. Escrich	4	10\$000
Casamentos do diabo	Enrich P. Escrich	3	9\$000
O pão dos pobres	Enrich P. Escrich	3	10\$000
A ciência e a indústria	Bento Carqueja	1	3\$000
Sorrisos – contos	Almeida Campos	1	2\$000
Recordações da mocidade	A. Loureiro	1	2\$000
Luta de sentimentos	Maria Cweil	1	2\$000
Dezesseis anos	F. C. Philips	1	\$600
O vício em Lisboa e Lisboa a nu	Fernando Schwalbach	2	2\$500

Fonte: *Pátria*, Sobral, 06 nov. 1912, p. 3.

O título do anúncio é “Obras de Escrich”, revelando a estratégia do comerciante livreiro no sentido de alcançar o leitor por meio da oferta de romances de um autor bastante conhecido. Os livros de Escrich podiam ser encontrados nos gabinetes de leitura da zona norte¹⁷ e na Biblioteca Pública do Ceará, onde foram muito consultados¹⁸.

¹⁵ Sobre o trabalho de pesquisa de Leonardo Mota, ver: MOTA, Leonardo. *Cantadores. Op. cit.* e MOTA, Leonardo. *Viroleiros do norte*. 7 ed. Fortaleza: ABC Editora, 2002. Sobre a escrita como registro da oralidade, ver: GOODY, Jack. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.

¹⁶ *Pátria*, Sobral, 6 nov. 1912, p. 3.

¹⁷ No acervo do Gabinete de Leitura Ipuense encontramos os seguintes livros de Escrich: *O último beijo*, *A comédia* - volumes II e IV – e *A formosura da alma* - volumes I, II e II –, em edições portuguesas da virada do século pelas editoras Matos Moreira & Cia e Empresa Litteraria e Typographica, ambas de Lisboa.

¹⁸ Enrich Perez Escrich (1829-1897) foi um importante romancista e dramaturgo espanhol. Suas obras alcançaram grande sucesso no Brasil na virada do século XIX para o XX. Sobre a procura por seus livros na Biblioteca Provincial do Ceará, ver CARNEIRO FILHO, José Humberto Pinheiro. *Um lugar para o tempo dos letrados: leituras, leitores e a biblioteca provincial do Ceará na segunda metade do século XIX*. 2014.

Mas o anúncio não cita apenas romances de Escrich. Chama a atenção as crônicas de costumes “O vício em Lisboa” e “Lisboa a nu”, do escritor e dramaturgo português Fernando Schwalbach. Trata-se de obras ainda hoje consideradas “licenciosas”, em razão da dose de sensualidade empregada na descrição da vida noturna e marginal de Lisboa. No entanto, havia um propósito moralizante por trás da linguagem ousada, o qual consistia em evidenciar o caráter repugnante do vício ali descrito¹⁹, e, no caso do livro de Schwalbach, a culpa recaía sobre a mulher, especialmente as pobres criadas, apresentadas como criaturas facilmente consumidas pela luxúria, não se contentando como os encontros furtivos com os filhos dos patrões, mas entregando-se a uma vida sexual desregrada cuja culminância iam encontrar nos bordéis²⁰.

A despeito das tentativas de controle da leitura, especialmente o combate à má leitura movido pela Igreja, a acesso à literatura licenciosa não era difícil em Camocim. O referido anúncio foi publicado pouco menos de dois meses antes da fundação do Gabinete de Leitura Camocinense. Teria o Gabinete nascido com o propósito de conter a má leitura? Em 1916, por ocasião da festa do terceiro aniversário, o presidente Júlio Cícero Monteiro insistiu para que as mulheres criassem um gabinete de leitura feminino onde pudessem “instruir seu espíritos em leituras sãs colhidas dos bons livros”, e condenou a “leitura piégas dos romances”. Em seguida, o orador oficial, Pedro Morel, elogiou a decisão tomada pela diretoria de proibir a entrada de “livros que possam perverter o seus leitores” no acervo do Gabinete²¹.

Percebe-se o desejo de circunscrever a leitura feminina a um espaço reservado, facilitando o controle. As falas indicam, além disso, a frequência das mulheres ao Gabinete na condição de leitoras. Embora não se encontrem nomes femininos nas composições das diretorias, nada impedia sua presença entre os frequentadores habituais, daí a necessidade de confinar sua leitura num espaço menor, específico e mais facilmente controlável. Afinal, uma livraria local colocava livros licenciosos à venda, o que indica a facilidade com que as barreiras impostas aos “livros maus” podiam ser quebradas.

Pelo estoque da livraria de Horácio Pessoa passaram os volumes da coleção de obras completas de Camilo Castelo Branco, encontrados no acervo do Gabinete de Leitura

144f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

¹⁹ O uso da linguagem licenciosa como “meio de educação sexual” foi uma das preocupações de Cláudio DeNipoti ao abordar esse tipo de leitura a partir dos registros de consultas ao acervo da Biblioteca Pública do Paraná no início do século XX. DENIPOTI, Cláudio. *Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999.

²⁰ SCHWALBACH, Fernando. *O vício em Lisboa – antigo e moderno*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2011.

²¹ *A Lucta*, Sobral, 26 jan. 1916, p. 2.

Camocinense. Provavelmente adquiridos por compra, os volumes reforçam a imagem da firma H. Pessoa & Cia como uma casa livreira.

Horácio Pessoa também foi proprietário da Tipografia Commercial, em Camocim, de onde saiu a edição especial da polianteia publicada no dia 13 de fevereiro de 1918, em homenagem ao aniversário de dois anos do Gabinete de Leitura Viçosense²².

Ainda falando dos operadores diretos do comércio livreiro, mencionamos os representantes de editoras e publicações periódicas, encarregados do agenciamento de assinaturas e compras por encomenda. Um dos expedientes de divulgação utilizados consistia na oferta de exemplares aos redatores dos jornais locais, que publicavam a crítica — sempre elogiosa — e recomendavam a leitura aos assinantes. Assim era feito com almanaques e revistas de variedades nacionais e regionais.

Temos um caso interessante na pessoa de Joaquim da Silveira Borges, cujo anúncio foi publicado em vários jornais da cidade de Sobral durante as duas primeiras décadas do século XX. Representava as revistas *O Malho*, *Ilustração Brasileira* e *Tico-Tico*, cujos almanaques também distribuía. Junto a ele, os leitores poderiam encontrar exemplares para compra ou fazer assinaturas²³. Para garantir ao cliente pronto acesso às edições mais recentes, anunciava o recebimento de novos materiais pelo último vapor chegado a Camocim. Dali chegavam a Sobral, pelo trem, as remessas de revistas e almanaques, os quais eram imediatamente colocados à venda²⁴.

Joaquim da Silveira Borges não comerciava apenas livros ou impressos na zona da EFS. Sua atividade de representação comercial baseava-se num portfólio mais amplo, incluindo apólices de seguro, cervejas, vinhos, cigarros, medicamentos, massas etc., evidenciando não se tratar de um especialista no comércio de livros, mas de um comerciante buscando aproveitar-se da existência de um nicho crescente de consumidores, ou seja, os leitores interessados na informação e entretenimento representadas pelas revistas de variedades e almanaques.

Os operadores do comércio livreiro por representação estiveram espalhados pela zona norte. Em 1908, J. Tychio anunciou a venda de assinaturas de revistas e jornais em sua “Agência Jornalística”, em Camocim. Ali podiam também ser adquiridos exemplares avulsos de diversas publicações nacionais, bem como produtos relacionados à filatelia²⁵.

²² *Polyanthea*, Viçosa, 13 fev. 1918.

²³ Os anúncios de Joaquim da Silveira Borges foram encontrados nos jornais *Pátria* (1910-1915); *Gazeta do Sertão* (1913); *Nortista* (1913-1914); e *O Rebate* (1907-1915).

²⁴ O primeiro anúncio de Joaquim da Silveira Borges com esta informação foi encontrado em *O Rebate*, Sobral, 30 nov. 1907, p. 1.

²⁵ *O Rebate*, Sobral, 01 fev. 1908, p. 4.

O livro chegava às cidades, vilas e povoados da zona norte do Ceará a bordo de dois meios de transporte principais: os navios a vapor e os trens. A cidade de Camocim era o ponto de chegada dos vapores. Ali era feito o trabalho de transferência das mercadorias vindas pela via marítima para os armazéns da EFS, onde aguardariam o momento de serem remetidas a seus destinatários. Livros encomendados pelos comerciantes e agentes de editoras e publicações passavam por estas etapas em seu transporte como, de resto, acontecia com os demais tipos de mercadorias chegados ao porto com destino às casas comerciais da região.

Embora constituíssem pontos importantes na rede de distribuição livreira da zona norte do Ceará, apenas a casa H. Pessoa & Cia se apresentava como “livraria”, no sentido de uma casa dedicada exclusivamente à venda de livros e materiais impressos. O comércio livreiro era parte de uma gama maior de atividades. Apesar do avanço da alfabetização, o consumo de livros ainda era reduzido, diferente do de jornais, o qual apresentava uma significativa expansão.

A ausência de livrarias, portanto, não significa ausência de comércio livreiro. A associação do livro a tipos diversos de mercadorias — especialmente as importadas — foi prática comum até mesmo entre grandes livreiros. Marisa Midori Deaecto, estudando a livraria Garraux, em São Paulo, deparou-se com a mesma característica: um estoque imenso de variedades, especialmente artigos de luxo importados da França, incluindo livros²⁶. Vê-se que, embora tenha ficado conhecida por sua atividade no ramo livreiro, a Casa Garraux também mantinha artigos estranhos ao ramo de livraria em seu estoque.

A leitura do livro avançou a passos lentos em relação à dos jornais, beneficiando-se muito mais da expansão da alfabetização. A leitura de jornais e revistas, mais próxima do entretenimento, expandiu-se rapidamente nas cidades e vilas da zona norte do Ceará, como o demonstra a consolidação dos jornais semanais da cidade de Sobral no mesmo período²⁷.

Analisando os anúncios publicados na imprensa, percebemos o quanto as seções de livraria eram recorrentes nas casas comerciais, indicando haver uma maior procura por livros devocionais e escolares, como demonstra o anúncio da casa M. Arthur, pertencente ao comerciante sobralense Manoel Arthur da Frota, publicado n’*O Rebate* sob o título “Livros religiosos”: “Adoremos, Thesouro do Cristão, Relicário Angélico, Novo Mês de Maria,

²⁶ DEAECTO, Marisa Midori. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. p. 286.

²⁷ De acordo com o Catálogo de Jornais Cearenses em Microformas da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, entre os anos de 1907 e 1924, Sobral chegou a ter cinco jornais semanais consolidados: *O Rebate* (1907-1919), *A Lucta* (1914-1924), *Pátria* (1910-1915), *A Ordem* (1916-1941, aproximadamente) e *Correio da Semana* (1918 aos dias atuais). Especialmente os dois primeiros conseguiram manter-se em circulação por período não menor do que uma década e os dois últimos por período superiores, o que sinaliza a existência de um público leitor consolidado.

Escudo Admirável, Mez das Almas, Horas Marianas, Mez do S. C. de Jesus, Manual de Missa, Imitação de Christo, N. S. do P. Socorro, Triplice Devoção, Cartilha da D. Christã²⁸.

Na mesma edição, encontramos novo anúncio de página inteira da Loja da Bandeira Branca, de José Paulo Mendes de Vasconcelos, o qual apresentava uma listagem completa, verdadeiro inventário das mercadorias disponíveis em seu estoque, dividida em seções. Na seção denominada “Papel”, apresenta uma mistura de artigos de livraria, papelaria e armarinho capaz de fornecer uma imagem representativa da maneira como era materialmente organizado o comércio de mercadorias ligadas ao mundo da leitura e da escrita naquele momento.

PAPEL

Papel para musica, cartorio, amizade, officio e commercial.
 Envelopes commerciaes, postaes, para cartões & Cartões tarjados, visita, participação, de phantasia para Senhora.
 Lindissimos postaes – ultima palavra.
 Cadernos de caligraphia.
 Cartas de ABC, taboadas e cathecismos.
 Grammaticas de diversos auctores.
 1º, 2º, 3º e 4º livros de leitura de Felisberto, Abílio e Hilario.
 Diccionario portuguez e francez.
 Carlos Magno, Lunario perpetuo e Cartilha da Doutrina Christã.
 Livros e cadernos das novenas de N. S. P. Socorro.
 Manuaes para missa e Arithmeticas diversas.
 Lusiadas, Tabulas, Iracema, Geographias e Algebra.
 Geometria, Antologia, Atlas, Theatre Classique.
 Auctores Contemporaneos e lindas pastas para escriptorio.
 Tintas de Stephens, canetas, lapis, crayon, mata-borrão, giz, louza & & &.
 Albuns para retratos e postaes.
 Bicos de mamadeiras e consoladores para creanças.²⁹

Com uma oferta mais variada, a Loja da Bandeira Branca incluía livros devocionais, escolares e literários. Um mês depois da publicação, o anúncio apareceu reformulado no mesmo jornal. Neste momento, os livros foram agrupados sob a rubrica “Livros de instrucção e religiosos”. Os títulos são os mesmos, mas com descrição mais completa, incluindo indicações de autoria, número de volumes e aspectos materiais (encadernado ou brochura), como se vê na transcrição:

Novena do Perpetuo Socorro brochada e encadernada, Hilario Ribeiro – 1º, 2º e 3º livros, Landelino Rocha – 1º, 2º e 3º livros, Abílio Borges – 1º, 2º e 3º livros, Arithmetica de Trajano – primaria e elementar, Diccionario Encyclopedico de Fonseca, Atlas de Olavo – grandes –, Geometria de Abílio César Borges, Historia do Brasil de Lacerda, Theatre Classique, Genie de Christianisme, Antologia de Barreto, Cartilha da Doutrina Christã, Arithmetica de Marcondes, Auctores Contemporaneos, Grammatica de João Ribeiro, 1º, 2º e 3º livros, Diccionario francez e portuguez, Lusiadas de Camões, Grammatica franceza de Halbont, Felisberto de Carvalho – 1º,

²⁸ *O Rebate*, Sobral, 04 mai. 1907, p. 4.

²⁹ *Id. ibidem*, p. 6.

2º e 3º annos, Fabula de La Fontaine, Historia de Carlos Magno, Lunario Perpetuo, Iracema – José de Alencar, Cartas de ABC, taboadas, cathecismos.³⁰

Embora predominem os livros escolares e devocionais, a literatura já se fazia presente. A ausência da indicação das quantidades impede a elaboração de qualquer hipótese no sentido de identificar quais seriam os livros mais procurados pelo público. Porém, a presença de *Iracema*, de José de Alencar, dos *Lusíadas*, de Camões, e da *História de Carlos Magno* demonstram o quanto era possível ao proprietário visualizar a existência de uma variedade de leitores interessados por gêneros diversos como o romance, a poesia épica e a literatura popular. Nesse ponto, o detalhamento do estoque de uma casa comercial mostra-se uma boa estratégia para entender quais gêneros eram dados a ler ao público local.

A casa Pereira Mendes & Comp., por sua vez, anunciava apenas o livro *Adoremos* (Rs 2\$000), o *Dicionário Enciclopédico de Fonseca* (Rs 8\$500), bem como *Tabuada e Carta de ABC* (Rs \$050)³¹, demonstrando a opção pela divulgação de títulos cujo apelo era dirigido ao leitor em sentido lato, incluindo devotos, estudantes e crianças em processo de alfabetização.

Os anúncios também permitiram detectar a circulação de títulos voltados para a medicina popular, espécies de manuais voltados para o público leigo disponíveis para venda nas farmácias e drogarias da cidade de Sobral e, possivelmente, nas demais cidades e vilas da zona norte. A distribuição no estado do Ceará era feita a partir da farmácia de Oswaldo Studart Carvalho Fonseca & Cia, estabelecida em Fortaleza. Segue a discriminação das obras:

Auxilio Homeopathico' de Souza Soares (5ª edição), obra de medicina popular, muito acreditada, com cerca de 600 paginas, encadernada, com o retrato do auctor, 10\$000.

'Nova Guia Homeopathica' de Souza Soares, pequeno livrinho, muito util para o tratamento das molestias principaes do systema homeopathico, onde se encontram tambem os preços correntes de todos os livros do auctor. Envia-se gratis e livre de porte.

À venda em todas as pharmacias e drogarias.³²

A casa comercial de M. Cialdini, por sua vez, optou por um anúncio mais lacônico: “No Estabelecimento de M. Cialdini se encontra completo sortimento de livros collegiaes e religiosos”³³. Seu carimbo foi encontrado no livro *Petit cours de litterature francaise*, edição impressa em Bruxelas (Bélgica) pelo Établissements Émile Bruylant Societé Anonyme d'Éditions, e doado ao Gabinete de Leitura Ipuense em 1918. Àquela altura, a firma

³⁰ *O Rebate*, Sobral, 15 jun. 1907, p. 5.

³¹ *O Rebate*, Sobral, 17 ago. 1907, p. 4.

³² *O Rebate*, Sobral, 05 out. 1907, p. 3.

³³ *O Rebate*, Sobral, 07 dez. 1907, p. 1.

era denominada de M. Cialdini & Filho e não mais se limitava à oferta de livros colegiais e religiosos. Um anúncio publicado em 1908 informava que a casa M. Cialdini havia sido fundada em 1882 e vendia “miudezas, quinquilharias, ferragens, livros e gêneros”³⁴. Trata-se, pois, de um estabelecimento cuja trajetória estendeu-se por várias décadas, ao longo das quais a participação dos livros na composição do estoque variou em termos quantitativos.

Cotejando anúncios de jornais e carimbos de livrarias encontrados nos livros dos acervos outrora pertencentes aos gabinetes de leitura, percebemos que o comércio livreiro era realizado nas principais cidades da zona da EFS pelas casas comerciais. Mesmo não aparecendo nos reclames ostentando o título de “livrarias”, tais estabelecimentos ofertavam ao público obras literárias, livros devocionais e colegiais, constituindo um circuito do livro e do impresso que envolvia toda a zona percorrida pelo trem.

A publicidade na imprensa também permite entrever a literatura popular identificando títulos colocados à venda, como em mais um anúncio de M. Cialdini publicado em várias edições d’*O Rebate*, a partir do mês de julho de 1908, onde oferecia “livros de sortes para São Pedro e São João”, “O Profeta Lucas” e “O Tareco e a Cigarra”³⁵. Tais títulos era destinados à leitura durante os festejos juninos, quando a reverência aos santos cristãos se misturava aos sortilégios e superstições alimentadas por certo tipo de literatura promotora do cruzamento entre a cultura popular e a cultura do impresso, eliminando as dicotomias erudito/popular e impresso/oral³⁶.

O circuito do livro na zona norte já incluía, no início do século XX, a comercialização de usados. Identificamos n’*O Rebate* uma série de anúncios dos livros que haviam pertencido ao bacharel Dr. Quariguazil Jeferson Barreto, falecido em 1905, colocados à venda na farmácia do Dr. João Francisco do Monte³⁷. O exame do inventário dos bens deixados por Quariguázil Barreto revelou um acervo particular formado por uma coleção de Direito com 92 volumes, 34 volumes de “Códigos diversos”, 13 dicionários, 16 volumes da *Revista de Jurisprudencia* e 95 volumes de “Livros de Direito e obras de diversos autores”³⁸. Encontramos, nesse caso, o comércio livreiro sendo alimentado pelo espólio de uma biblioteca particular desfeita após a morte do proprietário. Tal oferta tinha público certo: os estudantes de Direito que visitavam a cidade nos períodos de férias e os advogados

³⁴ *O Rebate*, Sobral, 30 mai. 1908, p. 4.

³⁵ *O Rebate*, Sobral, 13 jun. 1908, p. 3.

³⁶ Sobre o encontro entre o povo e a palavra impressa, ver DAVIS, Natalie. *Op. cit.* Mais especificamente a respeito das implicações da atribuição do estatuto de “popular” a uma determinada literatura, ver o prefácio escrito por Jacques Le Goff para o livro de Geneviève Bollème: BOLLÈME, Geneviève. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 6.

³⁷ *O Rebate*, Sobral, 08 ago. 1908, p. 4.

³⁸ UVA/CCH/NEDHIS/Fundo: Cartórios, Caixa: 1905. Inventário do Dr. Quariguázil Jefferson Barreto.

provisionados, a quem interessava a leitura de obras jurídicas.

Em 1912, o *Pátria* informou aos seus leitores a disponibilidade de “livros usados de vários auctores”³⁹ para venda em sua tipografia. Em dezembro daquele ano, um novo anúncio mencionava o livro devocional *Céu Aberto*, mostrando que a atividade livreira permanecia naquele estabelecimento⁴⁰. As redações, por sua vez, também faziam parte daquele circuito, sendo o redator um crítico cuja opinião podia influenciar os leitores do jornal a favor do autor. Por isso, o envio de obras recém-lançadas para apreciação e consequente publicação da crítica foi expediente muito usado pelos escritores locais⁴¹. Sem dúvida, os sujeitos envolvidos no processo de circulação do livro eram movidos por interesses individuais. Para alguns, era a própria subsistência que estava em jogo; para outros, o desejo de ampliar seu poder simbólico por meio de uma maior inserção no campo intelectual em constituição.

A partir da edição de 20 de abril de 1909, *O Rebate* passou a trazer mais dois anúncios referentes a livros. O primeiro foi da casa de Fenelon Saboya & Irmão, colocando à disposição do público seu estoque de máquinas de costura New Home, fazendas, miudezas, ferragens e livros⁴². No segundo, José Osmar da Frota anunciou um grande “queima” do estoque de sua casa comercial, incluindo a seção de livraria. Os títulos disponíveis e seus respectivos preços eram:

1 Primeiro Livro de Leitura de Felisberto de Carvalho (1\$000); 1 Segundo Livro de Leitura de Felisberto de Carvalho (1\$500); 1 Terceiro Livro de Leitura de Felisberto de Carvalho (1\$800); 1 Segundo Livro de Leitura de Laudelino Rocha (1\$000); 1 Chorographia do Brasil (2\$500); 1 Geographia do Curso Superior (2\$500); 1 História Sagrada (\$800); 1 Fabularum Latino (1\$000); 1 Adoremus – livro religioso – (1\$000); 1 Historia do Brazil – Gymnasio – (3\$000); Lingua Franceza – novo estylo – (1\$000); 1 Arithmetica Primária (\$800); 1 Applicaçõ Moral (\$700); 1 Historia do Brazil – Villa Lobo (3\$500); 1 Selecta Classica (1\$200); 1 Lição de Cousa (2\$000); 1 Grammatica Portugueza 1 o anno (\$700); 1 Grammatica Latim (1\$000); 1 Musa e Crença – poesias - (\$500); 1 Livro em branco de 400 folhas (8\$000); 1 Diccionario portuguez-latim (8\$000); 1 Caixa com indice para escripta commercial (10\$000); 1 Caderno pautado (\$400); 1 Copiador com índice (4\$000); 1 Copiador com índice (5\$000).⁴³

Livros religiosos, escolares e de poesia (apenas um), junto com livros em branco para escrituração comercial (os mais caros de todos), reafirmam o perfil dos estoques livreiros

³⁹ *Pátria*, Sobral, 28 fev. 1912, p. 2.

⁴⁰ *Pátria*, Sobral, 04 dez. 1912, p. 3.

⁴¹ LIMA, Jorge Luiz Ferreira. *Entre caminhos e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877-1919)*. 2011, 210f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

⁴² *O Rebate*, Sobral, 20 abr. 1909, p. 5.

⁴³ *Id.*, *ibidem*.

na zona norte, demonstrando, além disso, que seus proprietários estavam afinados com o *modus operandi* desse ramo no âmbito nacional. Para eliminar o risco de ver o produto encalhar na prateleira durante um intervalo de tempo muito longo, a solução era concentrar a oferta em itens cuja procura era certa, como os devocionais e escolares, seguidos pela literatura popular e os romances ou obras eruditas.

O predomínio dos livros escolares e devocionais e a lenta ampliação da presença das obras literárias — começando pelas mais populares — demonstram um movimento de difusão da instrução e da leitura, a qual avançava no sentido da superação de um aspecto beletrístico, tornando-se domínio de um número cada vez maior de indivíduos e, portanto, transpondo as barreiras impostas pelas diferenças sociais. Percebe-se, ainda, a preferência pelos romances, não excluindo os licenciosos, demonstrando o quanto a leitura tinha de atividade subversiva, pela qual a consciência libertava-se das sanções impostas ao deleite dos sentidos.

Como maior praça comercial da zona norte, Sobral recebia representantes de casas comerciais e industriais de Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro. As colunas sociais dos jornais anunciavam a chegada desses agentes, os quais, como uma das primeiras providências a serem tomadas logo que chegavam à cidade, procuravam as redações dos jornais para ali deixar seu cartão de apresentação, portfólio de produtos à venda, amostras grátis e brindes diversos. Em troca, o jornal publicava nota informando de sua presença na cidade — algumas vezes elogiando as suas boas maneiras — e realçando as vantagens dos produtos oferecidos.

As livrarias do Recife estavam entre as principais fontes de abastecimento do comércio livreiro de Sobral. Em 1911, *O Rebate* informou a chegada de Decio Barros, agente da livraria de Ramiro M. Costa & Filho, a “Livraria Contemporânea”, cujo carimbo foi encontrado em vários livros dos acervos dos gabinetes de leitura de Camocim e Ipu, demonstrando sua condição de fornecedora de livros para a cidade de Sobral e zona norte⁴⁴.

As casas comerciais também estavam sujeitas a eventualidades desagradáveis. Durante a seca de 1915, a imprensa assinalou o aumento no número de furtos e arrombamentos de estabelecimentos comerciais em Sobral. Uma das vítimas foi o

⁴⁴ *O Rebate*, Sobral, 27 mai. 1911, p. 2. A livraria de Ramiro Costa & Filho, ou Livraria Contemporânea, foi ponto de passagem de alguns livros encontrados nos gabinetes de leitura de Ipu e Camocim. São eles: “Salamambo”, de Gustave Flaubert, edição de 1905 em português pela Livraria Chardron de Lello & Irmão, do Porto/Portugal, no GLI; “Selecta Classica”, de Lopes Gama, edição em português pela própria Livraria Contemporânea de Ramiro M. da Costa & Cia, do Recife, no GLC; “Almas inimigas”, de Paul Hyacinthe Loison, edição em português de 1911 pela Typographia de Francisco Luiz Gonçalves, de Lisboa/PT, no GLC; “A vida dos astros”, de Camille Flammarion, edição em português pela Livraria Internacional Almeida, Carvalho & Cia, de Lisboa/PT, no GLC; “O futuro da raça branca”, de J. Novicow, edição de 1908 em português pela Empreza do Almanach Encyclopedico Illustrado, de Lisboa/PT, no GLC.

comerciante e fazendeiro Batista Demétrio, cujo armazém foi violado durante a noite enquanto ele realizava uma demorada excursão pela zona rural a fim de averiguar o andamento dos trabalhos dos vaqueiros e encarregados da produção agrícola, cobrança das rendas e, ao mesmo tempo, aproveitar para ter um pouco de lazer, pois naquela segunda década do século XX a vida urbana em Sobral já era considerada estafante.

Das mercadorias furtadas ao estoque de Batista Demétrio, uma parte foi recuperada por ocasião da prisão dos suspeitos. E ali estavam: “1 livro Adoremos, 1 Livro Lições de Coisas, 1 4º Livro de Leitura e 1 Gramática Portuguesa”⁴⁵. O fato de terem sido furtados pode ser produto do acaso, mas também pode indicar que se tratava de uma mercadoria facilmente vendável, motivo pelo qual os ladrões a teria incluído no produto do roubo. Enfim, no registro de um delito, encontramos indícios acerca da tipologia de livros mais em evidência no mercado livreiro de Sobral.

Examinando os anúncios publicados no jornal *Pátria*, foi possível identificar mais alguns operadores do comércio livreiro em Sobral. Em 1910, pouco depois de haver iniciado a publicação do jornal, o redator esforçava-se por garantir anunciantes e assinantes, o que justifica sua iniciativa de visitar a loja Um Pouco de Tudo, de Ernesto Espiridião Saboya de Albuquerque, sobre quem tece os maiores elogios. Vejamos:

Visitamos o estabelecimento commercial do nosso distincto amigo Cel. Ernesto Esperidião Saboya, que agora acaba de receber novo sortimento, e lá percorremos as diversas sessões desta importante caza.

Graças a amabilidade deste delicado cavalheiro nos foi dado ver a sessão de livros de sua caza, e então verificamos que os livros de instrucção alli são vendidos por preços muito insignificantes.

É que a alma philanthropica do cel. Esperidião tem rasgos invejaveis de grandeza, e assim elle para proteger a instrucção da nossa terra faz grande redução nos preços dos livros escolares de sua caza, tornando-os ao alcance dos menos favorecidos da fortuna.⁴⁶

Órgão do PRC em Sobral, o *Pátria* acabara de nascer imbuído da missão de promover a imagem dos representantes locais da política oligárquica aciolina. Ernesto Espiridão era um destes. Comércio, livros, instrução e imprensa funcionam como palavras-chave na montagem do texto jornalístico cujo objetivo é promover uma figura de destaque entre as lideranças do PRC local. Recorre, pois, a uma imagem de comerciante generoso, capaz de abrir mão de sua margem de lucro a fim de facilitar o acesso dos mais pobres aos livros de instrução.

Operar no comércio livreiro era mais do que uma atividade profissional: era uma

⁴⁵ *O Rebate*, Sobral, 28 ago. 1915, p. 1.

⁴⁶ *Pátria*, Sobral, 13 abr. 1910, p. 2.

ação política. A comercialização de livros escolares deixava de ser apenas uma transação tipicamente comercial e ganhava contornos mais amplos, pintados pelas cores das disputas entre grupos que almejavam conquistar o poder de mando sobre aquela sociedade. O discurso jornalístico procura, nesse caso, associar o comércio — uma atividade essencialmente voltada para a geração de lucro financeiro — a uma ação beneficente na qual o lucro era posto em segundo plano em prol da satisfação da necessidade de instruir os mais pobres. Eram as maneiras de se fazer tanto política quanto reclame na imprensa naquele início de século XX, uma imprensa claramente ideológica e partidária, como era a praxe da época. O leitor contemporâneo, por sua vez, necessita de cautela ao acercar-se de um texto desse tipo, pois a atitude do comerciante poderá parecer sem sentido.

O predomínio dos livros escolares nas seções de livraria das casas comerciais também foi confirmado pelo anúncio da Lima & Cia, casa fundada em Ipu por Joaquim de Oliveira Lima⁴⁷. Comércio de livro e gabinete de leitura mostram-se, aqui, como atividades associadas ao processo de ampliação e aperfeiçoamento do público leitor. A configuração de um espaço pontuado pela presença de lugares do livro e da leitura constitui uma importante faceta da vida urbana em processo de consolidação, mas ainda disputando com a ruralidade. A dicotomia rural/urbano se acentuava à medida em que a cidade assumia ares cada vez mais civilizados, pondo em xeque os hábitos e configurações espaciais característicos do mundo rural.

A presença do livro exigia a constituição de lugares a ele devotados, criando marcas, sinais da cultura impressa na cidade materializados em prédios sede de instituições letradas e nas fachadas das casas comerciais. O livro passara a ser parte importante da cartografia urbana. A associação entre vida urbana e comunicação impressa havia sido entendida e posta em prática. O testemunho está nas edificações remanescentes, suportes de uma memória em torno da propagação da leitura e da instrução⁴⁸.

Essa memória encontra-se incrustada nos sítios históricos tombados em Sobral e Viçosa do Ceará. Na primeira, o prédio da Câmara Municipal, sede do primeiro gabinete de leitura fundado na cidade, permanece como parte de uma memória negligenciada, a qual fala de um tempo em que a vida intelectual da cidade dava seus primeiros passos no sentido de delimitar certos pontos no espaço urbano, tomando-os como sede de suas instituições, das quais partiam os esforços no sentido de implantar projetos de intervenção social baseados na

⁴⁷ *Correio do Norte*, Ipu, 29 jun. 1922, p. 4.

⁴⁸ Foram preservadas e identificadas pela pesquisa as sedes do Gabinete de Leitura Viçosense, atualmente abrigando a Câmara Municipal daquela cidade, e o sobrado da Associação Comercial de Camocim, cujo pavimento superior ainda guarda o acervo do Gabinete de Leitura Camocinense.

difusão da leitura e da instrução.

3.2 Estafetas, estivadores e carreteiros

O transporte de mercadorias empregava grosso contingente de mão de obra não especializada, à qual restava o trabalho pesado de transferir as mercadorias dos navios para o depósito ferroviário e dali aos trens. Eram os estivadores do porto de Camocim, cuja força muscular constitui seu tributo ao funcionamento do circuito livreiro.

A relação entre esses trabalhadores e o livro é um assunto bastante inquietante, pois encontramos indícios de que sua contribuição para a circulação do livro pode ter ido além do simples desempenho de sua função nos portos. A assimilação de ideias políticas era proporcionada pelo contato com os viajantes. Os próprios estivadores costumavam buscar o porto de Santos quando o movimento diminuía em Camocim. O contato com colegas de praças maiores e mais movimentadas mostrava-se propício à construção de laços de solidariedade, despertando o sentimento classista e incentivando a eclosão de movimentos paredistas associados à divulgação do ideário comunista, também presente em meio aos ferroviários⁴⁹.

Na condição de categoria profissional em processo de formação, os ferroviários e estivadores demonstraram ter tido convicção da importância da leitura, especialmente do jornal enquanto órgão de orientação. A iniciativa de Francisco Theodoro Rodrigues, “militante comunista e fazedor em jornais em Camocim”, foi emblemática no sentido de representar o embate enfrentado pela nascente classe operária contra as classes “conservadoras”. De acordo com Adelaide Gonçalves, a publicação do jornal operário dirigido por Theodoro foi tolerada pelos mandatários locais até o instante em que teve a ousadia de indicar uma chapa operária nas eleições municipais de 1920. A reação conservadora foi imediata. Theodoro foi preso e obrigado a deixar a cidade, como vimos anteriormente⁵⁰.

O engajamento político nascia, entre aqueles trabalhadores do ramo de transportes, do contato com ideias vindas de pontos distantes. No processo de formação de uma consciência de classe, o contato com textos instrutivos não estava ausente. A formação

⁴⁹ SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Entre o porto e a estação: Cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970*. 2008. 258f. Tese (Doutorado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Os estivadores do porto de Camocim declararam greve em janeiro de 1923, despertando a suspeita de haver um agente comunista infiltrado no grupo. A imprensa não apoiou a iniciativa, e o comerciante Vicente Aguiar afrontou o líder do movimento, conseguindo colocar empregados particulares para realizar o trabalho dos grevistas. *A Lucta*, Sobral, 13 jan. 1923, p. 1.

⁵⁰ GONÇALVES, Adelaide. *Op. cit.*, p. 261-262.

intelectual de um líder comunista local se dava pela leitura do material impresso disponível, especialmente jornais. Francisco Theodoro seguiu essa trilha e publicou seu jornal operário em Camocim, buscando fornecer subsídio para a construção do sentimento de pertença à classe operária entre os trabalhadores locais.

Além de intermediários da leitura, tais homens foram leitores. O texto impresso esteve associado às suas experiências de militância política.

A partir de Camocim, a distribuição de mercadorias seguia o fio traçado pelos trilhos da EFS. Em suas estações eram descarregados volumes destinados aos mais distantes pontos da zona rural — fazendas, arraiais, povoados, vilas. Essa etapa última entre a estação ferroviária e o destinatário final era feita por carreteiros (quando o destino era a área urbana) ou por estafetas (no caso em que a encomenda devia ser entregue na área rural ou em cidades situadas sobre a Serra da Ibiapaba ou qualquer outro ponto distante das estações).

O serviço postal funcionava a partir do emprego dos três meios de transporte: o marítimo, o ferroviário e o terrestre, este último com o uso de animais de carga. Na cidade de Viçosa, encontramos o caso do farmacêutico Felizardo de Pinho Pessoa, o qual precisava ir à agência postal todas as quartas-feiras retirar suas encomendas, entre elas jornais⁵¹. Livros e mercadorias as mais diversas seguiam o mesmo trajeto. Após a chegada ao porto, eram transferidos aos trens e, por último, transportados por estafetas e seus comboios de burros e jumentos pelas longas veredas sertanejas ou sinuosas ladeiras, buscando cidades e vilas serranas.

Quando o destinatário não podia ir pessoalmente retirar suas encomendas, era contratado o serviço dos carreteiros. O indício mais próximo que temos da atuação desses trabalhadores são dois lançamentos no balancete do Gabinete de Leitura Ipuense para os meses de setembro a dezembro de 1919. Ali, consta um débito no valor de Rs 15\$000 (quinze mil réis) para pagamento de frete e carreto de livros no dia 4 de outubro; o segundo lançamento é outro débito no valor de Rs 106\$500 (cento e seis mil e quinhentos réis), referente ao pagamento de despesas com encadernação, frete e carreto de livros no dia 18 de outubro⁵².

No registro feito no balancete, a presença desses trabalhadores, intermediários “esquecidos” da leitura, não aparece, apenas a referência ao custo do trabalho realizado⁵³.

⁵¹ Informação obtida por meio de entrevista com o Dr. Felizardo de Pinho Pessoa Filho, aposentado, 86 anos, em Viçosa do Ceará, no dia 29 de outubro de 2005.

⁵² Balancete Geral do Gabinete de Leitura Ipuense a contar de Novembro de 1918 a Dezembro de 1919. *Correio do Norte*, Ipu, 08 jan. 1920, p. 4.

⁵³ “Esquecidos” porque sua presença nas fontes aparece sempre enviesada, exigindo uma leitura atenta a fim de não passarem despercebidos. A presença do trabalhador braçal afasta um pouco aquela aura de *glamour*

Sabemos tratar-se de trabalhadores autônomos, provavelmente muito pobres, cuja única ferramenta de trabalho era uma espécie de carroça construída em madeira — o carroto. Os mais abonados conseguiam ter um burro para puxá-la, mas a maioria tracionava com sua própria força. Temos, nessa etapa da circulação do livro, a presença marcante de um trabalho corporal, feito por homens pouco ou nada familiarizados ao mundo da leitura, excetuando a possibilidade da audição de uma leitura em voz alta de textos como o *Carlos Magno e os Doze Pares de França*.

Os livros que fomos encontrar acomodados nas estantes que um dia pertenceram aos gabinetes de leitura foram ali depositados à custa de trabalho corporal humano. Sempre que se pensa no livro e no trabalho a ele associado, logo nos vem à mente a ideia do trabalho espiritual, envolvendo a leitura; o trabalho corporal associado ao livro e aos trabalhadores braçais envolvidos no processo de circulação das ideias ainda permanece no limbo do esquecimento.

Mapear os caminhos do livro e os operadores de seu transporte enumerando individualidades, traçando perfis, constitui tarefa impossível, dadas as limitações das fontes de que dispomos. Nosso objetivo, aqui, é detectar os rumos do livro, as categorias de trabalhadores envolvidos no seu manejo enquanto mercadoria a ser conduzida, acondicionada, percorrendo etapas até chegar ao destino final. Indo nessa direção, deparamo-nos com os problemas do sistema postal do período. O cargo de agente ou estafeta dos Correios, embora menos importante na grade de serviços públicos presentes nas cidades e vilas, garantia ao seu ocupante algum prestígio, o que podia desembocar em conflitos políticos.

Um episódio dessa natureza ocorreu na zona norte em 1915, tendo como protagonistas o estafeta Paulo Furtado, destacado na Vila de Santa Cruz, e o jornalista Vicente Loyola. Paulo aplicara ao jornal *O Rebate* multa no valor de Rs 50\$000 (cinquenta mil réis) após encontrar algumas cartas ocultas dentro do pacote de jornais, vistoriado na estação de Santa Cruz. Tal prática constituía infração ao regulamento postal, pois gerava o não pagamento do selo, aproveitando-se o remetente da existência de tarifas diferenciadas para impressos⁵⁴.

Ressentido, Vicente Loyola não assumiu a infração e afirmou tratar-se de um

em torno do livro e sua história. Às vezes, é preciso lembrar que a história do livro não concerne apenas ao uso que dele era feito, à leitura, às trocas, aos empréstimos, às trocas de impressões de leitura. O livro, enquanto objeto material manejável, era objeto de trabalho braçal e, quando se trata de sua circulação, os operadores desse tipo de trabalho, fundamental para a viabilização de um circuito do livro, não podem ser negligenciados, ainda que a limitação das fontes impeça de se chegar a nomes e individualidades. Partimos de DARNTON, Robert. Os intermediários esquecidos da leitura. In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 150-167.

⁵⁴ *O Rebate*, Sobral, 05 jun. 1915, p. 3.

embuste da parte de seus adversários políticos, dos quais Paulo Furtado era um dos representantes em Santa Cruz. Usando de sua posição de jornalista, acusou o estafeta de praticar atos violentos na vila, sob proteção de líderes influentes do PRC naquela localidade e em Sobral. Paulo Furtado, à frente de um destacamento de soldados, teria cometido violento atentado contra pessoas inocentes enquanto buscava prender José Borges, comboieiro contratado por ele para fazer o transporte das encomendas entre Santa Cruz e a vila do Campo Grande, sobre a Ibiapaba. A altercação entre os dois teria surgido após uma tentativa de calote da parte do primeiro e as insistentes cobranças por parte do segundo. O comboieiro Borges acabou preso após feroz perseguição comandada por Paulo Furtado, apoiado pelo intendente da vila⁵⁵.

O caso nos interessa não pela violência, mas pela associação entre um comboieiro e um agente postal, demonstrando a dependência do sistema postal brasileiro do auxílio desses ofícios tradicionais. A logística da época, da qual dependia o funcionamento do circuito livreiro, envolvia estas várias categorias de trabalhadores. Desde a mão de obra assalariada de ferroviários, os autônomos estivadores e comboieiros e os funcionários públicos, representados pelos agentes dos correios e estafetas, auxiliados pelos pobres carreteiros, uma variedade de profissionais operava a circularidade do livro e da informação impressa.

3.3 Tipografias e trabalhadores gráficos

Importante elemento na base material da cultura letrada, a tipografia chegou à zona norte na segunda metade do século XIX⁵⁶. Naqueles primeiros tempos da atividade gráfica em Sobral, os trabalhos de composição, impressão, revisão e paginação eram feitos por poucas pessoas, dada a pequena demanda. No entanto, com o passar do tempo, o setor gráfico experimentou considerável expansão, e seus estabelecimentos se tornaram geradores de emprego e abrigo de uma categoria profissional em ascensão: os trabalhadores gráficos.

Situados numa posição social fronteira, tais homens exerciam um ofício letrado, mas fisicamente extenuante. As longas jornadas, os prazos curtos e os salários baixos foram os ingredientes da receita de uma vida difícil, no entanto ainda encarada com satisfação em

⁵⁵ *O Rebate*, Sobral, 19 jun. 1915, p. 1.

⁵⁶ O bispo e historiador D. José Tupinambá da Frota assim narrou a chegada do primeiro prelo tipográfico à zona norte do Ceará, mais especificamente a Sobral: “Pelos eras de 1860 chegou em Sobral, vindo de Teresina, Manuel da Silva Myragaia, trazendo uma pequena tipografia e um arcaico prelo de madeira. Foi residir na Travessa do Menino Deus, e, protegido pelos liberais, requereu à Câmara, em data de onze de agosto de mil oitocentos e sessenta e quatro, licença para estabelecer-se com uma tipografia, ‘tendo de estabelecer uma oficina de impressões na qual vem de imprimir as impressões (sic!), que lhe convier’, recebendo na mesma data despacho favorável”. FROTA, José Tupinambá (Bispo). *História de Sobral*. 2 ed. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1974. p. 488.

face da escassez de opções de colocação no mundo do trabalho local⁵⁷.

A marcha do setor gráfico não pode ser dissociada do processo de consolidação da imprensa local. As empresas jornalísticas tinham como primeiro passo a aquisição do prelo e demais acessórios tipográficos, comprados de segunda mão em Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo e outras praças mais desenvolvidas. O binômio tipografia/jornal se fez incontornável naquele momento, e as publicações impressas em oficinas de terceiros tiveram vida curta. Podemos concluir que a impressão de jornais foi a principal atividade a que se dedicaram os trabalhadores gráficos da zona norte entre os anos de 1860 e 1930⁵⁸.

Em Fortaleza, os gráficos foram protagonistas de um jornalismo de classe ainda no século XIX, com a publicação d'*O Typographo* (1866), *O Colossal* (1878) e *A Greve* (1882), órgãos voltados para a representação daquela categoria profissional nos domínios da imprensa⁵⁹. Recorrendo à palavra escrita, defendiam seus interesses e demandas num meio mercado por relações desiguais. Sentindo-se explorados, elegeram o jornal como espaço de luta em defesa de seus interesses, estratégia plena de sentido por tratar-se de uma classe alfabetizada.

Enquanto a expansão da atividade gráfica no Ceará permanecia dependente de investimentos motivados por interesses políticos, em São Paulo e Rio de Janeiro as mudanças técnicas criavam possibilidades para a modernização da imprensa, processo impulsionado no início do século XX⁶⁰ e que permitiu a conversão de antigos operários em proprietários de pequenas gráficas por meio da compra de máquinas usadas, as quais estavam sendo substituídas por equipamento mais moderno pelas grandes empresas do setor⁶¹.

Pouco numerosa, os gráficos da zona norte constituem uma categoria de sujeitos esquecidos pela memória local. Enquanto os redatores de jornal têm lugar de destaque nos discursos balizadores dessa memória, os trabalhadores das oficinas, compositores, revisores,

⁵⁷ Pensar a situação social do trabalhador gráfico a partir do exame dos impressos foi uma estratégia que elaboramos inspirados na leitura de *Arte e trabalho*, de Paulo Teixeira Iumatti, para quem “é preciso ponderar que o livro é produzido por uma sociedade repleta de clivagens, sendo fruto de conflitos, tentativas de harmonização, colaboração, etc.” IUMATTI, Paulo Teixeira. *Arte e trabalho: aspectos da produção do livro em São Paulo (1914-1945)*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2016. p. 16.

⁵⁸ Os avanços técnico foram limitados, não alcançando o estágio da indústria gráfica paulista, que tornou possível a Paulo Teixeira Iumatti “estudar as mudanças na medida em que o ‘artesanal’ ou os saberes ‘tradicionais’ se entrelaçariam com o ‘industrial’, criando um “caminho mais fecundo do que enfatizar tão somente o ritmo de incorporação do novo”. IUMATTI, Paulo Teixeira. *Op. cit.*, p. 63. No caso de Sobral e zona norte do Ceará, as gráficas tiveram, até por volta de 1930, como principal avanço as impressoras rotativas manuais Marinonis, como a que foi adquirida por Vicente Loyola para o jornal *O Rebate* em 1911 (*O Rebate*, Sobral, 01 jul. 1911). O jornal *A Lucta* também era impresso em prelo Marinoni manual (BRASIL, Jocelyn. *Andanças & lembranças*. 2 ed. Belém: Edições Aleutianas, 1990).

⁵⁹ GONÇALVES, Adelaide. *Op. cit.*, p. 266-270.

⁶⁰ VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Anablume; FAPESP, 2000. p. 49.

⁶¹ IUMATTI, Paulo Teixeira. *Op. cit.*, p. 46.

impressores e demais oficiais não são mencionados. O trabalho de investigação empregado buscou identificar nomes e dados — embora sucintos — capazes de revelar algo das condições de vida e da trajetória profissional de tais homens. Numa posição ambígua, não se viram capazes de pleitear uma posição no interior do campo intelectual, nem puderam fortalecer-se enquanto categoria profissional devido ao número reduzido. Os poucos indícios reunidos, no entanto, permitem visualizar um pouco da organização das oficinas gráficas, as funções ali exercidas, a hierarquia interna e a mobilidade profissional própria daquele campo especializado.

Jocelyn Brasil, filho do tipógrafo e jornalista Deolindo Barreto Lima, registrou alguns instantâneos da oficina do jornal *A Lucta* (1914-1924), onde, por determinação do pai, começou a trabalhar aos dez anos de idade, aprendendo o ofício de compositor com o chefe oficial Gonçalo “Goteira”⁶². Pela descrição, compreende-se que, dado o porte diminuto do estabelecimento, havia apenas quatro empregados, incluindo o pequeno Jocelyn, ajudante e “mão na roda”, pois auxiliava a todos, especialmente o compositor Gonçalo e o impressor, o velho Lalogo, objeto da simpatia e compaixão do menino, conhecedor da tragédia pessoal daquele trabalhador:

Era assim. Eu era o autêntico mão na roda da oficina tipográfica de meu pai. Muitas vezes cheguei a dar carona ao Lalôgo. A máquina plana de impressão era movida a músculos. Havia uma roda enorme onde o velho Lalôgo exercia sua função de HP de máquina. Quando a máquina embalava, eu me metia a ajudar o velho... Lalôgo, saído de 30 anos de pena por ter matado a facadas um sócio que sua mulher lhe arranjava. Foram os olhos mais azuis que conheci, os olhos do velho Lalôgo.⁶³

Francisco Joaquim do Espírito Santo, o Lalogo, foi condenado a galés perpétua em 1889, pelo assassinato de Francisca Saraiva, sua amante, e de uma filha de 15 anos⁶⁴. Foi libertado em 1918 e acabou sendo incorporado ao pessoal das oficinas d’*A Lucta* na função de impressor. Cabia-lhe fazer girar o prelo manual Marinoni. Com seu trabalho muscular, Lalogo contribuiu para a materialidade do jornalismo sobralense. Seu perfil de ex-condenado parecia não interferir na sua inserção numa classe profissional relegada à invisibilidade social naquela zona.

⁶² BRASIL, Jocelyn. *Andanças e lembranças*. 2 ed. Belém: Edições Aleutianas, 1990. p. 41.

⁶³ *Id. ibidem*.

⁶⁴ *A Lucta*, Sobral, 18 dez. 1918, p. 1 e *O Rebate*, Sobral, 01 mar. 1913, p. 2. O Código Criminal de 1830 estabelece, em seu Capítulo I, Art. 44: “A pena de galés sujeitará os réos a andarem com calceta no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos publicos da provincia, onde tiver sido commettido o delicto, á disposição do Governo”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lm/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 25 ago. 2017. Lalogo foi condenado em 1889, um ano antes de o Código de 1830 ser substituído pelo primeiro Código Criminal da República, o qual extinguiu a pena de galés perpétua. Deduzimos que sua pena foi convertida em prisão simples.

João Bosfete foi outro empregado das oficinas d'*A Lucta* arrancado dos cantos obscuros da memória pela narrativa de Jocelyn Brasil, que admirava a inteligência do garoto pobre e negligente consigo mesmo. Enfatizando tal característica, Jocelyn o descreve no trecho abaixo:

[...] Como esquecer o João. Trabalhou comigo nas oficinas d'*A Lucta*. Era um menino pra lá de pobre... Desleixado, vivia com o nariz catarrado, os olhos remelentos, isso tudo emporcalhando uma cabeça privilegiada. Para resumir o João Bosfete, foi tão inteligente que com seu canivete, abria em casca de cajueiro, clichês que ilustravam o jornal do velho.⁶⁵

João Bosfete compunha clichês — imagens, retratos ou desenhos em alto relevo — entalhando com o canivete em casca de cajueiro. Embora tal habilidade fascinasse o menino Jocelyn, o mundo do trabalho gráfico na zona norte contava outros exemplos de improvisos em madeira envolvendo a composição de tipos e clichês⁶⁶. João Bosfete não foi pioneiro na técnica, o que não equivale a negar sua inteligência, atestada pela beleza dos clichês impressos n'*A Lucta*.

O que chama a atenção na imagem de João Bosfete é a contradição entre sua inteligência e o aspecto físico emporcalhado, repulsivo, marcado pela negligência com a higiene pessoal. A aparência enfeada pela sujidade fazia esconder a grande habilidade do garoto que, de maneira absolutamente improvisada, sem dispor de artefatos técnicos, conseguia um trabalho cujo resultado o credenciava a fazer parte da classe dos trabalhadores gráficos, zelosos do estatuto de “arte” conferido a seu trabalho⁶⁷.

Gonçalo Goteira, o chefe da oficina, comandava uma equipe composta por um ex-condenado, taciturno e mergulhado em um mundo interior provavelmente marcado por tormentos, e um garoto inteligente que zombava de si próprio ao descurar da própria aparência e saúde. Um portador de um passado sujo, outro dono de um corpo sujo, homens esquecidos, invisíveis naquela sociedade onde a leitura e a imprensa avançavam caracterizando a marcha da modernidade no sertão.

Jocelyn Brasil descreve o quadro da oficina a partir de uma imagem registrada em

⁶⁵ *Id. ibidem.*

⁶⁶ Veremos adiante o caso do jovem Paulo Aragão, construtor de uma tipografia improvisada com prelo e tipos feitos por ele mesmo usando a pau d'arco, árvore de madeira extremamente resistente, como matéria-prima (*O Rebate*, Sobral, 13 fev. 1915, p. 2). Paulo Aragão foi incorporado à tipografia do jornal *O Rebate* em 1915, onde se fez tipógrafo e jornalista (*O Rebate*, Sobral, 05 jun. 1915, p. 1). Posteriormente, tornou-se comerciante, atuando no ramo livreiro e tendo, inclusive, alguns livros de sua livraria sido encontrados no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense.

⁶⁷ Para Paulo Teixeira Iumatti, as identidades dos trabalhadores gráficos “eram construídas, em uma de suas características importantes, e dentro da diversidade das funções ocupadas por diferentes classes de trabalhadores em cada oficina, em torno de valores como habilidade, talento, inteligência, paciência, competência, responsabilidade, consciência.” IUMATTI, Paulo Teixeira. *Op. cit.*, p. 65-66.

sua memória, um instantâneo. Examinando o jornal *A Lucta*, percebe-se as alterações, as trocas de posição. Gonçalo Silva, o Gonçalo “Goteira”, casou-se em 1922, quando ocupava a função de impressor⁶⁸, o que pode significar a saída de Lalogo; em 1920, era apresentado como “auxiliar técnico”⁶⁹. O verdadeiro chefe era o proprietário e redator do jornal, Deolindo Barreto. Gonçalo assumia a parte técnica e comandava o velho Lalogo e o jovem João Bosfete, enquanto ensinava o menino Jocelyn a compor. Em 1923, por ocasião do nascimento de seu segundo filho, Gonçalo foi mencionado n’*A Lucta* como “administrador técnico”⁷⁰. A mudança na nomenclatura pode confundir, mas percebe-se sua permanência numa função de destaque, haja visto ser ele o único a ser mencionado na coluna “Registo(sic) Social”, espaço destinado ao registro da vida social da elite local — noivados, casamentos, viagens, nascimentos, enfermidades, mortes etc.

Na década de 1920, Gonçalo Silva não era mais um gráfico inexperiente. Havia trabalhado anteriormente nas oficinas dos jornais *Pátria* e *O Rebate* como tipógrafo. Seu nome completo consta numa lista dos empregados da Tipografia d’*O Rebate*, apresentada em 1911 por Vicente Loyola, redator e proprietário. Ameaçado pelo intendente municipal, Frederico Gomes Parente, com quem alimentava uma séria desavença política, Vicente resolveu, a título de provocação, apresentar os nomes e perfis dos empregados e o seu próprio, incluindo-se como parte do quadro da oficina, embora não conhecesse a arte tipográfica. A citação, apesar de longa, se faz necessária:

José da Matta e Silva, sachristão de profissão e typographo nas horas vagas;
 Jorge Ferreira do Nascimento, ex-aguandeiro do ex-delegado de policia Vicente Dias Miranda, de saudosa memoria;
 Segismundo Braga, ex-cambista do jogo do bicho, ex-alumno do ‘COLLEGIO JOSÉ DE ALENCAR’. (Este não presta: comeu macaco em pequeno na terra do Silverio Nery, onde cresceu-lhe muito a barriga, - a tal ponto que o leite de vaca do Ceará não consegue fazel-a diminuir de volume);
 Gonçalo Ignacio da Silva, - vulgo Leão Beduino, ex-typographo da Patria, ex-dito do Imparcial, óra efectivo do REBATE. (Come muito e assovia bem).
 Archeláo Torres da Silva, ex-aprendiz de sapateiro e actual director das officinas desta folha. (Este... é um pouco gorduroso; pegue nelle com geito se não quizer sujar o casaco e a calça, no... assento);
 V. Loyola, um pobre homem incompleto: só tem 19 dedos. O outro, o Sr. Dr. Manoel Marinho levou-o – vae fazer um anno – na ponta afiada do seu bisturi... Gosa pouca saúde, mas tem muita alma e muito coração para desprezar o Sr. Intendente Frederico Gomes Parente e os seus subornados, o Sr. ex-tenente de policia João Pio Machado inclusive.⁷¹

O perfil acima inclui a caracterização física de Gonçalo por meio da comparação

⁶⁸ *A Lucta*, Sobral, 04 jan. 1922, p. 3.

⁶⁹ *A Lucta*, Sobral, 02 jun. 1920, p. 2.

⁷⁰ *A Lucta*, Sobral, 17 nov. 1923, p. 2.

⁷¹ *O Rebate*, Sobral, 03 jun. 1911, p. 2.

com Leão Beduíno, artista e atleta de origem árabe cuja força muscular e corpo atlético impressionaram o público sobralense⁷². A partir dali, os homens de compleição física avantajada passaram a ser comparados a Leão Beduíno. Em tom jocoso, Vicente Loyola não deixou de mencionar o apetite voraz de Gonçalo (come bem), confirmando tratar-se de um homem de grande estatura.

A descrição também enfatiza o caráter de aprendizes dos empregados da tipografia d'*O Rebate*. Jorge da Mata e Silva, além de tipógrafo, era sacristão; Jorge Ferreira do Nascimento havia exercido o ofício de aguadeiro, ou seja, trabalhara transportando água do Rio Acaraú para as residências⁷³; Segismundo Braga havia sido cambista do jogo do bicho, uma prática controversa, oscilando entre a permissão e a proibição⁷⁴. A aventura rumo ao norte extrativista, empreitada tentada por muitos sobralenses do período, é apresentada em tom burlesco, haja vista a menção à barriga crescida, característica atribuída ao suposto fato de ter “comido macaco”. No fundo, o norte amazônico figurava não como terra de promessa, mas como lugar de sofrimento, decepção e fonte de enfermidades nunca curadas.

Os trabalhadores da tipografia d'*O Rebate* não eram sujeitos oriundos das camadas favorecidas. Ao contrário, suas ocupações anteriores denunciam a condição humilde em que viviam. Aguadeiros, cambistas, aprendizes, sacristãos — ofícios pouco reconhecidos, invisíveis na tessitura social da cidade. O porte diminuto das tipografias locais não criava condições adequadas à constituição de uma classe operária coesa, ficando relegados à condição comparável àquela dos demais trabalhadores pobres. Ao contrário dos operários da EFS, mais numerosos e articulados, bem como dos estivadores e empregados da Fábrica de Tecidos de Sobral, os gráficos na zona norte não chegaram a constituir uma categoria

⁷² *O Rebate*, Sobral, 29 mai. 1909, p. 2. Abdul Aziz, o “Leão Beduíno”, foi um artista itinerante especializado em números que exigiam grande força física. Seu corpo colossal impressionou a cidade, mas sua única apresentação foi definida pelo *O Rebate* como um “fiasco” de público.

⁷³ A água potável consumida pela população de Sobral era obtida em cacimbas escavadas no leito vazio do Rio Acaraú. As famílias abastadas contratavam o serviço dos aguadeiros, caboclos pobres que trabalhavam conduzindo animais carregados com pipas (espécie de barris de madeira) de água, com a qual abasteciam os recipientes (potes) para o consumo doméstico. Pela própria natureza de seu ofício, tinham acesso ao interior dos casarões e palacetes da elite local e, por consequência, viam-se inseridos no cotidiano daquelas famílias e casas. Uma descrição desse ofício, próprio a uma cidade sertaneja ainda desprovida de um serviço de abastecimento de água, encontra-se em COSTA, Lustosa da. *Vida, paixão e morte de Etevlino Soares*. São Paulo: Maltese, 1996. p. 120-127.

⁷⁴ A crítica ao jogo do bicho na imprensa sobralense foi tornando-se moderada a partir da década de 1920. O maior número de referência a essa prática foi encontrada no jornal *A Lucta*, especialmente nas seções de crônicas, “Chroniquetas”, na qual Deolindo Barreto escrevia utilizando o pseudônimo “Justus”, e nas “Cartas a Cunceição”, onde o mesmo usava o pseudônimo “Bastião Pedreiro”. Em ambas, o jornalista mantém certa tolerância ao jogo, aproveitando-se da linguagem leve para denunciar a hipocrisia e o reacionarismo das camadas abastadas ao combaterem o jogo de azar de cunho popular, enquanto livremente jogavam pôquer em seus salões. *A Lucta*, Sobral, 28 ago. 1920, p. 1; 12 fev. 1921, p. 2; 02 abr. 1921, p. 2-3; 06 abr. 1921, p. 2; 09 jul. 1921, p. 2; 16 jul. 1921, p. 2; 03 set. 1921, p. 2; 25 jan. 1922, p. 2; e 04 fev. 1922, p. 2-3.

articulada.

Dos trabalhadores citados, observemos que nem todos eram tipógrafos. Apenas Gonçalo Inácio da Silva e José da Mata e Silva. Os demais não tiveram as funções discriminadas, à exceção de Archelau Torres da Silva, apresentado como diretor da oficina. Em 1913, Edgard da Silva Pinho e Flávio Alves da Silva eram tipógrafos do jornal *Pátria*⁷⁵.

Uma vez adquirida a competência própria ao ofício de tipógrafo, havia a possibilidade de permanecer na função, mesmo tendo de passar de uma oficina a outra em ocasiões de crise. Archelau Torres foi dispensado da tipografia d'*O Rebate* em 1915, indo trabalhar no jornal *A Epocha*, de orientação política contrária àquele⁷⁶. Em 1918, já estava empregado na tipografia do *Correio da Semana*, órgão da diocese de Sobral⁷⁷. Sua trajetória como tipógrafo estava consolidada. Havia, naquela ocasião, quatro tipografias em atividade — *O Rebate*, *A Lucta*, *A Ordem* e *Correio da Semana*. Archelau havia passado por três delas. Como era de praxe, sua iniciação como aprendiz deu-se ainda na juventude ou, quiçá, na infância. Aos 32 anos, já havia passado pelas oficinas de três jornais dos mais longevos de Sobral.

Archelau Torres da Silva, Gonçalo Inácio da Silva, Edgard Pinho e Flávio Alves da Silva foram tipógrafos num momento em que tal atividade mantinha-se muito próxima do jornalismo. As tipografias, em sua maioria, eram parte de empresas jornalísticas, sendo a impressão do jornal sua principal função. Os serviços avulsos representavam um complemento, e sua importância se devia à lucratividade supostamente baixa da atividade principal⁷⁸.

Nada sabemos a respeito da remuneração dos tipógrafos. Não enriqueceram, mas também não há indicativos de terem experimentado a miséria. Seu diminuto número não permitiu a constituição de uma categoria operária diferenciada, sendo incorporados ao grupo genérico dos “artistas”. No entanto, a especificidade de seu trabalho reside no objeto que produziam. De suas mãos hábeis saía um produto bem acabado — o texto impresso —, abrindo portas para a inserção de seus nomes e poucas informações sobre suas vidas nos jornais. De forma indireta e quase acidental, os tipógrafos da zona norte figuram em rápidas passagens da memória da imprensa sobralense, de maneira discreta e quase invisível.

⁷⁵ *Pátria*, Sobral, 11 jun. 1913, p. 1.

⁷⁶ *O Rebate*, Sobral, 10 jul. 1915, p. 2 e *A Lucta*, Sobral, 15 set. 1915, p. 2.

⁷⁷ *A Lucta*, Sobral, 18 set. 1918, p. 1.

⁷⁸ De acordo com Lustosa da Costa, por ocasião da seca de 1919, as comissões de obras públicas sob comando da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) criaram uma enorme demanda por material de escritório, gerando forte disputa entre as tipografias de Sobral, já separadas pelo credo político de cada um dos respectivos jornais. COSTA, Lustosa da. *Op. cit.*, p. 127-128.

A Tabela a seguir apresenta os tipógrafos em atividade nas cidades de Sobral e Ipu ao longo das décadas de 1910 e 1920:

Tabela 4 – Tipógrafos na zona norte do Ceará entre 1910 e 1920

Nome	Cidade	Tipografia
Archelau Torres da Silva	Sobral	Tip. d’ <i>O Rebate</i> Tip. d’ <i>A Epocha</i> Tip. do <i>Correio da Semana</i>
Gonçalo Inácio da Silva	Sobral	Tip. do <i>Pátria</i> Tip. d’ <i>O Rebate</i> Tip. d’ <i>A Lucta</i>
José da Mata e Silva	Sobral	Tip. d’ <i>O Rebate</i>
Edgard da Silva Pinho	Sobral	Tip. do <i>Pátria</i>
Flávio Alves da Silva*	Sobral	Tip. do <i>Pátria</i>
João Leonel Nogueira de Queiroz**	Sobral	
Antônio Anselmo Rodrigues	Sobral	Tip. d’ <i>A Ordem</i>
Francisco Cícero de Almeida	Sobral	Tip. do <i>Correio da Semana</i>
Paulo Aragão	Sobral	Tip. d’ <i>O Rebate</i>
Deolindo Barreto Lima***	Sobral	Tip. d’ <i>A Lucta</i>
Francisco Pilcomar Campos	Ipu	Tip. d’ <i>O Campo</i>
Francisco das Chagas Paz	Ipu	Tip. d’ <i>O Campo</i>
João Mozart da Silva	Ipu	Tip. d’ <i>O Campo</i>
José Pombo	Ipu	Tip. d’ <i>O Campo</i>

*Faleceu em 1919, alistado na obra de construção do Açude Forquilha. **Falecido em 1912. ***Proprietário da tipografia, trabalhou inicialmente sozinho.

Fonte: Elaboração do autor.

Medir a importância da contribuição das tipografias para a difusão da leitura e a expansão da imprensa é tarefa difícil diante da escassez de dados. Não pudemos conhecer os quadros de empregados de todas aquelas que surgiram na zona norte, mas, observando a tabela acima, é possível chegar a algumas conclusões.

Primeiro, as rivalidades políticas entre os jornais não pareciam importantes para os tipógrafos. Enquanto as tipografias concorriam entre si, esses trabalhadores estavam mais preocupados em garantir seu salário, não importando a orientação política do jornal ao qual estava vinculada a oficina. Archelau Torres da Silva foi dispensado da tipografia d’*O Rebate*, jornal rabelista e antiaciolista desde o nascimento, e não hesitou em ir trabalhar na tipografia do recém-fundado *A Epocha*, órgão do PRC. Da mesma maneira, Gonçalo Inácio da Silva

passou pelas oficinas do *Pátria*, órgão do PRC, passou pela tipografia d’*O Rebate* e foi fixar-se no democrata *A Lucta*.

Segundo, a trajetória era marcada por instabilidades, a ponto de os tipógrafos não pensarem duas vezes ante a possibilidade de assumir um emprego mais rentável. Flávio Alves da Silva, tipógrafo d’*O Pátria*, faleceu em 1919 no Açude Forquilha⁷⁹. Qual a sua ocupação na construção de um açude? Nossa fonte limita-se a afirmar que “ocupava um cargo”, ou seja, não exercia um trabalho pesado à semelhança dos “flagelados” ali alistados. O fato de ser alfabetizado e, principalmente, ex-tipógrafo do jornal *Pátria* certamente funcionou como capital social acumulado junto aos líderes locais, a quem cabia distribuir os cargos das comissões financiadas pelo Governo Federal.

Os gráficos formavam um contingente pequeno e fragmentado. Não há indícios de uma consciência de classe. Certamente percebiam as angústias da profissão, mas não o fizeram enquanto categoria profissional, restringindo as dificuldades vividas ao âmbito da experiência pessoal. Ao contrário dos caixeiros, outra categoria espremida socialmente entre a elite comercial e a pobreza despossuída, não conseguiram juntar forças para empreender esforço no sentido de conseguir meios para aprimorar a instrução ou reduzir a jornada de trabalho. Mais uma vez a diferença está no quantitativo — caixeiros eram muito mais numerosos que os gráficos na zona norte.

Por outro lado, se os tipógrafos não se organizaram em sindicatos ou clubes classistas, não deixavam de cultivar certa vaidade oriunda do estatuto de oficiais inseridos na esfera dos alfabetizados. Deolindo Barreto Lima, autor das duas citações seguintes, foi tipógrafo e jornalista, o que o torna portador de uma voz autorizada a falar do cotidiano desses profissionais, embora o faça a partir do lugar social do jornalista, daí o tom jocoso do texto, buscando provocar o riso do leitor ao expor as peculiaridades do oficial gráfico.

De tres cousas o typographo gosta:
 - Conversar com o patrão no fim do mez.
 - Transcrições de artigos do seu jornal!
 - Visita de moças bonitas na typographia.⁸⁰

A vaidade do tipógrafo confundia-se com a do jornalista dono da tipografia, exceto pelo interesse em receber o salário no fim do mês (conversar com o patrão), o que sugere a precariedade de suas condições de vida. Gostar de ver artigos do jornal transcritos em outras publicações seria uma característica muito mais natural ao jornalista, autor dos

⁷⁹ *A Lucta*, Sobral, 15 out. 1919, p. 2.

⁸⁰ *A Lucta*, Sobral, 09 abr. 1921, p. 2.

textos, do que do tipógrafo. Mas este sabia que, sem a sua contribuição, o texto manuscrito não assumiria a feição do impresso; não se multiplicaria para circular pelo mundo. Consciente da importância de seu trabalho no domínio da palavra impressa, o tipógrafo sentia-se no direito de partilhar as glórias alcançadas pelo jornal.

A referência à eventual presença feminina no ambiente tipográfico mostra o fascínio exercido pela imprensa enquanto atestado da modernidade. Dali saía o impresso, objeto causador de admiração. A partir da manipulação dos tipos, o tipógrafo dava forma ao texto impresso, um suporte de ideias prontas a penetrar as mentes e suscitar sentimentos e ações. Neste sentido, o detentor daquela técnica se tornava objeto de admiração, pois era uma espécie de cocriador dos textos, responsável pela sua feição material.

Ocupando uma função ornamental, as mulheres contemplavam o trabalho dos homens, únicos detentores da força e inteligência necessárias ao desempenho de um ofício tão exigente em termos de habilidade manual e, ao mesmo tempo, indelicado, pois sujava as mãos e as roupas. As moças das elites locais assumiram bem essa função estética, decorativa, visitando espaços de trabalho predominantemente masculinos. Dessa maneira, emprestam seu capital simbólico — a beleza física — a um processo técnico associado à modernidade. Numa sociedade machista e patriarcal, os espaços reservados ao feminino aparecem muito bem delimitados, e procura-se valorizar a mulher quando esta mantém-se resignada, evitando a tentação de transpor tais limites.

O tipógrafo, sujeito social fronteiro, espremido nos interstícios, animava-se ante a presença feminina em seu ambiente de trabalho. Ser visitado pelas moças das camadas favorecidas — únicas autorizadas a exercer aquela função ornamental — era atestado de sua importância, do fascínio que sua técnica poderia causar nas inteligências mais simples. Aquelas ocasiões raras traziam a possibilidade de impressionar.

O machismo prescreve ao masculino, embora em condição social inferior, a obrigação de impressionar o feminino com demonstrações de habilidade ou força. Nesse sentido, a tipografia criava uma ambiência marcada pela presença de um maquinário cujo manuseio requeria prática aliada ao conhecimento técnico para acionar os dispositivos de comando — manivelas, alavancas, pedais etc. — necessários à operação daqueles equipamentos mecânicos. Dominando aquele maquinário, conhecendo-lhe os meandros, as engrenagens interiores, os movimentos que deveria realizar, sua velocidade em peças/hora ou a força em “hp”, o homem se tornava um domador daquelas forças espantosas.

A arte tipográfica exigia grande acuidade visual e precisão de movimentos, uma vez que o tipógrafo compositor pinçava os tipos na caixeta e rapidamente os encaixava na

linha, presa no componedor com o dedo indicador da mão que o segurava. Pronta a matriz, iniciava a impressão e, com ela, a exibição do maquinário em ação. O início da operação era precedido de uma série de ajustes feitos pelo impressor, o conhecedor da máquina. O trabalho tipográfico resultava numa sintonia homem-máquina cuja observação atraía olhares admirados. Para Roland Barthes, a multiplicação da página impressa em várias cópias idênticas, produto da invenção da imprensa, pode ser considerada um “acto de nascimento da indústria”, ou “uma revolução na concepção de produção”⁸¹.

Os principais percalços do tipógrafo, de acordo com Deolindo Barreto, eram:

As três coisas de que [o tipógrafo] não gosta:

- Visita da lavadeira
- Pasteis na composição
- Trabalho avulso nos dias de festa.⁸²

As contas a saudar com as lavadeiras provavelmente não eram pequenas. As roupas sujas de tinta exigiam esforço extra por ocasião da lavagem. O serviço era prestado por mulheres pobres e realizado em rios e riachos, para onde se dirigiam cotidianamente levando grandes trouxas de roupa na cabeça. As mais sujas tinham de ser esfregadas com mais força, exigindo esforço extra da musculatura dos braços, o que era convertido em preços mais altos. As despesas dos tipógrafos com o serviço de lavagem das roupas certamente não eram das mais baixas, razão do desagrado com a visita das lavadeiras.

O “pastéis” na composição eram resultado de uma descomposição desleixada. Após a impressão, vinha o trabalho de descompor as páginas, colunas, linhas e palavras. Nesse ponto, grande atenção era necessária, pois cada tipo deveria ser devolvido à respectiva caixeta, evitando embaraços no próximo trabalho. Encontrar os tipos misturados ou “empastelados” era um dos maiores transtornos para um tipógrafo, cuja tarefa tinha de ser executada com rapidez e precisão⁸³.

Num tempo em que as longas jornadas de trabalho eram contestadas pela classe operária a nível mundial, os tipógrafos não deixaram de reclamar contra as convocações para trabalhar em dias de festa. A inexistência de uma legislação trabalhista negava ao trabalhador o direito ao descanso remunerado e convertia em preguiçoso o tipógrafo que não quisesse atender às demandas da tipografia. As festividades religiosas ou cívicas eram ocasião propícia

⁸¹ BARTHES, Roland; MARTY, Eric. Oral/escrito. In: *Enciclopedia Einaudi*. Vol. 11. Oral/escrito-argumentação. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. p. 55.

⁸² *A Lucta*, Sobral, 09 abr. 1921, p. 2.

⁸³ Uma obra rica em explicações técnicas a respeito da tipografia e que nos serviu nesta discussão é RUBLI, Willy. *As artes gráficas: compêndio para a fácil compreensão das espécies fundamentais de impressão e da técnica moderna dos processos de reprodução gráfica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

à publicação de folhetos, panfletos, polianteias, revistas etc., que eram encomendados às tipografias do jornais, e o prazo para entrega era curto e improrrogável. Ao tipógrafo restava o ônus de privar-se da participação nos eventos sociais e culturais por se achar empenhado na finalização desses trabalhos.

O desejo de imprimir e publicar suscitou improvisos técnicos. Em 1915, o jovem Paulo Aragão publicou o jornal *A Penna* utilizando artefatos tipográficos feitos em madeira⁸⁴. Os tipos foram entalhados com canivete e o prelo, feito de pau d'arco⁸⁵. A tenacidade e a inteligência empregadas por Paulo Aragão demonstram o quanto a tipografia foi capaz de impressionar mentes mais suscetíveis ao fascínio criado pela sintonia homem-máquina, característica do avanço tecnológico representado pelos equipamentos capazes de gerar força, luz e velocidade, como o trem, o automóvel, a eletricidade e a tipografia, com seu poder de multiplicar velozmente a página impressa, suporte material das ideias obtido pelo arranjo dos tipos.

A utilização da madeira na tipografia tinha a vantagem de ser mais facilmente moldável. Com um canivete, inteligência e habilidade manual, jovens como João Bosfete e Paulo Aragão conseguiram esculpir tipos e clichês tipográficos. O custo de produção desses tipos em madeira também era mais baixo em relação aos tipos de cobre, mais resistentes e produzidos industrialmente, mas muito mais caros, tendo de ser importados de centros maiores. A associação entre ferro e madeira nas composições não foi fato raro. Na impressão, porém, o ferro imperava na zona norte desde a segunda metade do século XIX. A utilização da madeira na segunda década do século XX parece constituir caso isolado, fruto do espírito de improvisação, inteligência e desejo de aventurar-se no domínio da cultura impressa.

Andando de par com o jornalismo, as tipografias da zona do Ceará, embora tenham alcançado algum desenvolvimento em cidades como Sobral e Ipu, foram tomadas pelo esquecimento após a passagem daquele momento em que a imprensa ocupou o lugar de atividade intelectual consolidada, entre as décadas de 1910 e 1930. Daí por diante, a chegada do rádio e, mais tarde, da televisão ofuscaram a comunicação impressa e levaram o jornalismo a uma posição subalterna. A memória intelectual da zona norte não contemplou essa atividade, nem as trajetórias daqueles que a ela se dedicaram ou que nela foram encontrar seu meio de vida.

⁸⁴ *O Rebate*, Sobral, 13 fev. 1915, p. 2.

⁸⁵ Pau d'arco é como é conhecido, em algumas regiões do Nordeste brasileiro, o ipê, subdividindo-se em ipê-roxo e ipê-amarelo. Sua madeira é extremamente resistente, sendo utilizada para confecção de objetos destinados a uso severo ou de longa duração.

4 DIFUSÃO DA LEITURA E A CONSTRUÇÃO DO JORNALISMO: BASES SOCIAIS E CULTURAIS

“Não, não é o anúncio, nem as notícias, nem mesmo os artigos científicos, que transmitem à imprensa o poder que ela tem no Estado e a sua influência na civilização; é a sua tendência, o pensamento político ou filosófico que a dirige e que aparece mais ou menos distintamente não somente no artigo de fundo, mas também na escolha e disposição das novidades, no arranjo das notícias, na publicidade dos fatos ocorridos.”

(Max Nordau)

Como vetor de difusão da leitura, o jornal mostrou-se mais eficiente do que o livro, por carregar em sua materialidade mais simples e preço acessível uma maior facilidade de penetração. Seus textos eram dirigidos ao público local, cujo interesse nascia da vontade de informar-se a respeito das novidades da política. O livro, ainda quando se tratasse de romances, exigia um conjunto de habilidades mais complexo para o alcance da plena fruição.

A “intenção de ler” fundou, para além de sua materialidade, um objeto chamado jornal. Sem tal intenção, não haveria a constituição de tal objeto, referido aqui, como coloca Schapochnik¹, ademais de sua materialidade. Entre 1860 e 1900, as folhas impressas na zona norte tiveram vida efêmera, salvo poucas exceções. A partir de 1900, porém, o desenvolvimento dessa imprensa acelerou-se e sua expansão colocou-a na dianteira do processo de difusão da leitura.

O nacionalismo militante ganhou impulso durante a década de 1910, com a criação de novos gabinetes de leitura e cursos noturnos. Porém, foi o jornalismo o principal protagonista da difusão da leitura e do ideário político pró ou contra a república oligárquica naquele período. Embora não se enxergassem como adversários, pois os jornais se fizeram os principais divulgadores do ideário nacionalista militante, a proposta de leitura dos gabinetes e seus projetos de instrução perderam lugar para a leitura dos jornais, fundamental para a formação do leitor naquele conjunto de pequenas cidades, vilas e povoados sertanejos.

O propósito deste capítulo é apresentar a imprensa da zona norte do Ceará no

¹ Para Nelson Schapochnik, os objetos fundados pela intenção de ler são variados a ponto de não haver pertinência deles. O que se pode encontrar neles é uma “unidade intencional” e o objeto que se lê tem sua fundação apenas na “intenção de ler”. SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (Org). *Leitura, História e História da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999. p. 275.

instante em que caminha para sua consolidação. Antes de 1900, apenas os jornais políticos conseguiram alguma estabilidade em Sobral. A emancipação do jornalismo em relação à política só foi verificada no Ceará a partir da segunda década do século XX. Para Geraldo da Silva Nobre, a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a agitação política do estado, sacudido pela Sedição de Juazeiro, foram benéficos ao jornalismo informativo, pois o público passou a interessar-se mais pelo aspecto informativo e menos pelo opinativo².

Ao mesmo tempo, a política nacional era marcada pelo conflito entre a república oligárquica, baseada nas elites rurais, e o salvacionismo, movimento gestado no seio da oficialidade militar ressentida com a progressiva perda de espaço no poder desde o fim do governo do Marechal Floriano Peixoto. No Ceará, a oligarquia comandada por Antônio Pinto Nogueira Accioly dominava o estado desde a última década do século XIX. Ao longo da década de 1900, cresceu a oposição aos governos oligárquicos, e uma imprensa oposicionista de pensamento liberal ganhou força, mesmo não contando com o apoio financeiro do governo. A consolidação desses jornais demonstra a existência de um público leitor ampliado a ponto de sustentar, com suas assinaturas e reclames, um empreendimento econômico de tal natureza.

A dicotomia situação/oposição, materializada na imprensa pelos jornais partidários, oferece a ilusória visão de que o público leitor reproduzia essa cisão. Tal não ocorre, pois o jornalismo sobralense das décadas de 1900 e 1910, embora ainda movido pelo jogo político, não deixou de apresentar uma diversificação crescente de seu conteúdo. As mulheres, as crianças e os trabalhadores entravam cada vez mais no grupo dos leitores, constituindo suas preferências e demandas rapidamente captadas pela imprensa.

O avanço da leitura periodista acompanhou a diversificação da sociedade e sinalizou a entrada de novas categorias sociais na comunidade de leitores. Tal fenômeno pode ser certificado de maneira mais clara na cidade de Sobral. Nela verificara-se a construção de um jornalismo em vias de profissionalização, cujas bases analisaremos a seguir.

4.1 As bases sociais do jornalismo: trajetórias e itinerários

Em consonância com o processo de profissionalização do homem de letras e a configuração do campo intelectual a nível nacional, os letrados da zona norte do Ceará encontraram na imprensa a possibilidade de verem seus escritos convertidos em letra de forma e lançados no amplo circuito do jornal. A geração que viveu mais intensamente esse processo

² NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução à história do jornalismo cearense*. ed. fac-similar. Fortaleza: NUDOC/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006, p. 132.

foi a dos nascidos após 1870, portanto, não mais protagonistas do avanço do pensamento cientificista nos pequenos círculos letrados cearenses e nacionais.

Nacionalmente, tal contexto foi qualificado por Sérgio Miceli como um *intermezzo*, chamado por muitos de “pré-modernismo”, cuja delimitação temporal vai do fim da geração de 1870 — representado pela morte de Machado de Assis e Joaquim Nabuco (1908-1910) — à Semana de Arte Moderna de 1922. Se a luta por grandes mudanças na política e na sociedade já havia sido consumada — abolição, república —, os intelectuais dessa geração intermediária foram bater-se pela constituição de seu lugar social e encontraram na imprensa o campo fértil para o exercício de sua habilidade³.

Nicolau Sevckenko identificou nesse período um processo cuja principal consequência foi “a descaracterização do intelectual e do literato tradicionais, que se dissolveram em meio à sociedade”, sendo que “a nova grande força que absorveu quase toda a atividade intelectual nesse período foi sem dúvida o jornalismo”⁴. No que tange à literatura, Lília Schwarcz enfatiza que a imprensa deu publicidade a muitas obras por meio dos folhetins. No Rio de Janeiro, a despeito do desenvolvimento da imprensa, o espaço ofertado pelos jornais à publicação de romances e novelas divididos em capítulos foi disputado “a tapa”, tamanho o número de escritores ansiosos pela glória na República das Letras, façanha conseguida por poucos⁵.

Enquanto isso, no Ceará a literatura passava por igual período de crise. Egressos das agremiações literárias — Academia Francesa, Gabinete de Leitura Cearense —, vários intelectuais cearenses haviam buscado refúgios nos cargos públicos angariados na capital da República. Havia ainda uma corrente de antigos membros da Padaria Espiritual — agremiação literária vanguardista de curta trajetória na última década do século XIX — que saboreavam o amargor da desilusão com o regime republicano sentado em bases oligárquicas⁶.

O processo de configuração incipiente do campo foi concomitante ao surgimento das primeiras possibilidades de profissionalização. Sabemos que na zona norte do Ceará o circuito letrado ainda era muito restrito, mas não inexistente. A conjuntura, no entanto, era a mesma: um campo intelectual em processo de formação, a imprensa surgindo como primeira possibilidade de profissionalização e certo rescaldo das grandes causas e ideologias liberais do século XIX.

³ MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 15-16.

⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 189.

⁶ CARDOSO, Gleudson Passos. *Padaria espiritual: biscoito fino e travoso*. 2 ed. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 62-63.

Os sujeitos da construção do jornalismo na zona norte tem origem social fora dos estreitos limites do círculo elitista local, de onde saíam os intelectuais tradicionais. Como poderemos ver a partir deste ponto, as trajetórias de Vicente Loyola e Deolindo Barreto Lima demonstram a desvinculação entre jornalismo e educação escolar ou formação de nível superior, prerrogativas exclusivas das famílias abastadas.

Figura 6 - Vicente Loyola



Fonte: <forquilhaontemhojesempre.blogspot.com>.

Vicente Loyola nasceu na fazenda Tamanduá, perto de Sobral, em 11 de agosto de 1873. Ainda jovem veio para Sobral. Desprovido de fortuna, sua frequência aos estabelecimentos de ensino foi breve, suficiente apenas para alfabetizar-se, abrindo-lhe as portas do mundo comercial. Moço pobre, mas alfabetizado, contava com a sorte de escapar ao trabalho braçal indo empregar-se como caixeiro⁷.

Apesar das sanções impostas à sua categoria profissional no que tange à leitura em horário de trabalho, as casas comerciais contavam com uma ambiência instigante, dada a presença de jornais e livros, despertando o desejo por essa prática proibida em jovens como Vicente Loyola⁸. A atividade importadora e exportadora colocava o comerciante e seus caixeiros diante da incontornável necessidade de manterem-se atualizados em relação a tudo

⁷ ARAÚJO, Francisco Sadoc de (Padre). *Cronologia Sobralense – 1841-1880*. 2 ed. 3 vol. Fortaleza: Edições ECOA, 2015. p. 242. Em seu *Diccionario BioBibliográfico Cearense*, o Barão de Studart afirma que Vicente Loyola nasceu na fazenda Canto, no município de Sobral, e que sua entrada no jornalismo se deu através da amizade com Antenor Cavalcante, filho de José Vicente Franca Cavalcante, redator e proprietário do jornal *A Ordem*. A entrada para o jornalismo teria se dado aos 21 anos, logo após o casamento com Floresmina Cândida de Aguiar. STUDART, Guilherme. *Diccionario BioBibliográfico Cearense*. v. 3. Edição fac-similar. Fortaleza: Iris; Secult, 2012. p. 206. Optamos por montar o esboço biográfico de Vicente Loyola com base nas informações do Padre Francisco Sadoc de Araújo (Op. cit.) e da próprio jornalista recolhidas no *O Rebate* e demais jornais do período.

⁸ A respeito da interdição da leitura dos caixeiros, ver: THEÓPHILO, Rodolpho. *O caixeiro: reminiscências*. Ed. fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura, 2002. p. 24-25.

que ia pelo mundo afora, especialmente taxas cambiais, guerras, greves, tragédias de todo tipo e tudo que pudesse influenciar as cotações dos produtos comercializados. Além do telégrafo, os comerciantes recorriam a jornais, revistas e almanaques⁹.

Vicente Loyola chegou a Sobral em 1895 e foi trabalhar na casa comercial do coronel José Figueira de Saboia e Silva na função de caixeiro-vassoura¹⁰. Pouco depois, passou a trabalhar para outro homem de grande fortuna e prestígio entre os militantes do Partido Republicano Cearense, o coronel Antônio Regino do Amaral, com cujos filhos fez amizade, especialmente com o bacharel Álvaro Otoni do Amaral¹¹.

A família Amaral possuía uma tipografia cujas ações aparecem no inventário do coronel Antônio Regino, falecido em 1908, descritas como “uma parte na Impresa [sic] tipographica d’A Cidade, avaliada em um conto de réis...”, seguida de “uma prensa de ferro para copiar e uma banca para a mesma avaliada em vinte mil réis...”¹². O jornal *A Cidade* circulou em Sobral entre 1899 e 1904. Em 1901, Waldemiro Cavalcante introduziu Vicente Loyola na redação desse jornal, onde permaneceu até a fundação do *Itacolomy*, futuro órgão cuja meta era fortalecer a luta contra Accioly na zona norte. As relações com o diretor d’*A Cidade*, o bacharel Álvaro Otoni do Amaral, logo se tornaram tensas devido à mudança de orientação política do jornal, que passou a apoiar Accioly. Dali, Vicente Loyola saiu apenas para assumir a gerência do *Itacolomy*, de acordo com a intenção de Waldemiro Cavalcante¹³.

A trajetória de Vicente Loyola começa com sua breve passagem pela escola onde se alfabetizou. Em seguida, o próximo estágio foi o trabalho comercial, onde tomou contato, a despeito das proibições, com livros, revistas e jornais vindos dos grandes centros nacionais e estrangeiros. Ao mesmo tempo, foi se colocando socialmente, nos interstícios, como caixeiro, depois como caixeiro/colaborador de jornal do filho do empregador. Um itinerário marcado pela origem social humilde e o avanço conseguido às custas da aproximação com o círculo elitista, obtendo favores tais como o espaço para a publicação de notas no jornal até tornar-se gerente, num movimento ascendente no interior do campo jornalístico em surgimento.

Vicente Loyola permaneceu em seu cargo de gerente mesmo após as radicais

⁹ XAVIER FILHO, José. *Ignacio Xavier & Cia*. Granja: IJX, 2008. p. 100.

¹⁰ *Pátria*, Sobral, 25 mai. 1910, p. 4. De acordo com as descrições de Rodolpho Théophile, o caixeiro-vassoura assumia as funções mais modestas na labuta diária da casa comercial. Uma delas consistia em, logo cedo, varrer a calçada e a metade da rua em frente ao estabelecimento, visto que o serviço de limpeza pública inexistia. THEÓPHILO, Rodolpho. *Op. cit.*, p. 11-12.

¹¹ *O Rebate*, Sobral, 12 jun. 1915, p. 1

¹² UVA/CCH/NEDHIS, Fundo: Cartórios, Caixa: 1908. Inventário de Antônio Regino do Amaral.

¹³ *O Rebate*, Sobral, 12 jun. 1915, p. 1. Waldemiro Cavalcante fez parte da Padaria Espiritual, cuja presidência ocupou, sucedendo ao primeiro “padeiro-mor”, Antônio Sales. Sua militância na luta antioligárquica esteve em consonância com sua atuação como intelectual, pois a Padaria pretendia, conforme anunciado em seu programa, manter uma postura crítica em relação aos valores burgueses, românticos e conservadores. AZEVEDO, Sânzio de. *Breve história da Padaria Espiritual*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

transformações na redação do *Itacolomy*, decorrentes da mudança de orientação política da maioria dos fundadores, os quais passaram a apoiar Accioly. Vicente Loyola continuava fiel a Waldemiro Cavalcante e ao programa de fundação do *Itacolomy*, mas manteve-se em silêncio¹⁴. De acordo com Barão de Studart, a situação ambígua não foi suportada por muito tempo, e Vicente Loyola resolveu pôr em prática seu projeto de ter seu próprio jornal¹⁵.

É preciso acautelar-se ante o discurso de Barão de Studart. Sua intenção ao escrever seu *Dicionário Bio-Bibliográfico* foi estabelecer o panteão intelectual cearense. Os nomes inclusos deveriam portar as credenciais representadas pelo devotamento às letras. Nesse discurso, a iniciativa de fundar *O Rebate* aparece como consequência unicamente da discordância de Vicente Loyola quanto à orientação política do jornal em que trabalhava. Acumulando experiência ao passar pelas redações de *A Cidade* e *O Itacolomy*, não lhe seria impossível perceber a marcha de crescimento da imprensa sobralense, convencendo-se de haver condições propícias à realização de seu projeto pessoal. Portanto, não nos parece de todo inaceitável a tese de que a iniciativa de fundar o jornal tenha sido fruto não da fidelidade a um princípio ideológico partidário, mas de uma estratégia interessada e calculada.

No dia 20 de abril de 1907, circulou a primeira edição d' *O Rebate*. Não sabemos com que recursos Vicente Loyola (diretor e proprietário) havia adquirido a tipografia, o papel, a tinta e demais materiais necessários ao empreendimento. Sabemos de sua atividade comercial desde 1899, quando anunciava sua pequena loja, onde vendia tecidos, chapéus, doces caseiros, feijão, carne, arroz, milho para plantar, biscoito, açúcar etc.¹⁶ Trabalhava na imprensa desde 1901. De 1907 em diante, a tipografia e o jornal passaram a ser suas principais atividades, caracterizando-o como o primeiro exemplo de jornalista profissional em Sobral — profissional no sentido de que passou a viver daquele ofício.

Aléxis Barbosa Morin, João Barbosa de Paula Pessoa e Padre Fortunato Alves, antigos colegas de redação do *Itacolomy*, transferiram-se para *O Rebate*, contribuindo para a consolidação deste como porta-voz da política antioligárquica em Sobral. Em seus primeiros anos, esse jornal foi considerado um sucessor do *Itacolomy*, mas sua trajetória e longevidade o tornaram um caso emblemático do processo de consolidação da imprensa enquanto espaço de ação política na cidade de Sobral e na zona norte do Ceará¹⁷.

Constituindo-se como jornalista, Vicente Loyola ajuda-nos a vislumbrar as bases sociais do jornalismo em Sobral. Originário de uma família socialmente situada fora dos

¹⁴ *Id. ibidem*.

¹⁵ STUDART, Guilherme. *Op. cit.*

¹⁶ *A Cidade*, Sobral, 08 mar. 1899, p. 4.

¹⁷ LIMA, Jorge Luiz Ferreira. Espectros de lutadores: história, memória e imprensa em Sobral/CE no início do século XX. *Outros tempos*, v. 13, n. 21, p. 65-83, 2016.

estreitos limites do círculo elitista, desprovidos de estudos regulares, com experiência comercial e na imprensa, construiu um perfil marcado pelo avanço por caminhos tortuosos. Seu cabedal intelectual foi construído à base de leituras fragmentárias, especialmente de jornais. Sua passagem pelas redações d'*A Cidade e Itacolomy* propiciaram o contato com periódicos vindos dos mais variados pontos, remetidos para permuta, prática arraigada na imprensa daquele tempo.

A maior influência política e intelectual de Vicente Loyola foi Waldemiro Cavalcante, com quem aprendeu a acreditar na escrita jornalística como a melhor arma a brandir na luta contra os adversários. Como jornalista, passou a compor o grupo dos donos da palavra impressa, cuja escrita desfrutava de crédito junto ao público leitor.

Figura 7 - Deolindo Barreto Lima



Fonte: COSTA, Lustosa da. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. Brasília: Senado Federal, 1987, p. 125.

Semelhante foi o itinerário social de outro jornalista: Deolindo Barreto Lima. Nascido em Crateús no ano de 1884, aos dezoito anos de idade partiu para Belém (PA), de

onde deslocou-se até Humaitá (AM) em busca de fortuna nos seringais¹⁸. Diante do fracasso dessa empreitada, Deolindo retornou a Belém, onde conseguiu emprego como tipógrafo nas oficinas gráficas do jornal *A Província do Pará*. Casou-se, por procuração, com sua prima sobralense Maria Brazil Barreto, com quem viveu no Pará até 1911/12, quando retornou a Sobral. Pouco depois de sua partida, a política paraense foi convulsionada pela luta entre a oligarquia Lemos, há muito estabelecida no poder, proprietária d'*A Província do Pará*, e Lauro Sodré, dono da *Folha do Norte*. Os embates resultaram na queda dos Lemos, sendo incendiada a sede da *Província*¹⁹.

Em Sobral, Deolindo montou uma tipografia com prelo e tipos trazidos de Belém. Entre 1912 e 1913, dedicou-se apenas a trabalhos de impressão, até ser procurado por dois jovens rabelistas interessados na impressão de um jornal. O trabalho foi aceito. O jornal, um pasquim virulento chamado *Mão Negra*, causou problemas a Deolindo²⁰. Era difícil para elite local aceitar o fato de que a cidade de Sobral se tornava socialmente diversificada, comportando sujeitos como Vicente Loyola e Deolindo Barreto, dispostos a reivindicar um lugar no campo político e intelectual, antes dominado exclusivamente pelo clero e bacharéis e doutores bem nascidos.

Embora condicionado pela polarização política, o jornalismo sobralense ganhava, com Deolindo e Vicente Loyola, feições de atividade econômica consolidada. A imprensa tornava-se meio de vida. Dedicados inteiramente a tal atividade, os jornalistas profissionais, a despeito da escassa formação, se mostraram capazes de construir uma leitura da política e denunciar os desmandos, tudo com uma sagacidade aprendida por meio da leitura de textos de jornalistas mais experientes.

Uma das principais características desse jornalismo nascente foi a combatividade, a qual funcionou como um atrativo junto ao público leitor. As polêmicas prolongadas por várias edições contribuíram para manter o interesse na leitura. Nesse sentido, manteve o perfil opinativo, político e polêmico. A leitura guardava o interesse pelas tramas romanescas, pelos heróis e vilões, influenciando os produtores de uma imprensa necessitada de leitores para sua subsistência.

Vicente Loyola e Deolindo Barreto ingressam no campo intelectual pelas fímbrias, na esteira do processo de difusão da leitura, a qual se deu por várias vias. A difusão do livro seguiu sua marcha desde o século XIX, com os primeiros gabinetes de leitura, as casas comerciais e bibliotecas públicas; a alfabetização foi difundida pelas escolas públicas e

¹⁸ *A Imprensa*, Sobral, 18 jun. 1925, p. 2.

¹⁹ BRASIL, Jocelyn. *Andanças e lembranças*. 2 ed. Belém: Edições Aleutianas. p. 39.

²⁰ *A Lucta*, Sobral, 15 nov. 1922, p. 1.

privadas e pelos projetos oriundos do nacionalismo militante, como os cursos noturnos ofertados pelos gabinetes. Livro e jornal, enquanto material dado a ler, ocupam posição distinta. O primeiro era visto como o repositório do conhecimento por excelência, uma espécie de mestre mudo. Para instruir-se, era fundamental o acesso ao livro; o segundo era considerado o “livro do povo”²¹, o suporte textual destinado a instruir aqueles a quem o primeiro era inacessível.

Por sua maior circularidade e baixo custo, o jornal tornou-se o suporte textual de maior penetração junto a um público leitor já diverso e ampliado, criando condições propícias ao surgimento dos jornalistas profissionais. Movimento semelhante não ocorreu no mundo do livro, como atesta o não surgimento de literatos profissionais em Sobral e zona norte no período investigado.

Pelas vantagens mencionadas, o jornal passou a ser visto como o melhor meio para conseguir formar a opinião pública, termo aplicado em sentido quantitativo, ou seja, a opinião pública seria constituída por um conjunto de ideias comuns ao maior número possível de indivíduos. Difundir uma ideia até transformá-la em pensamento coletivo era a estratégia utilizada pela imprensa no sentido de produzir as transformações sociais ansiadas pelo povo, classe que os jornalistas profissionais em Sobral dizem representar e cujos interesses prometem defender, como escreveu Vicente Loyola no programa de fundação d’*O Rebate*:

Uma sociedade sem imprensa é como uma sociedade sem objectivo; a opinião dos indivíduos não se póde avolumar, formando essa avalanche poderosa, que ás vezes abate as mais seguras muralhas; ella vem canalisar as ideias isoladas e dispersas, tornando-as um agregado homogeneo, que é o esteio da justiça e um dos melhores factores do progresso.²²

A imagem do jornal como canalizador das ideias deixa claro o seu reconhecimento como uma instância discursiva, apta a colaborar na construção de sentidos. Suas páginas serviram de suporte à elaboração de representações do social, mas nunca a realidade em si²³. Portanto, acercar-se de um jornal é adentrar a ordem do discurso²⁴, é acessar uma sociedade pensada a partir de sua representação em letra de forma. Seu objetivo é induzir o maior número de pessoas a pensar de determinada maneira. Nisso consistia, para os

²¹ Tomamos esta expressão de Antônio Bezerra de Menezes, que a empregou ao comentar o desaparecimento do jornal *Granjense*, em 1884, ao passar pela cidade de Granja. BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. 3 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965. p. 59.

²² *O Rebate*, Sobral, 20 abr. 1907, p. 1.

²³ Sobre o conceito de representação, ver CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2 ed. Lisboa: Difel, 2002.

²⁴ Conceito forjado por Michel Foucault e aqui tomado na acepção exposta por esse autor em: FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

jornalistas analisados, a orientação da opinião pública.

Por isso, o jornal deve ser submetido a uma leitura a contrapelo. O jornalismo do início do século XX, mesmo com o avanço da ideia de imparcialidade, mostrava-se essencialmente político, preocupado com a defesa de projetos e ideologias. O emprego recorrente das categorias “povo” e “população” visava convencer o leitor da ausência de interesses próprios. Vejamos a posição d’*O Rebate*:

O Rebate, conseqüentemente, para desempenhar seu papel e corresponder à somma de apoio e confiança que conta merecer de todas as classes, sem distinção de ordem politica, não manterá ligações partidarias com qualquer das aggremações, que actualmente se degladiam disputando a culminancia do poder.

No entanto, não se priva do direito de opinião politica e de manifestal-a livremente destas columnas, apreciando, com justiça, os homens e os factos, applaudindo-os ou censurando-os.

Estará ao lado do povo, em qualquer emergencia, consciente de seu posto de combate na defesa de seus direitos conculcados pela força desordenada e criminosa dos agentes publicos. Para julgar nossa attitude, temos o tribunal soberano da opinião publica, em cujo seio aninharemos a esperança de longos dias, absorvendo calor e animo para reprimirmos todos os desmandos, para corrigirmos todos os abusos!²⁵

Assumir publicamente o compromisso de manter-se ao lado do povo, defendendo seus interesses contra as ambições dos políticos, foi a estratégia discursiva adotada pelo jornalista com o objetivo de conquistar um lugar na arena da imprensa e uma posição favorável junto àquilo que ele entende como opinião pública, ou seja, merecer a aprovação da maioria do público. Para início de conversa, assinala-se a visão dicotômica da realidade, numa sociedade dividida entre pobres indefesos e ricos detentores do poder. Explorado e sem voz, o povo necessitava de alguém habilitado a defender seus interesses, o que equivaleria a entrar em luta com os mandatários. Estava dado, portanto, o papel do jornal: tomar a defesa do povo naquela disputa.

A nível do discurso, realizou-se uma operação análoga àquela percebida por Michel de Certeau em relação ao estudo da cultura popular. Ao classificar como “populares” os saberes produzidos fora do estreito círculo da ciência, a curiosidade científica procura não reencontrar o povo, mas circunscrevê-lo em limites estreitos. Para legitimar a investigação, fez-se necessário declarar a morte do objeto estudado. A conversão do povo e do popular em objeto de estudos se fez mediante uma operação de negação de sua capacidade de falar de si mesmo²⁶. O jornalista, por sua vez, ao converter o povo em uma categoria incapaz de defender os próprios interesses, circunscreve-a, nega-lhe a possibilidade de agir por si só, e arroga a si e

²⁵ *O Rebate*, Sobral, 20 abr. 1907, p. 1.

²⁶ CERTEAU, Michel de. A beleza do morto. In: *A cultura no plural*. 5 ed. Campinas/SP: Papirus, 2008. p. 55-85.

ao seu pequeno círculo o direito de falar em nome deste povo silenciado. O exercício do poder da escrita opera a morte do popular, do oral, das formas de organização do conhecimento para além da página impressa.

A opinião pública aparece invocada como um tribunal supremo onde o jornalismo busca sua legitimidade. Sua invocação visa criar uma proteção contra possíveis tentativas de desqualificação vindas de jornais rivais. Só a opinião pública estaria credenciada a formular uma imagem do jornal, atribuir-lhe um conceito. Mas, a que — ou a quem — se referia o redator quando utilizou o termo “opinião pública”?

Refere-se ao “povo”, ao contingente majoritário da população local, do qual uma parcela já havia adquirido a competência leitora. No entanto, sabia-se que o alcance da mensagem jornalística ultrapassava em muito os limites dos círculos alfabetizados. As ideias postas no texto, por meio da leitura em voz alta, dos comentários correntes na rua, dos boatos, poderiam atingir um número incalculável de ouvidos e mentes provocando adesões, recusas ou indiferenças.

Para Marco Morel, embora haja quem considere a opinião pública um agente histórico dotado de vontade, tendências e iniciativas próprias, na verdade trata-se de “palavras”, afinal

A expressão opinião pública é polissêmica – e também polêmica. Conhecer a trajetória dessa noção numa determinada sociedade, situada cronologicamente e geograficamente, pode permitir uma aproximação da gênese da política moderna, isto é, pós-absolutista, cujos discursos invocando a legitimidade desta opinião continuam a ter peso importante na atualidade. Ou seja, a opinião era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral.²⁷

Percebemos o caminho traçado pelo jornalismo em busca de seu lugar social. A opinião pública é a chave para o ingresso no campo intelectual local. Desprovido das credenciais de nascimento, os jornalistas buscaram no autodidatismo e na adoção de um discurso pautado na ideia de defesa dos mais pobres o melhor caminho para a sua inserção no círculo letrado, fazendo-se portadores de voz autorizada e acatada por um contingente considerável da população.

Para esse jornalismo profissional nascente, a opinião pública foi convertida em instância de consagração²⁸. Sua aprovação deveria superpor-se à falta dos critérios de origem

²⁷ MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs). *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 33.

²⁸ Empregamos a expressão “instância de consagração” na mesma acepção de Sergio Miceli quando se refere aos canais de projeção intelectual, cuja estrutura foi modificada pela expansão da imprensa, a qual provocou mudanças na relação escritor/obra ao “expropriar” os primeiros do “monopólio que detinham sobre seus

e posição social para ingresso no campo intelectual local. Daí a insistência, nos programas dos jornais, em afirmar o alinhamento com o povo.

Em 1914, o programa fundador d'*A Lucta* anunciava:

A LUCTA, que surge sem a tutela do partidarismo e das administrações, e longe da atmosfera do favoritismo onde os favores entibiam os mais rígidos caracteres e daltonizam as mais claras visões, e ha de pregar a verdade sem ambages e sem reticencias, a verdade clara, rude e rota, é independente e será o órgão exclusivo dos cearenses que neste ou em qualquer outro municipio acima dos interesses partidarios propugnem pela paz e prosperidade do Estado.

O echo das queixas, o echo das lagrimas do povo, a quem vimos defender e por quem sacrificaremos o melhor das nossas energias e o principal dos nossos esforços de jornal bem intencionado palpitará como um aviso ou como um ensinamento em nossas colunas, que estarão sempre ao lado das causas boas.²⁹

A proposta de manter-se distante do partidarismo e tomar a defesa dos interesses do povo constitui um jargão da chamada imprensa “independente”, caracterizada pela inexistência de um vínculo formal entre o jornal e um partido político. A expansão da leitura periódica em Sobral e na zona norte pode ser vista na aceitação e consolidação d'*A Lucta* como mais um jornal semanal publicado na cidade. Em 1914, existiam ali os jornais *O Rebate* (desde 1907), *Pátria* (desde 1910) e *Nortista* (desde 1913).

A trajetória de Deolindo Barreto revela a permeabilidade dos contornos do campo intelectual local. Sua ligação com a cidade deu-se pelo casamento com a prima Maria Brazil Barreto. Depois de aprender a arte tipográfica em Belém, resolveu transferir-se para Sobral por motivo de doença em um membro da família³⁰. Estabeleceu-se como tipógrafo, mas, passado pouco mais de um ano, concretizou seu projeto de tornar-se jornalista. Para tanto, o trabalho inicial como tipógrafo constituiu um estágio preparatório, não apenas no sentido técnico, mas, principalmente, no social.

Atuando no ramo de impressão, Deolindo pôde visualizar o mercado do impresso na zona norte, cruzando esta experiência com aquela adquirida em Belém. Conheceu de perto o cenário político e intelectual local, onde Vicente Loyola consolidara-se como porta-voz dos adversários da política oligárquica, chegando a ser eleito deputado estadual em 1912, demonstrando a eficácia da estratégia discursiva, a qual consistia em colocar-se ao lado do povo.

Tudo contribuiu para a aproximação entre Vicente Loyola e Deolindo Barreto. Tornaram-se vizinhos, ocupando imóveis alugados na Praça de São Francisco. Assim, a

instrumentos de produção”. MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 56-57.

²⁹ *A Lucta*, Sobral, 01 mai. 1914, p. 1.

³⁰ *A Lucta*, Sobral, 28 ago. 1920, p. 1.

redação e tipografia d'*O Rebate* funcionava ao lado de um quartinho de propriedade do sapateiro Francisco das Chagas Barreto Lima, irmão de Deolindo, que ocupou o referido imóvel, instalando nele a sua tipografia trazida do Pará³¹.

Na narrativa memorialista de seu filho Jocelyn Brasil, ao chegar a Sobral, Deolindo já acalentava em seu íntimo o projeto de se tornar jornalista. “Com os apetrechos tipográficos que trouxe do Pará, carregou também a paixão pelo jornalismo. Não esse jornalismo de informar e receber anúncios. O jornalismo de Deolindo Barreto era panfletário”³² —panfletário no sentido de combativo, voltado para a luta contra tudo aquilo que entendia como injusto.

Depois de trabalhar por uma década nas oficinas da *Província do Pará*, testemunhando as querelas desse jornal com seus rivais, eco das disputas políticas daquele estado, Deolindo chegou a Sobral e encontrou Vicente Loyola seguindo o mesmo caminho da imprensa combativa, à frente de um jornal já consolidado e capaz de fazer-lhe deputado estadual. Não poderia haver, a seus olhos, outro caminho a trilhar se quisesse realmente se tornar jornalista profissional. É preciso lembrar que, para um tipógrafo, o próximo degrau ascendente não podia ser outro que não o exercício da escrita, e para a profissionalização da escrita o jornalismo era o caminho mais curto³³.

A trajetória dos dois jornalistas mostra o quanto a cidade de Sobral havia reunido condições propícias ao surgimento do jornalismo profissional. Contribuíram para essa situação fatores como: um maior desenvolvimento econômico, especialmente no que tange ao comércio, na virada do século, proporcionando o fortalecimento das profissões liberais — comerciantes, advogados, médicos, notários —, potenciais receptores do ideário moderno, ajudando a quebrar antigas hegemonias ideológicas, especialmente aquela exercida pela Igreja Católica; o impulso dado ao comércio reverberou, por sua vez, na circulação do livro, ampliando o leque de espaços da leitura; um número significativo de estabelecimentos de ensino — privados e públicos —, o que permite deduzir a existência de um razoável contingente de alfabetizados na cidade.

Um fator importante na criação das condições sociais propícias ao surgimento do jornalismo profissional em Sobral está no fato de a cidade ocupar posição de destaque na política estadual da época. A grande concentração de poder nas mãos de um pequeno grupo de homens e os desmandos a eles atribuídos ajudaram a justificar a ação do jornalismo combativo de esquerda, com feições liberais.

³¹ *O Rebate*, Sobral, 13 fev. 1915, p. 2.

³² BRASIL, Jocelyn. *Op. cit.*, p. 40.

³³ MICELI, Sergio. *Op. cit.* e SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*

Assim, o jornalismo em Sobral surgiu sobre as bases de uma sociedade em processo de desenvolvimento econômico favorável aos profissionais liberais, marcada por forte dominação ideológica por parte da Igreja, polarizada politicamente, tocada de reacionarismo e tradicionalismo e apegada ao convencionalismo social. Esse quadro gerou um acelerado processo de estratificação. Categorias como os trabalhadores ganharam contornos mais nítidos, com o crescimento do sentimento de identidade e pertença a grupos profissionais como os caixeiros, os tecelões, os ferroviários. De forma concomitante, as secas e as obras públicas produziram uma figura de estatuto social complexo: o operário retirante.

No seio desses grupos inferiores, o jornal era o grande vetor da difusão da leitura. Apenas uma sociedade que começava a libertar-se do peso do tradicionalismo ditado pela Igreja Católica e da política conservadora poderia comportar discursos dissonantes, quebrando aquele aspecto de uma sociedade ideologicamente homogênea.

Esse processo de diversificação social atingiu em cheio a elite local. Aquela coesão política dos tempos imperiais, onde as diferenças entre conservadores e liberais eram imperceptíveis na prática, a partir da Proclamação da República, foi substituída pela oposição acirrada entre os partidários da política oligárquica benéfica às chamadas “classes conservadoras” — grandes fazendeiros, comerciantes de importação e exportação e, indiretamente, o clero — e os defensores de uma República liberal — médicos, jornalistas, funcionários públicos —, refletindo a oposição entre uma economia baseada na produção primária para exportação e outra voltada para o desenvolvimento do país em bases nacionais, livre da dependência externa.

Em Sobral e zona norte, os anos de 1910 foram agitados pelo processo de adaptação à nova realidade, resultante das grandes transformações nos âmbitos mundial, nacional e estadual. A Primeira Guerra Mundial colocou o comércio de importação e exportação em crise, afetando os comerciantes tradicionais, fragilizando-os politicamente. Nacionalmente, os governos de Wenceslau Braz (1914-1918) e Epitácio Pessoa (1919-1922) influenciaram a política local ao manterem relativa distância das disputas entre oligarquias estaduais, favorecendo indiretamente os grupos de oposição.

No Ceará, o primeiro fato marcante a demonstrar o fortalecimento político de uma pequena elite liberal urbana foi a queda do presidente Antônio Pinto Nogueira Accioly, em janeiro de 1912. Os fatos desencadeados na capital foram noticiados pela imprensa do interior e, em Sobral, o jornal *O Rebate* alcançou o ápice de sua trajetória, sendo muito lido e apoiado pelo público. Vicente Loyola foi eleito deputado na eleição seguinte, a mesma que elevou à presidência do estado o coronel Marcos Franco Rabelo, candidato representante do

salvacionismo no Ceará.

De 1912 a 1914, período em que os liberais “rabelistas” estiveram no poder, os conservadores, representantes da antiga oligarquia baseada no ruralismo, empreenderam forte resistência em Sobral, onde passaram a ser liderados pelo juiz da comarca, Dr. José Saboia de Albuquerque, apoiado pelo juiz municipal, Dr. José Clodoveu de Arruda Coelho e grandes comerciantes e fazendeiros como Frederico Gomes Pimentel. Ao redor desse núcleo conservador orbitavam alguns profissionais liberais sequiosos por cargos públicos, configurando um quadro marcado pelo clientelismo político.

Nesse sentido, o jornalismo profissional brotou num meio oposicionista e sua luta em defesa do povo foi, na verdade, a defesa de um discurso em torno de um projeto político de matriz liberal republicana, voltado para a construção de uma identidade nacional sobre bases democráticas, livre dos vícios oligárquicos e da dominação ideológica da Igreja. Seu ideário pode-se classificar como moderno, laicizante e nacionalista.

O quadro social em Sobral abarcava uma elite dividida. Os tempos da homogeneidade do ruralismo e da ideologia conservadora haviam ficado no século XIX. Desde o período da militância republicana, a elite local convivía com essa divisão interna. Nos anos de 1910, o longo processo de fortalecimento dos elementos elitistas liberais chegou ao ápice. Esse grupo expandido e conectado com seus congêneres nacionais e estaduais serviu de base de apoio ao nascimento do jornalismo, no sentido de amparar a iniciativa corajosa dos aspirantes a essa profissão. Tal apoio se deu sob a forma de colaborações nas redações, anúncios, assinaturas e na facilitação do ingresso nos círculos de sociabilidade elitistas.

Os primeiros números d’*O Rebate* trazem artigos escritos pelo promotor de Sobral, Dr. Alexis Barbosa Morin, e pelo Padre Fortunato Alves Linhares. Mais prolongada foi a parceria intelectual e jornalística de Vicente Loyola com o professor, advogado e fazendeiro João Barbosa de Paula Pessoa, filho do senador Vicente Alves de Paula Pessoa. A aventura jornalística não se deu sobre bases sociais distantes da elite. Apesar de a categoria “povo” ter sido uma palavra-chave nos programas de fundação, o empreendimento serviu mesmo foi para promover a ascensão social de seus executores.

A relação entre o jornalismo nascente e a elite tradicional foi marcada por tensões decorrentes das discordâncias políticas. O fortalecimento do primeiro impôs reorganizações no interior da segunda, como veremos no próximo capítulo. Atenta às transformações ocorridas em seu entorno, a elite tradicional de Sobral soube fazer uma sóbria leitura da realidade social a fim de empreender os movimentos certos no sentido de garantir a permanência de seu poderio e influência sobre aquela sociedade.

4.2 As bases culturais: leitura e autodidatismo

Em maio de 1914, Vicente Loyola sofreu mais uma crise reumática. De cama, recebeu com alegria a primeira edição do jornal *A Lucta*, iniciativa do tipógrafo Deolindo Barreto, que agora se apresentava como jornalista. Percebendo a semelhança com o discurso d’*O Rebate* e, possivelmente, vendo-se como um influenciador do colega estreante, escreveu-lhe uma carta de boas-vindas ao jornalismo na qual aproveitou para prevenir-lhe do perigo das perseguições e da desilusão. Neste ponto, encontra-se uma réstia de luz que nos permite, ainda que de relance, visualizar a imagem que tinha da sociedade de seu tempo, construída a partir da leitura, ele mesmo o confessa, de um autor já consagrado àquela altura: o médico, jornalista e filósofo húngaro Max Nordau³⁴.

Para termos uma breve noção da admiração de Vicente Loyola por esse escritor, citamos este trecho da carta a Deolindo: “Sem duvida, o amigo desconhece Max Nordeaux [sic] e bom será, antes de se alongar na trajetória encetada, fazer conhecimento com este amigo da actualidade, que, parece, foi inventado, unicamente para nós, os do seculo XX, nesta Republica dos Estados Unidos do Brazil!...”³⁵.

Percebamos o tom de receiptuário empregado por Vicente em sua mensagem. A leitura de Nordau foi apresentada como indispensável à continuidade da empreitada jornalística iniciada por Deolindo. O desconhecimento do autor se manifestava no otimismo e na ousadia com que o neófito havia se lançado naquele universo cheio de perigos já experimentados muito de perto por Vicente Loyola.

Em 1914, Max Nordau já era escritor conhecido internacionalmente, especialmente após seu envolvimento, ao lado de Theodor Herzl, com a fundação da Organização Sionista Mundial. Sua principal obra foi o livro *Degeneração*, publicado em 1893, motivo de muitas polêmicas em torno da tese nele defendida. Nordau procurou demonstrar, valendo-se das contribuições de Cesare Lombroso e Jean-Martin Charcot, a existência de certo caráter patológico na gênese de alguns movimentos artísticos e literários surgidos na França da segunda metade do século XIX, notadamente no Simbolismo. Pretendendo construir uma crítica de arte capaz de reivindicar um estatuto de cientificidade, concluiu que a obra de artistas como o poeta Charles Baudelaire era produto de uma “degeneração” mental³⁶.

³⁴ *A Lucta*, Sobral, 07 mai. 1907, p. 1.

³⁵ *Id. ibidem*.

³⁶ NORDAU, Max Simon; NORDAU, Anna. *Max Nordau: a biography*. Whitefish/MT: Kessinger Publishing’s, 2008.

No entanto, não foi a crítica literária em moldes científicos que atraiu Vicente Loyola para os textos de Max Nordau, mas a crítica ao niilismo, ao irracionalismo e ao convencionalismo da sociedade burguesa apresentada no livro *As mentiras convencionais da nossa civilização*, publicado originalmente em 1883. Em junho de 1907, o fotógrafo João de Sena ofertou ao jornal *O Rebate* um mimo precioso: quatro retratos do corpo de redatores. A descrição de uma destas fotografias, cuja publicação não foi possível dadas as limitações tipográficas, foi veiculada no jornal junto com o agradecimento. Vejamos:

Sobre a banca da redacção, ve-se o primeiro numero do REBATE, alguns livros simetricamente dispostos e outros objectos de escriptorio. De pé, ao lado, o Dr. Barbosa Morin, redactor-chefe desta folha e no topo, sentado, o nosso director gerente, Sr. V. Loyola, tendo na mão um livro – MENTIRAS CONVENCIONAES.³⁷

Percebe-se o cuidado com o arranjo dos objetos e pessoas incluídos na imagem fotográfica, a qual contém um discurso em torno do jornalismo como atividade letrada, aspecto reforçado pela presença dos livros “simetricamente” dispostos sobre a banca de trabalho da redação, como testemunhas do processo de construção da escrita como resultado da leitura. A presença do livro estava para sacramentar o estatuto intelectual dos jornalistas.

O livro *Mentiras convencionais*, de Max Nordau, no entanto, não aparece junto aos demais sobre a banca, mas nas mãos de Vicente Loyola, dando a entender que o programa de fundação do jornal e sua base filosófica estavam contidos naquele volume. Mas qual teria sido a leitura que o jornalista fez do texto de Nordau? Ou melhor: qual a interpretação e o uso dado ao texto do filósofo?

Sem dúvida, a crítica ao convencionalismo feita por Nordau serviu de ponto de partida para a construção de todo um arcabouço de imagens da sociedade sobralense. Tomando o pensamento do filósofo húngaro, o jornalista armou uma interpretação da realidade social à sua volta e pode descobrir os seus pontos passíveis de crítica. Disposto a denunciar as incongruências do meio, Vicente Loyola encontrou em Max Nordau a inspiração para seus textos de crítica social e política.

Acompanhando sua escrita, registrada em artigos de fundo, crônicas e notas n’ *O Rebate*, é possível perceber a influência do pensamento de Max Nordau nas reiteradas críticas à prática política dos conservadores, em quem enxergava uma conduta completamente desviada de valores como democracia e republicanismo. Para Loyola, as mentiras convencionais estavam concentradas, especialmente, na política, onde as oligarquias alijavam o povo do poder, votando-o ao abandono. Nesse sentido, a prática política se tornava uma

³⁷ *O Rebate*, Sobral, 22 jun. 1907, p. 1.

mentira da qual os próprios praticantes tinham consciência e o faziam por maldade e mesquinhez.

Aproximar-se das leituras feitas pelos jornalistas é tarefa difícil diante das poucas menções a tal prática. Sabemos, no entanto, que a escrita por eles exercitada, especialmente aquela dos artigos de opinião, era construída a partir da reunião de informações, convicções, formas de interpretar a realidade formatadas a partir de um itinerário de leituras, onde se constituíam referências filosóficas e informativas. Para escrever com fundamento, o jornalista necessitava do acesso constante a jornais vindos das grandes cidades do país, bem como de um bom serviço de correspondência telegráfica. Para saber se posicionar diante dos acontecimentos e transmitir sua opinião ao leitor, era preciso construir um conhecimento capaz de gerar interpretações daquelas notícias, o que era buscado na leitura de livros de autores como Max Nordau.

As leituras praticadas pelos jornalistas eram providas por duas fontes: os jornais forneciam a informação factual; os livros contribuíam para a formação de uma bagagem filosófica para nortear a escrita e a linha editorial do jornal. Se avançarmos um pouco mais no sentido sociológico dessa discussão, chegaremos à conclusão de que o estatuto desses jornalistas no interior do campo intelectual era o de mediadores entre a produção literária e artística e o conhecimento científico a nível mundial e o público leitor das cidades pequenas das zonas interioranas do país, numa definição tomada de Jean-François Sirinelli³⁸, a qual nos referimos anteriormente.

O jornalismo nascente na zona norte do Ceará, durante as três primeiras décadas do século XX, foi construído à base de leitura. Seus protagonistas foram autodidatas e sua formação foi possibilitada pela experiência de trabalho adquirida nas redações ou tipografias de jornais maiores. Essas trajetórias foram marcadas pela leitura constante de textos dos mais variados tipos: ensaios filosóficos, crítica social e literária, artigos de jornal, poesia, crônicas, contos etc. Tal variedade de repertório permitiu a esses jornalistas leitores a construção de uma escrita resultante de diversas influências.

Como se desenvolviam as leituras autodidatas? Qual o critério para seleção do material a ser lido? Vicente Loyola utilizava o termo “estudos” para qualificar sua prática de leitura cotidiana, dando a entender que a mesma era feita de modo ordenado, obedecendo ao propósito de construir um repertório de ideias a respeito de determinado assunto, provavelmente com vistas à escrita de futuros artigos.

³⁸ SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 261.

A leitura cotidiana, espremida entre muitos afazeres, tinha suas horas mais proveitosas no período noturno. No entanto, dificuldades surgiam. Em uma das crônicas publicadas na coluna “Minha Carteira”, Vicente Loyola comentou o inconveniente causado por uma infestação de pernilongos em seu quarto de dormir, atrapalhando-lhe a leitura. A descrição do ambiente vale a transcrição:

Na minha alcova modesta, mas algo confortavel, onde, á noite, faço o meu gabinete de leitura, enquanto lá por fóra vae tudo em silencio, apenas interrompido, de longe em longe, pelas notas cheias do piano da visinha, quebrando a solidão monotona e triste, na minha alcova chegaram, para me fazer companhia, nessas vigalias fatigantes, umas creaturinhas que, por Deus, eu desejo vel-as pelas costas o mais breve possivel...³⁹.

Em busca de silêncio, os “estudos” tinham de ser recolhidos à ambiência íntima da “alcova”. O jornalismo impunha a necessidade de leitura constante a fim de que o profissional pudesse manter-se informado e intelectualmente preparado para formular opinião sobre os fatos. Um pouco adiante, a crônica citada traz mais um trecho revelador, dessa vez a respeito desta necessidade de leitura inerente àquela atividade:

Ora, eu, pobre pae de família, que passa o dia na lucta pela vida; eu, homem da imprensa, que tem a obrigação restricta de lêr para não viver de todo na ignorancia de umas tantas coisas; de escrever para o povo [...] eu, só á noite me aprofundo, com mais aproveitamento, nuns certos estudos; só a noite leio os jornaes, que me vêm de paragens longinquas, e posso raciocinar o que elles dizem...⁴⁰.

A citação revela a relação entre a leitura e o jornalismo. Ler para informar-se, esclarecer-se e, em seguida, transmitir tal esclarecimento ao povo. Interessante notar a recorrência da categoria “povo” nesses escritos onde o fazer-se da profissão jornalística é tratado. A imprensa mostra-se no discurso de seus porta-vozes como uma ação dirigida ao povo, palavra empregada em substituição ao termo “leitor”, cujo uso limitaria o alcance do jornal ao círculo dos alfabetizados. Mas a imagem reivindicada pelos jornalistas é a de defensores do povo, no sentido de toda a população negligenciada pelos governantes. Era com vistas a realizar uma tarefa de tal envergadura que o jornalista buscava na leitura noturna elementos para sua escrita, ferramenta de sua ação social.

A leitura à qual Vicente Loyola ansiava por se entregar e os pernilongos não consentiam deveria ser profunda, destinada à apreensão de sentidos e ao cotejo com leituras preliminares. Tal trabalho intelectual almejava o aprimoramento da escrita. Dessa maneira, o jornalista nos deu uma pista do itinerário percorrido ao longo de sua formação, adquirida ao

³⁹ *O Rebate*, Sobral, 13 mar. 1909, p. 2.

⁴⁰ *Id. ibidem*.

fim de uma longa jornada de leituras cotidianas, as quais eram destinadas poucas horas entre o encerramento da jornada diária de trabalho e o sono. Apesar de a foto tirada por João Sena em 1907 trazer alguns livros alinhados simetricamente sobre a banca de trabalho da redação, sabemos que ali não havia ambiência adequada à leitura mais profunda, pois a chegada de visitas, assinantes ou não, era constante, e a todos o redator tinha de receber com amabilidade. Havia, ainda, o barulho das oficinas, da rua etc. A redação era lugar da “lucta pela vida”, ou seja, do trabalho estafante com vistas ao ganho material, completamente desvinculado do prazer intelectual proporcionado pelas boas leituras.

A redação de um jornal constituía ponto de passagem obrigatório a certas categorias de visitantes da cidade. Caixeiros, fazendeiros, advogados, comerciantes vindos das cidades e vilas da região dirigiam-se à redação a fim de pedir ao redator a publicação da notícia de sua passagem pela cidade. Era uma forma de garantir publicidade pessoal e envaidecer-se ante a publicação de seu nome no jornal. Aos assinantes, o redator não podia negar tal favor, mesmo correndo o risco de indispor-se com os tipógrafos, os quais viam-se obrigados a inserir notas em páginas já prontas para a impressão.

A redação era, pois, um lugar onde o diretor cuidava da acomodação dos interesses dos assinantes, o principal esteio financeiro de um jornal que pretendesse orgulhar-se de não receber subvenções de grupos políticos. No entanto, administrar os muitos pedidos de publicidade pequena, sob a forma de notinhas sociais, constituía um trabalho desgastante. Conhecidos esses meandros, desfaz-se aquela imagem da redação enquanto lugar de trabalho intelectual, onde um redator circunspecto escrevia artigos, entregava-os aos tipógrafos e, pouco depois, o mesmo ganhava a cidade e se tornava o centro dos debates junto ao público leitor, influenciando, assim, naquilo que se considerava a opinião pública.

Os atos de ler e escrever eram feitos em casa, na alcova ou no gabinete de leitura particular, quando havia. Como pudemos perceber, os primeiros jornalistas sobralenses não foram apenas redatores, mas também proprietários obrigados a enfrentar os muitos dissabores oriundos da rotina administrativa daquelas empresas. Não é possível imaginá-los como profissionais da escrita, dedicados a tal atividade de maneira exclusiva. Na verdade, os comentários publicados acerca da vida do homem de imprensa enfatizam a dureza da rotina preenchida por múltiplas atividades, a maioria delas considerada estéril do ponto de vista intelectual. Assim, o jornalista profissional era uma mistura de redator e administrador. Sua entrada naquela atividade dera-se muito mais pela necessidade de garantir meios de subsistência do que pelo puro desejo de lançar-se no mundo da escrita.

A trajetória de Vicente Loyola é emblemática nesse sentido. Depois de trabalhar

como caixeiro, tentou conciliar a atividade de pequeno comerciante com a colaboração nos jornais *A Ordem* e *A Cidade*. Ao que tudo indica, sua experiência comercial não foi exitosa, e o próximo passo foi aceitar a proposta de trabalho na redação d'*A Cidade*. Dali, passou ao *Itacolomy*, como gerente, até chegar a ter seu próprio jornal, *O Rebate*. A imprensa já se tornara uma atividade econômica consolidada em Sobral na virada do século XX, a ponto de gerar empregos nas redações.

Antes disso, os empregados de um jornal eram tipógrafos, impressores, paginadores, revisores e distribuidores. A redação era entregue a um médico, advogado, comerciante, professor, padre ou magistrado que fazia o trabalho de redigir os artigos de fundo e reunir os originais enviados pelos colaboradores e correspondentes, selecionar os textos a serem transcritos de outros jornais, enviar tudo para composição e revisar as provas tiradas pelos tipógrafos. O jornalismo era, na maioria dos casos, atividade secundária, criando postos de trabalho apenas nas suas oficinas gráficas.

Vicente Loyola iniciou sua trajetória no jornalismo exatamente no momento em que alguns jornais alcançavam uma condição de consolidação nunca vista em Sobral. O jornal *A Cidade* chegou a circular diariamente durante alguns meses do ano de 1901⁴¹. A ausência de Álvaro Otoni do Amaral, diretor e redator-chefe, acabou ensejando a entrada de Vicente Loyola como empregado da redação.

A atividade do redator dependia da manutenção de um repertório de leituras atualizadas. O exercício da escrita jornalística com a pretensão de orientar a opinião pública era impensável sem a reserva de um tempo para consultar os livros e jornais chegados de pontos distantes. Desde autores mundialmente reconhecidos, como Max Nordau, Máximo Gorki, Leon Tolstoi, passando por romancistas e poetas, até chegar a jornalistas reconhecidos nacionalmente e regionalmente, os redatores precisavam ler para escrever, sob pena de incorrerem em equívocos decorrentes da pouca leitura.

Pode-se dizer que o jornalista lia por força de seu ofício. Ele sentia a necessidade de tomar contato, antes de todos os demais leitores, com a informação chegada por escrito. Para isso, era necessário estar atento aos jornais de grande circulação a nível nacional e regional, cujas assinaturas tinham de ser mantidas aos serviços telegráficos (ainda não se compravam pacotes das agências de notícias) e não descuidar das leituras filosóficas, históricas e sociológicas a fim de saber analisar toda aquela massa de informações recebidas. Essa última categoria de leitura é que fornecia os elementos necessários ao exercício de uma das

⁴¹ CEARÁ. Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto. *Jornais Cearenses em Microformas* – Catálogo Geral. Fortaleza: 1988, p. 40.

principais atribuições do jornalista: a de crítico da sociedade.

Assim, a leitura de Max Nordau se apresentava como uma espécie de manual daquele jornalismo nascente. A influência do pensador judeu pode ser encontrada de maneira mais clara em algumas crônicas escritas por Deolindo Barreto e publicadas no jornal *A Lucta*. Sob o pseudônimo “Justus”, o ex-tipógrafo fez, em várias oportunidades, críticas ao convencionalismo social, como na citação abaixo onde referiu-se ao casamento:

Não fora o convencionalismo mentiroso que qual denso véo occulta as dores, os gemidos, os dissabores e as lagrimas de uma alcova, todos comprehenderiamos a inconveniencia do casamento e encheria nelle um logro muito maior para a mulher. Mas, apesar das mentiras convencionaes nos vendarem os olhos sobre o que vae atravez as quatro paredes sombrias de um lar, um espirito investigador, no aspecto de uma sociedade, com um pouco de paciencia e estudo, apprende o suficiente, se não para evitar, pelo menos para adiar e minorar as agruras do himeneu.⁴²

Reduzido a mero convencionalismo, o casamento assumia uma posição de antagonismo em relação ao amor e à felicidade daqueles que o buscavam. Nas crônicas assinadas por Justus, Deolindo Barreto expressava sua postura diante de questões caras à sociedade sobralense, ainda marcada pela influência da Igreja, representada pelo bispo e os padres — zelosos defensores da moral cristã tradicional e de sua posição enquanto orientadores das consciências e práticas. Ao denunciar a hipocrisia do casamento, o jornalista revelava a diversidade de seu público leitor, certamente entendido como capaz de compreender uma posição crítica em relação a uma instituição tradicional. Mostrava também o resultado de um itinerário de leituras cujo resultado foi a construção de um repertório de ideias empregado na construção de seu texto.

É bom lembrar o fato de esta imprensa do início do século XX sentir-se naturalmente imbuída da missão de orientar, ou seja, de influenciar a opinião pública. Em outras palavras: não havia qualquer pudor em defender postulados ideológicos junto ao leitor. As opções de caráter ideológico do jornalista é que davam orientação ao jornal, não havendo a necessidade do uso de subterfúgios de qualquer tipo para disfarçá-las.

Por outro lado, não há como reconstruir por inteiro o itinerário de leituras de Deolindo Barreto. Vicente Loyola sugeriu-lhe a leitura de Max Nordau, que ele afirmou não conhecer naquele momento. No entanto, o filósofo húngaro pode ter entrado para seu repertório de referências filosóficas posteriormente. O texto citado acima foi publicado em 1919 e aproxima-se bastante da linha de pensamento de Max Nordau, como é possível perceber comparando-o com o trecho abaixo do livro *Mentiras Convencionais*:

⁴² *A Lucta*, Sobral, 23 jul. 1919, p. 1.

O casamento convencional, isto é, os nove décimos dos casamentos contratados no seio dos povos civilizados da Europa, constitui pois uma situação profundamente imoral e fatal para o futuro da sociedade. Ele coloca cedo ou tarde aqueles que o realizam em conflito entre os deveres jurados e o indestrutível amor, deixando-lhe somente a escolha entre o aviltamento e a destruição. Em vez de ser para a espécie origem de rejuvenescimento, é para ela meio de lento suicídio.⁴³

O importante aqui é detectar as circularidades de ideias e o papel importante desempenhado pela leitura na construção do pensamento dos protagonistas do nascimento do jornalismo na zona norte do Ceará. O pensamento de Nordau chama a atenção pela sua aproximação com o ideário eugenista, característica perceptível no livro *Degeneração*, ao qual já nos referimos. Sua crítica ao convencionalismo vinha ao encontro da postura adotada por Deolindo Barreto ao entrar no mundo da imprensa, ou seja, a de fazer uma crítica da sociedade sobralense do seu tempo. Embora percebamos seu esforço no sentido de ingressar no meios elitistas — reivindicação legitimada pelo prestígio de uma profissão intelectual —, sua proposta era denunciar os desmandos praticados pelos poderosos.

Talvez Jocelyn Brasil tenha cometido exagero ao qualificar o temperamento de seu pai como “doentamente liberal”⁴⁴, mas os testemunhos de sua trajetória, especialmente o jornal *A Lucta*, não permitem desmentir totalmente a afirmação. Com suas crônicas, dizia pretender zelar pela integridade dos bons costumes, mas o fazia exatamente denunciando o convencionalismo, entendido como raiz da profunda hipocrisia que movia os comportamentos. Max Nordau, por sua vez, ao dissecar a “mentira matrimonial”, o faz defendendo o amor como o verdadeiro motor das uniões entre homens e mulheres e grande responsável pela perpetuação da espécie humana, sendo o casamento convencional um grande estorvo, causa da infelicidade e da geração de filhos degenerados, os quais contribuiriam para o enfraquecimento da humanidade⁴⁵.

Leitura e jornalismo apresentam-se indissociáveis. Importa perceber a relação entre a difusão da primeira e a consolidação do segundo. O projeto dos gabinetes de leitura, bem como a reforma do ensino, colaboraram para a ampliação do público leitor, criando condições para o surgimento e manutenção de jornais na cidade de Sobral. Nas demais, os mesmos projetos de difusão da leitura e da instrução se fizeram presentes em proporção menor, atenuando os efeitos. Em suma, foi em Sobral que as transformações no mundo da leitura e no campo intelectual, especialmente com o advento do jornalismo, se fizeram sentir com mais intensidade.

⁴³ NORDAU, Max. *As mentiras convencionais da nossa civilização*. 3 ed. São Paulo: Brasil Editora, 1960. p. 241.

⁴⁴ BRASIL, Jocelyn. *Op. cit.* p. 39.

⁴⁵ *Op. cit.*

A seguir, lançaremos um olhar mais detido ao interior do campo intelectual sobralense, identificando os principais grupos que aí se moviam e disputavam a hegemonia sobre o uso do poder ideológico. O processo de construção de uma memória coletiva que pretendeu valorizar algumas trajetórias intelectuais se mostrará influenciado pelas mesmas disputas, como veremos mais adiante.

Importa encerrar este capítulo convictos de que a imprensa teve sua consolidação protagonizada pelos jornalistas profissionais, ou seja, foram eles, com suas experiências pessoais e seus itinerários intelectuais que produziram uma inflexão na memória intelectual que se pretendia coletiva e em construção naquele momento. Na segunda metade do século XX, sua memória serviu de substrato à monumentalização dos intelectuais, como também veremos adiante.

5 OS DONOS DA PALAVRA IMPRESSA: UMA PEQUENA SOCIOLOGIA INTELECTUAL

“Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.”

(Antonio Gramsci)

A expansão da cultura impressa, representada pela leitura de livros e jornais, bem como pela feitura de tais objetos, tecnicamente facilitada pelo aumento da presença de tipografias na zona norte, constitui um movimento que facilitou a configuração do perfil de um novo sujeito social: o intelectual. Quando tomamos em consideração a origem dos componentes desse grupo, evidencia-se sua diversidade e fragmentação, característica resultante da expansão da cultura impressa. A facilidade de acesso ao livro proporcionada pelos gabinetes de leitura e bibliotecas públicas, a oferta de livros à venda nas casas comerciais, as escolas noturnas de instrução popular, tudo contribuiu para o aumento da presença do texto impresso no cotidiano, fortalecendo o grupo social cujo signo de distinção era o domínio da palavra escrita.

Doutores (médicos e engenheiros), bacharéis (magistrados e advogados), clérigos e jornalistas assumiram o protagonismo ligado à construção e à difusão da palavra impressa, escrevendo, imprimindo e divulgando seus textos ou mediando o contato com a produção literária, filosófica e científica de autores consagrados a nível nacional e internacional. Nesse sentido, assumiram o lugar de “homens de cultura”, o qual inclui, de acordo com Jean-François Sirinelli, “tanto os criadores como os ‘mediadores’ culturais: à primeira categoria pertencem os que participam na criação artística e literária ou no progresso do saber, na segunda juntam-se os que contribuem para difundir e vulgarizar os conhecimentos dessa criação e desse saber”¹.

No capítulo anterior, apresentamos os intelectuais como exemplo dos “mediadores” definidos por Sirinelli. No entanto, quando abordamos o campo como um todo, envolvendo as várias categorias que o compuseram, optamos por nortear nossa reflexão pelas palavras de Ângela de Castro Gomes, ampliando nossa concepção de intelectual, pensando-os enquanto “homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou

¹ SIRINELLI, Jean-François. As elites intelectuais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 261.

indiretamente vinculados à intervenção político-social”².

A ação de tais homens se fez sentir de maneira especial nos canais que então se abriam à profissionalização, notadamente os periódicos os quais transitavam entre o noticioso e o literário, havendo espaço para a publicação de poemas, crônicas, contos etc. O fortalecimento desta vertente era produto ainda das leituras disponíveis e da própria estrutura ainda nascente do campo intelectual local, onde a figura do homem de cultura muito pouco se prendia à distinção entre arte e ciência.

Em posição um tanto ambígua, intermediária e, em alguns casos, marginal, surgiram os jornalistas profissionais, proprietários de pequenas folhas tipográficas as quais serviram especialmente para a difusão de um discurso construído a partir de leituras, resultado de itinerários intelectuais marcados pelo autodidatismo.

As dificuldades de acesso à instrução formal, próprias da época, contribuíram para o fortalecimento da imagem do livro e do jornal como professores mudos, junto aos quais o leitor, sequioso por conhecimento, poderia encontrar meios para construir seu cabedal de conhecimento literário, artístico ou científico. Era um caminho aberto e alargado pelas bibliotecas públicas, notadamente os gabinetes de leitura, por meio dos quais os desprovidos de condições econômicas tiveram a possibilidade de construir certo conhecimento, angariando o estatuto de intelectual e tornando-se portadores de palavra autorizada junto à sociedade. Ler era uma das maneiras de penetrar no campo intelectual, isso se o aspirante conseguisse superar um entrave ainda maior: o acesso aos meios de publicação.

No norte cearense, como em todas as zonas interioranas do país, a imprensa, representada pela pequena folha semanal, foi o principal canal de publicação e consagração dos intelectuais locais. Nesse ponto é que se dava o encontro entre o aspirante a uma colocação no interior do campo, e a política com suas disputas e interesses. Isto porque a base financeira daqueles jornais, na virada do século XIX para o XX, vinha de grupos políticos, aos quais ficavam ideologicamente subordinados, e quem neles quisesse ocupar espaço destacado – redator, colunista, gerente — tinha de professar sua fé no respectivo credo político e empenhar esforços na defesa do partido.

Em consequência, formou-se um campo intelectual subordinado ao campo político. Por seu domínio da escrita, os intelectuais foram vistos como detentores do poder ideológico e aptos à difusão de ideologias.

Tal relação de submissão em relação aos detentores do poder político foi

² GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 10.

constatada por Ángel Rama, para quem a “cidade letrada” compunha uma espécie de “anel protetor” do poder político, revestindo-o de um campo de força ideológico, âmbito no qual os intelectuais apresentam-se como os únicos aptos a atuar³. O exercício do poder ideológico pela transmissão de ideias e sentidos só é possível pelo uso da palavra, como escreveu Norberto Bobbio:

Embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra.⁴

O surgimento do jornalismo profissional insinua a configuração de um campo intelectual numa zona onde o público leitor ampliava-se e a leitura emancipava-se, alcançando camadas mais inferiores da população por meio de projetos de instrução popular implantados pelos gabinetes de leitura. A expansão do público leitor propicia uma melhor organização da instância do poder ideológico exercido por meio da palavra impressa.

O avanço da instrução pública contribuiu para uma expansão ainda maior do público leitor e a consolidação da imprensa como principal fornecedora do repertório de leituras e campo de atuação aberto aos intelectuais. Tal processo mostrava-se mais adiantado na capital do Ceará e nos centros mais desenvolvidos do país como Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Sobral, na condição de cidade economicamente mais desenvolvida da zona norte era a única a reunir condições para servir de palco a tal processo.

Para compreender a configuração daquilo que chamaremos de um campo intelectual na zona norte do Ceará, analisaremos os três grupos que marcaram posições no interior do mesmo.

5.1 Bacharéis e doutores: do Recife para o interior do Ceará

Longe de caracterizar um grupo homogêneo, os bacharéis se viram forçados a partilhar com outras categorias de sujeitos a condição de donos da palavra impressa tão logo as tipografias chegaram à zona norte a partir de Sobral, ainda na segunda metade do século XIX. Se a imprensa chegava acenando com a ampliação do espaço de atuação dos bacharéis

³ RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 38.

⁴ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 11.

enquanto manejadores do poder ideológico, por outro lado também se mostrava receptiva a indivíduos não necessariamente detentores de diplomas acadêmicos, principal distintivo naquelas sociedades onde o bacharelismo contava grande prestígio.

O processo de desenvolvimento da imprensa na zona norte atingiu o seu ponto culminante entre os anos de 1914 e 1924, quando o jornalismo alcançou a condição de principal informante de uma população dividida entre uma minoria letrada e uma maioria analfabeta, ou parcamente alfabetizada, mas, nem por isso, alheia à informação que circulava aos borbotões pelos canais da rede impressa⁵.

A tipografia, artefato técnico indispensável ao ingresso no mundo do impresso, chegou a zona norte não pelas mãos de bacharéis⁶. Estes delas se aproximaram atraídos pelo desejo de ver seu pensamento assumir a forma do tipo impresso. O campo intelectual cresceu na condição de dependência em relação à presença desses equipamentos e seus operadores, os tipógrafos. Sem eles, os bacharéis não conseguiriam fazer sua palavra chegar aos leitores por meio dos jornais, ficando reduzidas as possibilidades de exercer seu poder sobre a sociedade.

O bacharelismo não constituiu, em nenhum momento, um prerequisite fundamental ao ingresso no mundo da palavra impressa; ao que nos consta, a ausência da formação acadêmica nunca foi encarada como impedimento ao acesso às colunas do periódicos. Categoria escassa, os bacharéis buscavam sofregamente o ingresso na “cidade letrada” por meio da conquista de um lugar na administração pública, o que conseguiam graças à movimentação de seu capital simbólico reforçado pelo título acadêmico. A formação jurídica abria-lhes o caminho da magistratura, condição que os colocava à mercê dos resultados das disputas políticas.

Oriundos das elites proprietárias, os bacharéis em tempos republicanos continuavam numa condição de dependência em relação ao emprego público, ansiosos por ocupar cargos na administração e na política, num quadro em quase tudo idêntico àquele apresentado por José Murilo de Carvalho em relação à elite letrada do Império⁷. Emília Viotti

⁵ De acordo com Robert Escarpit, “no início do século XX, praticamente todas as comunicações do mundo desenvolvido eram canalizadas para livros e jornais”. Tal fenômeno se fez sentir também no Brasil, embora em menor medida, e é um desdobramento dele que detectamos neste ponto. BARKER, Ronald E. e ESCARPIT, Robert. *A fome de ler*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas; Instituto Nacional do Livro, 1975. p. 2-3.

⁶ A primeira tipografia da zona norte foi instalada em Sobral no início da década de 1860 por Manuel da Silva Myragaia, o qual chegou do Piauí trazendo um prelo de madeira. Conseguiu, junto à Câmara Municipal, licença para instalar sua “Typographia Constitucional” graças à proteção dos liberais. Dela saíram os jornais *Tabyra* – o primeiro publicado em Sobral –, *A Sociedade* (1864), *O Sobral* (1865) e *A Consciência* (1866-67). No início da década de 1870, Myragaia decidiu deixar Sobral e vendeu a tipografia a uma pequena “sociedade”, a qual fundou o jornal *Sobralense*, cuja redação estava a cargo de José Rodrigues dos Santos, sucedido por Zacarias Thomaz da Costa Gondim. FROTA, José Tupinambá (bispo). *História de Sobral*. 2 ed. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1974. p. 488.

⁷ “O mais difícil era entrar. Um diploma de estudos superiores, sobretudo em direito, era condição quase *sine*

da Costa, por sua vez, nos ajudou a entender a relação de conciliação entre o bacharel e a tradição patriarcal, tão comum às elites brasileiras. Quando tentou se opor, suas reivindicações acabaram se perdendo numa “retórica vazia” por falta de bases sociais que pudessem torná-las efetivas⁸.

Tendo a magistratura como melhor alternativa de atuação profissional, levavam uma vida de deslocamentos constantes. As remoções eram muitas, obedecendo a critérios nem sempre claros. Para evitar as armadilhas da carreira, a estratégia era enveredar pelo mundo da política, preferencialmente ocupando cargos nos poderes legislativo ou executivo, ou qualquer outra posição que lhes pudesse valer como garantia de prestígio junto ao governo estadual.

O Ceará, nesse cenário, representava um campo aberto para os bacharéis formados pela Faculdade de Direito do Recife. Para obter a colocação à frente de uma comarca cearense, era necessário dirigir-se diretamente ao presidente do estado, como fez Joaquim Alerano Bandeira de Barros, jovem bacharel pernambucano que, dirigindo-se a Fortaleza em 1905, foi ter diretamente com o presidente Antônio Pinto Nogueira Accioly, conseguindo a nomeação como juiz municipal de Assaré⁹.

A Faculdade Livre de Direito do Ceará, fundada em 1903, ainda não havia formado nenhum bacharel, obrigando o governo do estado a “importar formados em Recife”, situação que proporcionou a homens como Olívio Câmara, Cláudio Ildeburque Carneiro Leal, Eusébio de Sousa, Apolônio Perga Bandeira de Barros e outros a oportunidade de fazer carreira na magistratura cearense¹⁰.

Durante o período imperial, a circularidade constituiu etapa essencial na carreira dos magistrados, tendo clara conotação política, como afirmou José Murilo de Carvalho, especialmente no caso dos presidentes de província, cuja peregrinação pelo território nacional era proporcionada com o objetivo de permitir-lhes o ganho de experiência¹¹. Diante da diversidade e da pouca integração entre as regiões do país, a circularidade dos presidentes também tinha propósito unificador¹².

Na República, as remoções passaram a ser feitas de modo um tanto discricionário,

qua non para os que pretendessem chegar até os postos mais altos. A partir daí vários caminhos podiam ser tomados, o mais importante e seguro sendo a magistratura, secundariamente a imprensa, a advocacia, a medicina, o sacerdócio.” CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 14.

⁹ BARROS, Luiz Teixeira. O centenário do Dr. Alerano de Barros. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XCVI, p. 213-229, 1982.

¹⁰ *Id. ibidem*, p. 215.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 121.

¹² *Id. ibidem*, p. 124.

sendo os interesses do removido cada vez menos levados em conta. Joaquim Alerano Bandeira de Barros causou espanto e contrariedade ao presidente Accioly ao recusar a transferência de Assaré para Barbalha, por saber que nesta as condições de segurança eram precárias em consequência da política agitada¹³.

Transferências de juízes, promotores ou juízes substitutos para povoados distantes eram feitas com o fim de neutralizar sua influência sobre a população local. Um exemplo temos no esforço promovido na cidade de Ipu, em 1915, por um grupo de políticos marretas com o fim de obter a remoção do juiz da comarca, Dr. Eusébio de Sousa, para a cidade de Jardim. O motivo estaria na postura neutra do magistrado em relação aos conflitos políticos locais, atitude estranhável naquele momento, quando o mais comum era a tomada de posição por parte do juiz em favor de um dos grupos, contribuindo para a perseguição ao adversário¹⁴.

Ocupando posição de poder, o magistrado era um estrangeiro que precisava ser cooptado. Para conseguir sua adesão, políticos locais não hesitavam em valer-se de estratégias variadas, desde a bajulação até a violência moral e física. Tratava-se, portanto, de uma posição almejada, mas igualmente arriscada, pois exigia de seu ocupante, especialmente quando deslocado para terra estranha, muita habilidade para equilibrar-se ante a pressão exercida pelos grupos locais.

Aparelhados para o exercício do poder ideológico, os bacharéis deviam ser mantidos sob controle. Apesar da constante ampliação do raio de circulação dos jornais e da rapidez das comunicações, o deslocamento para um local remoto onde não houvesse a disponibilidade de serviço telegráfico ou uma estação de trem nas proximidades representaria um isolamento do circuito letrado.

Por outro lado, a circularidade dos bacharéis ampliou seu raio de ação. Muitos se envolveram em iniciativas ligadas à instrução e à promoção da leitura, como os gabinetes de leitura e escolas noturnas. Exemplos temos no caso do Gabinete de Leitura Granjense, fundado em 1880 pelo estudante de Direito da Faculdade do Recife, o maranguapense Antônio Augusto de Vasconcelos, cuja trajetória como juiz o levou, ainda, às comarcas de Aracati e Pereiro, antes de abandonar a magistratura e dedicar-se ao magistério, decisão possivelmente motivada pelo desejo de fugir dos centros urbanos mais afastados¹⁵.

Decidido a seguir a carreira de professor, Antônio Augusto foi estabelecer-se em Fortaleza, onde tomou parte na quadro de sócios-fundadores do Instituto Histórico,

¹³ BARROS, Luiz Teixeira. *Op. cit.*, p. 219.

¹⁴ *O Rebate*, Sobral, 09 out. 1915, p. 1.

¹⁵ STUDART, Guilherme. *Diccionario bio-bibliographico cearense*. Vol I. Ed. fac-similar. Fortaleza: Iris; Secult, 2012. p. 60-62.

Geográfico e Antropológico do Ceará. Residir na capital do estado era estratégico, pois ali floresciam as instituições letradas que desempenhavam o papel de instâncias de consagração. Fazer parte do Instituto do Ceará representava a inserção no campo intelectual e artístico cearense, movimentado pelas ideias científicas/evolucionistas difundidas em Fortaleza pela Academia Francesa, agremiação intelectual de vida efêmera, sucedida pelo Gabinete de Leitura Cearense, no esforço de propagação da leitura e de um projeto de transformação social pautado no ideal abolicionista e na propagação da instrução laica¹⁶.

Em 1887, o Instituto do Ceará surgiu, reunindo um grupo de historiadores cujos referenciais teóricos haviam sido alterados durante o período de funcionamento do Gabinete de Leitura, quando “os ideais de civilização e progresso adquiriram dimensões próprias e significados sociais distintos para a produção historiográfica cearense a partir de então”¹⁷. Antônio Augusto de Vasconcelos, em sua trajetória por comarcas do interior, fundou gabinetes de leitura, jornais e sociedades abolicionistas, demonstrando seu envolvimento com aquele pensamento que norteava, em Fortaleza, o Gabinete de Leitura Cearense e, pouco depois, o Instituto do Ceará. Sua transferência para a capital serviu para colocá-lo no palco onde se desenrolavam os principais lances do processo de desenvolvimento do campo intelectual da província.

Elevado ao cargo de diretor da Biblioteca Pública do Ceará, teve participação importante na fundação do Instituto, o que se vê, inclusive, no fato de a reunião para efetivação da nova sociedade ter sido realizada no interior do prédio que servia de sede à Biblioteca. Promover a leitura e escrever a história era missão que os intelectuais tomavam para si, constituindo mais uma faceta do poder ideológico. Apresentar a uma sociedade o seu passado equivale a ditar-lhe uma identidade e, ao mesmo tempo, presentear-lhe com uma memória oficial, definindo claramente o que deveria ser lembrado ou, como colocou Almir Leal de Oliveira: “O discurso historiográfico produzido pelo Instituto Histórico do Ceará recriou a relação presente/passado oferecendo à sociedade cearense uma fascinante proximidade. Sua autoridade em ‘falar’ de um passado (escrita da história) preencheu o vazio da origem o passado conhecido e codificado”¹⁸.

As cidades e vilas da zona norte do Ceará foram colocadas no caminho dos bacharéis formados no Recife. Imbuídos do ideário modernizador, abolicionista, republicano,

¹⁶ TINHORÃO, José Ramos. *A Província e o Naturalismo*. (ed. fac-similar). Fortaleza: NUDOC; UFC; Museu do Ceará; Arquivo Público do Estado do Ceará; Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

¹⁷ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – memória, representações e pensamento social*. 2001. 280f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 47.

¹⁸ *Id. ibidem*, p. 220.

encontravam na propagação da leitura e da instrução o instrumental para seus projetos de intervenção social. O olhar lançado sobre as populações do interior do Ceará encontrava no analfabetismo a causa da proliferação de comportamentos condenáveis, atestados do atraso daquelas sociedades.

Era preciso enfrentar aquelas situações. No entanto, apesar do olhar crítico para com o estado sanitário das cidades, os comportamentos indesejáveis das camadas populares, a ausência de instrução, em muitos casos era conveniente abster-se do embate direto com os mandatários políticos da época, homens cuja hegemonia local havia sido herdada dos antepassados, acostumados a recorrer à violência para conseguir seus fins, comandando hordas de cabras armados, afeitos a uma ética justiceira alimentada pela ausência do Estado¹⁹.

Os bacharéis portavam uma credencial capaz de garantir algum prestígio, mas não o acesso direto ao poder político. Este, numa região como a zona norte do Ceará na segunda metade do século XIX, dependia da sua inserção num círculo comandado pelos potentados locais. Para o campo político, o bacharelado funcionava como fornecedor de habilidade oratória, indispensável ao exercício do poder, mas não como instrumento de ação efetiva sobre as sociedades. O acesso a cargos eletivos constituía passo posterior à experiência na magistratura, sendo esta a etapa básica na carreira profissional dos bacharéis, quando tinham a oportunidade de estabelecer convivência e construir laços e alianças – ou rivalidades e antagonismos — com os mandatários das zonas interioranas do Ceará.

Em muitos casos, o envio do jovem à Faculdade do Recife constituía estratégia na construção de uma futura liderança política local destinada a herdar um legado de poder e dominação construído ao longo de gerações. A estes, o estágio na magistratura era dispensável. Escorados no poder político familiar, logo após a obtenção do título de bacharel já se viam alçados ao cargo de deputados provinciais, mirando o senado imperial e o ministério. O grau de bacharel, nestes casos, funcionava como adorno a um poder previamente construído.

A associação entre poder político e poder ideológico se dava sempre com a predominância do primeiro sobre o segundo. A formação superior agregava valor ao político,

¹⁹ Reginaldo Alves de Araújo apontou como início do processo de imposição da força do Estado sobre o poderio particular, a nível provincial, os governos do Padre José Martiniano Pereira de Alencar (1834-1837 e 1840-1841), quando foi empreendido esforço no sentido de prender os chefes de clãs familiares e os valentões que infestavam os sertões cearenses protagonizando façanhas violentas. Tal processo estendeu-se até as primeiras décadas do século XX, quando ainda podiam ser encontrados exemplos, cada vez mais raros, daqueles líderes locais para quem o uso da força era aceitável na busca pela resolução dos conflitos políticos. ARAÚJO, Reginaldo Alves de. *Quando a ordem chegou ao sertão: as relações entre o estado imperial e as elites da região do Acaraú - Ceará (1834 - 1846)*. 2012. 294f. – Dissertação (Mestrado em História Social) –Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

mas não era indispensável à constituição de um cabedal de poder de mando sobre as populações da zona norte. A presença e importância dos bacharéis cresceu junto com a imposição do Estado como instância reguladora da vida social, detentora do exercício da violência. Ao lado do poder sobre os corpos (político) e bens materiais (econômico), fortaleceu-se o poder ideológico, exercido sobre as mentes por meio da transmissão de ideias, como colocou Norberto Bobbio²⁰.

Nas pequenas cidades e vilas da zona norte, os antigos conflitos entre clãs familiares passaram a sofrer a interferência de um poder judiciário reforçado pela ideologia republicana, ancorada na esperança de aplicação da lei independente de pretensões aristocratizantes, próprias das tradicionais famílias fundadoras daqueles núcleos urbanos e detentoras da posse da terra e de grande influência política.

Diante de tal cenário, aos bacharéis apresentavam-se duas opções: a primeira consistia em consentir na continuidade daquele estado de coisas, colaborando para a permanência da hegemonia de antigas lideranças coronelistas; a segunda era seguir carreira no serviço público, especialmente na magistratura, e buscar uma inserção maior no nascente campo artístico/intelectual, especialmente por meio do jornalismo, tendo, na maioria dos casos, de associar-se a comerciantes abastados e fazendeiros com pretensões letradas para formarem associações e adquirir tipografias.

Tão logo formados e lançados à vida itinerante de magistrados do interior do Ceará, os jovens bacharéis formados no Recife tinham a oportunidade — e, às vezes, a sensibilidade — de perceber a forte presença do analfabetismo entre as populações carentes. Associada tal experiência a convicções ideológicas de cunho liberal, surgiam as iniciativas voltadas para a promoção da instrução popular, representadas nos gabinetes de leitura.

Além dos bacharéis, os engenheiros constituíram uma categoria profissional de nível superior de atuação itinerante atrelados ao governo. Dotados de maior senso prático, tratavam de tomar iniciativas imediatas, embora ainda mais efêmeras. Exemplos temos na criação de pequenas escolas populares, como fez o engenheiro Victor Nabuco na localidade de Pitombeira, onde foi construída uma estação da EFS²¹. Contemplando a pobreza da população local, logo após a grande seca de 1877 o profissional resolveu tentar prover minimamente aquela população de um serviço de interesse público.

Naquele ambiente sertanejo, o engenheiro incumbido de comandar a execução de uma grande obra pública, à frente de um contingente de flagelados, representava o próprio

²⁰ *Op. cit.*

²¹ *Granjense*, Granja, 27 fev. 1881, p. 2.

Estado. Sua presença alimentava expectativas quase delirantes em torno dos efeitos e do alcance de sua ação. A construção da ferrovia representava para aqueles famintos a garantia da sobrevivência diante do sofrimento decorrente da seca. Esse trabalho era parcamente remunerado, mas vinha acompanhado de auxílios outros, como a fundação da pequena escola, iniciativa completamente desvinculada de qualquer caráter oficial, nascida da sensibilidade de um profissional liberal portador de diploma de nível superior que ali tinha a oportunidade de contemplar um contingente populacional totalmente desprovido dos principais requisitos para o bom exercício da cidadania — tão cara ao projeto de nação republicana.

Enquanto a mata sertaneja ressequida pelo sol era abatida pelas foices movidas pelos braços de sertanejos acostumados à inclemência do meio, o engenheiro gestava o futuro país republicano onde as crianças deveriam receber instrução, fugindo ao embrutecimento de uma vida assombrada pelo inextinguível fantasma da escassez de alimento em tempos de estiagem. Como levar uma população ameaçada pela fome à cidadania republicana? Pela instrução, cuja ausência pode ser compreendida como um mecanismo capaz de manter o povo alijado da política, esta considerada de domínio exclusivo da elite patrimonialista e estamental, resistente à modernidade liberal em sua versão brasileira, representada pelos intelectuais e camadas médias urbanas²².

Embrenhados na caatinga e comandando os trabalhos de derrubada da mata para dar lugar ao leito da ferrovia ou à construção de barragens, os engenheiros contratados pelo governo percorreram os sertões e puderam ter a experiência de tratar com os sertanejos mediados pelos líderes locais sequiosos de dinheiro, mirando as verbas destinadas ao socorro dos flagelados. No entanto, no meio de tal processo, iniciativas de propagação de instrução e leitura brotavam, destoando, em parte, do frio pragmatismo político, clareando o sombrio cenário de corrupção²³.

Diversamente do clero, os bacharéis podiam escorar-se no Estado, como também podiam agir independente deste. Tidos como agentes do progresso e da civilização caracterizada pelo avanço da técnica, os engenheiros procuraram ampliar seu raio de atuação,

²² Para Raimundo Faoro, a manutenção do patrimonialismo estamental permitiu a construção da compatibilidade entre o moderno capitalismo e o quadro tradicional em que se organizava a política brasileira desde o Império. Por sua capacidade de amoldar-se às transformações que foram chegando de fora para dentro, as elites patrimonialistas brasileiras conseguiram criar condições capazes de garantir a permanência de um poder político constituído em torno do patrimônio, dos privilégios e, principalmente, do alijamento do povo. FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.

²³ Contexto em que se dá, de acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, o processo caracterizado como “invenção do Nordeste” por meio de um discurso baseado na ideia de vitimização do nordestino. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

transpondo os limites estritos de sua formação e dos cargos públicos assumidos ao tomar iniciativas de intervenção social. Dessa forma, demonstraram intenção de transformar não apenas a paisagem física, mas também o cenário social, atacando chagas como o analfabetismo. Com a Proclamação da República, os bacharéis ganharam mais espaço de atuação em face do reforço da magistratura, iniciativa necessária à estruturação institucional do novo regime de governo.

Criava-se, na zona norte do Ceará da virada do século, uma categoria social híbrida, com traços de burguesia visíveis na atividade comercial, nas pretensões letradas, na laicização da leitura e dos costumes, mas fortemente tentada pela ocupação de posições de destaque, sequiosa por signos de distinção. Assim, o envio de jovens para a Faculdade de Direito do Recife e, a partir de 1903, para Faculdade Livre de Direito do Ceará, representa o esforço no sentido de garantir o sucesso no mundo da política, onde lideranças tradicionais e pouco instruídas buscaram preparar seus sucessores, aos quais estaria reservada uma ambiência política na qual não bastaria apenas o uso da força, cuja importância decrescia em face do aumento do prestígio de outros atributos, como o domínio da retórica ou a inserção no circuito do impresso²⁴.

Fazer circular o pensamento e a palavra equivalia ao exercício do poder ideológico. Teria de haver um canal, uma ferramenta, um suporte a essa palavra. E esse suporte era o impresso. O verbo era monopólio do clero. Os padres dominavam o exercício da palavra falada, dirigindo-se ao povo reunido nas igrejas. O uso da oratória por parte dos bacharéis restringia-se às solenidades cívicas e às reuniões sociais, circunscritas aos pequenos contingentes de ricos e letrados. Os caminhos da palavra impressa, por outro lado, mostravam-se amplos, podendo alcançar até mesmo mentes e corpos desprovidos da habilidade da leitura.

Dentre as formas do impresso, o jornal periódico era mais acessível, tanto em termos de produção e consumo quanto em termos de praticidade logística, pois chegava a muitos lugares, fosse na forma de remessa a assinantes, fosse emprestado ou mesmo como embrulho de mercadorias. Por seu baixo custo e maior circularidade, atingia um público mais amplo, tornando-se um excelente meio de divulgação de ideias, motivo pelo qual os bacharéis, no papel de intelectuais mediadores entre os grandes produtores de cultura e o público leitor, buscaram ocupar espaço na imprensa.

No entanto, o que conseguiram no domínio da palavra impressa na zona norte do

²⁴ Apesar das tendências reformistas e do pensamento liberal que viesse a adquirir na faculdade, o bacharel desempenhava, ainda, o papel definido por Faoro como “instrumento” a serviço dos interesses políticos da elite agrária, quadro verificável desde os tempos do Império. FAORO, Raimundo. *Op. cit.*, p. 515.

Ceará encontrava-se muito distante de um monopólio. Para viabilizar seus projetos na arena da imprensa, tiveram de associar-se a outras categorias de sujeitos, especialmente os comerciantes providos de recursos financeiros necessários à aquisição de equipamentos tipográficos. Tal quadro permitia antever que o campo intelectual em gestação não seria monopolizado pelos bacharéis, nem pelos clérigos ou qualquer outra categoria letrada, mas resultaria de ação conjunta, o que se viu efetivamente nas redações dos jornais.

É certo que o desenvolvimento da imprensa arrancou ao clero a exclusividade no exercício do poder ideológico. A chegada das tipografias, o implemento do sistema de transportes e os projetos de instrução popular e promoção da leitura livre da tutela da Igreja constituem fatos reveladores de como a virada do século XIX para o XX foi momento de mudanças, de afloramento de novos projetos e de transformações nas cidades da zona norte do Ceará. Enquanto os jornais ainda contavam com a presença dos bacharéis e padres em suas redações, gestava-se, silenciosamente, uma nova categoria letrada: os jornalistas profissionais, cujas carreiras seriam construídas à revelia das exigências de credenciais por parte de setores mais conservadores daquelas sociedades.

Em relação ao clero, os bacharéis e doutores atuaram sempre no sentido de estabelecer parcerias, motivados pela afinidade intelectual. Em pequenas vilas e povoações, o vigário e o juiz, o tabelião e o engenheiro de obras públicas constituíam, com a ajuda de algum comerciante letrado, pequenos cenáculos literários que acabavam assumindo a forma institucional de um grêmio, um gabinete de leitura ou uma sociedade recreativa. Via de regra, constituíam círculos extremamente reduzidos, dada a ausência do letramento entre a população de modo geral, ou seja, caracterizava-se aquele quadro sociocultural definido por José Murilo de Carvalho como “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”²⁵.

Diante de tal cenário, querelas ligadas a dicotomias como clericalismo/laicismo não encontravam espaço, pois havia o inimigo comum a defrontar: o analfabetismo imperante. A situação diversificava-se em Sobral, único centro urbano onde o contingente de letrados era suficientemente numeroso a ponto de comportar cisões internas. Ainda que de forma tênue e pontual, foi possível identificar, nessa cidade, durante a segunda década do século XX, certa penetração do ideário cientificista, produzindo o choque com o discurso religioso propagado pelo clero sobralense.

Em 1915, a imprensa daquela cidade abrigou um debate entre o padre José Tupinambá da Frota e um interlocutor cujos artigos assinava como “Edson”. O padre entrou na questão a partir da inquietação despertada ao ler artigo em que Edson sustentava haver

²⁵ *Op. cit.*, p. 65.

incompatibilidade entre o evolucionismo de Darwin e o pensamento teológico. Além de não concordar com a afirmação, o sacerdote mostrou-se disposto a defender seu estatuto de maior espírito cultivado da cidade, e desafiou o oponente para um debate público a ser realizado na presença dos maiores intelectuais da terra²⁶.

O convite não foi aceito, e padre José buscou na imprensa o espaço para exposição dos argumentos com os quais pretendeu confundir o ateuista “Edson”. Exibindo a erudição construída nos anos de estudo na Europa, demonstrou não haver qualquer resquício de obscurantismo no pensamento católico de seu tempo, e buscou evidenciar a superficialidade dos conhecimentos de Edson a respeito do pensamento cientificista ao apontar o espírito Camille Flammarion como adepto do monismo de Haeckel, e culmina com a sugestão da leitura de quatro obras de Gustave F. Wolf, editadas em Leipzig, Alemanha. Max Nordau também foi invocado por Edson, apontando a covardia e a hipocrisia dos homens daquele tempo, argumento caro a Nordau. Para o padre, porém, a afirmação não tinha sustentação, pois bastava observar a liberdade com que eram defendidas as mais variadas ideologias²⁷.

Naquele ano de 1915, o padre José Tupinambá da Frota estava prestes e se tornar o primeiro bispo de Sobral, função que viria confirmar ainda mais sua posição no campo intelectual local. Do alto de seu poder, tratou de esforçar-se para garantir ao clero a ocupação de espaço no interior deste campo, como veremos a seguir.

5.2 O clero: agentes da romanização cearense

A fundação dos primeiros gabinetes de leitura na zona norte, a partir de 1877, sinalizou a chegada de novos tempos, nos quais a relação entre o clero e o campo intelectual sofreria significativas transformações. Isso porque os gabinetes traziam em seu bojo uma proposta de leitura desvinculada do controle ideológico da Igreja. Com a predominância dos romances em seus acervos, propunham uma associação entre a edificação e o prazer do

²⁶ *A Lucta*, Sobral, 08 set. 1915, p. 1.

²⁷ “Vc. ficou muito admirado porque citei Flammarion, entre os que abraçaram com entusiasmo a doutrina de Darwin. Pareceu-lhe isso esplendido, magnifico e... digamos franco, supinamente tolo. Pois bem: antes de dar-lhe mais tarde uma resposta directa, responda-me categoricamente a esta pergunta: ‘nas suas obras Flammarion admite a evolução segundo as theorias de Darwin, ou não? Ora, vc. diz: o homem é *espírita*, logo não é evolucionista. Ahi vae um argumento ‘ad hominem’: 1º) Segundo vc., Flammarion é um grande astrónomo e todos concordam: já vê o amigo que alguém pode ser sabio astrónomo e não admitir as theorias evolucionistas de Darwin. Mais um, então. Meu caro Edson, não confunda o monismo rígido de Haeckel com a theoria de Darwin, pois não se identificam. Si Flammarion é sinceramente *espírita* como diz vc., não poderá ser adepto do monismo Haeckeliano, pois que, segundo o monismo tudo o que existe é materia ou modalidade della. Mas, o homem pode ser *espírita*, como vc. diz, e ser também evolucionista moderado. Quem está confundindo as idéas?” *Id. ibidem*.

entretenimento.

Sem dúvida, a leitura proposta na cidade, nos gabinetes e nas demais bibliotecas públicas que surgiam tendia para o cientificismo, mostrando claramente sua capacidade e pretensão de dispensar a tutela da Igreja. Leitura e livro não mais estariam associados à prática devocional ou ao ensinamento religioso, mas surgiam como objeto de consumo que apelava para os sentidos do leitor. Sem dúvida, a difusão dos espaços laicos de leitura pública estavam relacionados à crise institucional que levaria à queda do Império, à abolição da escravatura e à separação entre Igreja e Estado.

Com o advento do regime republicano, a Igreja se viu ameaçada na sua posição de monopolizadora do poder ideológico. Seus ministros perceberam com preocupação o avanço da palavra laica dos bacharéis e jornalistas por meio da circulação dos jornais. Nesse sentido, o implemento dos transportes representado na construção da ferrovia trouxe consequências negativas. O aumento do número de viajantes, a sensação de força e rapidez proporcionada pelo contato sensorial com os motores a vapor e a iluminação noturna eram elementos materiais que favoreciam a mundanização, o usufruto das potencialidades do corpo e a satisfação dos apetites sensoriais, quebrando valores como o recato, o recolhimento e a submissão feminina, pregados pela Igreja.

A palavra impressa também foi atingida pelas transformações técnicas. A consolidação das tipografias enquanto ramo de negócio contribuiu para a intensificação da circulação do impresso. Ao lado das inovações no trato da imagem (fotografia e cinema) e do som (fonógrafos e gramofones), o livro impresso passou a ser tratado como mercadoria dentro de uma novidade definida por Flora Süssekind como a “indústria do reclame”²⁸, onde a publicidade impressa passou a exercer influência sobre a produção literária, movimento acompanhado e representado na literatura pela geração que viveu o período de transição entre a geração de 1870 e a Semana de Arte Moderna de 1922. Tal geração, ainda de acordo com a mesma autora, por sua própria contemporaneidade aos avanços técnicos referidos, não teria conseguido empreender uma reelaboração crítica dos mesmos, limitando-se a um “*flirt* rápido” com eles²⁹.

O desenvolvimento da atividade comercial em Sobral e zona norte se deu, a partir da construção da EFS, por meio do fortalecimento dos canais de circulação de mercadorias, rebanhos e produtos extraídos da flora e fauna dos estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí, ao mesmo tempo em que a ligação comercial com Fortaleza mantinha-se frouxa. A

²⁸ SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 66.

²⁹ *Idem*, p. 47.

autonomia econômica de uma extensa área criatória e extrativa — onde a vida urbana florescia de par com o comércio graças à ferrovia que ligava o sertão ao litoral e dali às praças mais desenvolvidas fora do território cearense — precisava encontrar uma contrapartida ou, do contrário, a zona norte isolar-se-ia cada vez mais do Ceará, ameaçando a estabilidade da ordem política.

Nesse ponto os interesses da Igreja Católica e do Estado se encontravam. À primeira interessava manter a zona norte sob o controle da Diocese do Ceará, criada em 1859 e tida como área de romanização por excelência; ao segundo, interessava a consolidação da cidade de Fortaleza como polo irradiador do poder político ao qual deveriam submeter-se as demais regiões do Ceará. Internamente, a Igreja brasileira temia as consequências de uma aproximação entre uma facção majoritária do clero dotada de formação liberal adquirida em Olinda e o Estado Liberal que se configurava com o novo pacto nacional comandado pelos grandes cafeicultores sulistas, ficando o Norte a sofrer as consequências da decadência da monocultura açucareira. Aliadas do poder central, as províncias do Norte, especialmente o Ceará, passaram a ser enxergadas como áreas propícias à implantação de um projeto de romanização que pudesse impedir o avanço do liberalismo dentro do próprio clero e, por tabela, no rebanho católico. Aí encontramos, talvez, uma explicação para a proliferação de padres cujas formações foram concluídas em Roma³⁰.

A criação da Diocese de Sobral, em 1915, representou mais um importante passo no processo de romanização do Ceará³¹. Uma cidade que economicamente perigava escapar da esfera de influência da capital do estado, arrastando consigo toda uma vasta porção de sertão criatório, temente à seca e habituada a negociar seus rebanhos com o Norte produtor de borracha, quando grandes fortunas individuais se construía às custas da exploração de seringais no Amazonas e Acre, onde sobralenses abastados haviam se instalado, adquirido propriedades e alcançado posições de poder³².

Era preciso evitar o surgimento de um novo foco de catolicismo popular, à semelhança de Juazeiro. Para tanto, o clero sobralense uniu-se em torno do projeto de manutenção de toda aquela vasta jurisdição eclesial sob o controle da Diocese de Fortaleza e

³⁰ PINHEIRO, Francisco José. O processo de romanização do Ceará. In: SOUZA, Simone de. *História do Ceará*. 2 ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 200.

³¹ João Pompeu de Souza Brasil atribuiu ao isolamento espacial e à ação polarizadora da Igreja Católica o “excepcional” desenvolvimento de Sobral desde o período colonial. BRASIL, João Pompeu de Souza. Sobral: tentativa de interpretação histórica de sua ação polarizadora sobre a região. *Rev. C. Sociais*, vol. 3, n. 2, p. 119.

³² Um exemplo foi a firma J. Lourenço, Farias & Cia, sociedade formada em Sobral por Alexandre Soares e “alguns capitalistas” do Ipu, cujo ramo de atividade seria a compra e venda de gado no Ceará, Pará e Amazonas. Entre os “capitalistas” estava aquele que era considerado o homem mais rico de Ipu no início do século passado: o deputado José Lourenço de Araújo. *O Rebate*, Sobral, 19 mar. 1910, p. 2.

estritamente fiel aos preceitos da Igreja romana. Por contraditório e paradoxal que possa parecer, em Sobral o peso social do clero sempre foi considerável ao ponto de, na segunda metade do século XIX, um comerciante liberal, militante republicano e abolicionista como Manoel Arthur da Frota ter como um de seus maiores anelos o projeto de ver seu filho José ordenado presbítero em Roma e feito bispo da brilhante diocese que Sobral haveria de sediar³³.

D. José Tupinambá da Frota, em sintonia com o projeto de romanização da Igreja no Brasil, tratou de pô-lo em prática em Sobral. Reuniu e fortaleceu o clero enquanto grupo intelectual com uma função muito bem delineada: trabalhar junto às consciências no sentido de manter os fiéis sob o controle ideológico da Igreja. Para tanto, o uso da retórica cultivada nos seminários e exercitada nos púlpitos deveria vir acompanhado de incursões cada vez mais profundas pelo mundo da palavra impressa, seara onde o pensamento laico dos bacharéis adiantava-se.

Emblemático nesse sentido foi o ano de 1918, quando o clero sobralense se viu na necessidade de demarcar seu próprio espaço no domínio da palavra impressa. Para tanto, D. José fundou o jornal *Correio da Semana*, destinado a servir de tribuna ao pensamento clerical, romanizador e reacionário, travando luta aberta contra a mundanização dos costumes e o anticlericalismo. Apesar da grandiloquência com que a memória oficial de Sobral celebra os feitos de D. José Tupinambá da Frota, especialmente as obras assistencialistas como a Santa Casa de Misericórdia e o Asilo da Mendicidade, a trajetória do prelado não decorreu livre de percalços, oposições e frustrações.

D. José buscou encarnar uma espécie de protótipo do clérigo culto. Formal, exigia dos fiéis a mais completa reverência para com sua pessoa³⁴. Erudito, buscou escrever a história de Sobral realçando o papel da Igreja, construindo a imagem de uma cidade religiosa, inclusive a figura de seu pai, o abolicionista republicano liberal Manoel Arthur da Frota, por ele apresentado como um homem dinâmico, corajoso, mas também temente a Deus e intransigente no que se refere à observância dos preceitos católicos.

Nesse sentido, o livro *História de Sobral*, cuja primeira edição foi publicada em 1952, ao mesmo tempo em que constitui uma obra historiográfica de fôlego, pelo volume de documentos compulsados e transcritos, também pode ser qualificado como um grande

³³ José Tupinambá da Frota fez estudos preparatórios em Sobral, de onde passou ao Seminário da Bahia. Em abril de 1899, foi para Roma, onde estudou na Pontifícia Universidade Gregoriana, e ali foi ordenado presbítero em 1905. Foi nomeado vigário de Sobral em 1908 e ordenado bispo em 1916, mesmo ano em que foi nomeado para a recém-criada diocese de Sobral. FROTA, José Tupinambá da (bispo). *História de Sobral*. 2 ed. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1974. p. 159.

³⁴ COSTA, Lustosa da. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. *Op. cit.*, p. 38.

trabalho de memória. Escrito numa perspectiva positivista, na qual o documento escrito era tomado como garantia de verdade³⁵, a obra cumpre o papel de sacramentar uma trajetória de vida voltada para o esforço de projeção de uma imagem de si sobre a cidade que buscou edificar social, espiritual e materialmente.

Por outro lado, o monumental livro escrito pelo bispo veio consolidar a tradicional presença do clero nos domínios da historiografia sobralense. Tendo na Cúria Diocesana o principal arquivo local, com importante repertório de documentos eclesiásticos relativos à fundação do antigo Curato do Acaraú, livros de registros de batismos, casamentos e óbitos, homens como o Padre Fortunato Alves Linhares³⁶, Monsenhor Vicente Martins da Costa³⁷ e D. José Tupinambá da Frota puderam robustecer suas pesquisas históricas voltadas para a busca das origens da cidade, numa perspectiva próxima àquela dos historiadores do Instituto do Ceará. Ao longo do século XX, tal obra encontrou continuadores nos padres João Mendes Lira³⁸ e Francisco Sadoc de Araújo³⁹. Percebe-se, desta maneira, o empenho do clero

³⁵ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. 5 ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 526.

³⁶ Publicou os seguintes trabalhos na Revista do Instituto do Ceará: Notas históricas da cidade de Sobral. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXXVI, p. 254-293, 1922; Apontamentos para a história e corografia do município de Sobral. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LV, p. 234-251, 1941. Seu livro *Notas históricas da cidade de Sobral* foi publicado em 1945.

³⁷ A produção historiográfica de Padre Vicente Martins foi publicada quase toda sob a forma de artigos na *Revista do Instituto do Ceará*. São os seguintes: Notícia Histórico-Chorographica da Comarca de Granja. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXV, 1911, p. 171-200; Notícia Histórico-Chorographica da Comarca de Granja. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXVI, 1912, p. 317-360; Notícia Histórico-Chorographica da Comarca de Granja. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXIX, 1915, p. 3-57; Pessoa Anta (biografia). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXXI, 1917, p. 280-335; Notas biográficas do Clero Sobralense. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXXIV, 1920, p. 146-198; Don José Tupynambá, 1º bispo de Sobral (biografia). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XL, 1926, p. 95-132; Notas biográficas do Clero Sobralense (2ª parte). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LIV, 1940, p. 196-232; Notas biográficas do Clero Sobralense (2ª parte e conclusão). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LV, 1941, p. 141-158. Ainda em 1941, foi publicado seu livro *Sobral, homens e vultos*.

³⁸ Padre João Mendes Lira estudou na Escola dos Carmelitas Descalços (Roma) e nos Seminários Maiores de Fortaleza e João Pessoa (PB). Foi ordenado padre em Sobral em 1951 e foi nomeado pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Saúde de Frecheirinha (CE). Por problemas de saúde, pediu para residir no Palácio Episcopal, onde acabou indispondo-se com o padre José Palhano, protegido do bispo D. José. Lecionou em várias escolas, no Seminário São José e na Faculdade de Filosofia D. José, depois na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Faleceu em 2005. Publicou os livros: *De Caiçara a Sobral* (1971), *Nossa história* (1972), *Sobral na história do Ceará e a personalidade de D. José* (1976), *A vida e a obra de Domingos Olímpio* (1977), *A escravatura e a abolição dos escravos em Sobral* (1981) e outros. Após seu falecimento, seu arquivo pessoal foi dividido em duas partes, sendo uma destinada ao Museu Diocesano D. José e outra ao Núcleo de Práticas e Documentação Histórica (NEDHIS). Dados obtidos em: portal.ceara.pro.br; SILVA, Ana Carolina Rodrigues da. *Os sentidos do passado ou o passado sentido: mecanismos da memória nos escritos de Padre Mendes Lira*. 2015, 217f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

³⁹ Nasceu em Sobral no ano de 1931; ordenou-se em Roma (1956) e foi diretor da Faculdade de Filosofia D. José e da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Publicou os livros: *Cronologia Sobralense* (5 volumes, 1974-1990), *História da Cultura Sobralense* (1978), *Ceará: homens e livros* (1981), *Estudos ibiapabanos* (1979), *Dicionário biográfico de sacerdotes sobralenses* (1985), *História religiosa da Meruoca* (1979), *História religiosa da Ibiapina* (1983), *História religiosa de Guaraciaba do Norte* (1988), *Cordeiro de Andrade: jornalista perdido na ficção* (1985), *Raízes portuguesas do Vale do Acaraú* (1990), *Padre*

sobralense no sentido de marcar sua posição não apenas na imprensa, mas no interior das associações literárias, nas instituições de ensino e no campo dos estudos históricos.

O caminho trilhado pelos clérigos com destino ao reconhecimento como historiadores foi o mesmo seguido pelo intelectuais leigos da Academia Sobralense de Estudos de Letras — fundada em 1922 — e definido por Francisco Denis Melo na seguinte colocação: “Todos esses intelectuais se fizeram “historiadores” labutando em salas de aula do Seminário São José ou em salas de aulas das escolas laicas existentes na cidade, ou ainda no afã dos arquivos guardados na Cúria Diocesana, pois nenhum deles tinha formação específica”⁴⁰.

Percebe-se que D. José Tupinambá da Frota pretendeu projetar sua hegemonia sobre três campos: o religioso (onde não encontrou rivais), o político (onde teve como rival o Juiz Dr. José Saboya, melhor aparelhado para tal conquista) e o intelectual (onde disputou com jornalistas liberais e com seu comandado, o padre professor, jornalista e historiador Fortunato Alves Linhares).

A condução da diocese, a vigilância sobre o comportamento dos fiéis, a intransigente fidelidade à hierarquia eclesiástica foram armas usadas pelo bispo no sentido de garantir que seu rebanho não se afastasse do seio da Madre Igreja, nem se rendesse ao fanatismo ou se extraviasse no seguimento de falsos profetas e entes messiânicos que percorriam o sertão desviando os católicos da sã doutrina. Garantir a submissão das consciências em uma florescente cidade sertaneja, rodeada de centros menores e mais pobres, foi a missão de D. José, tarefa repleta de implicações políticas.

A hegemonia de Fortaleza enquanto cabeça eclesiástica do estado do Ceará dependia da consolidação da figura de seu arcebispo como supremo pastor do rebanho, mas tal pretensão tinha de lidar com situações adversas, como aquela verificada em Juazeiro, onde um padre suspenso de ordens, suposto autor de um milagre eucarístico, podia, a um gesto, pôr em ordem de batalha um exército inumerável de sertanejos devotos e dominados pelo sentimento religioso forjado num imenso caldeirão de credices, superstições, misticismo pagão e cristão, onde escapulários eram usados como talismãs — tudo resultando em crenças muito mais próximas do paganismo medieval do que do catolicismo ultramontano.

A sedição de Juazeiro (1914), movimento responsável pela deposição do presidente militar salvacionista Franco Rabelo, comandada pelo deputado e médico baiano

Ibiapina, peregrino da caridade (1996) e *Origens da cultura sobralense* (2005).

⁴⁰ MELO, Francisco Denis. *Os intelectuais da Academia Sobralense de Estudos e Letras – ASEL – e a invenção da cidade letrada (1943-1973)*. Recife, 432f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2013, p. 35.

Floro Bartolomeu, hábil manipulador do enorme poder de influência de Padre Cícero sobre os romeiros, sinalizara que a estrutura político-administrativa cearense sediada em Fortaleza não estaria garantida enquanto não houvesse uma contrapartida regional ao fanatismo religioso do Cariri. Nesse sentido, a Diocese de Fortaleza precisou agir para garantir que novas regiões do estado não viessem a se desgarrar do catolicismo romano oficial. O fortalecimento da presença franciscana e dominicana no sertão central, em Canindé e Quixadá, dos jesuítas no maciço do Baturité e a criação das dioceses de Sobral e Crato visavam à formação de um cinturão romanizador que abarcasse o território cearense⁴¹.

A assertiva acima pode ser confirmada quando observamos a orientação emprestada por D. José Tupinambá da Frota à sua diocese. O zelo rigoroso na observância dos preceitos morais cristãos visava manter a cidade de Sobral sob controle, assegurando o predomínio da religiosidade de uma população que se diversificava, numa cidade cuja atividade comercial crescia rapidamente às custas do dinheiro vindo das áreas amazônicas e onde o mundanismo pedia espaço de forma cada vez mais contundente por meio dos bailes de carnaval, das danças “modernas”, do acesso às revistas de moda — que traziam as mais recentes e ousadas novidades no vestuário feminino —, da intensa circulação de caixeiros-viajantes vindos do Recife e de Fortaleza ansiosos por conquistar as moças casadeiras da elite local⁴².

Apesar de algumas divergências internas, o clero sobralense passou a agir em bloco e a situar-se politicamente de maneira bem definida a partir da segunda metade da década de 1910. A criação do jornal *Correio da Semana* representa a demarcação de um espaço próprio para os padres dentro do já ampliado campo intelectual daquele momento.

De um lado estava o polo conservador, representado pelo jornal *A Ordem*, fundado em 1916, sucedendo o *Pátria* na defesa do ideário do PRC em Sobral. Dirigido por Plínio Pompeu, recebia colaborações diversas⁴³. Desviava-se, em certa medida, do reacionarismo de seu antecessor devido à nova configuração do campo político com a dissolução da dicotomia marretas/rabelistas. Tinha como rivais os jornais *O Rebate*, de Vicente Loyola, e *A Lucta*, de

⁴¹ Sobre a estruturação da Igreja Católica ao longo do território cearense e entendendo-a como portadora de um projeto de urbanização ou como um importante agente na configuração das cidades enquanto espaços do sagrado, de experiências coletivas ligadas à religiosidade, ver SILVA JUNIOR, Agenor Soares e. *Cidades sagradas: da “Roma cearense” à “Jerusalém sertaneja”: A Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870-1920) Sobral e Juazeiro do Norte*. Fortaleza; Sobral: Edições ECOA, 2015.

⁴² Em 1911, o jornal *Pátria* publicou um protesto assinado por alguns pais de família sobralenses contra o comportamento de um grupo de caixeiros que ousavam dançar nas calçadas ao som da música que se fazia na rua e saíam ao passeio público trajando pijamas. Acusados de dandismo social, tais sujeitos deveriam ser objeto de vigilância da parte dos pais, ao contrário da permissividade que se observava, permitindo-se sua acolhida nos salões e o contato íntimo com as “patricias”. *Pátria*, Sobral, 10 mai. 1911, p. 2.

⁴³ *A Ordem*, Sobral, 12 out. 1916, p. 1

Deolindo Barreto Lima, estes últimos de orientação política democrata. As polêmicas travadas entre conservadores e democratas demonstram o quanto a imprensa reproduzia as polarizações políticas.

Nesse cenário, o clero via-se destituído de um espaço próprio no âmbito da palavra impressa. Ao bispo — intelectual refinado e erudito — não escapou a gravidade da situação. A palavra pastoral não poderia restringir-se aos púlpitos, espaço de emissão de alcance reduzido quando comparado ao impresso. O *Correio da Semana*, órgão católico, foi fundado em Sobral com uma dupla missão: primeiro, em sintonia com o processo de romanização em curso a nível nacional, deveria combater os maus costumes, a má imprensa e as más leituras; segundo, deveria constituir-se como uma instância de consagração intelectual para o clero local.

Garantir um canal de difusão do ideário católico era urgente numa cidade onde o cientificismo encontrava simpatizantes com acesso às colunas dos jornais e, por consequência, ao público leitor. Por mais que a sólida presença da Igreja ainda marcasse a cidade de Sobral, fato perceptível na própria configuração do espaço urbano, pontilhados pelas torres dos templos, o ateísmo e o anticlericalismo, o livre pensamento e o protestantismo não estavam muito longe. Ao contrário, vez por outra eram identificados e devidamente combatidos alguns agentes divulgadores de tais ideias.

Para Agenor Soares e Silva Júnior, a organização político-cultural de Sobral foi largamente influenciada pelo esforço romanizador comandado por D. José. Sob tal perspectiva, o espaço urbano deveria constituir-se em lugar sagrado, onde o espírito individualista do cientificismo deveria ser duramente combatido. O modelo adotado foi o da “cidade santa”, ou “cidade de Deus”, tratando o espaço urbano como o espaço sacralizado, destinado à vivência do ideal de comunidade e santidade cristã⁴⁴.

A despeito da coesão forçada pela liderança do bispo, os padres perdiam espaço dentro do campo intelectual em configuração. A palavra impressa em circulação escapara-lhes ao controle. O que puderam fazer foi correr em busca do tempo perdido. A dinâmica do mundo impresso não podia ser contida pelos sermões ameaçadores, a má leitura não recuaria diante das ameaças do fogo do inferno despejadas dos púlpitos das igrejas por clérigos inflamados pelo desejo de sanear a moral tão enlameada quanto as ruas da cidade.

⁴⁴ “No bojo dessas questões, a cidade passou a ser o alvo das políticas da Igreja que via no estabelecimento da sociedade uma dicotomia entre a civilidade e a barbárie. O espaço urbano deveria ser, segundo a Igreja, um espaço sagrado, travando um combate ao espectro maléfico do pensamento cientificista, que, segundo ela, individualizava os homens. Desta forma, dentre os modelos europeus estabelecidos nas cidades brasileiras, tinha-se o projeto romanizador, o modelo de ‘cidade santa’, ‘a cidade de Deus’, que em muito contribuiu à organização político-cultural de algumas cidades do interior do Ceará.” *Op. cit.*, p. 132-133.

A sala de aula foi espaço de uso da palavra e de exercício do poder ideológico ocupado pelos padres desde o surgimento, no século XIX, dos primeiros estabelecimentos de ensino da cidade, como assinalou Monsenhor Sadoc de Araújo⁴⁵. A religião, desta forma, esteve presente na formação inicial dos filhos das famílias abastadas, futuros doutores em direito ou medicina. O ensino da gramática latina, durante longo tempo confiado ao reverendo padre Fialho, constituiu o esteio da formação de uma geração de letrados responsáveis pelo surgimento da imprensa, do teatro e da literatura na cidade⁴⁶.

A fundação do *Correio da Semana* foi estratégica no sentido de reunir os padres, antes dispersos pelas redações dos demais jornais, nas quais rebaixavam-se à condição de colaboradores de um só empreendimento na arena da palavra impressa, propiciando, ainda, a tomada de posição e o aglutinamento do clero. Além da defesa intransigente da moral cristã, o grupo tomou posição no interior do campo político, criando a sensação de extrapolação dos limites de seu raio de ação.

Um risco inevitável, pois o campo intelectual e o campo político não podiam ser dissociados. A própria função do intelectual, definida por Norberto Bobbio⁴⁷ como sendo o exercício do poder ideológico, caracteriza-o como um sujeito cuja ação se faz eminentemente política. O clero tentava reassumir posições de controle sobre a cidade e estava consciente da importância do monopólio do poder ideológico para tal fim. No entanto, o processo de configuração do campo intelectual na zona norte do Ceará foi marcado pela ação de sujeitos e instituições descolados do discurso religioso, como os bacharéis, os jornalistas e os gabinetes de leitura.

Fundar o jornal da diocese de Sobral representava a entrada do clero num campo de luta onde a principal arma era a palavra impressa. Conquistaria o leitor e a opinião pública quem soubesse manejá-la melhor. Os padres, por sua vez, vinham de experiências anteriores no jornalismo. Conheciam o mundo das redações e tipografias, eram letrados, alguns chegavam a exibir dotes literários. O mais difícil era colocar-se no cenário das disputas políticas e manter a fidelidade ao projeto inicial alimentado por D. José, este também com seus interesses particulares naquela empreitada. Um desses consistia em fazer frente a seu antigo rival, o juiz Dr. José Saboia de Albuquerque.

Conicionados pela rivalidade herdada dos pais, o bispo e o juiz disputaram palmo a palmo a condição de maior liderança política em Sobral e zona norte⁴⁸. Ambos eram

⁴⁵ ARAÚJO, Francisco Sadoc de (padre). *Op. cit.*, p. 168.

⁴⁶ *Id. ibidem.*

⁴⁷ *Op. cit.*

⁴⁸ Lustosa da Costa comentou a rivalidade entre Ernesto Deocleciano de Albuquerque (pai de José Saboia de Albuquerque) e Manoel Arthur da Frota (pai de D. José Tupinambá da Frota), incluindo o desejo de ambos

doutores e haviam alcançado posições de destaque no interior de suas respectivas esferas de atuação. Ambos elegeram a cidade de Sobral como espaço de disputa. Poder político e econômico de um lado, poder religioso do outro. A intenção do bispo era entrar com o clero na política, obter triunfo e derrotar seu principal oponente. A estratégia: conquistar a opinião pública por meio do jornal da diocese. Percebe-se que o itinerário projetado por D. José não estava descolado daquele empreendido pela Igreja a nível nacional.

Em Sobral, D. José valeu-se de sua imagem de intelectual e erudito, bem como das prerrogativas hierárquicas conferidas por sua posição para tentar aglutinar o clero e conseguir que o mesmo se empenhasse no processo de luta pela recuperação das antigas posições de poder antes ocupadas pela Igreja. Mas as derrotas foram inevitáveis. No que tange ao discurso moralizante, o *Correio da Semana* constituiu-se como uma mera continuação dos púlpitos. Não havia como devolver a hegemonia ao pensamento religioso quando a cidade comportava jornalistas insubmissos e uma biblioteca pública onde se podia “saborear a leitura das revistas e jornais espíritas, socialistas, críticos, políticos, religiosos e anarquistas, beber as doutrinas de Haeckel, Santo Agostinho ou Smiles”⁴⁹.

A penetração do livro e a difusão e consolidação da cultura impressa andaram de par com o avanço da urbanização, o implemento dos transportes e comunicações e a ampliação do comércio, provocando o engrossamento de categorias sociais surgidas nas fimbrias de uma sociedade antes marcada pela proeminência de uma elite cultural restrita, formada pelo clero e alguns bacharéis e doutores. A circulação de ideias científicas, socialistas, espíritas e anarquistas se fez por meio das bibliotecas públicas, cujos acervos se constituíram em verdadeiro repositório de saberes capazes de minar a hegemonia clerical sobre as consciências.

Percebemos, pois, a contribuição dos gabinetes de leitura para a quebra da hegemonia da Igreja, indo além do projeto de instrução popular de características laicizantes. Também a oferta de leitura feita por essas instituições contribuiu para a formação de leitores cujas ideias fossem tingidas pelo cientificismo e evolucionismo, apreendidos pela via literária, então representada pelo romance naturalista, pois podiam ser encontrados em suas estantes exemplares de algumas obras de Guerra Junqueiro, Émile Zola, Tolstói e outros.

Enquanto grupo, o clero, mesmo arregimentado em torno do *Correio da Semana*, continuava amargando suas dissensões internas. Nem todos pareciam concordar com o aspecto

de ter filhos doutores. Ernesto Deocleciano direcionou os seus para a magistratura, medicina, engenharia e política, enquanto Manuel Arthur da Frota encaminhou seu filho para a vida eclesiástica. COSTA, Lustosa da. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1987.

⁴⁹ *Nortista*, Sobral, 30 nov. 1913, p. 1.

cruzadístico do jornal. O grupo reunido na redação não representava todo o clero diocesano, perigosamente exposto ao risco de ver reproduzidos em seu interior os conflitos oriundos da velha política maniqueísta caracterizada pela divisão entre marretas e rabelistas. Apesar do triunfo do unionismo na eleição de João Thomé de Saboia e Silva em 1916 para presidência do Ceará, alguns grupos restritos da elite econômica e social sobralense insistiam em continuar vendo tudo pelo prisma da velha política⁵⁰.

Um incômodo inesperado foi o início do confronto com jornalista Deolindo Barreto Lima, o qual, apesar de negar veementemente seu suposto anticlericalismo, não poupou ataques aos padres Leopoldo Fernandes Pinheiro, diretor do *Correio da Semana*, e Joaquim Severiano. A celeuma acabou por atingir o bispo, criando uma conjuntura na qual o jornalista foi transformado em inimigo tanto do clero quanto do comando do PRC local, provocando uma aproximação forçada e oportunista entre os dois rivais: o bispo D. José Tupinambá da Frota e o juiz Dr. José Saboia de Albuquerque.

Destinado a servir de órgão de defesa dos interesses moralizantes e doutrinadores da diocese, o *Correio da Semana* acabou sendo arrastado para o centro do conflito político. A aproximação com os conservadores locais serviu de base às constantes acusações de partidarismo e politicagem desferidas por Deolindo Barreto, o qual, das colunas d'*A Lucta*, acusava os padres de envolvimento com a politicagem, negligenciando sua verdadeira missão de pregadores do Evangelho. Nesse ponto, desconstrói-se a imagem de Sobral enquanto cidade dominada pelo discurso religioso. É verdade que nela o clero gozava de prestígio invulgar, mas a pesquisa revela a existência de uma categoria social intermediária, pouco afeita à religiosidade e às polarizações políticas, mais interessada em ganhar dinheiro e usufruir dos mundanismos trazidos pela modernidade em seu avanço inexorável.

Os ricos comerciantes, em parte, não se sentiram na obrigação de envolver-se na tumultuosa política local. Tal situação acabou sendo benéfica aos conservadores, pois conseguiram manter a coesão, mesmo após as derrotas sofridas desde a queda de Accioly em 1912. Arregimentados em torno de José Saboia de Albuquerque, os militantes do PRC, a despeito da perda de prestígio a nível estadual, continuaram fiéis ao seu líder, compondo um

⁵⁰ O Partido Unionista foi criado em 1913 com o objetivo de reunir forças contrárias ao presidente Franco Rabelo. Sua fundação deu-se a partir do pacto firmado em reunião no Rio de Janeiro entre João Brígido dos Santos, Dr. Aurélio de Lavor, Dr. Floro Bartolomeu e o comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly. Após a queda de Rabelo, o partido perdeu forças, fragmentando-se em várias facções derivadas dos antigos partidos que forneceram elementos à sua formação. Em 1916, se tornou uma das principais bases da eleição do sobralense João Thomé de Saboia e Silva à presidência do Ceará, cujo governo teve como bandeira a pacificação dos violentos conflitos políticos que assolavam o interior, tentando conciliar os interesses de marretas (antigos conservadores) e democratas (antigos rabelistas). MOTA, Aroldo. República: partidos políticos no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo CXIV, p. 155-171, 2000.

bloco mais ou menos compacto e no qual destacavam-se alguns membros mais afoitos, dispostos, inclusive, ao uso da força.

De que lado estava o clero? Enquanto grupo, colocava-se mais para o lado conservador do que para qualquer outro. Ajudou a delimitar tal posição a querela com o jornal *A Lucta*, encarada por todos como representante da ideologia liberal. Mas a situação era paradoxal, pois o bispo mesmo não poderia orientar seus comandados no sentido de tomarem a defesa do PRC devido à rivalidade com José Saboia. Do outro lado estava o jornalista Deolindo Barreto, com quem o diretor do *Correio da Semana* debatia intensamente. Nesse cenário destituído de opções, o desejo de D. José era transformar o clero numa terceira via política, evitando o alinhamento com qualquer dos dois grupos em conflito.

Como construir um cabedal de poder político para si e desbancar seu oponente sem, no entanto, expor a instituição eclesiástica aos desgastes comuns às querelas políticas? Este era o grande dilema do bispo de Sobral. Os padres, desprovidos de preocupações tão altas, esperavam uma orientação clara, alguns já descambando para o marretismo aberto.

A tensão entre Deolindo Barreto e o clero teve origem em 1920, quando o jornalista recusou proposta de apoio à candidatura de Belizário Távora ao governo do estado, feita pelo Padre Leopoldo Fernandes, que, à época, era frequentador assíduo da redação d'*A Lucta* e compadre de Deolindo. Tal candidatura aproximou os padres e o bispo dos marretas e de seu líder, José Saboia. Os jornais *Correio da Semana* e *A Ordem* uniram-se na campanha contra *A Lucta*⁵¹.

Tal aliança mostrava-se excessivamente arriscada para o bispo de Sobral, mas não lhe restava saída. Sua meta de fortalecer o clero dentro do campo político não seria atingida sem assumir uma posição. O ano de 1920 foi marcado pela disputa entre marretas e democratas em Sobral. Belizário Távora foi tratado como ícone da religiosidade, mote principal do discurso eleitoreiro dos marretas e do clero cooptado por tal argumento, enquanto Justiniano de Serpa foi apresentado candidato dos ateus, maçons e livres-pensadores. O apoio de Deolindo Barreto ao segundo o colocou sob a mira dos padres⁵².

A imprensa polarizou-se naquela entrada da terceira década do século XX. Os maiores jornais sobralenses dividiram-se entre tavoristas e serpistas. De um lado, *Correio da Semana* e *A Ordem* assumiram o papel de defensores da moral e da religião, num discurso de demonização do outro, numa verdadeira cruzada contra a impiedade, o ateísmo e o anticlericalismo representado pel'*A Lucta*. Um clero apaixonado, escorregando para a

⁵¹ COSTA, Lustosa da. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. Op. cit., p. 139.

⁵² *A Lucta*, Sobral, 15 nov. 1922, p. 1-2.

politicagem, ou um grupo em luta pela demarcação de seu espaço no interior de um campo social cuja configuração perigava excluí-los?

O caso de Juazeiro servira de alerta. Era preciso que a igreja romana garantisse seu espaço no mundo da palavra impressa, evitando a perda de sua parcela de poder ideológico a qual se acostumara a exercer sobre as sociedades desde os tempos coloniais. Acontece que naquele início do século XX a sociedade sobralense, conhecida por seu intransigente apego aos preceitos católicos, se via invadida pelo mundanismo e hedonismo modernos. Ocupar uma posição confortável no campo intelectual era uma necessidade urgente, pois os púlpitos já não garantiam a hegemonia da palavra dos padres sobre as mentes e vidas dos habitantes da cidade.

D. José pretendeu fortalecer o clero no interior do campo intelectual com vistas a garantir a execução de seu projeto de romanizar sua diocese, convertendo a cidade de Sobral numa espécie de Roma sertaneja, lugar de onde deveria emanar sobre toda a zona norte do Ceará a palavra e o poder espiritual e temporal da Igreja Católica encarnada em sua pessoa.

O personalismo constitui a outra face do projeto. D. José procurou associar a si o processo de construção da cidade, incitando a elaboração de uma memória que o teria como o grande construtor de Sobral, suplantando em prestígio as maiores autoridades de seu tempo e posteriores. Não foi à toa que seu último grande empreendimento foi exatamente de natureza intelectual: a escrita da *História de Sobral*, volumoso livro repleto de citações de documentos antigos depositados no arquivo diocesano e referências aos grandes historiadores de seu tempo, como Barão de Studart, Paulino Nogueira e outros⁵³.

Em sua obra, o bispo de Sobral procurou reforçar a imagem de uma sociedade aristocrática, zelosa de sua religião, berço de grandes personagens da política estadual e nacional. Realça também aquilo que constitui um dos principais aspectos da sobralidade: o zelo pela imagem de uma cidade aristocrática, adiantada em relação à própria capital do estado⁵⁴. Ao contrário de Juazeiro, considerada obra de Padre Cícero e fruto da afluência de romeiros, sertanejos supersticiosos e rebeldes à orientação eclesiástica, Sobral era fruto do zelo e da capacidade intelectual, política e administrativa de um bispo considerado figura de eminência no clero brasileiro.

A escrita histórica de D. José lançou as bases sobre as quais veio a apoiar-se o esforço de rememoração do passado sobralense durante a década de 1990, quando foi levado a

⁵³ FROTA, D. José Tupinambá da. *Op. cit.*

⁵⁴ O conceito de “sobralidade” foi tomado de: FREITAS, Nilson Almino. *O sabor de uma cidade: práticas cotidianas dos habitantes da cidade de Sobral*. 2005. 297f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2005.

efeito o processo de reconhecimento e tombamento do sítio histórico urbano de Sobral. Antes disso, D. José já se tornara figura primeira no repertório monumental da cidade. Estátuas e bustos do bispo estão pelas praças, repartições públicas e na Universidade Estadual Vale do Acaraú, *campus* da Betânia, em um prédio construído por ele para servir de sede ao seminário diocesano. A própria UVA foi criada da diocese, pois, durante a década de 1960, em seus dias iniciais, destinava-se à formação dos futuros padres diocesanos, tendo nascido como faculdade de filosofia.

5.3 Os jornalistas: nova categoria no interior do campo intelectual

Não poderíamos iniciar este item sem refletir minimamente a respeito do perfil social do “jornalista” da forma como se apresentou ao longo do processo de transformações culturais e sociais por que passaram as sociedades estabelecidas nas cidades e vilas da zona norte do Ceará durante as primeiras décadas do século passado. Diferentemente dos centros maiores, onde a década de 1910 foi período de consolidação do jornalismo como principal via de profissionalização para os intelectuais, suplantando a diplomacia, as sinecuras republicanas e a carreira literária, na zona norte o jornalista surgiu como o indivíduo dotado de algum talento para a escrita e coragem suficiente para empregar certa quantia de dinheiro na aquisição de uma tipografia, contratar empregados para operá-la e paciência para suportar as vicissitudes do mercado, angariando assinantes e anunciantes.

Nesse contexto, o jornalismo apareceu como um tipo de empreendimento empresarial de pequeno porte, marcado por considerável risco de perda. Feito o investimento inicial, ou seja, a aquisição do equipamento tipográfico, iniciava-se a publicação da folha o mais rápido possível, esforço seguido de outro voltado para a reunião do maior número possível de assinantes; os anunciantes iam surgindo à medida que o jornal circulava e conquistava leitores. A estas duas fontes de receita vinham juntar-se os trabalhos avulsos encomendados à tipografia, como impressão de folhetos, formulários, rótulos, cartões etc. Vemos por aí o quanto era desafiadora a dimensão material de um jornal. Para além da dimensão textual, de suporte da palavra escrita, de espaço das ideias, a criação de uma folha semanal envolvia certo tino comercial da parte de seu proprietário, o qual era, na maioria dos casos, o próprio jornalista, ou seja, aquele que assumia o comando da redação.

Dessa maneira, o termo “jornalista”, neste trabalho, será empregado em referência não somente ao intelectual cuja função profissional consistia em escrever para a imprensa, contratado por um jornal, até porque não havia jornais capazes de remunerar colunistas ou

redatores no espaço em questão. Refere-se, pois, ao proprietário da folha tipográfica semanal, o qual quase sempre acumulava as funções de proprietário, gerente e redator principal. Tratava-se de dois empreendimentos intimamente imbricados: o jornal e a tipografia. A existência de um sem o outro se tornava penosa. Juntos, ajudavam-se mutuamente. O jornal devia sua materialidade à tipografia, a qual beneficiava-se daquele enquanto veículo de publicidade, angariando trabalhos avulsos tornados em fonte de renda extra, cuja importância fazia-se notar diante das reclamações quanto à inadimplência dos assinantes.

Na zona norte, a segunda década do século XX foi período de consolidação de uma imprensa baseada na folha tipográfica semanal, enquanto a nível nacional surgiam grandes empresas jornalísticas. Mas nem por isso tais empreendimentos deixaram de usufruir de certo prestígio — prova da acumulação de uma parcela do poder ideológico antes reservado ao clero e aos bacharéis. No caso da imprensa baseada na pequena folha semanal, na maioria das vezes marcada por forte coloração política, tal poder consistia numa consequência dos acordos firmados entre o jornalista e os mandatários locais, contribuindo para a formação de uma imagem associada ao oportunismo e à falta de escrúpulos no que tange à oportunidade de satisfazer a ambição por dinheiro.

Um interessante exemplo encontramos no perfil de João Nunes, personagem do romance *Tônio Borja*, escrito pelo jornalista, poeta e romancista sobralense José Cordeiro de Andrade e publicado em 1940 no Rio de Janeiro⁵⁵. João Nunes reúne características que permitem entrever a visão estereotipada do “jornalista sertanejo”, ou seja, um sujeito ardiloso, esperto, sempre pronto a tirar proveito de pessoas generosas e pouco orgulhosas, como o protagonista Tônio Borja, chamado por João de “Borjinha”, em sua linguagem adúladora. O trecho transcrito abaixo contém a impressão de Borja a respeito de João Nunes:

Não confio em João Nunes. Ele possui a lábia especial dos jornalistas sertanejos e ouço dizer que é falso como Judas. Acredito, mas continuo a cumulá-lo de favores, a escrever de graça para o seu jornal. Talvez por isso ele poupe a minha pele. Precisa de mim, é oportunista e safado. Escrevo a crônica, um conto, às vezes o artigo de fundo. Tenho certeza que um dia qualquer, quando não mais precisar dos meus serviços gratuitos, receberei um coice pelas costas. Por enquanto continua

⁵⁵ José Cordeiro de Andrade nasceu em Sobral no ano de 1910 e faleceu no Rio de Janeiro em 1943. Nitidamente influenciado pelas trajetórias de Vicente Loyola e Deolindo Barreto, arriscou publicar um jornal de oposição em Sobral, o qual foi chamado de *O Debate* (1931-1932), numa clara alusão ao *O Rebate*, de Vicente Loyola. Por causa de um artigo em que criticou uma sentença proferida pelo juiz Dr. José Saboia, foi processado pelo mesmo e condenado à prisão e multa pelo crime de injúria impressa, tendo de retirar-se da cidade apressadamente, indo para Fortaleza e, posteriormente, ao Rio de Janeiro, onde colaborou na imprensa e publicou os romances *Cassacos* (Rio, 1934), *Brejo* (Rio, 1937), *Tônio Borja* (Rio, 1940) e *Anjo Negro* (Rio, 1946, - póstumo). Sua estreia no mundo da literatura se deu ainda em Sobral, com a publicação de livro de poesias *Primeiros Versos* (Sobral, 1928) e as crônicas *Poeira das Ruas* (Sobral, 1932). Faleceu em 1943, no Rio de Janeiro. ANDRADE, José Cordeiro de. *Tônio Borja*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra Ltda., 1984.

maneiroso, sabe pedir, adular, faz-me elogios baratos. Entrego-lhe a crônica ou o conto, ele passa uma vista rápida pela primeira lauda, e explode:
 - Está de papouco, Borja! Que coisa catita! Você escreve até debaixo d'água, homem. Vou reler este período... Que jóia!⁵⁶

Tônio Borja é um ex-seminarista nascido em Sobral, local onde se desenrola a trama do romance. Herdeiro de um cartório outrora pertencente a seu avô, torna-se vítima do convencionalismo social ao aceitar a proposta de casamento com Mariana, uma megera contra quem Tônio cometera um inusitado defloramento ao retornar a Sobral depois de uma desastrosa peregrinação pelo Rio de Janeiro, onde conhecera e amara uma boa moça chamada Maria Lúcia, a quem deixara com promessas de casamento. Levando vida desgraçada, Tônio está ciente das zombarias atiradas às suas costas por todos que o cercam, inclusive por João Nunes, o jornalista que finge ser seu amigo, mas apenas deseja aproveitar-se de seu talento demonstrado na escrita dos artigos de fundo, crônicas e contos para o jornal.

O enredo é pontuado pelos constantes fracassos de Tônio e as consequentes humilhações impostas por sua mulher, pelos falsos amigos e pelas vizinhas fofoqueiras. No entanto, sua sensibilidade literária e talento para a escrita brotam nos artigos que escreve para o jornal *Correio Sobralense*, de João Nunes. Este, o jornalista sertanejo, destaca-se não pelo talento literário que, definitivamente, não tem. Ao contrário, o ladino João Nunes tudo obtém graças à sua habilidade no uso da fala, sempre adornada de tons laudatórios, bajuladores, com os quais demove as mais veementes recusas de Tônio, o verdadeiro redator do jornal. Até mesmo os artigos de fundo atacando o prefeito Dr. Albuquerque, Tônio os escreve afirmando para si mesmo abominar a política.

A habilidade do protagonista no manejo da escrita é um dos destaques do romance. Mesmo não sentindo qualquer atração pelas querelas políticas, Tônio escreve um artigo atacando o prefeito e causa grande sensação na cidade de Sobral. Em resposta, Dr. Albuquerque compra a tipografia do fracassado jornalista Melquíades, da vizinha cidade de Massapê, e prepara a fundação de um órgão da prefeitura, o qual seria colocado sob a direção do mesmo Melquíades, protótipo do jornalista subornável, sem ética nem vergonha de assumir a humilhante condição de testa de ferro do prefeito.

É importante ressaltar o fato de José Cordeiro de Andrade ter nascido em Sobral no ano de 1910. Em sua infância, viveu naquela cidade onde chegaram a circular quatro jornais semanais consolidados. Conheceu de perto os homens por trás das folhas, os gerentes, tipógrafos, redatores, colaboradores. Ainda jovem, em 1931, empreendeu a fundação de um jornal, *O Debate*, numa clara homenagem ao *O Rebate*, de Vicente Loyola. Sua experiência

⁵⁶ *Id. ibidem*, p. 26-27.

jornalística, vivida ao lado do jovem Abdias Lima, no entanto, foi bruscamente interrompida após um atrito com o juiz da comarca, Dr. José Saboia de Albuquerque, que o condenou à prisão pelo crime de injúria impressa⁵⁷. Cordeiro de Andrade teve de abandonar a cidade, indo parar no Rio de Janeiro, depois de breve passagem por Fortaleza⁵⁸.

O romance, escrito uma década após a “fuga” de Cordeiro de Andrade, retrata a cidade de Sobral dominada por políticos inescrupulosos associados a jornalistas ambiciosos e desleais. Os conchavos, o convencionalismo e a mistura mal resolvida entre elementos culturais modernos, mesclados ao tradicionalismo de uma sociedade rigidamente apegada ao aristocratismo — que remete aos tempos coloniais e imperiais —, estavam presentes, ajudando a criar a imagem de uma cidade insólita, prosaica, quase ridícula. Cordeiro, na esteira do movimento regionalista, reforçava alguns estereótipos sobre aquilo que é considerado como sertanejo. Para ele, o sertão é um espaço de emulação em relação ao moderno, ou seja, o jornalista sertanejo não é um verdadeiro jornalista; não escreve, mas possui a habilidade de convencer outros a escreverem para ele; não tem talento literário, mas consegue, às custas de sua capacidade de bajular, obter a colaboração gratuita de alguém dotado de incrível habilidade com a escrita; seu empreendimento financeiro (a folha tipográfica) não tem condições de prosperar, mas ele consegue, por meios espúrios, subvenções oriundas dos partidos políticos e conquista uma condição econômica capaz de garantir seu livre acesso aos círculos endinheirados, ostentando consumo, hábitos e comportamento modernos.

Cordeiro de Andrade ambientou seu romance num sertão caricatural, um espaço onde os sujeitos sociais aparecem transfigurados. João Nunes, quando comparado aos jornalistas dos grandes centros, não parece um jornalista, mas uma caricatura, um perfil deformado. Seu interesse pela política reflete suas mesquinhas ambições pessoais (ele quer casar-se com a filha do adversário político do prefeito) e não se encontra em sua pessoa qualquer resquício das qualidades indispensáveis a um verdadeiro jornalista – o compromisso com a verdade, a imparcialidade e o desejo de orientar a opinião pública.

A referência ao romance de Cordeiro de Andrade serve-nos de porta de entrada ao mundo do jornalismo na zona norte da década de 1910, acenando com os estereótipos que serviam de lente a cobrir os olhos da sociedade ao voltar-se para a categoria de profissionais ligados ao mundo intelectual. Visto com desconfiança, o “jornalista sertanejo” era marcado por características como esperteza, habilidade na bajulação aos poderosos e uma falta de ideologia que o deixava com a consciência pastosa, capaz de absorver tudo sem qualquer

⁵⁷ *O Debate*, Sobral, 18 jul. 1932, p. 4.

⁵⁸ MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, heróis e amigos*. Rio de Janeiro: Fundo Editorial AAFBB, 1982. p. 117.

escrúpulo, importando-se apenas com o dinheiro a ser sorvido dos cofres públicos e das fortunas pessoais de coronéis e fazendeiros, os quais eram seduzidos pela vaidade de verem seus nomes estampados nas colunas sociais ou seus retratos impressos nas primeiras páginas das folhas, emoldurados por frases açucaradas de hipocrisia.

Havia, pois, um discurso denegridor da figura do jornalista sertanejo, o qual foi usado contra aqueles que se arriscaram a viver de imprensa em Sobral e zona norte no início do século XX. Vicente Loyola, por exemplo, foi acusado de ter aplicado um calote no valor de Rs 7:000\$000 (sete contos de réis) em Ernesto Espiridião Saboia de Albuquerque, de quem foi caixeiro⁵⁹. A acusação, não por acaso, foi desferida por outro jornalista, o advogado Carlos Rocha, diretor do *Pátria*, órgão do PRC em Sobral entre 1910 e 1915, a quem Vicente Loyola, por sua vez, acusava de servir de porta-voz aos conservadores locais.

Tanto a leitura do romance escrito por Cordeiro de Andrade quanto as pistas recolhidas junto às quatro principais folhas sobralenses que circularam durante a década de 1910 revelam a maneira como o jornalismo era representado diante do público leitor. Falando de si, os jornalistas deixavam entrever a existência de dois perfis distintos no interior de seu campo: os profissionais, vocacionados à missão de comunicar a verdade aos leitores, investidos da tarefa de orientar a opinião pública diante das questões postas em debate, e os mercenários, aqueles que vendiam a própria pena junto com a consciência, abrindo mão da independência necessária ao bom exercício do ofício.

O trecho que citamos a seguir foi escrito por Deolindo Barreto Lima e publicado no jornal *A Lucta* em 1919. A intenção era rechaçar críticas do *Jornal Pequeno* por ter *A Lucta* defendido a candidatura de Felinto Alcino à presidência do Ceará. Deolindo invoca a sublimidade da missão do jornalista, que deveria ser, para ele, colocada acima de partidarismos, como se vê:

O jornalista é um missionario do progresso e da civilização, e se assim não fosse a imprensa não teria esta força colossal, que levanta revoluções e abate governos, faz a guerra e decreta a paz; portanto a orbita de um jornal não se limita ao acanhado ideal de partidos políticos, mais ou menos bem intencionados, e sim ao interesse de um estado, de um paiz da humanidade emfim; assim compreendemos nosso dever e assim procuramos proceder.⁶⁰

A mencionada força da imprensa, capaz de abater governos e levantar revoluções, era garantida pela fidelidade do jornalista à sua missão de difundir o progresso e a civilização. É preciso perceber a dimensão do sentimento/convicção do jornalista Deolindo Barreto de

⁵⁹ *Pátria*, Sobral, 20 dez, 1911, p. 3.

⁶⁰ *A Lucta*, Sobral, 26 fev. 1919, p. 2.

estar associado à missão de promover transformações na política e na cultura de sua sociedade. Seu estatuto profissional garantia a condição de agente das mudanças oriundas do progresso e da civilização; via a si mesmo como sujeito capaz — por sua tenacidade e fidelidade ao ideal de seu ofício — de promover revoluções, por estar habilitado a manejar o grande poder detido pela imprensa.

Reproduzia-se, porém, o discurso enfatizando as dificuldades antepostas ao jornalismo sertanejo, a má vontade de assinantes e anunciantes para com os pagamentos, os abusos dos leitores que viam no jornal uma vitrine para expor sua vaidade perante o círculo social local, condição agravada pela minguada renda do jornalista, que se via obrigado a inserir notas em tom de evidente bajulação a todos os amigos que frequentavam a redação interessados em um reclame de si mesmos. Tendo o jornal impresso como principal veículo de comunicação e publicidade, a cobiça ao espaço nas colunas sociais era imensa, obrigando o jornalista — que não podia desagradar ao leitor e assinante — a fazer concessões constrangedoras para um profissional que se queria ver como intelectual. A citação abaixo, apesar de longa, compensa a leitura pela riqueza de detalhes e a ironia sutil do jornalista ao referir-se ao inconveniente das notas inseridas de última hora a pedido dos leitores/visitantes da redação:

O leitor que recebe um jornal, limpo, bem impresso, dobradinho, longe está de supôr que de trabalho dá ao DIRECTOR, para, no praso mesmo de oito dias, apresental-o assim!

É difícil e cheia de mil alternativas a vida de imprensa!

Às vezes, á ultima hora, no fim duma semana cheia, chega á redacção um nosso amigo e bom assignante, o jornal já a entrar para o prélo, cheio, batido. Mas o amigo veio á redacção, faser a sua visita, e espera ver seu nome, em letras de fôrma precedido de uma patente, de capitão a cima, no noticiario do jornal. E lá o pobre do DIRECTOR chama o paginador e diz-lhe:

- Seu mestre encolha este negocio, para entrar ahi uma noticiasinha. Quatro linhas, apenas.

O seu mestre faz uma cara deste tamanho e sae a resmungar mil imprecações. Mas não tem para onde appellar: é preciso dar a noticia.

O nosso amigo não attende, absolutamente, ao classico: - por falta de espaço - animal cujo pêllo nunca vio, e de que nunca ouviu falar.

Outra cousa interessante: são os collaboradores gratuitos, que enviam os seus artigos, declarando um amor de fogo á sua ella; ou seja mesmo recriminando-a por não corresponder bem os seus affectos... delle...

Esses artigos vêm sempre annexos á uma cartinha perfumada, rendilhada de alambicadas phrases, pomposos elogios ao DIRECTOR. A carta termina sempre, pedindo o obsequio de corrigir os erros.

É preciso, porém, consignar aqui, que isto vem muito depois da solicitação para o artigo ser collocado na primeira pagina...

E quando apparecem os Snrs. poetas, com a infallivel cabelleira e o indefectivel pence-nez? Jezus!

E assim, o leitor que recebe um jornal, longe está de calcular que de trabalho custou ao DIRECTOR, que, por mais que se esforce, jamais conseguiu nem conseguirá satisfaser todas as exigencias dos seus amigos, freguezes, assignantes e...

effeçoados...⁶¹

Da citação acima depreende-se a diferença entre o olhar do público e o do jornalista sobre o jornal. Enquanto este via a imprensa como instrumento de transformação da sociedade, local de exercício da missão civilizatória, aquele encontrava nas páginas do periódico um espaço para exibição, seja de sua imagem, seja de sua produção textual sob a forma de artigos, notas, poesias. Reconhecendo-se dependente da boa relação com o público, o jornalista amargava o sacrifício de tolerar tais intrusões em espaço sobre o qual deseja manter controle. Mas o campo intelectual em expansão não lhe permitia a construção de tal hegemonia, e a folha periódica tinha de acolher produções de categorias diversas de letrados. O jornal sertanejo teve de manter-se receptivo à escrita dos colaboradores, pois não havia como profissionalizar todos os seus redatores.

A cara de poucos amigos do “mestre” paginador ao receber o pedido para “encolher” — ou seja, rearranjar a chapa de impressão por meio da troca dos calços metálicos usados para firmar as linhas de tipos — expressa um descontentamento compartilhado de maneira dissimulada pelo redator em face da intromissão do leitor num âmbito restrito: o da produção do jornal. Esse leitor rebelde não se contenta apenas com o lugar de consumidor do texto, mas avança página adentro, reivindicando a inserção de suas notas, de seu nome, de sua marca, impondo seu interesse ao jornal, demarcando território, espaço reivindicado pelo jornalista como seu por excelência, ponto de irradiação de seu discurso destinado a orientar a opinião do leitor.

Jornalista e leitor nem sempre se satisfaziam com os lugares a eles reservados no âmbito discursivo, por isso transpunham fronteiras, traçavam desvios, violavam normas. O desabafo de Vicente Loyola deixa entrever seu desejo de preservar a página do periódico das intrusões de sujeitos alheios à missão do jornalista. Entendendo a imprensa como instrumento capaz de transformar a sociedade e abalar hegemonias políticas, não consegue aceitar o fato de uma parcela de seus leitores enxergarem o jornal como objeto de entretenimento ou espaço de exibição. No caso de Vicente Loyola, havia ainda o fato de *O Rebate* ser visto como fruto de seu trabalho, seu empenho na realização de um projeto pessoal acalentado ao longo de anos servindo como empregado em casas comerciais e redações de outros jornais. Mais um motivo para ter certo “ciúme” do mesmo, tendo dificuldade em aceitar a invasão dos leitores sequiosos pela exposição proporcionada pela inclusão de sua marca na página do periódico.

O exemplo citado traz à tona uma característica marcante do jornalismo sertanejo:

⁶¹ *O Rebate*, Sobral, 03 ago. 1907, p. 3.

o personalismo. A celebrada dedicação de seus protagonistas contribuiu para criar uma imagem do jornal superposta à do jornalista e vice-versa. Tal efeito foi obtido por meio de uma escrita apaixonada, incisiva, destinada a suscitar no leitor a impressão de haver um altíssimo grau de entrega por parte do jornalista, criando a imagem de um homem cuja dedicação ao ofício era grande a ponto de confundirem-se numa mesma imagem o corpo que escreve e a página impressa, como se o corpo aparecesse impresso na página, estampado, gravado.

Essa relação de entranhamento foi percebida e comentada por Manoel Miranda em texto enviado a *O Rebate* em 1912, assinalando o aniversário de cinco anos do jornal, do qual selecionamos o trecho abaixo:

É muito conhecida já a tendencia innata de Vicente Loyola para o jornalismo, espinhosa carreira que elle abraçou obedecendo aos morbidos impulsos de seu temperamento delicado e na qual tanto se ha distinguido, fazendo da penna que maneja com facilidade, formidavel clava a guerrear desapiedadamente a canalhocracia, não esquecendo, entretanto, de render fervoroso culto à Arte de que tem zelos dannunzianos.

[...].

Não se pode fallar d'O Rebate sem implicar seu Redactor-Chefe, porque este é aquelle, e vice-versa. É que Vicente Loyola ama seu jornal com paternaes desvelos, dedica-lhe os melhores momentos de sua vida atribulada e, pedaço de sua alma, O Rebate será o *ultimum moriens* de sua organização psychologica.⁶²

Com essa construção retórica, Manoel Miranda enfatizou a dedicação de Vicente Loyola ao jornalismo, caracterizando uma espécie de predestinação, fruto de um condicionamento do organismo, quase uma patologia, um desvio que lhe impunha a contingência de ter de escrever, sob pena de sofrer na carne as consequências de uma possível abstinência. A escrita tratada como uma necessidade do corpo, necessidade não encarada como parte da normalidade, pois sua presença tem como consequência a criação de um quadro patológico. Vicente Loyola precisava escrever para manter o equilíbrio de sua constituição orgânica.

Manoel Miranda apresenta a escrita não apenas como um trabalho, mas como uma necessidade do corpo doente de Vicente Loyola. A associação entre sua imagem e a enfermidade foi forjada por meio de textos publicados n'*O Rebate*, ora escritos pelo próprio Vicente, ora por seus colaboradores. Sofrendo de uma espécie de reumatismo crônico manifesto por meio de dores atrozes nas pernas, não raro o jornalista acamava-se, mas não abandonava a escrita de seus artigos, reforçando a imagem de mártir da imprensa, dono de um corpo para o qual a escrita era uma necessidade orgânica, capaz de fazê-lo ignorar as mais

⁶² *O Rebate*, Sobral, 20 abr. 1912, p. 1.

agudas dores. O jornal, produto do trabalho penoso de um corpo enfermo, constitui parte indissociável da alma do jornalista e será — anuncia Manoel Miranda — a última parte de seu corpo a morrer. Fisiologizando a escrita, produz o risco de esquecer que o jornal foi parte essencial da atividade política de um indivíduo envolvido na constituição do jornalismo enquanto atividade profissional na zona norte do Ceará, um colaborador para o fortalecimento da imprensa enquanto instância de exercício do poder ideológico.

Embora o discurso construído em torno do jornalismo enquanto empreendimento empresarial na zona norte tenha se pautado na ideia da inviabilidade, ou seja, de que não era financeiramente compensadora a iniciativa de adquirir uma tipografia e fundar uma folha semanal, não se pode negar a atração exercida sobre aqueles empreendedores pela possibilidade de aquisição de poder político. Exercitando a escrita e reproduzindo um discurso apreendido pelas leituras de livros e jornais vindos de centros mais desenvolvidos, os jornalistas sertanejos aprenderam os caminhos da política acessíveis a quem detivesse a habilidade de manejar a pena. Colocar a escrita a serviço de uma ideologia política era a porta aberta para ingresso nos restritos círculos elitistas, onde passavam a compactuar com ricos proprietários rurais, comerciantes e clérigos, auferindo, não raro, o acúmulo de considerável poder.

A imprensa caminhava, numa cidade como Sobral, no início do século XX, para a consolidação enquanto lugar de exercício do poder ideológico e, portanto, espaço a ser dominado pelos intelectuais. A política foi a principal porta de entrada de Vicente Loyola no círculo elitista. Sua disposição para a defesa do ideário antioligárquico funcionou como credencial para o ingresso naquele espaço intelectual. Acumulando experiência na política local, soube colocar-se em posição de destaque aproveitando um momento em que o grupo oposicionista local ainda se achava um tanto desorganizado ante a ausência de Waldemiro Cavalcante, seu principal articulador, que partira para Fortaleza a fim de engrossar a luta contra Accioly na capital, fundando o *Jornal do Ceará*⁶³.

A associação entre política e imprensa contribuiu para a elaboração da figura do jornalista matuto apresentada por Cordeiro de Andrade no romance *Tônio Borja*. Sendo o jornal comumente encarado como arma de ataque aos adversários políticos, recaiu sobre seu produtor, o jornalista, a responsabilidade pela elaboração de tais ataques. Os artigos críticos, onde imperava a falta de escrúpulos, alimentavam as paixões partidárias e instigavam o ódio entre facções, não raro sendo usados como pretexto para o uso da violência física, constituíram uma importante estratégia discursiva, instância que crescia em importância na

⁶³ *O Rebate*, Sobral, 12 jun. 1915, p. 1.

política local à medida que avançava a presença do Estado e procurava-se aplacar as antigas guerras entre os clãs familiares, acostumados a resolver seus antagonismos por meio do recurso ao bacamarte.

A aproximação com a política, a penetração nos círculos elitistas e o enredamento nos conflitos, a participação na elaboração de ardis e a execução, por meio da escrita, de ataques aos adversários, contribuíram para a associação do jornalista à figura do sujeito sem escrúpulos, hipócrita, bajulador, sequioso por ascensão social e acesso a cargos públicos, dos quais pudessem angariar generosos salários. À semelhança do bacharel, mostrava-se um perseguidor de sinecuras, empregando para tanto o expediente de colocar sua pena a serviço dos mandatários locais, vendendo a consciência, desonrando o dever da imprensa. Tal era a imagem estereotipada do jornalista sertanejo.

As trajetórias de Deolindo Barreto Lima e Vicente Loyola demonstram que a aproximação entre imprensa e política não necessariamente vinha acompanhada da subordinação do jornalista aos interesses abjetos dos políticos. O primeiro, apesar de nunca haver vinculado oficialmente o jornal *A Lucta* a nenhum partido político, mostrou-se disposto a defender a ideologia antioligárquica e não poupou críticas ao líder maior do marretismo em Sobral. Assim, durante os mandatos dos intendentess municipais democratas Henrique Rodrigues e Antônio Mendes Carneiro, ocupou o cargo de secretário da prefeitura, situação contestada pelos adversários. O segundo, por sua vez, foi incluído na chapa rabelista como candidato a deputado estadual em 1911, atitude que o partido atribuiu ao reconhecimento por sua militância por meio da imprensa em Sobral⁶⁴. Foi eleito e exerceu o cargo até a deposição do presidente Franco Rabelo, em 1914, decorrência da Sedição de Juazeiro.

O envolvimento dos jornalistas com a política, apesar de malvisto pelos adversários, constitui um desdobramento esperado, tendo em vista a conjuntura do jornalismo nascente, onde a falta de confiança ante a escassez do público leitor fazia crer na impossibilidade de uma folha tipográfica vir a ser um negócio rentável. Por outro lado, a política funcionava como um chamariz de inegável força junto aos leitores, não sendo possível negligenciá-la nas páginas de um jornal. Mesmo aqueles que reivindicavam o estatuto de “independentes”, ou seja, sem qualquer vinculação partidária, preenchiam a maior parcela de suas colunas com textos noticiosos ou artigos de opinião cuja temática era a política.

Quando seguimos trajetórias individuais e coletivas é que percebemos o quanto elaborações esquemáticas como “campo intelectual”, “campo político”, “elite cultural”, “elite

⁶⁴ *O Rebate*, Sobral, 16 nov. 1912, p. 1.

econômica” restringem-se ao plano teórico. Nas fontes, tal divisão não se reproduz, ou seja, os homens do passado ocuparam suas posições e percorreram seus itinerários independente de qualquer formulação que, porventura, viessem a lhes ser impostas a título de explicação dos processos de transformação social e cultural que vivenciaram.

Dizendo isso, estamos afirmando que a aproximação entre jornalismo e política não nos soa estranha, como não o soaria a um homem do início do século passado. O caminho para a consolidação da imprensa passava pela política, de onde vinham os motes, os recursos financeiros, as assinaturas, os reclames. Pela afinidade partidária os comerciantes escolhiam a folha que receberia os anúncios de seu estabelecimento, bem como a tipografia onde encomendariam seus livros de escrita mercantil. Assim, parece-nos muito pouco provável que alguém na zona norte do Ceará chegasse a crer na viabilidade do jornalismo completamente desvinculado da política.

É possível, por outro lado, perceber a diferença de estatuto entre aqueles jornais que se apresentavam como órgãos oficiais dos partidos e os que não aceitavam tal condição, mas não deixavam de assumir posição ideológica clara diante do público por meio de seus artigos de opinião. Estes últimos julgavam-se mais merecedores do crédito do leitor pelo fato de não receberem subvenções partidárias, ou seja, sua manutenção estava vinculada apenas às assinaturas e reclames que pudessem conquistar, embora esta “conquista” estivesse ela mesma condicionada à opção política do órgão.

Os jornalistas sertanejos estavam cientes também da dimensão social de seu ofício. Afirmava-se que o jornal era a grande escola na qual os povos do sertão aprendiam a ler, ou seja, por sua materialidade mais simples e acessível, por seu baixo custo de produção, o jornal acabava chegando a locais onde o livro não chegava, e acabava servindo de livro de leitura para os alfabetizando das remotas escolas rurais. Tal fato serviu para construir uma aura de sublimidade para o ofício jornalístico, enfatizando seu caráter de cruzada em prol do progresso e da civilização.

Foi imbuído desta convicção que Deolindo Barreto Lima publicou n’*A Lucta* um trecho do discurso proferido pelo senador João Luiz Alves por ocasião da abertura do Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas. O trecho a seguir refere-se aos jornalistas do interior:

Lá [no interior] não há ‘Marinones’, não há machinas rotativas, não há linotypos, não ha papel em bobinas, que se desenrolam em branco e que sahem impressos e promptos para a distribuição! Lá não ha telephone, o telegrapho a toda hora do dia e da noite, a collaboração fecunda dos grandes intellectuaes dos grandes centros. Lá, o jornalista é – muitas vezes – redactor, typographo, revizor, paginador, impressor e

distribuidor. É a infancia da imprensa. Mas, como a infancia, ella tem a candura e a fé, o entusiasmo pelas bôas causas e o são patriotismo de que nos fallou Renan, em memoravel discurso. São os seus sacrificios e as lutas – em que muitas vezes o ‘empastellamento’ é o unico meio de fazel-a calar, quando não é ‘o assassinato’ o recurso a emmudecel-a, que a tornam digna do apreço dos nossos confrades dos grandes centros civilizados. É nella, senhores, que os povos dos nossos sertões aprendem a ler: é por ella que os habitantes de longinquas zonas do nosso territorio tomam contacto com a civilização! [...] Estes são os guias da sua opinião e os orientadores da sua opinião e os orientadores da sua mentalidade!⁶⁵

Àquela altura, as Marinonis rotativas eram comuns nas tipografias das folhas sobralenses, mas os jornalistas continuavam trabalhando de maneira polivalente, desempenhando várias funções em suas redações e oficinas. Tal fato devia-se à pequenez daqueles jornais tipográficos, não havendo condições financeiras para contratar redatores. A mão de obra remunerada resumia-se ao pessoal gráfico, sempre reduzido a quatro ou cinco figuras — chefe de oficinas, compositor, impressor, o criador dos clichês e o distribuidor. Trata-se, portanto, de pequenos negócios, o que chama ainda mais atenção para o fato de seus proprietários terem conseguido viver, ao menos durante certo tempo, dos lucros neles obtidos.

Tal condição assume grande importância quando percebemos que foi a partir dela que homens como Deolindo Barreto e Vicente Loyola conseguiram ter a necessária altivez para adentrar o mundo da imprensa, conquistando posição dentro do restrito grupo intelectual antes dominado pelos bacharéis e os clérigos. Nesse sentido, cabe-nos assinalar a especificidade da iniciativa dos primeiros jornalistas profissionais: eles construíram, ou foram capazes de reunir condições mínimas para angariar meios de construir sua própria instância de consagração, ou seja, o jornal enquanto espaço de divulgação da palavra escrita e exercício do poder ideológico.

O que distingue os jornalistas dentro do campo intelectual? Podemos até formular a pergunta com outras palavras: a partir de que momento os jornalistas se constituem enquanto grupo no interior de tal campo, distinguindo-se dos bacharéis e clérigos? Foi-nos possível elaborar a resposta a partir de longas visadas sobre os jornais publicados em Sobral ao longo das primeiras três décadas do século XX, sendo possível ver claramente a mudança no fazer jornalístico da zona norte naquele momento.

Na entrada do século, os jornais consolidados eram propriedades de pequenas empresas gráficas — como o jornal *A Cidade*, por exemplo —, as quais, por sua vez, compunham o patrimônio de comerciantes, fazendeiros ou políticos. Enfim, embora já existisse a pequena folha tipográfica, elas não eram propriedade de jornalistas, e não há indícios de sua constituição enquanto meio de vida de seus proprietários, os quais tinham

⁶⁵ *A Lueta*, Sobral, 04 dez. 1918, p. 1.

diversas outras fontes de renda.

Houve, no momento da virada do século, indivíduos que poderiam ser qualificados como jornalistas? Sim, mas não no sentido estritamente profissional. Homens como o bacharel Álvaro Otoni do Amaral, José Vicente Franca Cavalcante, Manoel Arthur da Frota, João Barbosa de Paula Pessoa e outros construíram sólida experiência na redação de jornais, mas nenhum deles chegou a viver do jornalismo. Todos tiveram outras fontes de renda e atividades profissionais, exercendo o jornalismo por conveniência ou necessidade de difundir suas ideologias políticas, obedecendo às demandas de seus respectivos partidos, especialmente durante os primeiros anos republicanos.

Somente a partir da década de 1910 foi possível visualizar a configuração de um campo intelectual estruturado em torno da imprensa enquanto espaço de exercício da escrita e instância de consagração. Naquela década iniciaram-se a publicação dos jornais *A Lucta* (1914), *A Ordem* (1916) e *Correio da Semana* (1918). O primeiro assumiu a posição de jornal independente, embora seu redator defendesse a política democrata; o segundo ocupou o lugar de órgão do PRC de Sobral, sucedendo ao *Pátria* (1910-1915) e *A Epocha* (1915-1916); o terceiro destinava-se a servir de órgão da diocese de Sobral. *O Rebate* vinha sendo publicado desde 1907 e, a partir de 1915, passou a sofrer pequenas interrupções em sua circulação causadas pelo agravamento da enfermidade de Vicente Loyola.

Mas qual o lugar que esses jornalistas ocuparam no interior do campo intelectual local e estadual? Sua atuação política por meio da imprensa foi suficiente para atrair a atenção do público num momento em que grupos intelectuais tradicionais, como os bacharéis e o clero, viam seu espaço de atuação transformar-se com a consolidação da imprensa enquanto espaço de profissionalização dos homens de letras. Os púlpitos das igrejas e as associações honoríficas (academias de letras, gabinetes de leitura, centros literários) não tinham a mesma penetração junto ao público. Conquistar um lugar na imprensa tornou-se meta daqueles que aspiravam o reconhecimento como intelectuais, ou seja, como portadores de palavra autorizada, legítimos detentores do poder ideológico, da prerrogativa de orientação da opinião pública.

A consolidação da imprensa sob a forma da folha tipográfica semanal, verificada na cidade de Sobral entre os anos de 1910 e 1920, está relacionada ao processo de massificação da comunicação em curso no âmbito nacional, verificável no surgimento das primeiras grandes empresas jornalísticas. Pela sua elevada circularidade, o jornal percorria o país, sendo que regiões como o interior do Ceará puderam acompanhar e participar, embora em proporção menor, de tal processo. Enquanto grandes jornais diários se consolidavam no

Rio de Janeiro e em São Paulo, na zona norte do Ceará era o momento do jornal semanal de quatro páginas⁶⁶, comandado por redatores proprietários que viviam ainda a fase heroica da imprensa, arriscando sua vida e capitais naquelas empreitadas, as quais, embora pequenas do ponto de vista econômico, se mostraram capazes de causar impacto no público leitor em expansão, contribuindo para a mudança na forma como este se relacionava com a notícia, com a política e a comunicação.

O jornalismo dos anos 1920 foi classificado por Marialva Barbosa como “jornalismo de sensação”, no qual a imagem veio somar-se ao texto, assumindo a função de “materialização do acontecimento”, reconhecendo a parca alfabetização da maioria dos leitores⁶⁷. Na esteira dos avanços tecnológicos representados pela daguerreotipia, telégrafo, fotografia, cinema, estabelecem-se novas experiências de comunicação pautadas na velocidade. Assim, o jornalismo, a nível nacional, acelera sua produção, tornando-se diário, matutino, vespertino. Tal aceleração é sintoma da configuração daquele fenômeno que ficaria conhecido como comunicação de massa.

No interior do Ceará, foram as folhas semanais de quatro páginas as responsáveis por colocar tais regiões na rede de comunicação, reproduzindo em suas colunas as notícias de sensação publicadas nos grandes diários do Sul do país, publicando seus despachos telegráficos e traduzindo para os leitores locais, por meio de artigos de opinião, as estratégias políticas postas em prática pelos mandatários da nação. Neste sentido, o jornal assumiu nas cidades pequenas a função de principal fonte de informação, colocando a população a par dos acontecimentos de relevância. Tal função, um dia desempenhada pelos curas das pequenas capelas e vilas, agora se tornava prerrogativa do jornalista, que construía uma rede de relações que funcionava como fonte de notícias locais em primeira mão. Cartas, bilhetes, boatos chegados à redação serviam de inspiração para a escrita de artigos.

O surgimento do jornalismo profissional implicou na perda de espaço, por parte de grupos tradicionais, no interior do campo intelectual. O jornalista passou a ser figura indispensável nas solenidades onde a sociedade local deveria estar representada, denunciando o reconhecimento de sua importância. As festividades cívicas e bailes dançantes, as comemorações em praça pública passaram a exigir a presença deste sujeito, logo tornado orador, posto lado a lado com os padres, políticos, doutores e bacharéis⁶⁸.

⁶⁶ Este formato estava relacionado com as limitações dos recursos de impressão disponíveis naquele momento. COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs). *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 104.

⁶⁷ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa – Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 56.

⁶⁸ Deolindo Barreto Lima foi encarregado do discurso em saudação à Bandeira Nacional por ocasião da

A trajetória pessoal de Deolindo Barreto revela as transformações no campo intelectual da zona norte. Sua chegada a Sobral, em 1913, portando experiência como tipógrafo e o posterior início de sua atividade como jornalista demonstram a existência de uma intenção. O que não se pode saber é se ele contava com a consolidação de seu jornal como principal porta-voz do Partido Democrata na zona norte. De uma forma ou de outra, o caminho percorrido colocou-o no centro das tensões políticas, tornando-o protagonista de uma imprensa marcada pelo polemismo intenso, sem espaço para recuos ou vacilações.

Vicente Loyola, por sua vez, travou luta contra a política oligárquica e seus representantes locais. A publicação d'*O Rebate* foi encerrada após sua morte em 1919, vítima do agravamento de sua antiga enfermidade. Sua trajetória revela a consolidação de um jornal a partir da qualidade de seus textos. Produto de leituras e de um itinerário de formação autodidata, a escrita de Vicente Loyola era fluída e leve, com pitadas de ironia. Seus ataques aos adversários era contundentes, não hesitando em invadir os limites da vida privada, prática, aliás, comum à imprensa do período. No entanto, tais excessos não tiravam a beleza de sua escrita, qualidade reconhecida por vários jornalistas do período.

Certamente, Vicente Loyola e Deolindo Barreto Lima não foram os únicos a empenhar boa dose de seu talento no jornalismo sobralense do início do século XX. Homens como Craveiro Filho, Plínio Pompeu, Carlos Rocha, Padre Francisco Leopoldo Fernandes Pinheiro, Padre Joaquim Severiano e outros colaboraram com suas escritas para a consolidação do jornalismo como prática cultural em Sobral e zona norte. Porém, Deolindo Barreto e Vicente Loyola foram os únicos a ter no jornalismo as únicas credenciais para o seu ingresso no restrito círculo intelectual local, como atesta a memória manifestada na toponímia das ruas de Sobral. Cortando o centro da cidade no sentido norte-sul, temos a Rua Jornalista Deolindo Barreto e, em ponto um pouco mais afastado, no Bairro Alto da Expectativa, encontra-se, atualmente, a Rua Jornalista Vicente Loyola. São estas as duas únicas ruas da cidade nas quais os nomes dos homenageados são precedidos do termo “jornalista”, atestando ser esta a credencial para seu ingresso no rol dos eleitos da memória.

Atribuição do legislativo municipal, a oficialização dos nomes dos logradouros públicos da cidade constitui um discurso memorialístico ao apresentar à população que deles faz uso cotidiano os nomes que foram considerados dignos de serem lembrados. A presença de dois jornalistas cujas trajetórias estão vinculadas a um processo de consolidação da imprensa enquanto prática cultural e social atesta o quão transformador foi tal processo,

solenidade de arriamento da mesma durante as festividades em homenagem ao Centenário da Independência do Brasil, levadas a efeito no dia 7 de setembro de 1922, em Sobral. *A Lucta*, Sobral, 13 set. 1922, p. 1.

revelando a dinâmica de uma sociedade em transformação, quando os círculos restritos em seu interior sofreram mudanças e abalos com a entrada de novas categorias de sujeitos cujo esteio estava na escrita e na comunicação impressa.

6 UM ENFERMO E UM MÁRTIR: INFLEXÕES NA MEMÓRIA INTELECTUAL

“A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento.”

(Jôel Candau)

À medida que desenrolamos o fio de nossa narrativa, vemo-nos mais presos a Sobral, como se aquele recorte inicial que abarcava todo um espaço que optamos por chamar de “zona norte do Ceará” tivesse sido, aos poucos, reduzido a uma cidade, a maior da região, e tivéssemos caído ingenuamente na armadilha discursiva criada para produzir o convencimento acerca da sua “superioridade” sobre as demais. Não foi o que se deu.

Observamos há pouco a diversificação verificada no interior do campo intelectual da zona norte, processo verificável a partir das trajetórias dos jornalistas Vicente Loyola e Deolindo Barreto. Isso só foi percebido, naquele período, em Sobral. O que explica tal condição? Primeiro, o fato de se tratar do maior centro urbano da região. O desenvolvimento da atividade comercial acompanhou o processo de urbanização, quando a cidade passou a perder paulatinamente seu aspecto rural. Tais transformações puderam ser sentidas na arquitetura, com os palacetes superando os antigos casarões, bem como nos comportamentos, na expansão das escolas e na ampliação dos espaços do livro e da leitura, movimento acompanhado nos primeiros capítulos deste trabalho.

O objetivo agora é atingir um nível mais profundo, no qual poderemos identificar o projeto de construção de uma memória social para a cidade de Sobral. Tal memória forjou-se com base no fortalecimento do vínculo com as letras. Durante a virada do século XIX para o XX, a imprensa sobralense foi lugar de construção de um discurso visando ao fortalecimento da imagem de Sobral como a “cidade intelectual”, termo inaugurado na literatura pelo escritor sobralense Domingos Olímpio em seu romance *Luzia Homem*¹. Tornado palavra-chave na construção da identidade local, foi repetido à exaustão pelos intelectuais locais em seus textos publicados nos jornais².

Observando os adjetivos empregados para qualificar a cidade, percebe-se claramente os termos “intelectual” e “sertanejo” sendo colocados em campos opostos,

¹ OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda., 1949. p. 11.

² *Nortista*, Sobral, 03 nov. 1913, p. 1-2; *O Rebate*, Sobral, 29 abr. 1911, p. 1.

compondo uma ideia em torno da dificuldade de existir alguma compatibilidade entre vida intelectual e espaço sertanejo ou, em outras palavras, de que o sertão não era um bom lugar para os intelectuais. Este remete, no discurso estereotipado da época, à ideia de rusticidade, simplicidade, força e resistência física, acompanhadas de pouca ou nenhuma disposição para empresas espirituais, o raciocínio, a elucubração filosófica e a assimilação de padrões estéticos de natureza cosmopolita³.

Por reunir um maior contingente de intelectuais, Sobral foi palco de um trabalho de memória por meio da imprensa no qual se pretendeu forjar a imagem de uma cidade onde o protagonismo intelectual teria sido um dos sinais de sua distinção em relação às demais, um importante recurso na construção da hegemonia regional. A imprensa, principal lugar de reunião de tais sujeitos, funcionou como importante lugar de memória ao celebrar as trajetórias, publicar biografias e enaltecer vidas dedicadas às letras, ao magistério, às artes, à jurisprudência, medicina, jornalismo etc.⁴ Percebe-se, outrossim, os esforços no sentido de impor ora a lembrança, ora o esquecimento, denunciando a intencionalidade dos agentes do processo de construção da memória.

O itinerário escolhido seguirá os caminhos da memória dos jornalistas Vicente Loyola e Deolindo Barreto por meio dos textos publicados na imprensa após suas mortes. Será inevitável destacar os diferentes tratamentos dispensados a cada um, o que se explica, a nosso ver, pelas circunstâncias em que se deram estes eventos extremos. Portanto, no primeiro momento, importa narrá-los.

6.1 A morte e a intensificação das batalhas pela memória

Vicente Loyola faleceu no dia 02 de novembro de 1919, em meio às dores causadas por um reumatismo crônico⁵. O fato, noticiado pelos jornais locais e reverberado na imprensa de Fortaleza, deu-se em casa. O leito de morte foi uma rede, utensílio de uso comum no sertão. Para Deolindo Barreto, o colega jornalista fora vítima de intensa perseguição

³ Em 1912, o jornal *O Rebate* publicou uma série de artigos escritos por Targino Filho, um magistrado interessado por literatura e arte, nos quais o mesmo se propôs apresentar uma crítica da arte e literatura “nortista”, incluindo o perfil daqueles que, em sua opinião, eram os maiores intelectuais de seu tempo. Logo no artigo de abertura, enfatizou a ausência da leitura entre o povo, consequência do analfabetismo popular, como um dos maiores empecilhos ao florescimento do campo intelectual, e destacou: “O nortista é retrogrado, por indole; retrogrado e de costumes bastante primórdias”. *O Rebate*, Sobral, 31 ago. 1912, p. 1.

⁴ Como se vê na publicação da biografia de Thomaz Zacarias da Costa Gondim, músico e político sobralense falecido em dezembro de 1912, em Fortaleza, onde exercia o cargo de professor de música do Liceu do Ceará. As biografias, sempre seguidas à morte ou ao aniversário natalício do biografado, eram uma forma de homenagear aos intelectuais, artistas e políticos da terra, ao mesmo tempo em que serviram também para reafirmar o estatuto de cidade intelectual aplicado a Sobral. *O Rebate*, Sobral, 21 dez. 1907, p. 1.

⁵ *A Lucta*, Sobral, 07 nov. 1919, p. 2 e *A Ordem*, Sobral, 07 nov. 1919, p. 4.

política promovida pelos juízes locais, reconhecidos líderes da política marreta na zona norte. Os desgostos decorrentes de tais eventos teriam contribuído para o agravamento do estado de saúde de Vicente Loyola, apressando sua morte, o que interessaria ao seus adversários, pois calaria *O Rebate*, ainda mantido como importante suporte do discurso político democrata na zona norte⁶.

Chamamos a atenção para um detalhe: a doença, ou o caráter enfermizo de Vicente Loyola, foi um importante componente a ser usado na construção de sua memória, ou seja, a de um homem que, apesar das limitações impostas por uma doença grave capaz de limitar-lhe as possibilidades de locomoção, não cessou de desempenhar sua atividade jornalística até o limite da resistência física. A dureza da enfermidade contribuiu, no discurso construído em vida pelo próprio jornalista, para realçar qualidades como coragem, resistência, destemor e tenacidade.

Em 1908, em resposta a um artigo crítico publicado no *A Tribuna*, Vicente Loyola, valendo-se da imagem atribuída a seu jornal pelo adversário (um esquife onde jaz “um cadáver moral”) contra-atacou escrevendo:

Deve, porém, estar hoje convencido de que, dentro do esquife jaz, não um cadáver moral pretensioso e tolo, mas, um ser, que, embora alquebrado ao peso de serios incommodos de saúde, quasi vencido pelas muitas decepções que ha experimentado na sua já não muito curta vida publica, ainda sabe erguer a voz e o braço para repellir um insolente, com a mesma coragem e intrepidez com que segura uma penna e cauterisa as chagas que contaminam e corrompem o corpo social.⁷

Enquanto seus antagonistas tentavam transferir sua enfermidade para o âmbito moral a fim de desqualificar sua atuação como jornalista, Vicente Loyola convertia sua condição de doente em um ingrediente a mais no esforço de ampliação do valor de sua luta política. A fraqueza física contribuía para destacar sua força de vontade. Nesse sentido, percebe-se que a ele próprio interessou a associação de sua imagem pública à doença, à fraqueza, à enfermidade. Tal estratégia visava também à desqualificação de seus adversários em virtude da desigualdade de forças. Se não podia vencê-los pela robustez física, os vencia facilmente pelo uso inteligente da palavra escrita⁸.

Mas a enfermidade avançou inexoravelmente, minando as forças do jornalista. Em

⁶ *A Lucta*, Sobral, 05 nov. 1919, p. 2.

⁷ *O Rebate*, Sobral, 07 nov. 1908, p. 2.

⁸ Em 1909, Vicente Loyola envolveu-se em séria polêmica com o jornalista Adolpho Siqueira. Numa linguagem típica do calor do momento, procurou reafirmar sua superioridade intelectual sobre aquele adversário, retratando-a metaforicamente como força física: “S. s. gosta, com certeza, de ouvir estas verdades, de sentir a vergasta impiedosa dos nullos lhe cahir sobre o dorso, manejada por um pulso vigoroso e forte; do contrario já nos teria poupado este sacrificio, pois julgamos tarefa arriscada bater em cadaver, donde se desprendem gazes mephiticos.” *O Rebate*, Sobral, 01 mai. 1909, p. 3.

agosto de 1919, acamado, ainda mantinha *O Rebate* em circulação e enfrentava dois processos judiciais nos quais figurava como réu acusado de injúria impressa. O primeiro tinha como acusador o juiz municipal, Dr. José Clodoveu de Arruda Coelho, acusado por Vicente Loyola de exercer a liderança da facção marreta em Sobral, a despeito de ser proibido aos magistrados o envolvimento direto na política; o segundo era movido pelo coronel Antônio Cristino, líder político marreta na Vila da Palma⁹, sob a mesma alegação¹⁰.

Na condição de réu, o jornalista foi obrigado a comparecer ao tribunal do júri carregado em uma rede, em meio a dores atrozes e uma febre que o fazia delirar. Para adentrar a sala, sendo vetado o uso da rede, teve de ser posto em uma cadeira, só conseguindo ficar sentado após a aplicação de uma injeção de morfina. Deolindo Barreto, tomando as dores do colega, foi quem descreveu, indignado, a cena:

Às 11:45, numa rede, conduzida por 4 homens, presa de grandes acessos de dores, o querellado dava ingresso no paço municipal e numa dependencia contigua ao salão onde estava reunido o tribunal, aguardou a hora de ingressar no mesmo, onde se acotovelava uma numerosa assistencia, presa de um mixto de curiosidade e indignação.

[...].

Apregoado o réo, affirmou este que somente na rede podia comparecer ao recinto do tribunal, ao que se oppoz o presidente, dizendo-lhe por intermédio do escrivão, que, ou ‘elle apresentava-se numa cadeira, ou seria quebrada a fiança’, e consequentemente preso. Intercedendo o dr. Cezario Gomes, humanitario e distincto médico que assistia ao enfermo, o sr. presidente accedeu que o querellado viesse somente responder o interrogatorio do costume e depois voltaria á rede no compartimento contiguo. O perseguido jornalista vendo alli três soldados e reconhecendo no presidente coragem precisa para concretizar a ameaça, num supremo esforço, e após uma injeção de morfina, conseguiu sentar-se numa cadeira, que foi transportada para o devido logar no recinto do tribunal.¹¹

Deolindo Barreto atribuiu ao evento acima o apressamento da morte do jornalista. Em sua narrativa, a desigualdade de forças dos dois lados em confronto ganha relevo, reforçando a imagem de Vicente Loyola como o enfermo, uma mente brilhante num corpo destruído pela moléstia persistente, um caráter e uma honra nunca abalados pelas ameaças e embustes dos adversários, mas vergados à força da doença pertinaz. A imagem do enfermo

⁹ Atual cidade de Coreaú.

¹⁰ Ao longo de sua trajetória como jornalista, Vicente Loyola respondeu a vários processos por calúnia ou injúria impressa. Dois se tornaram notórios. O primeiro foi movido por José Adonias de Araújo, comerciante e líder político “marreta” em Camocim, a quem o jornalista acusara de distribuir dinheiro falso (*O Rebate*, Sobral, 26 fev. 1910, p. 1); o segundo, sob idêntica alegação, foi movido pelo coronel Antônio Cristino de Menezes. Neste, a defesa de Vicente Loyola foi feita pelo jornalista e advogado Antônio Drummond. Por ocasião da audiência na qual o jornalista compareceu carregado em uma rede, o advogado de defesa estava ausente, e Drummond atuava como uma espécie de advogado itinerante, envolvendo-se em polêmicas pela imprensa em todas as cidades por onde passava. (*A Lucta*, Sobral, 27 ago. 1919, p. 1-2) Após a morte de Vicente Loyola, Antônio Cristino foi aconselhado a desistir do processo, liberando a viúva do pagamento de uma fiança. (*A Ordem*, Sobral, 07 nov. 1919, p. 4).

¹¹ *A Lucta*, Sobral, 27 ago. 1919, p. 1.

fragilizado, incapaz de defender a si mesmo, serviu também para reforçar a perfídia de seus oponentes, homens poderosos econômica e politicamente¹². Um processo de construção de uma memória, uma senha para o futuro deixada pelo próprio Vicente Loyola e agora reforçada por Deolindo Barreto. Numa cidade onde os intelectuais ganhavam cada vez mais importância e o uso da palavra escrita se tornara uma forma de exercício de poder, esboçava-se uma batalha pela memória.

Neste ponto, percebemos uma importante inflexão na história do livro, da leitura e dos intelectuais na cidade de Sobral. Enquanto nos demais núcleos urbanos da zona norte a memória intelectual construiu-se em torno da atuação institucional, tendo como protagonistas os gabinetes de leitura e os jornais, em Sobral as trajetórias individuais ganharam projeção, contribuindo para a construção de uma memória de cidade intelectual formada por um cabedal de lembranças de ações individuais, compondo uma espécie de panteão das letras locais. Enquanto nas cidades menores ficaram lembranças dos gabinetes de leitura impregnadas em seus lugares de memória¹³ — sedes dos gabinetes, acervos etc. —, em Sobral as lembranças têm nome e identidade, ou seja, referem-se a indivíduos mais do que a instituições.

Quais as razões de tal condição?

Primeiro, o maior desenvolvimento da imprensa contribuiu para garantir o suporte ao discurso destinado à construção da memória. Os jornais abrigam textos escritos pelos sujeitos desta memória intelectual de Sobral, onde se encontram protocolos para os leitores do futuro, senhas para a decifração de uma memória capaz de legitimar o estatuto da cidade intelectual, demonstrando existir em seus autores aquilo que Pierre Nora chamou de “vontade de memória”¹⁴. Assim, o jornal pode ser entendido como um lugar de memória, também ele impregnado de signos de lembrança e esquecimento. Situado naquilo que Pierre Nora chamou de “tempo dos lugares”, o jornal veio servir de suporte a uma expansão dos repositórios da memória.

Para as gerações futuras, Vicente Loyola havia plantado uma imagem de si: a do

¹² Nesse sentido, Deolindo Barreto escreveu: “Agora em virtude do adiamento concedido pela Relação, digamos os que nos lêem desapaixonadamente, se não foi pungente e vregonhosa (sic) a victoria do marretismo local, no caso do julgamento do jornalista V. Loyola e se as auctoridades desta terra infeliz não têm dois pesos e duas medidas para a distribuição da justiça!...” (*A Lucta*, Sobral, 27 ago. 1919, p. 2.)

¹³ Devemos a Pierre Nora a noção de “lugares de memória”. Para ele, vivemos o “tempos dos lugares”, ou seja, a memória que conhecemos é produto de um trabalho de reconstituição e, dessa forma, deixa de ser memória propriamente dita para se tornar já história. Não estamos mais no tempo dos “homens-memória”, ou seja, quando as lembranças do passado eram transmitidas oralmente; vivemos o tempo de uma memória encarnada não mais em indivíduos, mas em “lugares”, nascidos do sentimento de ausência de uma memória espontânea e da consciência da necessidade de “criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações...”. O mundo dos lugares de memória é aquele onde desapareceram os ancestrais, de uma “passagem de uma história totêmica para uma crítica”. NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

¹⁴ NORA, Pierre. *Op. cit.* p. 21.

jornalista enfermo, pobre e perseguido por adversários poderosos, contra os quais não tinha outro recurso a não ser a força de sua escrita. Ao longo da sua trajetória como redator d’*O Rebate*, foi operando o reforço dessa imagem por meio de comentários a respeito de seu estado de saúde, sempre apresentado como precário, motivo de repetidas interrupções na publicação do mesmo. O discurso jornalístico, de acordo com Bethania Sampaio Corrêa Mariani, ao selecionar os acontecimentos que deverão ser lembrados no futuro, está “engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos”¹⁵.

Em agosto de 1919, como vimos, a narrativa de Deolindo Barreto parte da mesma imagem, criando um quadro onde o jornalista enfermo e perseguido ocupa lugar central, rodeado por uma plêiade de inimigos ansiosos pelo momento em que aquele corpo doente finalmente sucumbiria à morte não importando se, após esta, tivessem de enfrentar as imagens forjadas em vida pelo morto para a composição de sua memória, uma forma de persistência de sua presença que deveria também ser enfrentada, para o que seria necessário mover forças no sentido de impor silêncio aos lugares de memória deixados por Vicente Loyola.

Em novembro de 1919, Deolindo Barreto escreveu comentando o falecimento do amigo jornalista:

O infortunado jornalista, que de ha muito vinha sendo victima da prepotencia e intolerancia do marretismo negro que infelicitava esta terra, sofria de uma velha tabes, que apesar de o trazer sempre preso ao lar, não o impossibilitava do exercicio da sua ardua profissão. Ha dois mezes, porem, devido ao capricho da deshumana justiça de Sobral, que arrastou-o, numa rede, ao tribunal do jury, justamente num dos periodos mais agudos da pertinaz molestia, agravaram-se sensivelmente, collocando-o entre a vida e a morte, sob a pressão dos mais horrorosos sofrimentos phisicos. O que não conseguiu a insidiosa molestia em 10 annos, alcançou em 2 mezes a perversidade de homens rancorosos e prepotentes, cuja febre de perseguição os leva até o crime.¹⁶

Além do esmagamento físico, os adversários conseguiram, com a cena da condução ao tribunal, o aniquilamento moral do jornalista cuja inquebrantabilidade fora sempre motivo de orgulho. Deolindo Barreto procura manter a imagem do enfermo perseguido. Morto, Vicente Loyola permanecia presente na lembrança daquela cena deprimente, quando chegou ao tribunal carregado numa rede, em meio a fortes dores, ladeado pela esposa e duas filhas moças, sendo esperado pelos adversários. Percebe-se o uso da imprensa enquanto instrumento de fixação de sentido para os acontecimentos, o que a converte em eficaz ferramenta para a construção de memórias, demonstrando a pertinência da

¹⁵ MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccineli (Org). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas/SP: Pontes, 1993. p. 33.

¹⁶ *A Lucta*, 07 nov. 1919, p. 1.

colocação de Bethania Sampaio Corrêa Mariani anteriormente mencionada¹⁷.

Estabelece-se, a partir deste momento, um novo modelo de memória intelectual. Se antes os homens de letras e artistas locais foram objetos de discursos ufanistas, baseados em seus feitos e obras de destaque, para os jornalistas profissionais começava a ser construída uma memória baseada nas perseguições sofridas, na coragem demonstrada no exercício do ofício o qual, não poucas vezes, os colocou em posição contrária aos poderosos da terra. Morrer vítima de perseguições era uma espécie de sina, um destino incontornável de tais profissionais, consequência da fidelidade aos postulados éticos do ofício abraçado em vida. A imolação funcionava como atestado da integridade, de nunca haver se deixado corromper pela politicagem¹⁸.

O discurso da predestinação funciona como uma insídia para aqueles que escreveram sobre a vida destes jornalistas, levando-os a incorrer naquilo que Pierre Bourdieu definiu como a “ilusão biográfica”, a qual consiste em “imprimir à vida uma lógica retrospectiva e prospectiva, preocupada em dar sentido à existência”¹⁹. O jornalista Lustosa da Costa, após consulta aos jornais sobralenses do início do século, escreveu uma biografia de Deolindo Barreto recheada de floreios ficcionais, sem deixar de cair a todo pano na ilusão biográfica, ao tratar seu personagem como uma espécie de herói predestinado ao martírio²⁰. Ainda falando de Deolindo Barreto, seu filho Jocelin Brasil, em suas memórias, refere-se ao pai como “o jornalista mais idiota que já conheci”, ou “um lírico”²¹, enfim, um sujeito que caminhou passivamente para um destino trágico, incapaz de perceber os riscos inerentes às temerárias escolhas e posicionamentos adotados ao longo de sua vida, retratada, nas obras em questão, a partir de uma perspectiva linear.

Dessa maneira, a memória encobria o fato de tais homens, apesar de demonstrarem certo mérito, nunca terem sido aceitos no restrito círculo dos intelectuais locais, a despeito dos êxitos dos empreendimentos jornalísticos. As disputas políticas, atreladas às diferenças sociais, impuseram barreiras, impedindo-os de ir além da condição de homens de imprensa. Seu mundo, seu lugar de fala era o jornal semanal, a folha tipográfica de quatro páginas onde exerciam sua habilidade de escritores críticos, franco-atiradores ideológicos direcionando sua artilharia contra figuras de eminência na sociedade local.

¹⁷ *Op. cit.*

¹⁸ Tais argumentos foram invocados em favor da memória de Deolindo Barreto após seu assassinato em 1924. *A Lucta*, Sobral, 28 jun. 1924, p. 5.

¹⁹ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 169-170.

²⁰ COSTA, Lustosa da. *Vida, paixão e morte de Etelvino Soares*. São Paulo: Maltese, 1996.

²¹ BRASIL, Jocelin. *Andanças e lembranças*. 2 ed. Belém: Edições Aleutianas, 1990.

Em 1922, Deolindo Barreto sozinho representava a categoria dos jornalistas profissionais em Sobral e continuava fazendo de seu jornal um espaço de luta, angariando crescente número de inimigos políticos e ideológicos, o que não abalava seu conceito junto ao público. Frente à consolidação desse novo modelo de intelectual, o grupo tradicional, formado por membros do clero, bacharéis, profissionais liberais e políticos se reuniram para compor a Academia Sobralense de Letras. De acordo com o professor Dr. Francisco Dênis Melo, após consulta à revista publicada naquele mesmo ano por esta instituição, a primeira diretoria foi composta por:

Presidente de honra: Dr. Justiniano de Serpa.
 Membros honorários:
 D. José Tupynambá da Frota, bispo da Diocese.
 Dr. José Saboya de Albuquerque, juiz de Direito desta comarca.
 Coronel Henrique Rodrigues, prefeito Municipal desta cidade.
 Presidente – Padre Leopoldo Fernandes Pinheiro.
 Vice-Presidente – Dr. Benjamim Hortêncio.
 Orador – Dr. Clodoveu de Arruda.
 Secretario – Craveiro Filho.
 Bibiliotecario – Claudio Nogueira.
 Thezoureiro - Dr. Luiz Vianna.
 Comissão Technica:
 Dr. Rui Monte, Padre Fortunato Linhares e Dr. Clodoveu de Arruda.²²

Diferente dos gabinetes de leitura, a Academia Sobralense de Letras fazia ressurgir a estratégia de se buscar a distinção intelectual por meio da reunião em círculo fechado, amoldando-se a um modelo institucional baseado na concessão de honrarias derivadas do mérito. No ano do centenário da Independência do Brasil, entendeu-se que a cidade deveria mostrar o que tinha de melhor nos mais variados aspectos²³.

Nesse sentido, a Academia nasce com a pretensão de representar a vida intelectual sobralense e, ao excluir de sua lista de eleitos homens como o jornalista Deolindo Barreto, estava dando a entender qual era a concepção de intelectual que norteava sua fundação. Atentos à origem social, não aceitavam aventureiros, tipógrafos que se arriscaram apresentar-se como jornalistas, pois estes não passavam de uma categoria de trabalhadores

²² MELO, Francisco Dênis. *Os intelectuais da Academia Sobralense de Estudos e Letras – ASEL – e a invenção da cidade letrada (1943-1973)*. 2013, 432f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2013, p. 104.

²³ Os membros da Academia Sobralense de Letras vinham representar a *intelligentsia* local, ou seja, um grupo fechado e distante do povo, desprovido de causas sociais e de um projeto de intervenção, ao contrário dos gabinetes de leitura. A definição de *intelligentsia* adotada neste trabalho é aquela apresentada pelo sociólogo Gérard Leclerc, nestes termos: “a *intelligentsia* é formada pelos ‘inteligentes’ (intelligent), pelos que conhecem e expõem os problemas do povo, do qual se consideram os representantes e os porta-vozes, e que se concebem como a consciência da nação”. LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo/RS: Editora da Unisinos, 2004. p. 50.

especializados, os chamados “artistas”²⁴, desprovidos de uma tradição familiar que os credenciava ao estatuto de intelectual numa cidade que podia se gloriar de ter sido berço de homens como o romancista Domingos Olímpio.

Deolindo Barreto não só compreendeu a situação como reagiu à sua exclusão daquele círculo. Ao longo de 1922, não perdeu oportunidade de criticar a Academia Sobralense de Letras classificando seus membros como “solípedes”²⁵, acusando-a de nada fazer em favor dos analfabetos e de servir a interesses políticos²⁶. Esta última acusação demonstra o rancor do jornalista, pois a diretoria da instituição foi formada por conservadores e democratas, camuflando o exclusivismo apontado por ele, o que pode ser visto na atribuição de títulos honorários a Justiniano de Serpa — presidente do estado — com o título de presidente, seguido por D. José Tupinambá da Frota e o Coronel Henrique Rodrigues — prefeito democrata da cidade — como sócios. Entre os diretores efetivos, estava o jovem médico Dr. Luiz Viana, antigo colaborador d’*A Lucta* quando estudante no Rio de Janeiro.

Mas a acusação de Deolindo a respeito da parcialidade política da Academia Sobralense de Letras não era totalmente desprovida de fundamento. O presidente efetivo era seu desafeto Padre Leopoldo Fernandes Pinheiro, diretor do *Correio da Semana*, enquanto o Dr. Clodoveu Arruda, juiz municipal e antigo inimigo de Vicente Loyola — motivo por si só para Deolindo antipatizá-lo — era o orador oficial e, Craveiro Filho, redator e proprietário d’*A Ordem*, era o secretário. Percebe-se que os conservadores ocuparam os cargos mais importantes, enquanto os democratas foram incorporados em menor número e destinados a posições de menor efetividade.

Para além da diretoria, convém lançar o olhar sobre o sumário da edição única da *Revista da Academia Sobralense de Letras* publicada no dia 7 de setembro de 1922, data significativa para os intelectuais por concentrar forte carga de patriotismo, sentimento cultivado como ingrediente indispensável à construção da nação republicana. Desde a crise do Império, os intelectuais brasileiros tomaram a si a missão de forjar uma identidade nacional e tentaram fazê-lo seguindo modelos europeus, a despeito da implausibilidade apontada por Renato Ortiz²⁷. No interior de tal projeto, a difusão da leitura e da instrução ocupava lugar de

²⁴ Internamente, a categoria dos trabalhadores gráficos alimentava uma concepção de “arte” que “ultrapassava o senso comum que a ela costuma atribuir apenas o sentido de ‘técnica’ e de trabalho bem-feito ou acabado.” IUMATTI, Paulo Teixeira. *Arte e trabalho: aspectos da produção de livro em São Paulo (1914-1945)*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2016, p. 65-66.

²⁵ *A Lucta*, Sobral, 05 jul. 1922, p. 1. O termo “solípede” é empregado para designar os animais cuja pata tem um único casco, sendo o cavalo um exemplo.

²⁶ *A Lucta*, Sobral, 25 abr. 1923, p. 1.

²⁷ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012. Lilia Moritz Schwarcz qualificou como “quixotesca” a tarefa tomada a si pelos homens de ciência brasileiros no mesmo período, a qual consistiu em “abrigar uma ciência positiva e determinista” para “liderar e dar saídas para o

destaque, o que pudemos observar nos gabinetes de leitura, antecessores do “nacionalismo militante” intensificado nos anos 1930²⁸. As academias serviam mais como espelhos a refletir o brilho dos intelectuais e artistas, apresentando ao mundo o que havia de notável no âmbito da cultura letrada no país.

Uma instituição desta natureza numa cidade em processo de crescimento e afirmação regional, como era o caso de Sobral na entrada dos anos 1920, vinha demonstrar a vontade de contribuir para o engrandecimento das letras cearenses e nacionais. O dia do Centenário da Independência foi momento de mostrar representatividade cultural e buscar visibilidade e notoriedade. A *Revista* representa mais um esforço no sentido de fortalecer a imagem da “cidade intelectual”, bem como uma continuação do trabalho de engrandecimento da cultura local iniciado pelos “maiores”, ou seja, pelos homens de letras que haviam conquistado reconhecimento no passado.

Entre os autores escolhidos para compor a edição estava o médico Atualpa Barbosa Lima, democrata intransigente, colaborador d’*A Lucta* e amigo pessoal de Deolindo Barreto²⁹. Sua presença fortalece ainda mais a tese de que a Academia teria sido criada para fortalecer um modelo de intelectual vinculado à tradição, excluindo novas categorias como os jornalistas profissionais.

A questão era política, mas também social. Era custoso admitir a presença de um arrivista como Deolindo Barreto, que nascera em Crateús – portanto, um forasteiro –, sem diploma de bacharel, ex-tipógrafo, jornalista forjado pela leitura do polemista Paulo Maranhão³⁰ e cujo estilo agressivo teria adquirido algum refinamento graças às leituras indicadas por Vicente Loyola. Desprovido de vínculos com a tradição local, o jornalista escrevia desassombadamente e era dono do próprio suporte material, ou seja, do jornal e da tipografia. Ainda por cima, contava com inegável simpatia do público da cidade e da zona norte, como o atestava o fato de conseguir viver das assinaturas e anúncios do mesmo, tendo como secundário seu emprego como secretário da prefeitura³¹.

destino” do Brasil enquanto nação. SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 25.

²⁸ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 20.

²⁹ *A Ordem*, Sobral, 22 set. 1922, p. 1.

³⁰ João Paulo de Albuquerque Maranhão nasceu em Belém no ano de 1872. Perdeu o pai muito cedo, estudou no Liceu Paraense e trabalhou como embarcadiço, professor e jornalista na *Folha do Norte* desde sua fundação em 1896, chegando a se tornar proprietário do jornal em 1919, quando este se tornou o jornal de maior circulação no Pará. Foi deputado federal pelo mesmo estado. Por sua atuação como jornalista político, sofreu perseguições ao longo de toda a carreira. Ajudou a fundar a Academia Paraense de Letras e, em 1964, apoiou o golpe militar, mas opôs-se logo em seguida ao primeiro governador do Pará, Jarbas Passarinho. Faleceu em 1966. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARANH%C3%83O,%20Paulo.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

³¹ Diante de críticas feitas por Craveiro Filho, redator do jornal *A Ordem*, Deolindo Barreto referiu-se ao cargo

Estava em construção o projeto de uma memória baseada na imagem da cidade intelectual. Como lidar com figuras indesejáveis como Deolindo Barreto e Vicente Loyola? Seriam eles dignos de compor esta memória e o panteão intelectual sobralense? O desenrolar dos fatos naquela década de 1920 foi crucial para a construção da memória, surpreendendo a todos e escapando a todas as tentativas de controle. Um desses fatos — o mais espetacular de todos — foi a morte do jornalista Deolindo Barreto.

A eleição marcada para o dia 15 de junho de 1924 destinava-se à escolha de um deputado federal para suprir vacância aberta na bancada cearense. Deolindo Barreto dirigiu-se à seção eleitoral número um, instalada no prédio da Câmara Municipal de Sobral. Pouco depois de sua chegada àquele recinto, onde já se achavam muitos eleitores de ambos os partidos, eclodiu violenta altercação entre o vereador democrata Júlio Lima Rodrigues e o conservador Antônio Mont’Alverne Filho. Ambos exigiam do juiz interino ali presente o direito de ocupar um lugar na mesa eleitoral dizendo-se presidentes da Câmara Municipal. A questão rapidamente evoluiu para um tumulto generalizado. Revólveres foram sacados, tiros disparados, resultando em algumas balas cravadas na carne de Deolindo. Ao ser socorrido pelos amigos, afirmou ter sido baleado por Francisco de Almeida Monte, José Bento e Joaquim de Souza. Conduzido à sua residência, agonizou por três dias, falecendo no dia 18 de junho³².

Seguiu-se uma intensificação dos trabalhos da memória durante os quais amigos e inimigos de Deolindo Barreto assumiram posições antagônicas. Naquele momento, estava em jogo não somente a memória da cidade intelectual, mas a memória da imprensa cearense. O fato trágico repercutiu imediatamente nos jornais de Fortaleza, onde os apoiadores do Partido Democrata trataram de tomar a defesa de Deolindo Barreto, realçando, em contrapartida, a crueldade de seus assassinos. Por outro lado, a imprensa conservadora tratou de desviar o foco enfatizando a tensão que antecedeu o fato, atribuindo o quadro à ação do jornalista que se fez instrumento das manobras políticas dos democratas que seriam uma minoria agitadora em Sobral³³.

Alguns dias depois, os jornais semanais locais começaram a abordar o assunto. Primeiro, o jornal conservador *A Ordem* publicou artigo transcrito do *Jornal do Commercio*,

de secretário da prefeitura como “cargo que nunca solicitei a ninguém e no qual ainda me conservo porque descobri ser o melhor meio de fazer raiva aos meus pequeninos e gratuitos inimigos”. *A Lucta*, Sobral, 12 abr. 1922, p. 1.

³² *A Lucta*, Sobral, 28 jun. 1924, p. 1.

³³ O jornal *A Ordem* atribuiu aos democratas o clima de tensão que antecedeu as eleições e a tragédia que vitimou Deolindo Barreto, pois estariam os mesmos tentando intimidar os adversários ao “ostentar” a força pública a seu serviço e ameaçando os eleitores conservadores que comparecessem à eleição que se aproximava. *A Ordem*, Sobral, 18 jun. 1924, p. 1.

onde este respondia ao *Diário do Ceará* a respeito daquele acontecimento. A razão da tragédia estaria na prática largamente conhecida dos democratas de se utilizarem de jornalistas “pouco cultos” como ideólogos na defesa de seus interesses, manipulando a opinião pública local, como se vê no trecho que destacamos abaixo:

Não há também quem ignore, no Estado e no Paiz, que tal minoria [os democratas] inconsolavel e descontente sempre se esforçou para manter ali, ao lado de uma forte compressão official, jornalistas pouco cultos, que, pelo desconhecimento de sua verdadeira missão, se prestassem á sustentação de um orgam capaz de, pelo excesso da linguagem, ferindo o adversario, ainda nos melindres mais intimos e respeitaveis de sua honra privada.³⁴

De sua posição geograficamente distante, o *Jornal do Commercio*, certamente informado por fontes locais, pinta um quadro em cores tênues, evitando descrever a cena de sangue, mas buscando em razões de natureza política e cultural uma justificativa para o ocorrido. Ela estaria na manipulação dos jornalistas pouco cultos, categoria na qual inclui o falecido Deolindo Barreto, retirando-lhe qualquer possibilidade de reconhecimento como intelectual. A culpa, ao fim, recaia sobre os líderes democratas, os quais, em suas manobras ardilosas, haviam se utilizado da coragem e ingenuidade de um jornalista desconhecedor dos pressupostos da profissão. Esse não foi o entendimento de seus familiares e amigos.

A última edição do jornal *A Lucta*, publicada no dia 28 de junho de 1924, teve suas seis páginas quase completamente cobertas por textos referentes à morte de Deolindo Barreto. O artigo de abertura preenche as duas primeiras páginas, encimado por um retrato do jornalista ladeado por duas cruces na parte central superior, logo abaixo do título. Não há indicação de autoria nem de quem teria assumido a redação daquela edição. O principal objetivo foi prestar homenagem e esclarecer as circunstâncias da morte, rechaçando os argumentos d’*A Ordem*, os quais procuraram suavizar a culpa dos responsáveis diretos pelo crime³⁵.

Encarado sob o prisma da historiografia, o texto em questão mostra-se um interessante ponto de partida de um trabalho de memória com vistas à construção de uma imagem martirológica de Deolindo Barreto. Sua morte teria sido fruto dos embustes e da selvageria de seus adversários, que nunca toleraram sua altivez e coragem no exercício do ofício de jornalista. A intenção de dar uma resposta ao jornal *A Ordem* foi claramente manifesta no trecho a seguir transcrito:

Se não fora a infamia publicada em o jornal ‘A Ordem’, teriamos por certo deixado

³⁴ *A Ordem*, Sobral, 25 jun. 1924, p. 1.

³⁵ *A Lucta*, Sobral, 28 jun. 1924, p. 1.

de fazer o relato [sic] minucioso deste facto que requintou de perversidade, por faltarnos neste momento expressões ante a brutalidade do golpe que nos feriu, como a toda a sociedade sobralense, ante o desaparecimento tragico do proprietario e Director desta folha. Mas é que os miseraveis empreiteiros não satisfeitos com o assassinio frio e premeditado, covardemente executado, vem ainda de uma maneira cynica, que leva revolta a todos os espiritos, dizer que aquelle que tombou crivado de balas pelas costas, foi o promotor da desordem.³⁶

O conflito pela memória, ou pelo direito de construir o passado, estava travado. Os amigos do jornalista, daquele momento em diante, insistiram em afirmar que o tumulto gerado na seção eleitoral teria sido provocado propositalmente para culminar com sua morte. Os nomes dos acusados aparecem impressos em letras maiúsculas em certo ponto do artigo, reforçando sua culpabilidade e afirmando sua identidade, a fim de evidenciar a inocência da vítima³⁷.

Dois projetos de construção da imagem do morto entraram em operação. De um lado, seus amigos e familiares postularam a tese do martírio. Para eles, a morte do jornalista devia-se ao ódio despertado em seus adversários pela maneira corajosa como vinha dizendo a verdade. O crime praticado por três sujeitos conhecidos pelo uso contumaz da violência havia consternado a sociedade sobralense, abrindo uma perspectiva na qual Deolindo Barreto aparece não como um mero “jornalista inculto”, marionete nas mãos de uma minoria democrata, mas como porta-voz de uma maioria que reconhecia o mérito advindo da maneira criteriosa com que exercia seu ofício. Sem dúvida, os fios da memória a ser construída em torno do jornalista Deolindo Barreto iriam cruzar com os fios da memória intelectual de Sobral, correndo o risco de criar um intrincado nó, ameaçando esta memória naquilo que, por sua natureza, ela mais almejava: a ausência de contradição.

O problema não decorria do fato de tratar-se de um homem de imprensa, pois esta era a área de atuação de um dos fundadores da Academia Sobralense de Letras, o proprietário d'*A Ordem*, Craveiro Filho. A questão era pessoal. Deolindo Barreto havia angariado inimigos que não toleravam sua linguagem e postura tida como arrogante. Por que a sua memória se tornou alvo de uma batalha discursiva? A resposta vai além da querela política. O jornalista representava aquilo que de mais contundente poderia haver para a memória da “cidade intelectual”. Sua trajetória de vida, sua postura, sua irreverência diante dos poderes eclesiástico e judiciário locais precisavam ser duplamente silenciados. Naquilo que tinha de

³⁶ *A Lucta*, 28 jun. 1924, p. 1.

³⁷ “Ferido mortalmente, pois uma das balas encravou-se na medula, cahindo logo adiante, e ao encontrarmos estendido e só, ouvimos do mesmo: - ‘QUEM ME MATOU FOI FRANCISCO MONTE, VICENTE BENTO E JOAQUIM DE SOUZA’, neste lugar onde fomos encontral-o, recebeu ao que parece, mais um tiro, no pé direito – quanta perversidade, muito própria de quem já é uzeiro e vezeiro no crime.” *A Lucta*, Sobral, 28 jun. 1924, p. 1.

corporal, o abatimento a tiros foi suficiente; mas havia o legado jornalístico, os textos, o jornal e a tipografia. Permitir-lhes uma sobrevida equivaleria a reconhecer o estatuto intelectual do jornalista tido como aventureiro e inconsequente.

A memória daquela sociedade, zelosa de seus ares aristocráticos, estava impregnada no espaço urbano nascente, nas igrejas, nas agremiações recreativas tradicionais, nas ruas primitivas que partiam da margem esquerda do Rio Acaraú e da praça da Catedral, onde figurava o antigo pelourinho. Também nos nomes das famílias, objeto de ostentação e atestado da antiguidade dos clãs chegados de Pernambuco pelos caminhos da colonização sertaneja. Era desses grupos seletos que deveria provir o intelectual local, a quem cabia engrandecer o nome da cidade.

Continuando o exame da última edição d'*A Lucta*, percebemos o trabalho de construção da memória de Deolindo Barreto sendo continuado na transcrição do artigo publicado pelo Dr. Atualpa Barbosa Lima no *Diário do Ceará*. Em seu texto, o médico sobralense, amigo do jornalista e colaborador d'*A Lucta*, refere-se à morte deste como um sacrifício, uma imolação à causa da imprensa livre, conferindo-lhe o estatuto de um mártir que, ainda em vida, esteve plenamente consciente do trágico destino a que estava fadado. Sob a ótica de Atualpa Barbosa, a morte do jornalista assume caráter teleológico. Deolindo a ela não podia furtar-se, pois fazia parte de sua missão como defensor da verdade a completa ausência de chance de vitória no embate contra os poderosos da terra.

Acompanhemos alguns trechos deste texto carregado de senhas para a construção de uma memória no futuro:

E este sacrificio era tanto mais nobre porque a desigualdade da lucta era tremenda: de um lado uma família riquissima, cujo mentor principal é o chefe supremo das hostes sanguinarias, às quaes jamais chegará a punição da justiça distribuida somente para os seus adversários politicos, enquanto do outro, sozinha, heroica, viril e sobranceira, destacava-se como um gigante, na sublimidade de uma missão de saneamento moral, a personalidade de um pobre jornalista humilde de fortuna mas cheio de ideal, que, empunhando o gladio da justiça, ferreteava os vendilhões da honra e da dignidade dos seus conterraneos.

Tinha de ser assim: a sorte de Deolindo estava traçada e elle tinha consciencia do tragico fim dos seus dias.³⁸

Temos, acima, a repetição de antigos bordões referentes ao jornalismo: a pobreza e o desapego daqueles que o aceitam como missão; a coragem de afrontar adversários superiores em força e poder; a consciência do risco de vida acompanhada da decisão de não desistir do caminho escolhido. Atualpa Barbosa, em seu trabalho de construção do passado do jornalista, procura estabelecer uma imagem e uma biografia cujo ponto culminante foi o

³⁸ *A Lucta*, Sobral, 28 jun. 1924, p. 5.

assassinato, fato extremo, mas fundamental para aplicar ao morto o perfil de mártir. Ora, o martírio não se dá de maneira acidental, mas planejada, sendo aguardado ansiosamente pela própria vítima, a qual encontra na morte o gozo supremo, a experiência da entrega total, o coroamento de uma vida carregada de sofrimentos³⁹. O mártir, de acordo com a tradição cristã, caminha para a morte indiferente ao medo, na certeza de que seu sacrifício, voluntariamente aceito, não ficará esquecido e produzirá frutos de salvação.

Atualpa Barbosa tenta convencer o leitor de que Deolindo Barreto caminhou para a morte conscientemente, pois este seria o fim inevitável de todos aqueles que se atrevessem a tomar a defesa dos interesses públicos violentados sistematicamente pela ganância dos políticos conservadores, os quais, reunidos em torno do juiz da comarca, não cessavam de criar obstáculos à administração democrata, indiferentes ao povo pobre de Sobral. Neste ponto, percebemos o quanto “a morte de um indivíduo proeminente era ocasião oportuna para a construção de representações capazes de associá-los a ideais coletivos”, como bem colocou Rebeca Gontijo ao discorrer sobre os discursos proferidos logo após a morte do historiador Capistrano de Abreu⁴⁰.

Alguns fatos precedentes foram apontados como sinais de advertência quanto à sorte trágica do jornalista, mas não foram suficientes para fazê-lo recuar. Entre eles, a morte de Vicente Loyola, atribuída à maneira abusiva como foi conduzido ao tribunal, apesar de seu precário estado de saúde, e o assassinato, em praça pública, do tenente Castelo Branco, ato praticado por Francisco Monte, chefe do braço armado da facção marreta e um dos que disparou contra Deolindo Barreto⁴¹. Ao invocar tais fatos, o médico tenta reforçar ainda mais o heroísmo do jornalista, incapaz de recuar mesmo diante da certeza de que sua morte era

³⁹ Aproximamo-nos, neste ponto, da posição de Rebeca Gontijo a respeito das biografias enquanto constructos teleológicos. Analisando biografias do historiador cearense Capistrano de Abreu, a referida autora escreveu: “As biografias estabelecem os mesmos marcos ou acontecimentos biográficos partindo de uma perspectiva teleológica que recupera aspectos da vida do biografado, de modo a justificar suas escolhas e condutas previamente conhecidas. Contudo, a elaboração de um arranjo coerente para a trajetória enfrenta alguns obstáculos: as fissuras introduzidas pelo indivíduo, as idiossincrasias, as contradições, enfim, tudo aquilo que configura uma perturbadora incoerência que os biógrafos comumente se empenham em atenuar ou, mesmo, eliminar recorrendo ao silêncio.” GONTIJO, Rebeca. O “cruzado da inteligência”: Capistrano de Abreu, memória e biografia. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 41-76, dez. 2007.

⁴⁰ GONTIJO, Rebeca. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso de Capistrano de Abreu. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 309-327.

⁴¹ A inimizade entre Deolindo Barreto e Francisco Monte vinha dos tempos iniciais do jornal *A Lucta*. Em 1915, juntamente com José Silvestre Gomes Coelho, Francisco Monte tentou matar Deolindo a tiros durante os festejos de São José na localidade de Palestina, termo da Vila de Meruoca. O jornalista escapou por pouco, sendo acolhido por Alberto Amaral, um dos ricos de Sobral. *A Lucta*, Sobral, 29 set. 1915, p. 2. Em 1922, Francisco Monte desobedeceu à voz de prisão contra sua pessoa emitida pelo tenente Castelo Branco, recém-chegado para assumir o comando da força policial local. Francisco Monte sacou de sua faca e o militar, o revólver. Entraram em luta, saindo Francisco Monte baleado e o tenente, esfaqueado, falecendo poucos dias depois. Deolindo Barreto escandalizou-se quando o juiz José Saboia inocentou Francisco Monte desse crime. *A Lucta*, Sobral, Sobral, 11 mar. 1922, p. 1; *A Lucta*, Sobral, 17 mai. 1922, p. 1.

projeto em andamento entre seus adversários, ao mesmo tempo em que silencia possíveis hesitações, temores, receios de Deolindo diante do risco que sabia ter assumido junto com sua posição política. Ao lado os objetos materiais (monumentos), a produção de um discurso organizado em torno de um grande personagem inclui-se no conjunto daquilo que Michel Pollak chamou de “rastros desse trabalho de enquadramento”⁴². Podemos ver um exemplo disso na seguinte passagem: “Deolindo Barreto, na predestinação do seu grande heroísmo, nada disto quis enxergar: via unicamente o bem publico sacrificado aos interesses de uma politicalha sanguinaria, que elle verberava com toda a energia da sua indomita bravura.”⁴³

A intenção de fundar uma memória manifesta-se de forma clara ao anunciar a morte prematura, fruto da bravura do jornalista, como um legado honroso para seus descendentes: “Os seus sete filhos pequeninos, a esposa amantissima e carinhosa, a honra do seu nome pobre, o bem-estar dos seus amigos a puresa dos seus ideaes evangelisadores da verdade, constituíam a sua unica preocupação”⁴⁴.

O trecho acima, apesar da concisão, mostra-se rico em nuances indicativas da construção de uma memória. Primeiro, a família do jornalista herdava um “nome pobre”, ou seja, desprovido da tradição e antiguidade das famílias fundadoras de Sobral, incapaz de credenciá-lo ao ingresso no círculo elitista, mas um nome honrado por uma trajetória de luta, na qual a coragem de seu portador foi muitas vezes atestada e sua fidelidade à missão jornalística jamais maculada. Motivo de orgulho, uma herança espiritual e moral para compensar a ausência de riqueza material.

A pobreza mais uma vez foi convocada para compor o rol de virtudes de um jornalista. Vicente Loyola afirmava sempre sua pobreza material, ao lado de sua condição de enfermo. Após sua morte, Deolindo Barreto, o principal articulador de sua memória martirológica, invocava a já propalada pobreza de Vicente Loyola para enaltecer a trajetória do jornalista enfermo, mas inteligente e determinado, temido pela mordacidade de sua pena. Em ambos os casos, a ausência de riqueza material é invocada numa manobra retórica, a fim de enaltecer a honestidade, característica estranha ao perfil do jornalista sertanejo, como vimos no capítulo anterior.

Não foram apenas os amigos de Deolindo Barreto que tomaram a si a responsabilidade pela construção de sua memória. Alguns de seus filhos tomaram parte nesse esforço escrevendo textos para a imprensa. Na última edição d’*A Lucta*, Dráusio Barreto

⁴² POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

⁴³ *A Lucta*, Sobral, 28 jun. 1924, p. 5.

⁴⁴ *Id. ibidem*.

Lima, 14 anos, segundo filho do jornalista, publicou um texto recheado de detalhes acerca dos últimos instantes da vida de seu pai. Descreveu em detalhes a crueza das dores sofridas em decorrência dos ferimentos à bala, o aspecto do corpo, o fervor da fé revivida nos últimos momentos, a confissão, a comunhão recebida graças à assistência dos padres José Gerardo, cura da Sé, Antônio Cândido e Joaquim Sales, vigário de Meruoca⁴⁵. A menção ao reavivamento da religiosidade demonstra o esforço no sentido de desfazer a imagem de ateu, anticlericalista e blasfemador que pesava sobre Deolindo Barreto desde o início de suas querelas com os padres Leopoldo Fernandes Pinheiro e Joaquim Severiano, questões que terminaram por incompatibilizar o jornalista com o bispo diocesano⁴⁶.

A certa altura de seu texto, Dráusio escreveu: “Meu Pae foi martyr”. Apesar da pouca idade, já conseguia entender os motivos da morte do pai e, movido pela dor da perda, manifestava disposição para lutar por justiça, insinuando ter herdado do genitor a mesma disposição para o enfrentamento. A sede por justiça manifesta na denúncia contra os autores do crime, cujos nomes foram citados à exaustão, mistura-se ao esforço de construção de uma imagem negativa dos mesmos. A lembrança do crime visava produzir uma memória na qual seus nomes fossem execrados⁴⁷.

Dos filhos de Deolindo Barreto, Dráusio era o mais velho presente naquela ocasião, pois Jocelyn achava-se em Fortaleza, onde era aluno do Colégio Militar. A inclusão do texto assinado por um garoto de 14 anos reforça a estratégia de mostrar a dor provocada na família, enfatizando a crueldade do crime praticado e a culpabilidade dos acusados. A luta por justiça exigia a construção de uma memória, impondo a lembrança do crime, pois seu esquecimento equivaleria à impunidade para os acusados.

A poetisa Marieta Figueiredo, antiga colaboradora d’*A Lucta*, sintetizou muito bem a relação entre a dor dos familiares do morto e a memória, também publicado na última edição do jornal:

Mas se o jornalista morre, depondo a penna para não mais impunha-la! Seu nome

⁴⁵ *Id. ibidem*. Dráusio nasceu em Belém (PA), no ano de 1910. Ao falecer, Deolindo Barreto deixou sete filhos: Jocelyn Barreto Lima (16 anos), Draúcio Barreto Lima (14 anos), Othelo Barreto Lima (13 anos), João Barreto Lima (11 anos), Iê Barreto Lima (7 anos), Ruberval Barreto Lima (6 anos) e Astréa Barreto Lima (2 anos). UVA, CCH, NEDHIS, Fundo: Cartórios. Inventário de Deolindo Barreto Lima, f. 3-3v.

⁴⁶ Deolindo Barreto atribuía sua imagem de anticlericalista à perfídia do padre Leopoldo Fernandes Pinheiro, o qual teria feito forte campanha difamatória após o jornalista negar apoio à candidatura de Belizário Fernandes Távora à presidência do Ceará em 1920. Na ocasião, Deolindo teria justificado sua recusa apontando a incoerência por ele enxergada no fato de um candidato católico apoiar-se no Partido Republicano Conservador Cearense, cujo líder era Thomaz Cavalcante, um maçom. *A Lucta*, Sobral, 15 nov. 1922, p. 1-2.

⁴⁷ “E como prova temos seu frack, sua calça e sua botina, para todos aqueles que não nos acreditarem e nos desmentirem querendo livrar os assassinos da punição. Mas Deus é justo! Prisão aos assassinos! Morte aos que armaram o braços, para commetter tão hediondo crime!” *A Lucta*, Sobral, 28 jun. 1924, p. 6.

não morrerá nunca na memória dos amigos, e se entre magoas e soluços se vê baixar ao tumulto o homem de carácter, o homem de lucta, o homem da verdade, o homem honesto e crente, esta tradição honrosa ficará para sempre gravada nos corações desolados de uma mãe amargurada, da esposa dedicada dos filhinhos inocentes que abandonados desfolham sobre o seu tumulto petalas de Saudades.⁴⁸

Nas palavras da autora, a morte não produzia apenas a dor, mas a decisão pela lembrança. À família e aos amigos caberia construir a memória de Deolindo Barreto a partir de seu exemplo e de suas virtudes. Os artigos publicados na última edição d'*A Lucta* representam um inventário dos elementos necessários a tal empreendimento. Ali foram realçadas as qualidades do morto, bem como a crueldade de sua morte, seu estatuto de vítima consciente do risco, mas corajosa o suficiente para abandonar-se a tão trágico e previsível destino. Por fim, fica claro, tanto nos textos de Atualpa Barbosa como de Marieta Figueiredo, a existência da intenção de promover a lembrança.

É perceptível a diferença entre a dimensão dos esforços empreendidos em prol da construção de uma memória do jornalista Deolindo Barreto. O mesmo não se deu em igual medida no que se refere a Vicente Loyola. Falecido quase cinco anos antes, pouco se escreveu ou falou a respeito deste no intervalo de tempo que separa a sua morte da de Deolindo. Qual a razão desta diferença de tratamento?

A retirada de Vicente Loyola do primeiro plano da imprensa sobralense deu-se de maneira gradual devido ao agravamento de sua enfermidade. Sua morte foi lenta, de modo a não surpreender, ao contrário do assassinato de Deolindo, acontecimento espetacular e chocante, mesmo num tempo em que o recurso à violência como meio de resolução de conflitos políticos ainda não era fato raro, embora já visto como prática condenável, contrária às leis e própria de nações incivilizadas. A violência física, ausente na morte de Vicente Loyola, constitui um dos principais motes no discurso de construção de uma memória martirológica de Deolindo Barreto⁴⁹.

As mortes dos dois jornalistas desencadearam não somente batalhas pela recordação, mas, igualmente, pelo silenciamento⁵⁰. Antes de prosseguir nosso itinerário acompanhando o processo de construção de suas memórias por meio da imprensa,

⁴⁸ *Id. ibidem.*

⁴⁹ A violência aparece como a única maneira de calar o jornalista e como atestado da covardia e incapacidade de seus adversários no sentido de vencê-lo no debate acalorado da imprensa. “Sim, elles sabiam e conheciam o homem valente que iam enfrentar e todos, ao mesmo tempo, apressadamente o alvejaram, para abate-lo mais depressa sem perigo para as suas vidas de cobardes.” *A Lucta*, Sobral, 28 jun. 1924, p. 5.

⁵⁰ Silenciamento entendido aqui como estratégia de produção do esquecimento. No entanto, Jöel Candau adverte que “seria incorreto definir-se o sempre o esquecimento pela falta” e “o esquecimento é uma censura mas ele pode ser também um trunfo permitindo à pessoa ou ao grupo construir ou restaurar uma imagem de si globalmente satisfatória”. CANDAU, Jöel. *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2013. p. 117-118.

dedicaremos um pouco de atenção ao destino imposto às suas tipografias, tratadas aqui como importantes lugares de memória por estarem impregnadas, em sua materialidade, da presença de seus proprietários, consideradas meios de continuidade da difusão de suas escritas e, portanto, alvo de esforços no sentido de serem desmontadas, vendidas, reduzidas a nenhum valor pecuniário, a fim de cessar qualquer benefício aos descendentes dos jornalistas mortos.

6.2 As tipografias: perigosos lugares de memória

Enquanto a construção de uma memória martirológica de Deolindo Barreto deu-se pela imprensa, a memória de Vicente Loyola foi alvo de uma disputa em âmbito mais discreto: o judiciário. Referimo-nos às questões em torno de seu inventário e, especialmente, ao destino dado à sua tipografia. Para tanto recorreremos ao jornal *A Lucta*, no qual Deolindo Barreto assumiu a defesa da família de Vicente Loyola contra o que considerou ato arbitrário do juiz da Comarca, Dr. José Saboia de Albuquerque, ao intimar a viúva Floresmina Cândida de Aguiar Loyola a dar os bens do jornalista a inventário.

Em janeiro de 1920, Deolindo Barreto denunciou n' *A Lucta* a perseguição praticada pelos “manduquistas”⁵¹ contra a viúva de Vicente Loyola, Floresmina Cândida de Aguiar Loyola, após esta ter recusado proposta de arrendamento da tipografia d' *O Rebate*. Diante da negativa, vieram as ameaças e perseguições contra Floresmina e seus filhos. Uma delas consistia em intimar a viúva a abrir o inventário, o que resultaria no esgotamento do valor do patrimônio deixado pelo morto devido às custas do processo⁵².

Apesar da indignação de Deolindo Barreto, a manobra dos adversários de Vicente Loyola tinha amparo na legislação vigente. O Código Civil Brasileiro de 1916 determinava em seu Art. 1.774: “Será sempre judicial a partilha, se os herdeiros divergirem, assim como se algum deles for menor, ou incapaz”⁵³. Neste ponto, percebe-se a ambiguidade que marcava o exercício da justiça e aplicação das leis naquele espaço onde as fronteiras entre o público e o privado, o legal e o ilegal, ainda se mostravam confusas, permeadas pela sobreposição de escusos interesses. No caso em questão, os adversários do jornalista encontraram no Código

⁵¹ “Manduquistas” foi o termo utilizado por Deolindo Barreto para referir-se aos membros do PRC em Sobral que mantiveram fidelidade à orientação política do juiz José Saboia de Albuquerque. Naquela ocasião, o Partido tentava recompor-se a nível estadual após as derrotas sofridas em 1916 e em 1920. Em Sobral, graças ao prestígio de José Saboia e seu irmão Vicente Saboia, ainda era possível articular ações coesas e fazer frente ao avanço do Partido Democrata, que, naquele momento, detinha a administração municipal na pessoa do prefeito Henrique Rodrigues, de quem Deolindo era próximo. *A Lucta*, Sobral, 17 jan. 1920, p. 1.

⁵² *A Lucta*, Sobral, 17 jan. 1920, p. 2.

⁵³ BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

Civil, à época ainda com suave odor de novidade, a justificativa legal para intimar a viúva, impedindo que ela pudesse dispor da tipografia como bem entendesse.

A respeito do impacto do Código Civil Brasileiro sobre os processos de inventário, Júnia Ferreira Furtado aponta que o mesmo veio extinguir “o predomínio da partilha particular” e impor a partilha judicial “em qualquer caso”⁵⁴. Tal disposição, ao que indicam os protestos de Deolindo Barreto, ainda tinha aplicação seletiva em Sobral. De acordo com o redator d’*A Lucta*, espólios de valor superior ao de Vicente Loyola haviam sido objeto de partilha particular sem qualquer protesto da parte dos representantes do judiciário local, daí justificar-se a interpretação da intimação à viúva do jornalista como perseguição⁵⁵.

Os autos do inventário de Vicente Loyola revelam que Floresmina Cândida de Aguiar Loyola compareceu diante do juiz substituto, Dr. José Clodoveu de Arruda Coelho, para prestar a promessa legal — etapa inicial do processo — no dia 16 de janeiro de 1920⁵⁶, ou seja, um dia antes de circular a edição d’*A Lucta* na qual Deolindo publicou sua denúncia a respeito da perseguição em andamento contra a viúva. E as suspeitas do diretor d’*A Lucta* se confirmaram. Os autos do inventário apontam que no dia 31 de janeiro de 1920 foi feita a descrição e avaliação do espólio de Vicente Loyola, o qual constava de “Uma machina typographica systema Marinone, a em que era impresso o jornal ‘Rebate’ de propriedade do inventariado; cuja machina se acha em perfeito estado com todas suas peças e accessorios e os tipos de imprensa, que avaliaram na quantia de tres contos de réis...”⁵⁷.

Além deste único bem, havia um montante de Rs 1:871\$000 (um conto e oitocentos e setenta e um mil réis) em dívidas passivas. O próximo passo seria a venda da impressora Marinoni, de cujo valor seriam abatidas as dívidas e as custas do processo, ficando o restante para partilha entre os herdeiros. Neste ponto, Deolindo Barreto entrevistou apontando fraudes no processo cometidas com o único fim de perseguir a família do jornalista.

Para o diretor d’*A Lucta*, as duas primeiras tentativas de efetuar a venda por meio de leilão não tiveram êxito graças à sabotagem dos manduquistas, o mesmo grupo que ficara revoltado ante a recusa da proposta de arrendamento da tipografia d’*O Rebate*. Em represália, a viúva teria sido intimada a abrir o processo de inventário, forçando a venda do bem, cuja desvalorização agora provocavam, pois a cada nova tentativa, o preço era abatido. Apenas na terceira tentativa, o prelo foi arrematado por um grupo de democratas da vizinha cidade de

⁵⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. Testamentos e inventários: a morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; e DE LUCA, Tania Regina. (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 93-118.

⁵⁵ *A Lucta*, Sobral, 17 jan. 1920, p. 2.

⁵⁶ UVA, CCH, NEDHIS, Fundo: Cartórios. Autos do inventário de Vicente Loyola, f. 3-3v.

⁵⁷ *Id. ibidem*, f. 10v-11.

Massapê, liderados por José Frota Portela, por Rs 2:300\$000 (dois contos e trezentos mil réis), valor ao qual acrescentaram, a título de ajuda à viúva e aos órfãos do jornalista, a quantia de Rs 700\$000 (setecentos mil réis), completando, informalmente, o valor inicialmente atribuído ao bem. O mesmo grupo esteve disposto a pagar Rs 4:000\$000 (quatro contos de réis) pelo prelo, mas a intimação à viúva interrompeu as negociações⁵⁸.

Ao fim, Deolindo reforça a afirmação de que espólios bem mais valiosos já haviam sido partilhados na cidade sem passar pelo processo de inventariamento e que, portanto, a referida intimação constituiu uma clara retaliação a Floresmina Cândida de Aguiar pela recusa da proposta de arrendamento⁵⁹.

O balanço do inventário confirmou a previsão de Deolindo Barreto. Após o abatimento das dívidas e custas do processo, o saldo a ser partilhado entre os herdeiros foi igual a zero, como se pode ver na tabela abaixo:

Tabela 5: Balanço do inventário de Vicente Loyola

Discriminação	Contas a pagar	Vr. depositado
Importância do produto da arrematação		2.300.000
Custos do inventário	299.000	
Conta de R. M. Frota	100.000	
Conta de João Pontes	600.000	
Conta de José Figueira de Saboya e Silva	560.000	
Conta de Luiz Hardy	380.000	
Conta de D. Pudenciana Andrade	210.000	
Conta do Colégio Diocesano	85.000	
Conta de F. Godofredo Rangel	66.000	
	2.300.000	Saldo = 0

Fonte: Elaboração do autor com base na folha 51v dos autos do inventário de Vicente Loyola.

Poderíamos tomar os dados acima como evidência de uma perseguição à família de Vicente Loyola? É preciso ir com calma, do contrário corremos o risco de escorregar para a parcialidade. Deolindo Barreto afirmara ser intenção do juiz substituto, Dr. José Clodoveu Arruda Coelho, acusador do jornalista no processo judicial cujo lance dramático foi a condução do réu ao tribunal numa rede, como já vimos, reduzir a zero o valor a ser partilhado, impondo aos herdeiros um castigo, o qual serviria como advertência contra qualquer intenção

⁵⁸ *A Lucta*, Sobral, 05 mai. 1920, p. 1.

⁵⁹ *Idem*.

de uma possível publicação de um jornal democrata que pudesse fazer o papel de continuador d'*O Rebate*. Em suma, a ideia seria demonstrar força a fim de intimidar a viúva, destituindo-a da ideia de continuar a obra de Vicente Loyola.

Chegamos a um ponto obscuro. Seria possível afirmar que Floresmina Cândida Aguiar Loyola alimentava o projeto de utilizar a tipografia d'*O Rebate* para a publicação de um novo jornal democrata? Não sabemos ao certo. E talvez nem os manduquistas o sabiam, mas entenderam que o referido equipamento tinha de ser silenciado, retirado do poder da viúva do jornalista, certamente por ainda representar um risco.

Nesse sentido é que a tipografia surge como um lugar de memória. No caso em questão, seu desmonte representa a imposição do silêncio e o apressamento da construção de uma memória intelectual na qual a presença de Vicente Loyola fosse minimizada. Artefato perigoso, o prelo tinha sido peça fundamental na difusão da escrita do jornalista e era preciso eliminar a possibilidade de voltar a ser usado na defesa dos democratas. As batalhas políticas se misturam às batalhas pela memória. Era preciso silenciar Vicente Loyola, alijá-lo da memória intelectual e, para tal, se fez necessário uma manobra no sentido de retirar o prelo das mãos de seus descendentes⁶⁰.

Como estamos diante de uma querela, lícito é ouvir a outra parte envolvida. O jornal *A Ordem* deu voz aos adversários de Vicente Loyola apresentando defesa contra a denúncia feita por Deolindo Barreto no caso do inventário. Sua narrativa começa citando uma petição “sem forma nem figura de juízo” apresentada pela viúva Floresmina Cândida de Aguiar Loyola ao juiz Dr. Clodoveu Arruda onde requeria licença para vender o prelo sem passar pelo processo de inventário, alegando as dificuldades financeiras da família “que já tinha se utilizado dos poucos farellos que existiam”⁶¹.

A referida petição encontra-se nos autos do inventário. Nela, Floresmina Cândida de Aguiar Loyola requer “licença para promover e effectivar a venda, independente de hasta pública, do referido prelo”⁶². No mesmo documento, o despacho do Juiz Substituto ordena que a referida petição seja encaminhada para análise do Curador Geral de Órfãos e, em seguida, suba ao Juiz da Comarca. Neste ponto, é possível perceber a vacilação do magistrado, pois, ao

⁶⁰ O esquecimento, aqui, surge como uma consequência do silenciamento, que é justamente o que se tentou impor à memória de Vicente Loyola a partir da venda e retirada de sua tipografia da cidade. Silenciar implica em negar a um sujeito ou grupo a possibilidade de estar presente na memória social que está sendo constantemente construída e reconstruída. Nesse sentido, faz-se pertinente mais uma referência a Jöel Candau, o qual remeteu a Roger Bastide quando escreveu que “os esquecimentos são vazios de alguma coisa”, ou seja, alguma coisa foi negada, arrancada de algum lugar no mundo das lembranças a fim de gerar o vácuo do esquecimento. CANDAU, Jöel. Op. cit., p. 117-118.

⁶¹ *A Ordem*, Sobral, 16 abr. 1920, p. 1.

⁶² UVA, CCH, NEDHIS, Fundo: Cartórios. Autos do inventário de Vicente Loyola, f. 7.

invés de se ater a legislação vigente, preferiu encaminhar o documento para apreciação das demais autoridades envolvidas. A viúva apresenta como justificativa para o pedido a possibilidade de facilitar a partilha entre os herdeiros, a rapidez no pagamento da dívida passiva que compunha o espólio e a necessidade de passar o prelo para “mãos de pessoas que o ponham em actividade”, evitando sua desvalorização e depreciação com o “correr dos annos”⁶³.

Seguindo o trâmite determinado pelo juiz substituto, a petição foi encaminhada ao curador de órfãos, Dr. José Olavo Rodrigues Frota, o qual emitiu o seguinte despacho:

Considerando as circunstancias particularissimas da presente petição, apesar de não ser taxativamente regular o consentimento para vendas de bens não inventariados, a que concorrem órfãos, esta Curadoria é de parecer que, não ferindo a lei e os interesses dos órfãos, se possa conceder licença à Floresmina de Aguiar Loyola para promover e effectuar a venda da Typographia, único bem deixado pelo seu fallecido marido.

Sobral, 25 de janeiro de 1920
O Curador Geral de Orphaos
José Olavo de Rodrigues Frota.⁶⁴

Pela citação acima, vemos que o parecer do curador de órfãos foi favorável à antecipação da venda da tipografia, dispensando o recurso à hasta pública, o qual, advertia Deolindo Barreto, funcionaria como instrumento de rebaixamento do preço do bem, conforme a intenção do magistrado e demais adversários de Vicente Loyola. O despacho do curador ficou sem efeito em face daquele emitido pelo juiz da comarca, Dr. José Saboia de Albuquerque, também adversário do jornalista, que foi lacônico: “Junte-se aos autos do inventário a que se refere a requerente”⁶⁵. A petição foi incorporada aos autos, ou seja, não foi negada nem deferida, ficando a decisão final a cargo de Clodoveu Arruda.

No dia 7 de fevereiro de 1920, dando vistas à descrição e avaliação do bem, Floresmina Cândida insistiu em seu pedido:

Mantenho os dizeres e as justas allegações de minha petição sob o nº de fls. 7 destes autos demonstrando a conveniencia da venda do prelo typographico, único bem existente, extra judicial, que como se vê destes autos, não teve solução, e como seja a solução apontada, a única conveniente as partes em vista n’ella requerendo de novo autorisação da venda extra judicial da typographia com seus accessorios, independente de hasta publica, e ser então o producto applicado nos encargos do espólio e o excedente partilhado.

Sobral, 7 de fevereiro de 1920
Floresmina de Aguiar Loyola.⁶⁶

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ UVA, CCH, NEDHIS. *Op. cit.* f. 9.

⁶⁵ *Ibidem*, f. 9.

⁶⁶ *Ibidem*, f. 13.

O Curador de Órfãos, mais uma vez, emitiu parecer favorável à concessão de autorização da tipografia sem passar pela hasta pública, embora reconhecesse ser “contra o direito”⁶⁷. Neste momento, percebe-se a flexibilidade com que o Direito era manejado na época. Interesses maiores estavam em jogo. O deferimento da petição implicava, em alguma medida, em uma pequena vitória póstuma para Vicente Loyola. Neste ponto, tanto *A Lucta* como *A Ordem* enxergavam o interesse da parte de Floresmina Cândida em vender o prelo aos democratas de Massapê, embora a primeira considere justa tal aspiração, mesmo sendo “contra o direito”, como admitiu o Curador de Órfãos, amigo de Vicente Loyola, enquanto a segunda defendia o cumprimento estrito da legislação que somente autorizava a venda do bem após concluído o inventário em razão de haver herdeiro menores de idade⁶⁸.

Toda essa disputa em torno de uma tipografia importa à historiografia por estar vinculada à batalha pela memória de Vicente Loyola. Assim, a venda do prelo aos democratas implicaria na possibilidade de seu trabalho ter continuidade e de sua pessoa ser lembrada. Do contrário, sendo o prelo conduzido à hasta pública, havia a possibilidade de ser colocado a serviço dos conservadores, impondo uma afronta ao morto. A luta descambava, como se vê, para os domínios da memória. Estava em jogo, portanto, muito mais do que apenas o cumprimento da lei de heranças da época ou o valor venal de um bem.

Numa sociedade e num tempo em que a viuvez alçava a mulher a uma posição de independência superior àquela das senhoras casadas e, mais ainda, das moças solteiras, Floresmina Cândida de Aguiar Loyola se viu envolvida nas lutas sustentadas por seu marido. A querela entre conservadores e democratas, da qual a imprensa era palco, de repente passou por suas mãos, e sua reação foi lutar para que o prelo passasse às mãos dos amigos e correligionários de seu esposo, demonstrando o entendimento de que agora caberia à sua pessoa um protagonismo maior naquela luta⁶⁹.

A recusa à proposta de arrendamento da tipografia aos adversários do marido, considerados responsáveis indiretos por sua morte, constitui não apenas um ato de coragem, como também uma prova da continuidade do afeto pelo morto. Sentimentos e sensibilidades

⁶⁷ *Ibidem*, f. 13v.

⁶⁸ *A Ordem*, Sobral, 16 abr. 1920, p. 1.

⁶⁹ O interesse maior de Floresmina Cândida de Aguiar era suprir a necessidade imediata da família, a qual consistia em saldar as dívidas deixadas pelo marido e garantir o sustento dos filhos, embora por pouco tempo. Não nos parece, em momento algum, ter havido de sua parte qualquer intenção de pôr o prelo novamente em atividade, mas de passá-lo a “mãos de pessoas que o ponham em actividade”. UVA/CCH/NEDHIS. Fundo: Cartórios, Caixa: 1920. Inventário de Vicente Loyola, f. 7. Ao contrário da charadista e escritora Santuzza Rodrigues e da também escritora Marieta Figueiredo, Floresmina Cândida viu-se acidentalmente envolvida com o mundo da imprensa, e as palavras atribuídas à sua pessoa registradas nos autos do inventário de seu marido indicam sua pressa em desvencilhar-se da tipografia, pois havia necessidades mais urgentes a acudir.

afloram no momento de assédio da parte de pessoas detentoras de um poder temporal muito maior do que o seu. O que representaria para ela aquela tipografia? O que sentiria ao contemplar aquele maquinário há pouco utilizado para imprimir o jornal que tinha sido o centro da vida intelectual de seu marido?

Os sentimentos, as convicções herdadas, tudo atuava em conjunto e nenhuma das partes envolvidas estava alheia a tal situação. Ante a insistência da viúva, o suplente de juiz substituto, José Custódio de Azevedo, adversário de Vicente Loyola, emitiu despacho determinando que “passe-se edital na forma da lei para ser levada em praça publica” a tipografia, ficando indeferida a petição⁷⁰.

O inventário de Vicente Loyola mostra-se um documento de valia para a compreensão dos liames da construção de sua memória. A luta de Floresmina Cândida de Aguiar, transformada em arrimo da família, pela garantia da subsistência de seus filhos confunde-se com sua decisão em manter a tipografia, único bem deixado pelo jornalista, longe dos seus adversários para que não viesse a ser usada na impressão de um jornal onde tudo o que Vicente Loyola escreveu n’*O Rebate* pudesse ser contradito. Embora por meio da morte do marido Floresmina tenha se visto, de repente, incumbida de uma tarefa difícil para uma mulher em seu tempo, não se valeu de tal situação como pretexto para negar fidelidade à posição ideológica do falecido.

O silêncio das fontes a respeito dos destinos da família de Vicente Loyola após sua morte fortalece o silenciamento imposto às mulheres enquanto sujeitos da história. O que teria acontecido a Floresmina Cândida após assumir a condição de arrimo da família? Uma casa comandada por mulher à frente dos filhos, herdeiros de um jornalista cuja morte parecia associada à uma vida de embates políticos e ideológicos contra membros da elite local teria realmente chances de experimentar alguma prosperidade em Sobral durante a década de 1920? A impossibilidade de apresentar uma resposta convincente a tal questão é consequência do silêncio imposto pela sociedade brasileira à experiência feminina. Emília Viotti da Costa constatou, referindo-se ao século XIX, tal silêncio quando escreveu:

Durante muito tempo, esses dois retratos – o da mulher dependente e o do poder patriarcal com seu inegável viés classista – ocultaram dos historiadores não só a complexidade e variedade da experiência feminina, como também as mudanças que estavam tendo lugar na vida das mulheres no decorrer do século XIX. Tais generalizações baseavam-se na experiência das classes média e alta. Ninguém parecia perguntar se essa forma de representação era válida para outros grupos sociais. [...] Na penumbra também permaneceram as mulheres que, à testa de negócios e de fazendas, conseguiram sustentar suas famílias depois da morte dos

⁷⁰ UVA, CCH, NEDHIS. Op. cit, f. 23.

maridos, assim como as mulheres das camadas subalternas, escravas ou livres.⁷¹

Maria Odila Dias, em seu estudo sobre as mulheres sobre o cotidiano das mulheres pobres na cidade de São Paulo do século XIX, constatou o mesmo silenciamento das fontes e o qualificou como “ideológico”, ou seja, o mesmo não se deve à mera falta de registros da vida de tais sujeitos, mas de uma vontade de ocultá-los diante da história oficial, negando-lhes o direito a um passado. A posição da autora foi sintetizada de forma magistral no trecho a seguir: “A memória social de suas vidas vai se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos. É verdade que as informações se escondem, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do *corpus* central do conteúdo explícito”⁷².

Creemos que o silenciamento em torno da experiência da viúva de Vicente Loyola, timidamente descortinado a partir do rastreamento de seus movimentos na luta para conseguir antecipar a venda do equipamento tipográfico — sinal de que a necessidade rondava a família —, é fruto da posição marginal na qual eram lançadas as mulheres viúvas, as quais a sociedade e os poderes constituídos à época não reservavam qualquer auxílio. O exame das fontes utilizadas neste trabalho se revelou infrutífero no que tange à vida de Floresmina e seus filhos após a morte de Vicente Loyola.

A pobreza permaneceu como elemento fundamental na imagem do jornalista nos primeiros anos após sua morte. Basicamente, continuou sendo lembrado como o pobre e enfermo jornalista, apesar da inteligência e coragem. Reforça-se uma imagem do jornalismo enquanto tarefa altruísta, da qual não se podia esperar, nas cidades sertanejas, nenhum grande benefício material, a menos que este vendesse sua consciência aos políticos locais, o que equivalia a uma traição ao ofício.

Ao ser arrematada pelos democratas de Massapê, com quem Vicente Loyola tivera amizade em vida, a tipografia foi retirada de Sobral, caracterizando uma vitória dos conservadores. Numa época em que a comunicação se dava principalmente pela via do impresso, os grupos políticos tinham em seus jornais indispensável instrumento de defesa e ataque nas querelas constantes⁷³. Naquela cidade mais desenvolvida dos sertões do norte

⁷¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 496-497.

⁷² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 13-14.

⁷³ Escrevendo sobre o jornalismo político no Ceará, Geraldo da Silva Nobre assim se expressou: “Os jornais, não obstante a limitação do número de páginas, inclusive de formato, e, conseqüentemente, de espaço, eram, no Ceará como alhures, autênticas ‘universidades populares’, ademais porque seu caráter político os faziam lidos nos recantos extremos da Província, onde quer que houvesse um liberal ou um conservador, conforme o caso.” NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução à história do jornalismo cearense*. ed. fac-similar. Fortaleza:

cearense, a imprensa era lugar de batalhas pela conquista da opinião pública. Com um público leitor em expansão, não havia como prescindir da folha semanal, situação que impunha o desejo de silenciar o adversário por meio do impedimento da publicação do jornal rival. As disputas entre os partidos tinham seus equivalentes na concorrência entre as folhas locais.

A morte de Vicente Loyola empurrou Deolindo Barreto para a desconfortável condição de única voz democrata na imprensa de Sobral, e o diretor d'*A Lucta* parece ter entendido muito bem a situação, pois passou a promover a lembrança do jornalista falecido, sempre mencionando-o em seus textos, principalmente quando denunciava supostas arbitrariedades atribuídas aos mandatários do PRC local. Nestes momentos, citava o “assassinato” de Vicente Loyola, ato que atribuía aos juízes José Saboia de Albuquerque e José Clodoveu de Arruda Coelho⁷⁴.

A questão em torno do destino a ser dado à tipografia d'*O Rebate* constitui o último lance da batalha entre o jornalista e seus adversários, bem como revela o reconhecimento desta enquanto lugar de memória a ser desfeito. Sua transferência para Massapê representava a garantia de que *O Rebate* não mais circularia, garantindo seu definitivo encerramento.

Desde os tempos de Gutemberg, a tipografia era objeto de vigilância, não sendo aceitável sua posse por pessoas consideradas aventureiras, audazes a ponto de desafiar hegemonias e poderes. O inventário de Vicente Loyola o revela de modo claro.

O caso da tipografia d'*O Rebate* mostrou o quanto a morte do jornalista poderia estar dissociada do encerramento das atividades da tipografia. Matar o primeiro não implicava necessariamente o silenciamento do jornal, aplicando-lhe apenas uma espécie de morte cerebral. A qualquer momento, a publicação poderia ter continuidade graças à iniciativa de algum amigo ou parente corajoso o suficiente para assumir o legado de luta do falecido.

Era essa a situação após a morte de Deolindo Barreto. Na última edição d'*A Lucta*, a viúva Maria Brazil Barreto Lima anunciou a continuidade das atividades da tipografia, cuja direção assumia dali por diante. O jornal estava extinto, mas permanecia o negócio tipográfico, pois a família dispunha do equipamento e de empregados habilitados. Nas entrelinhas, vê-se o esforço no sentido de garantir a subsistência da família. Sua decisão é de manter a tipografia ativa, evitando vendê-la. Desta forma, não atrairia a atenção dos adversários do marido. A intenção anunciada não menciona publicação de nenhum jornal e garante a extinção d'*A Lucta*. Por outro lado, como todos os escritos dos familiares de

NUDOC/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, Arquivo Público do Ceará, 2006. p. 17.

⁷⁴ *A Lucta*, Sobral, 03 nov. 1920, p. 2; 07 out. 1922, p. 1; 03 nov. 1923, p. 2.

Deolindo Barreto naqueles primeiros anos após sua morte, o pequeno texto contém referência à crueldade dos assassinos ao enfatizar que o mataram “pelas costas” e a construção da memória tem continuidade na referência ao exemplo de “honradez e amor ao trabalho”, único legado deixado pelo jornalista. Vejamos a transcrição:

Cumpro o doloroso dever de communicar a V. S. o fallecimento do meu saudoso marido DEOLINDO BARRETO LIMA occorrido nesta cidade no dia 18 do corrente, em virtude de ferimentos recibidos pelas costas por balas inimigas no dia 15 deste.

Este luctuoso acontecimento que trouxe o desaparecimento d'A LUCTA, não interrompe todavia a marcha dos nossos negocios consermente a arte typographica, para cuja continuação disponho de empregados habilitados e dos mesmos recursos e todo o material.

Anima-me pois a esperança de puder contar com a mesma confiança com que V. S. até agora vinha lhe distinguindo, garantindo-lhes que procurarei sempre merecel-a, não me afastando dos exemplos de honradez e amor ao trabalho, precioso patrimonio que me legou meu saudoso marido.

Sou com estima e consideração.

De V. S.

Atta. Cra. Obrima.

Maria Brazil Barreto Lima

Viuva de Deolindo Barreto Lima⁷⁵

Pelo que se lê acima, percebe-se a intenção de manter a tipografia em atividade e em posse da família, não esquecendo, porém, a necessidade de tal decisão ser sacramentada pelo processo de inventário. Este foi presidido por Júlio Ximenes de Aragão, segundo suplente do Juiz Municipal, auxiliado pelo escrivão José Fabião de Vasconcelos. Ao contrário do inventário de Vicente Loyola, cuja condução coube a um magistrado adversário do falecido, no caso de Deolindo Barreto, o processo caiu nas mãos de um cidadão afastado das querelas políticas.

Não sabemos a razão de tal situação, mas é de se pensar que as circunstâncias da morte do inventariado, por denotarem interesse da parte dos titulares dos cargos judiciários da cidade, exigiram, para evitar o reforço das suspeições, a entrega do processo de inventário a pessoas neutras, como Júlio Ximenes. O trâmite foi rápido, iniciando-se no dia 11 de agosto de 1924 com a notificação ao escrivão para intimar a viúva para dar bens a inventário, e encerrando no dia 06 de setembro do mesmo ano com a publicação da sentença em cartório⁷⁶.

Os bens deixados por Deolindo Barreto foram “dez (10) acções do Banco de Credito Agricola de Sobral, de cem mil (100.000 réis) cada uma que importam na quantia de um conto de réis” e “uma officina Tipographica, que o Juiz avaliou na quantia de novecentos

⁷⁵ *A Lucta*, Sobral, 28 jun. 1924, p. 3.

⁷⁶ UVA, CCH, NEDHIS, Fundo: Cartórios, Caixa: 1924. Autos do inventário de Deolindo Barreto Lima.

e oitenta mil réis”⁷⁷. Ante a não existência de credores, a viúva concordou com as avaliações e requereu sua parte na herança, iniciando o processo de partilha, como se vê na transcrição abaixo:

Estou de pleno accôrdo com as avaliações. Peço o pagamento de minha meiação a officina typographica e para a legítima de meus filhos orphãos e tutelados, as açções do Branco de Credito Agricola de Sobral, divididas proporcionais entre elles, repondo-me os mesmos o que fôr de direito.

Sobral, 21 de agosto de 1924

Maria Brazil Barretto Lima⁷⁸

Diferentemente do caso de Vicente Loyola, a proposta de partilha encaminhada pela viúva foi aceita tanto pelo Curador de Órfãos, Dr. Francisco Ponte, que despachou um lacônico “nada tenho que impugnar”⁷⁹, quanto pelo Juiz Júlio Ximenes de Aragão, que escreveu em seu despacho: “Proceda-se a partilha como pede a viuva e pela forma que em detalhe darei no acto”⁸⁰.

Ao fim, Maria Brazil Barreto Lima ficou com a tipografia e os sete filhos de Deolindo repartiram entre si as ações do Banco de Crédito Agrícola. Importa-nos notar que a viúva do jornalista, nesse caso, teve garantida a posse da tipografia, mesmo depois de anunciar publicamente a decisão de mantê-la em atividade, seguindo o exemplo do marido. A pergunta que surge é: por que a tipografia de Deolindo Barreto não foi alvo da mesma estratégia de silenciamento recaída sobre a de Vicente Loyola? Teria a família do primeiro mais influência ou poder? Não. A diferença está, mais uma vez, nas circunstâncias da morte de Deolindo Barreto.

O assassinato causara grande impacto na cidade e fora dela, e o processo-crime movido contra os acusados ocupava a atenção dos interessados em mantê-los impunes. Naquele contexto, uma retirada da tipografia das mãos da viúva por certo acirraria ainda mais os ânimos dos democratas e moveria a opinião pública contra os adversários de Deolindo Barreto. Além disso, sua família empenhava-se, naquele instante, num intenso trabalho de memória, reforçando sua imagem de mártir, recaindo severas acusações contra seus algozes, para quem era interessante desvincular a morte do jornalista de qualquer motivação política e atribuí-la à sua temeridade e arrogância pessoal, atributos que lhe haviam angariado a inimizade dos assassinos.

Mas o grande lugar de memória de Deolindo Barreto continuará sendo o jornal

⁷⁷ *Ibidem*, f. 4v-5.

⁷⁸ *Ibidem*, f. 5v.

⁷⁹ *Ibidem*, f. 6.

⁸⁰ *Ibidem*, f. 6v.

impresso na tipografia que lhe pertenceu. No dia 18 de outubro de 1924, data escolhida não por acaso, pois completava quatro meses do atentado contra o jornalista, saiu a primeira edição do jornal *A Imprensa*, “Órgão do Partido Democrata Sobralense”. Sob o título “Nosso escopo”, o artigo de honra anunciava o programa do novo periódico assumindo claramente a missão de continuar servindo de instrumento à construção da memória de Deolindo Barreto:

Deolindo pereceu como um valente, sem que lhe tremesse a vista um gesto de fraqueza ou que lhe obumbrasse o nome uma invectiva qualquer. Morreu como um abnegado na defesa leal de um ideal alto, superior aos interesses mesquinhos e infelizes.

Deixou a magua pungente entre os seus amigos, privados prematuramente, e de qualquer maneira do grato convívio. Deixou, diante de uma viuvez e de orphanatos, que não infundem piedade mas que impõem respeito, a saudade impercível, a admiração immorredoura.⁸¹

A imagem do jornalista ganhou um novo atributo: a valentia. Não havia tremido diante da morte, atitude que realçava ainda mais a covardia de seus agressores, cuja mesquinhez era superada pela altivez do seu ideal. Fazendo-se um abnegado, Deolindo morreria inocentemente, nada tendo feito para merecer morte tão cruel. Por carregarem sua herança moral, os herdeiros tinham postura altiva, afastando todo e qualquer aspecto capaz de infundir piedade e, neste ponto, diferencia-se a perspectiva em relação à família de Vicente Loyola, sempre vista como digna de pena, beirando a miséria, pois a dedicação deste ao jornalismo só lhe trouxera dores, perseguições e pobreza, fardo deixado aos pobres filhos e à viúva.

O discurso construído para fundar a memória de Deolindo Barreto esteve baseado em atributos que o faziam quase uma antítese de Vicente Loyola. Valente, afrontou adversários poderosos. Só a violência das balas foi capaz de silenciá-lo; trabalho incompleto, pois a tenacidade de sua viúva, ajudada pelos filhos, amigos e familiares, foi capaz de manter a tipografia em atividade, logo servindo ao primeiro jornal oficial do Partido Democrata local. Entre a melancólica cena da morte de Vicente Loyola, exalando seus últimos suspiros no interior de uma rede, ladeado pela esposa e filhos chorosos e o médico amigo e atencioso, e o espetacular assassinato de Deolindo Barreto, crivado de balas disparadas pelas costas por inimigos que há tempos andavam à espreita, ato desencadeado em local público e perante as vistas atônitas de muitas pessoas, ao que logo se seguiu grande agitação na cidade e na imprensa, estabeleceu-se uma clivagem na memória da imprensa sobralense. Em comum, nestes momentos iniciais das memórias dos dois jornalistas, aparece apenas a condição de perseguidos pelos líderes do PRC sobralense.

⁸¹ *A Imprensa*, Sobral, 18 out. 1924, p. 1.

Ainda no artigo de abertura da primeira edição d’*A Imprensa*, o redator esclarece os motivos da não continuidade d’*A Lucta*:

E ‘A Lucta’ morreu no derradeiro estertor de Deolindo no leito de transe aonde o levara a sanha dos sicarios. O porta-voz das liberdades conterraneas só tinha razão de ser sob o trato da penna fulgurante do decidido jornalista. ‘A Lucta’ sem Deolindo seria uma tela de arte sem o sentimento. Uma formosa estatua sem expressão.⁸²

A decisão de encerrar a publicação do jornal constitui mais uma estratégia no sentido de consolidar a memória de Deolindo Barreto como uma espécie de protótipo do jornalista sobralense, o único que foi capaz de defender a liberdade. Sem sua escrita, sem seus textos, sem sua energia *A Lucta* se descaracterizaria a ponto de perder a razão de ser. Uma tentativa de continuar publicando o jornal poderia esmaecer a figura de Deolindo Barreto, comprometendo a construção de sua memória, o que o redator d’*A Imprensa* confessou claramente no trecho a seguir: “Por essa razão mesma não resurge o órgão valoroso, como um expressivo tributo ao amigo mallogrado e saudoso, a quem se não deve roubar a folha de louros que engrandece e fulgura a sua memoria sempre digna”.⁸³

Apesar da explicação apresentada, *A Imprensa* tinha muito em comum com *A Lucta*. Era impressa na mesma tipografia, cujo endereço — Rua Padre Fialho, nº 2 — era também o da redação, que foi assumida por José Passos Filho, dentista formado no Rio de Janeiro. Uma de suas experiências no jornalismo sertanejo foi registrada n’*A Lucta* quando, em 1923, acusou o recebimento de um exemplar da primeira edição do jornal *A Epocha*, fundado em Ipueiras por José Passos Filho e Hugo Catunda. Na ocasião, Deolindo Barreto enfatizou a “péssima feição material” do periódico, falha justificada pelas “mil dificuldades com que se luta no alto sertão, para a manutenção de um jornal”⁸⁴. Sua profissão impunha certa itinerância, motivo de sua circularidade pela zona norte, onde construiu laços de amizade entre os democratas das várias cidades.

O empenho em cientificar o público quanto à inexistência de relação de continuidade entre *A Lucta* e *A Imprensa* também pode ser percebido em nota publicada por Lafitte Barreto Brasil, irmão de Maria Brasil Barreto Lima e gerente da nova publicação. Sob o título “Explicação necessaria”, escreveu:

Ao ser impresso hoje, nas officinas d’A Lucta, ‘A Imprensa’, órgão do Partido Republicano Democrata Sobralense, cumpre a mim declarar a bem da verdade e mesmo para evitar futuros commentarios e explorações em torno de meu nome, que

⁸² *Ibidem*.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ *A Lucta*, Sobral, 03 nov. 1923, p. 1.

não faço parte da redacção deste jornal, encarregando-me tão somente da sua confecção e administração.

Terei, é certo, de ocupar as columnas deste jornal, para o que farei todas ás vezes que o solicitarem interesses próprios e os de minha família. Mas sempre que isso tenha de fazer, farei sob a minha assignatura, responsabilizando-me, como sempre me responsabilizei, pelos meus actos.⁸⁵

À família de Deolindo Barreto interessava agora a luta pela memória. A intenção era de afastar-se da política, motivo da morte do jornalista. Continuavam na imprensa na condição de impressores, mas distanciavam-se de qualquer responsabilidade pela orientação ideológica do jornal saído de suas oficinas. O cunhado, Lafitte, assume o papel de porta-voz do grupo, anunciando ao público que o único elemento em comum entre *A Lucta* e *A Imprensa* era a tipografia. Tal cuidado revela, nas entrelinhas, o receio quanto a futuros dissabores como os sofridos por Deolindo Barreto. O envolvimento em querelas políticas não interessava mais; doravante, a luta seria por justiça, tanto nos tribunais judiciários quanto no tribunal da memória, junto ao qual reforçava-se a imagem do jornalista como herói e mártir.

Nesse sentido, o medo não esteve ausente das batalhas pela memória de Deolindo Barreto, embora, à primeira vista, seja de admirar o desassombro com que sua esposa e filhos denunciaram a impunidade dos assassinos. No entanto, ao estendermos o olhar para uma fatia mais extensa do tempo, veremos Maria Brasil Barreto Lima deixando Sobral para morar no Rio de Janeiro, bem como os filhos de Deolindo Barreto. Seu irmão, o comerciante Francisco das Chagas Barreto Lima, prosperou economicamente e enveredou pela política, e seus filhos Cesário e Joaquim Barreto Lima foram prefeitos de Sobral.

Às vésperas do dia de finados do ano de 1924, o redator d'*A Imprensa* anunciou a intenção de reunir-se com o gerente, diretor e corpo tipográfico do jornal para irem “incorporados” ao túmulo de Deolindo Barreto⁸⁶. Surge a sepultura como espaço de recordação⁸⁷ da vida de um homem em cuja trajetória agora se enxergava a luta em defesa dos direitos dos sobralenses. Visitar seu túmulo era demonstração de respeito pela sua memória e solidariedade para com a família. A ida ao cemitério representava o acatamento da memória do morto, a disposição de livrá-lo do esquecimento.

Como órgão do Partido Republicano Democrata Sobralense, *A Imprensa* dedicou espaço à memória de Vicente Loyola, reconhecendo nele o grande ideólogo do partido em Sobral. O redator José Passos Filho reconheceu a influência do jornalista sobre sua própria

⁸⁵ *A Imprensa*, Sobral, 18 out. 1924, p. 2.

⁸⁶ *A Imprensa*, Sobral, 01 nov. 1924, p. 1.

⁸⁷ De acordo com Aleida Assmann, espaços da recordação são lugares de reunião de lembranças nos quais a memória é “construída, representada e ensaiada”. ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 51-52.

pessoa, considerando-o responsável por sua entrada no mundo da imprensa⁸⁸. Em outra ocasião, *A Imprensa* republicou um artigo de Vicente Loyola intitulado “A meu filho”, onde o jornalista enumerava as dificuldades enfrentadas em sua vida na imprensa e desaconselhava o seguimento deste ofício ao filho⁸⁹. Cada vez mais, as circunstâncias da morte vão sendo esquecidas e a memória de Vicente Loyola vai se firmando em torno de sua escrita, de sua produção intelectual registrada nas coleções d’*O Rebate* ainda guardadas na cidade.

A memória de Deolindo Barreto passou pelo mesmo processo. O discurso do ressentimento e da mágoa, do inconformismo diante da perda do pai e esposo, foram superados pela exaltação do jornalista enquanto homem da escrita, manejador da língua, abrindo as portas para sua inserção no panteão intelectual de Sobral.

6.3 De vítimas da violência a donos da palavra: memória intelectual e patrimonialização

O abrandamento da dor vem como consequência da marcha do tempo, da imposição de uma realidade sem a presença física do morto, cuja vida permanece na memória composta de lembranças que aos poucos serão mescladas ao esquecimento durante o processo de patrimonialização. Para Antonio Gilberto Ramos Nogueira, “o termo patrimonialização tem sido empregado para designar todo processo de constituição de patrimônios a partir da seleção e atribuição de valor de referência cultural a bens e práticas culturais de determinados grupos de identidade”.⁹⁰

Buscando construir a ligação entre os conceitos e o movimento investigado, entendemos ter sido a memória de Deolindo Barreto afetada pelo processo de patrimonialização desenvolvido em torno da imprensa sobralense, entendida como uma prática cultural de um determinado grupo: os intelectuais. Nesse sentido, a monumentalização da figura de Deolindo Barreto afetou seu aspecto de patrimonialidade, conceito definido por Dominique Poulot como “o lugar sensível e íntimo que eles [os objetos, as lembranças] ocupam no âmago das consciências individuais ou dos grupos sociais, em decorrência do esforço despendido para viver em harmonia com a cultura material do passado”⁹¹ e que parece, ainda de acordo com o autor, confundir-se, atualmente, com a noção de patrimonialização, definida como “a atribuição do qualificativo ‘patrimônio’ a objetos no seio

⁸⁸ *Idem.*

⁸⁹ *A imprensa*, Sobral, 19 nov. 1924, p. 1.

⁹⁰ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014.

⁹¹ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente: século XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 33,

de determinada sociedade e sua preservação legal”⁹².

Tal processo não se apresenta livre de contradições e ambiguidades, como bem evidenciou Henri-Pierre Jeudy ao escrever

“Com frequência, o tratamento e a salvaguarda dos patrimônios orientam-se para um ideal da memória ‘rósea’. Os conflitos e os esquecimentos, os erros e os acidentes acabam sendo excluídos de tal modo que o desejo de ‘reapropriação’ das culturas e de seus signos identitários somente se detém diante dos obstáculos técnicos ou políticos. Essa lógica do patrimônio não abrigaria conflitos internos, mas se desdobraria segundo os princípios de uma restituição ilimitada dos signos culturais e de uma consagração ativa de sua perenidade.”⁹³

A lógica e a eliminação dos conflitos internos, próprias do patrimônio, começou a ser operada nas memórias dos jornalistas profissionais de Sobral pouco depois de suas mortes. O aspecto combativo de suas trajetórias foi sendo disfarçado, os adjetivos sendo substituídos por sinônimos suavizados, como que a eliminar as contradições, preparando o terreno para o trabalho de monumentalização e patrimonialização — etapas incontornáveis para a apropriação pela memória coletiva local.

Tal movimento pode ser percebido num pequeno texto escrito por Jocelyn Brasil Barreto Lima e publicado n’*A Imprensa* em dezembro de 1924. Ali, o filho mais velho de Deolindo Barreto ainda fez referência à dor produzida pela perda do pai, passando, em seguida, à descrição da cena imaginária de sua entrada no céu, desfazendo o propalado ateísmo do jornalista. Depois de uma vida marcada por batalhas contra a injustiça, Deolindo, a perfeita encarnação do justo, era recebido no Paraíso, em meio ao som de líras tocadas por serafins⁹⁴.

Percebemos aí uma mudança de foco no discurso da memória: não mais o corpo crivado de balas, os três dias de agonia, os estertores, a extrema unção, mas a alma sendo alçada às regiões etéreas. Deolindo desmaterializava-se, ou seja, as memórias individuais, íntimas, começavam a ser suavemente caladas; começava a surgir uma figura destinada a se tornar objeto de uma memória social, metamorfose justificada pelo legado da vida dedicada à luta por justiça, da labuta na imprensa e, principalmente, de uma escrita desassombrada como se vê no trecho abaixo:

⁹² *Idem.*

⁹³ JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1990. p. 3.

⁹⁴ “Emquanto teu corpo jaz inanimado neste tumulto frio, a tua alma sobe aos céus, e lá estavam já os seraphins com as suas lyras tirando das suas cordas notas maviosas que entoavam um hymno sentimental, á tua entrada de um justo, a entrada daquelle que em vida batalhou por um ideal nobre, a entrada daquelle que indifferente aos improperios que lhe atiraram á socapa, sustentou tenazmente uma campanha contra certos milicianos de Christo, campanha esta que veio terminar quando, soltando os ultimos suspiros, provaste estar com Deus.” *A Imprensa*, Sobral, 03 dez. 1924, p. 2.

Não sei se foi herança que legastes ou se foi a tua benéfica convivência que me deu; o que sei ao certo, é que sinto o mesmo arrebatamento que possuías, a mesma inclinação pelo jornalismo, a mesma vontade de subjugar os opressores das consciências sãs e criteriosas, os aristocratas despotas, os tolhedores da palavra inquebrantável, os deturpadores da verdade, os obstáculos vivos que se opõem à realização dos sacros ideais da sociedade hodierna.

Sim, sinto tudo isso, e sinto outra coisa ainda: - Reconheço que não tenho a mesma capacidade que tinhas – se herdei de ti o mesmo arrebatamento, a mesma inclinação pela carreira jornalística, não herdei contudo, uma coisa mais preciosa – a tua penna. Sim, não sou na arte da palavra quem eras; não sei coordenar palavras como coordenavas; porque na arte da palavra, não basta formar orações com sujeito e predicado, precisa-se como o artista que esculpe estatuas, dar-lhes retoques, torná-las claras, compreensíveis...⁹⁵

O jornalista, imagem do sujeito elaborada a partir do seu lugar social, tomava o primeiro plano. Jocelyn Brasil acreditava sentir o mesmo arrebatamento pelo jornalismo, mas a confissão de não possuir o mesmo talento para a escrita reconhecido em seu pai surtiu o efeito de enaltecer ainda mais as qualidades deste como escritor⁹⁶. A luta por justiça ainda continuaria; a indignação diante da impunidade dos assassinos seria manifesta publicamente pela imprensa, mas a memória do jornalista, do sujeito socialmente inserido no papel de emissor de uma voz dissonante a denunciar os desmandos começava a ganhar força, demonstrando o funcionamento do mecanismo de construção da memória coletiva enquanto “soma dos esquecimentos” mais do que “soma das recordações”⁹⁷.

A escrita foi se tornando o instrumento da lembrança. Neste processo, o jovem Jocelyn Brasil tentou assumir o legado do pai e a defesa de sua memória, maculada pela impunidade de seus assassinos e a maneira insolente como afrontavam os amigos de Deolindo ao ostentarem a liberdade concedida por meio de *habeas corpus*, benefício advindo do favorecimento por parte dos magistrados locais, acusados de recorrente parcialidade. Em um assomo de indignação e coragem, Jocelyn Brasil escreveu o nome dos assassinos na lápide do túmulo de Deolindo Barreto, inscrição esta que foi apagada em seguida por provocar incômodo⁹⁸.

Entre a inscrição e seu apagamento, o túmulo de Deolindo Barreto tornou-se um

⁹⁵ *A Imprensa*, Sobral, 03 dez. 1924, p. 2.

⁹⁶ Jocelyn Brasil seguiu carreira militar e tornou-se aviador, mas não deixou de embrenhar-se no jornalismo e tornou-se escritor. Politicamente definia-se como “um subversivo” ao recordar sua atuação destacada na campanha “O Petróleo é nosso” e a prisão durante a ditadura militar no Brasil. BRASIL, Jocelyn. *Op. cit.*

⁹⁷ CANDAU, Jöel. *Op. cit.*, p. 92.

⁹⁸ “Ha dias, logo que pisei nesta malfadada cidade, fui visitar o tumulo de seu saudoso pae. Lá apenas encontrei a seguinte inscrição: ‘Deolindo Barreto Lima – Falleceu – 18-6-924’. Ante tão simples e nada significativas palavras, resolvi esclarecer mais o assumpto, com fins outros que o de tornar publico o que alguém quiz occultar sob aquellas tão poucas palavras, e então, munido de um pincel e de uma ‘massa dura’ que noutro tempo fôra ‘pixe’ garatujei como melhor pude as seguintes palavras: ‘ASSASSINADO POR XICO MONTE E CAPANGAS’.” *A Imprensa*, Sobral, 14 jan. 1925, p. 2.

palimpsesto da memória⁹⁹. O apagamento, a cobertura de tinta sobre as garatujas feitas por Jocelyn Brasil constituem uma metáfora do processo de construção da memória do jornalista, marcada pela luta entre o lembrar e o esquecer, pela marcha inexorável rumo a uma memória social destinada a fazer o jornalista lembrado pela sociedade local, mas tal lembrança se faria à base da omissão de determinados aspectos de sua vida e trajetória e suavizando os conflitos.

O episódio acima nos lembra, ainda, as considerações de Jeanne Marie Gagnebin ao mencionar a associação entre túmulo e palavra nos trabalhos da memória fundamentados na luta contra o esquecimento, sendo, ao fim e ao cabo, “um reconhecimento do poder da morte”¹⁰⁰. Munidos de tais pressupostos, podemos entender a atitude de Jocelyn Brasil como mais um lance na luta contra o esquecimento, mais um trabalho de memória e, ao fundo, mais um passo rumo à aceitação da morte de Deolindo Barreto. Após uma morte violenta, a justiça representada pela punição aos assassinos encobre o desejo de expiação, de desagravo. O esquecimento, a negação do crime — associada à impunidade dos criminosos e ao esquecimento da vítima — soariam como um opróbrio eterno.

Paradoxalmente, a luta pela memória escondia a ânsia pelo momento em que Deolindo Barreto terminaria de morrer, teria sua alma desagravada por meio da punição dos assassinos. Por enquanto, sua morte não parecia completa e a letra impressa seguia desempenhando o papel de lembrar sua presença.

No entanto, a marcha do tempo tratou de impor aos saudosos a certeza de que o morto não mais operava e de que a vida devia continuar, apesar de sua ausência. Decisões foram tomadas, revelando a adaptação da família a um novo tempo: o tempo sem Deolindo Barreto.

Em janeiro de 1925, a viúva e os filhos do jornalista mudaram-se para Fortaleza¹⁰¹.

⁹⁹ Adotamos, com algumas adaptações, a definição de palimpsesto apresentada por Sandra Jatahy Pesavento apresentada a seguir: “O palimpsesto é, na verdade, um reservatório, uma matriz de outros textos e imagens que, superpostos e camuflados, se ocultam uns sobre os outros. Por outro lado, o palimpsesto é, por excelência, a figura que requer a atitude *hermenêutica*, de decifração e de desvelamento de um sentido oculto, que é preciso decifrar. Igualmente, o palimpsesto, como figura que incita a um *ver além*, se aproxima do princípio literário da *mise en abîme*, ou da história que contém uma outra história.” PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. *Revista Esboços*, UFSC, v. 11, n. 11, 2004, p. 25-30.

¹⁰⁰ “Túmulo e palavra se revezam nesse trabalho de memória que, justamente por se fundar sobre a luta contra o esquecimento, ela é também o reconhecimento implícito da força deste último: o reconhecimento do poder da morte. O ato da palavra grega *sêma* significar, ao mesmo tempo, túmulo e signo é um indício evidente de que todo o trabalho de pesquisa simbólica e de criação de significação é também um trabalho de luto. E que as inscrições funerárias estejam entre os primeiros rastros de signos escritos confirma-nos, igualmente, quão inseparáveis são memória, escrita e morte.” GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. *Projeto história*, São Paulo, n. 17, nov. 1998, p. 219.

¹⁰¹ *A Imprensa*, Sobral, 21 jan. 1925, p. 2.

Figura 8 - Segunda página da edição de 18/06/1925 do jornal *A Imprensa*

A IMPRENSA

O homem e a sua acção

Espírito intemerato e oporoso, coração bendoso e justo, Deolindo Barreto sempre nos melhores actos de sua actividade, agiu como homem responsável, caracter leal, positivo, verdadeiro e combativo.

A patilha adversaria, respeitando Deolindo Barreto, sabendo o homem forte, tenivel, portador de um azorrague desconhecido de títulos e posições, de purpuras e arminhos, odiava-o sinistramente, tremia cobardemente debaixo do olhar dominador, da pena viril, na certeza de que, jamais, quaisquer conveniências conseguiriam afastar um centimetro sequer o jornalista do povo o evangelista da caridade e da justiça, da rota que se traçou na defesa dos direitos, na liscação da justiça, no castigo devido aos perversos, nas violencias e perseguições dos fortes aos fracos, dos poderosos aos humildes.

A sociedade do seculo actual, como diz Forjaz de Sampaio, o popular e audacioso escritor portuguez, sofre de um atropelamento de caracteres, e hoje, pode-se dizer que burrice.

Se lá no velho Portugal, de nossos antepassados, se lá na culta Europa já este atropelamento de caracter é conhecido quanto mais aqui neste rico Brasil terra de aventureiros desbravados, de homens desconhecidos das mais rudimentares noções de direito popular, de reivindicacões sociais e de altruismo colectivo. Assim é que o alvorecer das idéas nobres, a acção decidida de Deolindo Barreto encontrou a barreira natural dos potentados orgulhosos em sua vaidade baloufa, dos desonestos visos na immundície de seus actos, dos falsos levitas, embrutecidos na ambição de posições.

"A Lucta" jornal que pugnava pelas causas justas e santas teve sua odisséia, foi justa quando elogiava a Justiça, foi santa quando defendia a religião, foi declarada indigna quando arrancou o manto hypocrita da Justiça local, foi satânica quando trombeteou contra explorações clericais:

eis ahí o conceito humano, eis ahí o conceito da moderna sociedade: a mentira, a hyppocrisia, a falsidade, são elementos de que se deve vestir o homem para ser chamado honrado enobre, illustre e digno.

A acção de Deolindo Barreto, como jornalista, moralizador de costumes, foi uma senda luminosa através das nebruras nephiíticas de uma sociedade corrupta.

O Sol ao raiar, doirando os pinacros das penedias, desfaz o brilhar incerto das estrelas, o clarão do omnipotente facto da verdade, ofusca as consciencias escusas dos morcegos humanos; o verbo candente, a pena prophética, confunde o caracter maleavel e perverso do assassino e do ladrão.

O dique de constituição granítica que se opunha nobremente á invasão e predomínio dos mãos precisava ter base sólida e esta, que era o apoio moral dos bons, nem sempre teve a altivez necessaria para se collocar abertamente ao lado da garantia moralizadora e verdadeira, razão porque a onda barbara e sanguinaria envolvente a mole rígida do granito, levou de vencida a unica voz que se levantou para com toda intrepidez contar o caso como o caso foi.

Deolindo Barreto Lima era um homem na envergadura masculina de seu porte, homem na pureza de sua acção moral, homem nas convicções altruísticas e nobilitantes, homem emfim que não podia existir no meio em que vivia, porquanto elementos taes ou se amalgamam com substancias inferiores, ou, isolados, tendem para a asphyxia resultante das exhalacões pestilentemente mortíferas.

A victoria do espirito satânico sobre a verdade mais uma vez se verificou, fazendo o horrípante riso aos labios embebidos no sangue do heróe, a qual embalsamado nas lagrimas da viuva e dos filhinhos,

perfundado pelas rosas rubras da dor, desista ao tumulto, depois de cumprida sua missão ultrajada pela bachanal dos perversos, que bebiam a cumplicidade do assassino e a impunidade do delicto.

R. F.

O assassinio de Deolindo Barreto

Foi em Sobral, na nossa bella e tão querido e tão pacato Sobral, esta pequena cidade do nosso vasto Brasil, que tem para nós tão seductoras attracções, que se consummou um dos crimes mais hediondos e mais barbaros: o traçoico assassinio do jornalista Deolindo Barreto Lima.

Foi alli, no edificio onde funciona a nossa edificação, portas largamente abertas aos vividos raios de um sol dardante, cheiros as salas de volantes que compareciam a uma eleição, á vista de festinheiros espavoridos que se refugiavam pelos cantos, no instincto propria conservação, que aproveitou o tumulto que se fez por causa de uma discussão, tres leras humanas, (ligres sanguinarias) tendo em chaminis o cerebro e em frevas a alma, olhos dispartes de rancoo, corações profundamente enroizados nos tremedades do crime, exuberantes de mãos desejos, no populencia do odio, garas contrahidas na lúria inclemente de alirar, trahiram, trahindo a propria consciencia, o bravo que não sabia trahir, o forte que não sabia tremer.

Ceira, vencido pelas balas, o homem que sempre resistira, so-branceiro e calmo, aos vividos do destino e ao táfao dos borbarras.

Deixando estendida no solo a sua victima, cruelmente baleada, na ollissima baixeza das suas consciencias reiraclaras ao remorso, retriram-se satisfeitos, tendo o cynismo de negar que commettéra o crime, como se lhes fora possível oppôr a vileza deprimente da mentira á vchenuencia esmagadora da verdade ou encobrir, com andrajos eslarripados, a sumptuosa realidade do sol.

O martyrio de Deolindo Barreto darou até a madrugada de 18, quando se lhe opotou o facho de vida, para gaudio de certas almas mesquinhas que gargalhavam á socapa, balendo palmas ao crime.

Na dor que redime, purifica-

ra-se a alma que se fóra para a eternidade na unção da paz e no florir da creença.

Após sete meses, transformadas em saudades as suas esperanças e desfeitos em lagrimas os seus sorrisos, vestida de crepe e sua mocidade, num adeus soluçante que augmenta a vibração de tanta tristeza, mal contendo o impetuosidade do coração que estala numarevolta que brame, a desolada viuva parte com seus filhos para Fortaleza, fugindo assim á vista execranda dos algozes de seu marido que ainda lhe passavam á porta, como um insulto allorado, numa bofetada de desdem, á sua alma aniquilada.

E cil-os—os sclerados—escleradas figuras nos theatros do crime, vultos enegrecidos no scenario da opinião publica, indelevelmente marcados com o estigma da ignominia, o percorrerem, impunes e simalros, a uma ironia justa, a sua via sanguinolenta, enfreschada de tumulos, para colherem omanhá, na frieza tragica do ferro, a semente que têm semeado, quando sobre elles cahir soberana e implacavel, grandiosa e infallivel, a JUSTIÇA DIVINA.

A MEMORIA DO DEOLINDO

Oh, luctador indomito e valente, que pereceste numa causa nobre, e infallivel, a JUSTIÇA DIVINA, em que o braço assassino, dos churchillos se ergueu, para empecer-te a trajetória—o exemplo que ficou para os teus filhos.

27—5—925.

ELIAS MALLMANN

Deixou o malogrado jornalista sete filhos menores, dos quaes, dois menores são e Astrés Barreto Brasil Lima e cinco homens, Jocelyn, Dransio, Othello, João e Roberval Barreto Brasil Lima.

15 de Junho

Data lamentosa e tragica, em que se comemora a scena mais tocante e terrivel que houve aqui.

Fez hoje um anno que impiedosamente foi morto o habil jornalista Deolindo Barreto Lima.

Penaliso-me renovar um quadro tão triste! tão doloroso! e ao se me representar este calendario luto de sangue por mãos fratricidas, que tanta me impressionou e que jamais esquecerei, pasmo de terra!

Sim, faz hoje, um anno, e neste dia cruel, lagrimas são derramadas, lagrimas de um coração materno que viu partir-se uma de suas libras, pela morte de um filho, lagrimas de creenças que na orphandade gemem sentindo a falta do protector, lagrimas sinceras de uma esposa que soluça em solidão, deplorando o desaparecimento; subiu do espasmo—o sustentáculo, a columna forte do seu lar, hoje derruido.

Neste mar de prantos dorme, probo jornalista, o somno placido dos justos, consolado pelas preces de seus filhos, de sua esposa querida, de seus irmãos amigos e catholicos, e ainda acalentado pelas preces molernas, que são eternas. Dorme em paz á sombra frondosa, á sombra grandiosa de Deus.

Sobral—15—6—925

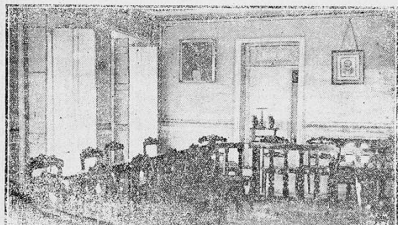
MARIETA FIGUEIREDO

Deolindo Barreto Lima, filho de Joaquim de Souza Lima e de d. Porcina Barreto Lima, nasceu na cidade de Crathea no dia 14 de Maio de 1884 onde residia até 1896, quando seguiu para a cidade de S. Benedicto da Ibiapaba para a companhia do seu tio e padrinho Adv. Antunes Barreto. Aos dezesseis (16) annos esteve nesta cidade d'onde partiu para Belém do Pará, em companhia de seu tio Alfredo Barreto. Dessa capital foi até a cidade de Humayta, no Estado do Amazonas, onde dirigiu o jornal "Humayta", cerca de um anno. Voltando a esta cidade, contrahiu casamento com a sua prima Maria B. Brasil, filha do sr. João Gomes Brasil e de sua esposa d. Petronilha Barreto Brasil.

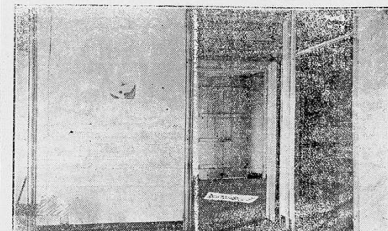
Em companhia de sua exma. esposa e de seu irmão Joaquim Barreto Lima, regressou a capital parense, onde empregou-se na "Provincia do Pará".

Resolvendo não mais cunhiar naquella capital, voltou a esta cidade onde viveu 13 annos, tendo dirigido "A LUCTA" até o dia 15 de Junho de 1924, quando foi barbaramente trucidado no Paço da Camara Municipal.

Deixou o malogrado jornalista sete filhos menores, dos quaes, dois menores são e Astrés Barreto Brasil Lima e cinco homens, Jocelyn, Dransio, Othello, João e Roberval Barreto Brasil Lima.



Salão principal da Camara Municipal onde está a imagem do Chibote, na presença da qual os assassinos deram começo ao trucidamento do jornalista Deolindo Barreto Lima.



Salão contiguo ao do Jury onde encontrámos Deolindo Barreto Lima privado do solo privado de balas, do qual ovimos então as seguintes palavras: "Quem me matou foi Francisco Monte, Joaquim e o Vidente Bento." (O signal branco indica o lugar onde cahiu Deolindo Barreto e os signalos pretos, são vestigios das balas).

Fonte: Portal Biblioteca Nacional Digital, Hemeroteca Digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721204&PagFis=0&Pesq>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Permaneceu o jornal *A Imprensa* ocupando o papel de principal espaço de construção da memória de Deolindo Barreto. Além de noticiar as visitas de Jocelyn Brasil à cidade, dando voz à sua indignação e sede de justiça, o jornal estabeleceu a data do aniversário de morte do jornalista como marco na luta pela punição de seus algozes¹⁰². Assim,

¹⁰² "Bastante respeitosa á memória do morto inesquecível, cujo exemplo viverá sempre no coração do seus, a familia de Deolindo não esquece os preceitos da lei Divina que condemna a pena do talião; mas espera resignada e confiante na integridade dos juizes, dos tribunaes superiores, porque ainda nem tudo está

a edição de 18 junho de 1925 teve suas duas primeiras páginas cobertas com textos e imagens relativas à morte de Deolindo Barreto, além de uma pequena biografia. A narrativa concentrava-se na cena do crime, realçando a violência perceptível nos tiros, nos gritos, dando ar de ferocidade aos agressores e de estoica coragem à vítima.

As imagens publicadas expuseram ao leitor a materialidade do delito praticado, pois mostravam a sala do júri, onde ocorreu o tiroteio, a sala contígua, onde foi encontrado o jornalista ferido, e a vista externa do Paço Municipal. Na terceira página, isolada por alguma conveniência de composição, encontra-se uma foto do enterro de Deolindo Barreto.

Percorrendo a coleção do jornal *A Imprensa*, percebe-se o avanço lento e inexorável do silêncio sobre a morte de Deolindo Barreto. Os esforços de construção de uma memória demandam também o esquecimento a fim de cristalizar as lembranças, silenciando, aos poucos, a crueza da morte.

As edições que relembram os aniversários de morte de Deolindo Barreto passaram a constituir marcos de uma lembrança já em vias de ser tragada pelo esquecimento. As fotografias dos ambientes em que o jornalista foi alvejado, as marcas das balas nas paredes e o assoalho sobre o qual foi encontrado agonizante e a célebre primeira fase dita aos que o encontraram — “Quem me matou foi Francisco de Almeida Monte, Vicente Bento e Joaquim de Souza!” — são evocados como provas num sumário de culpa com vistas a promover a justiça, a provar a culpabilidade e escancarar diante do público a impunidade concedida, graças às manobras judiciais, aos criminosos¹⁰³.

Adotando uma perspectiva linear do tempo, perguntamos até onde chegaria a lembrança de Deolindo Barreto, o jornalista inflamado e combativo. Em 1931, encontramos uma nova geração de aspirantes ao jornalismo em Sobral cultivando sua memória, juntamente com a de Vicente Loyola. Os jovens José Cordeiro de Andrade, J. Aragão e Albuquerque e Abdias Lima, respectivamente diretor responsável, redator e secretário do jornal *O Debate*, encarnam uma geração de jovens na faixa etária entre vinte e trinta anos, sem carreira profissional definida e corajosos o suficiente para ousarem afrontar os mesmos adversários antes enfrentados por seus influenciadores¹⁰⁴.

perdido. Tardia, embora, dia virá em que a justiça chegue em todo o esplendor da sua magnitude, para castigo dos maus e consolo dos bons.” *A Imprensa*, Sobral, 18 jun. 1925, p. 1.

¹⁰³ “Após sete mezes, transformadas em saudades as suas esperanças e desfeitos em lagrimas os seus sorrisos, vestida de crepe a sua mocidade, num adeus soluçante que aumenta a vibração de tanta tristeza, mal contendo a impetuosidade do coração que estala numa revolta que breme, a desolada viuva parte com seus filhos para Fortaleza, fugindo assim à vista execranda dos algozes de seu marido que ainda lhe passavam à porta, como um insulto atirado, numa bofetada de desdem, á sua alma aniquilada.” *A Imprensa*, Sobral 18 jun. 1925, p. 2.

¹⁰⁴ Sobre o jornal *O Debate* e seus fundadores, Francisco Magalhães Martins escreveu: “Merece lembrada a breve história de ‘O Debate’. Três jovens intelectuais daquela cidade – Cordeiro, Aragão e Albuquerque e

Na primeira edição do jornal, o redator abriu o texto de apresentação do programa com uma citação de Vicente Loyola, definido na ocasião como “o grande jornalista sobralense”¹⁰⁵, demonstrando o apagamento da imagem do enfermo e pobre, condição para sua inserção na memória coletiva sobralense. Seu perfil agora era o de um intelectual, um homem da escrita, e suas aparições se davam por meio de citações textuais de artigos publicados n’*O Rebate*.

José Cordeiro de Andrade seguiu caminho semelhante ao de Vicente Loyola. Adquiriu uma tipografia às custas de pequenos empréstimos junto a comerciantes locais e fundou um jornal de cunho político, num contexto no qual a Revolução de Trinta era fato recente, havendo produzido transformações na política local às quais as elites procuravam adaptar-se¹⁰⁶. Cordeiro de Andrade entrou em cena atacando tanto velhas como novas facções e ideologias.

A ideologia liberal representada pelo grupo que perpetrou a Revolução, o comunismo soviético ou o fascismo não respondiam aos anseios da nação brasileira, carente de uma política legitimamente nacional e capaz de atender às demandas políticas, econômicas e sociais de uma população alheia ou desacreditada em relação às instituições republicanas. Tal posicionamento foi claramente exposto na primeira edição do jornal quando escreveu:

Para resolver a questão magna da nacionalidade, pôr em equação o grande problema da nossa vida, regeitemos a Alliança, por ser filha de interesses políticos contrariados, profliguemos e repudiamos o communismo, por não se adaptar á nossa indole, tradicionalmente religiosa; verberemos e afastemos de nós o facismo por ser um monstrengo, concebido no cerebro louco de um açambarcador de liberdades individuaes e collectivas, e instituamos, baseados em principios scientificos, um regime que possa assegurar a todos um bem estar relativo, livrando a Nação do profissionalismo político e das garras aduncas dos agentes russos, que tentam, por todos os meios, consummar a nossa eterna desgraça e a infelicidade eterna do

Abdias Lima – tiveram a coragem de fundar, em 1929 3 , esse órgão de opinião pública. No começo, todo o jornal era feito a 4 mãos: Cordeiro o redigia e Abdias o compunha como tipógrafo e revisor, dormindo, muitas vezes, em cima das caixas tipográficas. Como era mais forte de físico, Cordeiro puxava o prelo. Um dia, o cabo dele quebrou-se e feriu a testa do pobre jornalista deixando-lhe indelével cicatriz. Desnecessário relatar tudo o que sofreu até sua fuga precipitada em 1932.” MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, heróis & amigos*. Rio de Janeiro: Fundo Editorial AAFBB, 1982. p. 117.

¹⁰⁵ “Todo homem tem um destino a cumprir, desde o homem ao verme e, desde a argilla grosseira á luz – disse o grande jornalista sobralense que foi Vicente Loyola. E aqui estamos a constatar a gloriosa apostrophe do saudoso homem de imprensa, atirando aos quatro ventos, á mercê da sorte, o primeiro numero do nosso semanario.” *O Debate*, Sobral, 19 fev. 1931, p. 1.

¹⁰⁶ Em julho de 1932, foi publicado um artigo na *Gazeta de Notícias*, de Fortaleza, a respeito do processo judicial movido contra o jornalista José Cordeiro de Andrade. *O Debate* o transcreveu em sua edição de 09 de julho do mesmo ano, onde se lê: “Cordeiro de Andrade é um rapaz reconhecidamente pobre, tendo adquirido a pequena empresa, em que imprime seu jornal, à custa de pequenos empréstimos concedidos por comerciantes daquela praça, estando agora na triste emergencia de um ‘avanço’ por parte da justiça na sua insignificantemente empreza typographica que certamente ainda lhe não pertence totalmente, senão em nome.” *O Debate*, Sobral, 09 jul. 1932, p. 1.

Brasil.¹⁰⁷

Em 1932, o jovem jornalista foi acusado de cometer o crime de injúria impressa contra Wilebaldo Aguiar. Na ocasião, o juiz da comarca de Sobral, Dr. José Saboia de Albuquerque, o condenou. Sua reação consistiu na publicação de uma transcrição da sentença acompanhada de duras críticas, ensejando um novo processo pelo mesmo crime, dessa vez tendo como autor o próprio juiz¹⁰⁸. Estava criado um contexto semelhante àquele que culminara na morte de Vicente Loyola. Estava estabelecida uma querela: de um lado, um jornalista pobre e determinado, tendo como arma a sua pena; de outro, a maior autoridade judiciária local, contra a qual poucos ousariam lançar desafio.

Passado e presente se misturam nas páginas do jornal *O Debate*, diluindo a fronteira temporal por meio de um jogo de memória que visava à inclusão de Cordeiro de Andrade no seletivo grupo dos heróis da imprensa sobralense. Sua estratégia consistiu em arrastar o confronto para o ambiente discursivo, onde poderia operar com o imaginário criado em torno dos jornalistas locais e no qual seu adversário era representado pela figura de um “caixeiro” que “mercadejava com a justiça”. Selecionamos o texto abaixo como exemplo dessa batalha discursiva, em que as figuras de Vicente Loyola e Deolindo Barreto são invocadas na defesa de Cordeiro de Andrade e na qual é perceptível a estratégia de colocar o jornalista no lugar de vítima do mesmo esquema de silenciamento da imprensa independente de Sobral.

OS ASTROS

Temis, com os olhos vendados, não contempla a consumação da grande miséria.
O Consulado bernardesco, se banqueteia. Lá fora, sob o sol que tudo doira, ouve-se as harmonias plangentes da musica de Offenbach.
O som funereo denuncia a morte da Justiça, do Direito e da Liberdade. E um apóstolo glorificado pelas ovações das massas, ha de marchar para o carcere.
A estrada é alva, da brancura divinal dos lirios.
Em meio do caminho, se erguerá um espectro de homem, clamando, anatematizando os vendilhões das liberdades publicas. É o espírito de Vicente Loiola.
A multidão, religiosamente, tem que curvar-se, ante o Lutador que, um dia, miseravelmente foi levado, num catre, a barra dos nossos tribunais.
Prosseguirá, depois. Adiante se erguerá, outro espectro. Quem é? Deolindo Barreto Lima, uma gloria rediviva. E a mocidade, entoará, aí, um hino de fé, numa glorificação estonteante ao Idolo.
Vicente Loiola foi a estrela de fogo que rasgou um novo caminho aos israelitas da Imprensa.
Deolindo Barreto harmonizou esta trilha luminosa, com clarinadas de fé.
E Cordeiro de Andrade, na sua passagem, vai recamá-la de estrelas.¹⁰⁹

¹⁰⁷ *O Debate*, Sobral, 19 fev. 1931, p. 2.

¹⁰⁸ *O Debate*, Sobral, 18 jun. 1932, p. 4.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 1.

O texto visa impressionar o leitor, estimulando-lhe a imaginação ao sugerir uma ambiência marcada pela solenidade da passagem de um cortejo que conduz Cordeiro de Andrade à prisão. Enquanto o “Consulado Bernardesco” — metáfora que representava José Saboia e seus amigos, antigos partidários de Arthur Bernardes e, por tabela, associados à República Velha e sua política corrupta, agora convertidos em revolucionários de última hora — se banqueteia, o jornalista é conduzido à prisão, num espetáculo que evidencia a falência da justiça local. Enquanto caminha pela estrada alva, simbolizando a pureza de seu ideal e de sua luta, o jornalista tem sua marcha interrompida pela presença semimaterial do espírito de Vicente Loyola, agora reduzido a uma forma espectral, etérea. Mas, mesmo desprovido de materialidade, esse novo corpo age, e age pela fala, “clamando, anatematizando” os algozes do jovem jornalista que agora palmilha o mesmo caminho um dia percorrido por ele.

Uma voz fantasmagórica, vinda de um passado não silenciado, mas ressignificado com o passar do tempo, obedecendo às demandas do presente. Aqui, Vicente Loyola não aparece mais como o jornalista, mas como um espectro, uma forma fantasmática destinada a causar o terror naqueles que um dia desencadearam sua morte. Mais do que um simples jogo de retórica, o emprego de tal imagem denuncia o esmaecimento de sua figura na memória local. A voz, no entanto, continua firme, contundente, porque as mesmas forças contra as quais lutou permanecem atuando.

A multidão, representação discursiva do público leitor que acompanhava o padecimento de Cordeiro de Andrade, curva-se ante o espectro de Vicente Loyola. A atitude de reverência procura incutir a ideia de sua inserção na memória da cidade. A imagem do jornalista construída em torno dos ideais de combatividade, justiça e sofrimento cristalizara-se no imaginário daquela sociedade a ponto de as novas gerações o tomarem como ídolo. Este texto, uma peça discursiva de grande valor para entender o lugar ocupado pelos jornalistas Vicente Loyola e Deolindo Barreto na memória local, foi escrito por Abdias Lima, amigo de Cordeiro de Andrade.

O texto encerra-se com duas interessantes metáforas. A primeira traz a imagem bíblica do fogo, que marchava misteriosamente à frente dos hebreus em sua jornada pelo deserto, sinal da presença de Deus a guiar seu povo rumo à Terra Prometida. O fogo, a luz e o brilho remetem, ainda, à estrela que rasgou os céus de Belém, denunciando o nascimento de Jesus e conduzindo à gruta os réis magos do Oriente. Vicente Loyola, ao ser comparado à estrela de fogo que rasgou os céus da imprensa sobralense, serviu de guia aos “israelitas da imprensa”, formatando um caminho nunca antes trilhado por todos aqueles que, antes dele, haviam se envolvido com o jornalismo em Sobral. A estes e às novas gerações teria mostrado

o caminho da profissão cujo exercício implicava na adoção de uma postura de denúncia dos desmandos cometidos pelos potentados locais, o que equivalia à aquisição de todo um cadinho de perseguições.

Deolindo Barreto, também presente de forma espectral, iluminou o jornalismo sobralense com “clarinadas de fé”. O discurso tem seu trecho final centrado na ideia da fé, coroando o tom espiritual desta peça retórica. Não há recurso a qualquer ideia de materialidade, pois a incontestável autoridade dos mortos invocados o dispensa. No instante em que Abdias Lima escreveu o texto em questão, a inserção dos dois jornalistas na memória intelectual local parecia inconteste. Uma ideia central no texto é a da valorização do sofrimento. A perseguição ora sofrida por Cordeiro de Andrade já fora largamente experimentada por seus maiores influenciadores. Vicente Loyola e Deolindo Barreto levantaram-se dos domínios da morte para acompanhar o jovem jornalista, que agora caminhava para o mesmo destino.

Visto por outro ângulo, o texto em questão evidencia uma operação descrita por David Lowenthal quando escreveu a respeito da “necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar”, o que “força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente”¹¹⁰.

A persistência da presença dos jornalistas mortos nas narrativas construídas por meio da imprensa parece-nos ter estado associada à permanência de um quadro social marcado pelas tensões políticas ainda não resolvidas, inclusive com alguns de seus principais protagonistas ainda vivos e atuantes, como o juiz Dr. José Saboia de Albuquerque. Aquele cenário no qual a imprensa de oposição sofria represálias no âmbito judicial mantinha-se com poucas mudanças. O embate entre uma elite conservadora, patrimonialista, encastelada nas estruturas de poder local e um determinado segmento da imprensa continuava a configurar uma batalha ideológica com desdobramentos no campo político e judiciário, resultando na aplicação de sanções cujas motivações distanciavam-se da ideia de justiça.

A memória de Vicente Loyola e Deolindo Barreto solidificara-se em torno da ideia de luta. Produziu-se uma memória social à base do silenciamento de vários aspectos das vidas individuais dos jornalistas. Não se recordava o fato de Vicente Loyola ter sido deputado estadual, nem das vitórias obtidas por ocasião da queda de Accioly, em 1912¹¹¹. Fortalecera-se

¹¹⁰ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado? *Projeto História*, São Paulo, no 17, nov. 1998, p. 67.

¹¹¹ Com a ascensão dos rabelistas ao poder, o nome de Vicente Loyola foi indicado para concorrer a uma das vagas de deputado estadual, em 1912, pelo Dr. Paula Rodrigues, o principal articulador do Partido Republicano Federal no Ceará (*O Rebate*, Sobral, 16 nov. 1912, p. 1). Eleito, Vicente Loyola viajou para Fortaleza a fim de tomar parte nos trabalhos da Assembleia Legislativa do Ceará em janeiro de 1913 (*O*

ao longo do tempo a imagem do lutador, apesar de enfermo e fraco, do homem determinado, consciente do caráter transcendente de sua missão. A ideia de uma suposta crença por parte dos dois jornalistas na predestinação à morte, à imolação em benefício da verdade fazia-se patente no discurso memorialístico daquele início dos anos 1930¹¹².

Não se recorda, por exemplo, os momentos em que Deolindo Barreto recuou estrategicamente, dizendo atender a pedidos de leitores incomodados com a agressividade das polêmicas travadas com os adversários, como ocorreu em 1923, quando o conflito com o *Correio da Semana* atingia um de seus pontos mais agudos. Deolindo escreveu:

Satisfazendo pedidos de diversos sobralenses illustres lá de fora, onde tão má impressão tem causado o modo por que aqui se faz religião, resolvemos a não mais dar resposta ao pessoal do 'Correio da Semana'. Podem, portanto prevalecendo-se desta commoda situação nos aggreir á vontade e no fim veremos quem assigna o recibo da cobardia.¹¹³

Naquele momento de tensão, o jornalista sentia-se premido por todos os lados, e percebia seus adversários aproveitando-se de sua incompatibilidade com o bispo, a quem antes devotara respeito e amizade, para forjar a imagem do ateu, inimigo da Igreja e da moral e, portanto, das famílias sobralenses. A situação desconfortável parece tê-lo intimidado, pois era sabedor da influência do catolicismo junto ao público. Neste ponto, fazia-se sentir o inegável peso da religiosidade sobre a consciência de uma sociedade cuja identidade guardava forte vínculo com o cristianismo ligado às origens europeias de que se orgulhava.

O recuo, não lembrado por ser incompatível com a imagem do lutador inflexível, revela a tendência da memória a homogeneizar o passado, negando-se a problematizá-lo. A História, por sua vez, vem fazer o contrário. Ao resgatar os meandros silenciados pela memória coletiva, o historiador mostra coerência com o verdadeiro papel da História em relação à memória — papel que passa longe de uma suposta cooperação. Inversamente, a História tem como função produzir a violação da memória, rasgando seu manto sacro, profanando-a, roubando-lhe a aura angelical e etérea e atirando-a de volta ao mundo dos homens, sujeitando-a à crítica e ao cotejo com as fontes de pesquisa¹¹⁴.

Rebate, Sobral, 18 jan. 1913, p. 1). Foi eleito secretário da mesa legislativa (*O Rebate*, Sobral, 01 fev. 1913, p. 1), mas a queda do presidente Franco Rabelo, consequência do movimento conhecido como Sedição de Juazeiro, interrompeu aquela legislatura. LIMA, Marcelo Ayres Camurça. *Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 no Juazeiro*. São Paulo: Maltese, 1994.

¹¹² Em 18 junho de 1932, Aragão e Albuquerque lembrou o aniversário de morte de Deolindo Barreto ao escrever: “A sua atuação no combate às investidas audaciosas da politicalha de então constituía um verdadeiro IMPASSE de fogo á marcha da medieva mentalidade política dominante. Impunha-se o seu desaparecimento afim de que fossem levados ao pincaro da vergonha, os trofêos das miserias reinantes!” *O Debate*, Sobral, 18 jun. 1932, p. 1.

¹¹³ *A Lucta*, Sobral, 28 mar. 1923, p. 1.

¹¹⁴ Nesse sentido, Pierre Nora escreveu: “No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória

Cordeiro de Andrade, por sua vez, não chegou a trilhar integralmente o caminho do martírio antes palmilhado por seus ídolos. Preferiu retirar-se da cidade para escapar à prisão iminente, o que foi noticiando n’*O Debate* na nota a seguir: “Em dias do corrente, viajou para Fortaleza o nosso querido director J. Cordeiro de Andrade. Desejando descansar um pouco da labuta quotidiana da imprensa, o nosso director pretende passar ali uma temporada bem longa”.¹¹⁵

A “temporada bem longa” transformou-se em exílio definitivo. De Fortaleza, Cordeiro de Andrade transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde prosseguiu com sua vida de jornalista e enveredou pela literatura, publicando romances como *Tonio Borja*, ao qual já nos referimos neste trabalho¹¹⁶. Nessa narrativa, colocou um jornalista como um dos principais personagens, revelando no perfil ladino deste algum ranço de sua experiência na imprensa sertaneja. Ao apresentá-lo como oportunista e bajulador, desprovido de talento literário, mas hábil na exploração de caracteres fracos como o de Tonio Borja, Cordeiro de Andrade reforçou o estereótipo que inferiorizava a imprensa sertaneja, colocando-a como uma espécie de caricatura do jornalismo dos grandes centros do país¹¹⁷.

Contornando suas trajetórias individuais tortuosas, a memória local acabou incluindo Vicente Loyola, Deolindo Barreto e José Cordeiro de Andrade entre os nomes considerados dignos de figurar como patrimônio da cidade, o que pode ser verificado na atribuição de seus nomes a alguns logradouros públicos, inserindo-os na trama urbana e tornando-os parte do cotidiano dos transeuntes da cidade, daqueles que traçam itinerários compondo aquilo que Michel de Certeau chamou de uma “retórica da caminhada”, ao concluir que “a arte de ‘moldar’ frases tem como equivalente uma arte de moldar percursos”¹¹⁸.

O ato de nomear as ruas, atribuição do poder legislativo local, mostra-se como um

espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação.” NORA, Pierre. *Op. cit.*, p. 9.

¹¹⁵ *O Debate*, Sobral, 27 ago. 1932, p. 1.

¹¹⁶ ANDRADE, José Cordeiro de. *Tônio Borja*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra Ltda., 1984.

¹¹⁷ *Id. ibidem*, p. 26-27.

¹¹⁸ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. 14 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008. p. 179. Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho, em seu texto “A cidade e o patrimônio histórico”, propõe uma leitura do centro da cidade de Fortaleza a partir da perspectiva do caminhante, de Michel de Certeau. Particularmente esclarecedora foi a distinção estabelecida entre *caminhante* e *passante*, como se vê: “Aqui defendo uma distinção entre o caminhante – agente de improvisos constantes, traçados variáveis e rastros fugidios – e o passante – indivíduo desapegado do ambiente social que o rodeia, amplamente integrado no sistema de regras voltadas ao deslocamento eficiente, separado dos lugares que percorre.” SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. *A cidade e o patrimônio histórico*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003. p. 19.

“dever de memória que passa em primeiro lugar pela restituição de nomes próprios”, como colocou Jöel Candau¹¹⁹, pois, “apagar o nome de uma pessoa de sua memória é negar sua existência; reencontrar o nome de uma vítima é retirá-la do esquecimento, fazê-la renascer e reconhecê-la conferindo-lhe um rosto, uma identidade”¹²⁰. De acordo com Karla Cristine Rodrigues, a necessidade de identificação fica visível “quando pensamos nas placas fixadas nos lugares e monumentos, que estão ali para identificar, legendar”¹²¹.

Para Jean-Charles Depaule e Christian Topalov, a língua “na medida em que ‘está envolvida com o espaço e com o tempo’, com relações que memória e territórios mantêm” e “a maneira como a linguagem ordena, informa o espaço”, tem sido o interesse comum a diversas abordagens a respeito das “palavras da cidade”, ou seja, de estudos voltados para a compreensão do sentido da cidade a partir das ações linguísticas nela verificadas¹²².

Em 1984, ano de centenário de nascimento de Deolindo Barreto, seu busto de bronze foi inaugurado no Paço Municipal pelo prefeito Joaquim Barreto Lima, seu sobrinho-neto, filho de Cesário Barreto e neto de Francisco das Chagas Barreto Lima. Num momento em que a política nacional era convulsionada pela intensificação das campanhas em prol da redemocratização, de par com a impassibilidade de uma ditadura militar aparentemente inabalável, a inauguração de um monumento erguido à memória do jornalista assassinado vem mostrar o desejo de perenidade de sua memória e de sua luta.

Naquela ocasião, Deolindo Barreto passou a ser representado por meio de um monumento, como o defensor dos “pobres de espírito”, significando aqueles que, por não terem acesso à imprensa, não teriam encontrado defesa contra a opressão exercida pelos poderosos se não tivesse existido o jornalista corajoso e disposto ao sacrifício. Reforça-se, pois, a imagem do herói e do mártir, agora também figurado como um dos vultos importantes da cidade, que o deve contemplar e venerar.

Idealizar, construir e inaugurar um monumento são etapas de um trabalho de historicização “desenvolvido por políticas culturais que fabricam para si mesmas o espelho de seu poder e de suas modalidades de gestão”¹²³. O monumento a Deolindo Barreto, erguido diante da Câmara Municipal, tem aquela função lembrada por Françoise Choay, de “tocar,

¹¹⁹ CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. *Op. cit.*, p. 68.

¹²⁰ *Id. ibidem*.

¹²¹ RODRIGUES, Karla Cristine. *Um filho para a Pátria: a construção da memória em torno de General Tibúrcio e a escrita da História do Ceará (1887-1937)*. 174f – Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2016, p. 29.

¹²² DEPAULE, Jean-Charles; TOPALOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In: BRESCIANI, Stella Maria. *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2001. p. 18.

¹²³ JEUDY, Henri-Pierre. *Op. cit.* p. 136.

pela emoção, uma memória viva”¹²⁴.

Figura 9 - Monumento em homenagem a Deolindo Barreto, Sobral (CE)



Fonte: Acervo do autor.

Invocar a memória de Deolindo Barreto por meio de uma comemoração do centenário de seu nascimento não deixou de ser momento de também lembrar sua morte violenta, experiência traumática para sua família e episódio nunca totalmente absorvido e explicado pela memória local, especialmente controverso em face da impunidade conferida aos seus algozes. Sessenta anos depois, seus descendentes haviam galgado posições de poder e tinham de manter, por isso, algum tipo de relação com os descendentes dos acusados, sendo necessário apaziguar o trauma da violência, dissimular a luta e os conflitos que marcaram a vida, a morte e um esforço inicial de construção de sua memória.

Nesse sentido, tomamos novamente as palavras de Françoise Choay para adentrar as motivações daqueles que edificaram o monumento. Ela escreveu:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam, assim

¹²⁴ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. UNESP, 2017. p. 17-18.

como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo.¹²⁵

Preservar a identidade, mas, ao mesmo tempo, promover uma defesa contra os traumas da existência. O trauma da morte de Deolindo Barreto convertera-se, sem dúvida, em trauma para a existência de seus descendentes. O monumento vinha constituir um “dispositivo de segurança” contra esse trauma, sendo erigido, não por acaso, em frente à Câmara, expiando o fato de ali, naquele parlamento, ter sido cometido o brutal atentado que resultou em sua morte.

A comemoração do centenário de nascimento de Deolindo Barreto e, ao mesmo tempo, do sexagenário de sua morte, foi pensada, de acordo com as palavras escritas por Dráusio Brasil Barreto, como mais uma etapa na luta contra o esquecimento, e foi possível graças ao fato de um de seus descendentes achar-se, naquele instante, ocupando uma posição de poder, como se lê no trecho a seguir:

Aquí estamos todos reunidos... numa apoteose de amor e respeito para comemorar teu centenário. Tal acontecimento talvez tivesse passado despercebido, não fora, por uma dessas felizes coincidências, tal qual seja a de se achar à frente da Prefeitura Municipal, justamente nesta data, um teu sobrinho – o JOAQUIM, cuja qualificação e generosidade ensejaram tamanho espetáculo de gratidão e quiçá de civismo mesmo.¹²⁶

De acordo com François Hartog, a comemoração “é inicialmente religiosa”. Mencionando a Última Ceia como ato que no momento mesmo de seu transcurso já se deu a comemorar — “Faça-se isso em minha memória” —, este historiador concluiu que a ausência, nesse caso, significa a “presença invisível daquele que não se deverá nunca parar de lembrar e de imitar”¹²⁷. Assim, ao comemorar o centenário de nascimento de Deolindo, seus familiares e amigos reativaram uma memória difícil, dura, contrastante em relação à memória organizadora sobralense, conscientes que estavam da necessidade de lutar contra o esquecimento — luta facilitada pela ocupação de um lugar de poder por parte de um de seus descendentes. Andreas Huyssen nos lembrou, ainda, que a luta contra o esquecimento se faz

¹²⁵ *Id. ibidem.*

¹²⁶ LIMA, Dráusio Brasil Barreto. Gloria Pater, Levanta-te Deolindo!. In: *Mensagem*, Sobral, 13 mai. 1984, v. 33, n. 6, p. 1 *apud* SANTOS, Chrislene Carvalho dos. *Sentimentos no sertão republicano: imprensa, conflitos e morte. A experiência política de Deolindo Barreto (Sobral, 1908-1924)*. 2005, 212f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Campinas/SP, 2005, p. 193.

¹²⁷ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 183.

com “estratégias de sobrevivência e memorização pública e privada”¹²⁸, e o monumento seria uma delas.

Poderíamos considerar o monumento a Deolindo Barreto como o marco inicial de um “boom da memória”¹²⁹ sobralense? Isto porque, como veremos adiante, a década seguinte foi momento de intensificação dos esforços pelo reconhecimento do sítio histórico de Sobral e seu consequente tombamento pelo IPHAN.

Ao processo de patrimonialização soma-se a atribuição do nome de Deolindo Barreto a uma das ruas do centro da cidade. O mesmo foi feito com Vicente Loyola, cujo nome foi atribuído a uma rua do bairro Alto da Expectativa, antigo Campo dos Velhos. Cordeiro de Andrade hoje é o nome de uma pequena rua nas imediações da Catedral da Sé, próximo da Câmara Municipal e da margem do Rio Acaraú.

Aqui, abordamos aquilo que Joham Michel definiu como “políticas da memória”, ou “o conjunto de intervenções dos atores públicos que objetivam produzir e impor lembranças comuns a uma dada sociedade, em favor do monopólio de instrumentos de ações públicas (comemorações oficiais, programas escolares de história, leis memoriais, panteões, etc...)”.¹³⁰

Para nossa discussão, interessa definir como “atores públicos” as administrações municipais das cidades da zona norte. Em diferentes momentos, podemos perceber a intensificação de trabalhos destinados a formatar a memória oficial destes locais, especialmente por meio de políticas de patrimonialização e instalação ou revitalização de espaços de recordação — museus, memoriais, monumentos etc.

Entre a década de 1990 e os anos 2000, esse esforço se fez notar nas cidades de Sobral e Viçosa do Ceará, com a demarcação e tombamento de seus sítios históricos urbanos. Em Sobral, o processo de descaracterização e destruição dos imóveis antigos foi barrado quando um grupo de cidadãos civis pleiteou e conseguiu na justiça a interrupção da demolição de um imóvel antigo no centro.

Em documento encaminhado à coordenadora de 4ª CR/IPHAN em 20 de setembro de 1996, e assinado pelos clérigos padre Francisco Sadoc de Araújo e monsenhor Sabino

¹²⁸ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 20.

¹²⁹ A expressão “boom da memória” tem sido empregada para designar, nos domínios da historiografia, a volta da memória ao centro dos debates em várias áreas de pesquisa, resultado da descrença para com o racionalismo científico. De acordo com Délcio Marquetti, o fim dos regimes ditatoriais na América Latina contribuiu para esse movimento, pois fortaleceu aquilo que Beatriz Sarlo chamou de “retórica testemunhal”. MARQUETTI, Délcio. *O boom da memória e a retórica testemunhal: breve análise da obra literária de Flávio Tavares*. *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, n. 14, dez. 2012, p. 127-142.

¹³⁰ MICHEL, Joham. Podemos falar de uma política do esquecimento? *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 3, ago-nov 2010, p. 14-15.

Guimarães Loyola, assim como pela professora Glória Giovana S. Mont’Alverne Girão, o pedido de proteção ao patrimônio histórico sobralense foi formulado nos seguintes termos:

Com o intuito de salvar e resguardar o que ainda resta desse precioso legado, vimos, os abaixo assinados filhos, moradores e admiradores da Cidade de Sobral, solicitar a V. Sa. que examine a possibilidade de adoção imediata de medidas de proteção ao acervo de nossa cidade. Desnecessário mencionar a importância de que se reveste tal iniciativa para as futuras gerações que terão na permanência desses símbolos do passado testemunhos eloquentes do relevante papel desempenhado por nossa cidade no processo de desenvolvimento social, econômico e cultural do estado do Ceará e do Nordeste.¹³¹

Dois argumentos importantes chamam a atenção. Primeiro, a justificativa do pedido aponta a preocupação no sentido de garantir a presença do passado no futuro, ou seja, manter o passado presente, garantindo às gerações futuras o acesso a ele. Em segundo lugar, a importância desses “símbolos do passado” estaria naquilo que eles comprovam, ou seja, o papel relevante da cidade no processo de desenvolvimento do Ceará e do Nordeste, confirmando, mais uma vez, a convicção a respeito do papel de destaque da cidade a nível regional.

Para o IPHAN, porém, a justificativa do tombamento do sítio histórico de Sobral estaria na “necessidade e a oportunidade de reconhecê-lo e preservá-lo como um dos mais importantes documentos do urbanismo colonial nesta região e da história do desbravamento e da ocupação do sertão nordestino”¹³². Percebe-se que o órgão governamental dirigiu seu olhar muito mais para o passado, ancorando-se na noção de cidade-documento, conforme apontado no próprio estudo elaborado para instruir o processo de tombamento em questão¹³³. O sítio urbano, sob essa perspectiva, encontraria seu valor nas marcas que traz, em sua conformação arquitetônica e paisagística, do passado.

O tombamento do sítio histórico urbano de Viçosa do Ceará foi concluído em 2003. O processo foi ação importante no sentido de converter o espaço urbano em produto turístico, atraindo investimentos públicos e privados e dinamizando a economia local, compondo um valioso instrumento de *marketing* para o grupo político responsável pela sua

¹³¹ 4ª SR/IPHAN. Processo nº 1.379-T-97. Solicitação de tombamento do núcleo histórico da cidade de Sobral no Estado do Ceará.

¹³² 4ª SR/IPHAN. *Estudos para o tombamento do conjunto urbanístico da cidade de Sobral-Ceará*. Vol. 2. Janeiro de 1998, p. 115-116.

¹³³ “Na década de 80, procurou-se, pela primeira vez de modo sistemático, montar uma metodologia para o trabalho de seleção e preservação de áreas urbanas. Apoiada nessa ideia de ‘cidade-documento’, preconizou o estudo das etapas de formação e desenvolvimento do núcleo urbano e a identificação das marcas deixadas no espaço pelos processos históricos mais importantes. Isto implicou, entre outras coisas, a possibilidade de tombamento de áreas urbanas vistas como sem valor artístico ou dotadas de conjuntos arquitetônicos heterogêneos e já alterados, algo impensável até este momento.” 4ª SR/IPHAN. *Estudos para o tombamento do conjunto urbanístico da cidade de Sobral-Ceará*. Vol. 1. Janeiro de 1998, p. 3.

efetivação. Monalisa Freitas Viana, em sua dissertação de mestrado, apontou a associação entre a administração política local e os governos estaduais de Ciro Gomes e Tasso Jereissati, como fonte do impulso ao processo de patrimonialização do sítio histórico de Viçosa do Ceará¹³⁴.

A memória intelectual de Viçosa está incrustada no prédio da Câmara Municipal, construído na década de 1920 para servir de sede ao Gabinete de Leitura Viçosense. Sua preservação representa a inclusão de uma instituição lembrada pelo seu caráter clubista, local de sociabilidade elitista, palco de bailes suntuosos e eventos cívicos, de cuja lembrança ressalta a pretensão aristocrática da elite atual.

Figura 10 - Palácio Monsenhor Carneiro, antiga sede do Gabinete de Leitura Viçosense, Viçosa do Ceará



Fonte: Acervo do autor.

Essa mesma memória encontra um outro espaço de recordação, dessa vez dedicado a uma individualidade. Trata-se do Memorial Clóvis Beviláqua. Ali encontram-se objetos e móveis que foram de seu uso pessoal, bem como alguns livros, reforçando seu

¹³⁴ “As candidaturas de Evaldo Soares (1997-2000/2001-2004) estiveram alinhadas com os Governos Estaduais de Ciro Gomes (1991-1994) e Tasso Jereissati (1987-1990/1995-1999/1999-2000), provenientes de um grupo de empresários vinculados ao Centro Industrial Cearense (CIC). O grupo se pretendia enquanto renovação política e econômica frente a ditadura militar que se desestruturava e, nesse contexto, emergiria o ‘Governo das Mudanças’.” VIANA, Monalisa Freitas. *Conjunto histórico e arquitetônico da cidade de Viçosa do Ceará: dos percursos da patrimonialização (1997-2006)*. 2016, 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2016, p. 63.

caráter intelectual, representando essa categoria no interior do pequeno panteão intelectual da cidade.

Figura 11 - Memorial Clovis Beviláqua, Viçosa do Ceará



Fonte: Acervo do autor.

Figura 12 - Praça Clóvis Beviláqua, Viçosa do Ceará



Fonte: Acervo do autor.

O nome de Clovis Beviláqua foi atribuído ainda à principal praça da cidade. Localizada em frente à igreja matriz, a Praça Clovis Beviláqua constitui o principal espaço de lazer público, local de reuniões populares, eventos políticos e culturais ao ar livre. Em seu centro, a estátua do homenageado revela, em sua postura sóbria e desprovida de orgulho, com a mão direita repousada num dos bolsos e a esquerda segurando um livro posicionado à altura do peito, próximo ao coração, o amor pela leitura e os estudos, característica justificadora de seu ingresso no panteão intelectual local e nacional.

Outro logradouro público que homenageia um filho ilustre local é a Praça General Tibúrcio, monumento construído em 1937 para reforçar o orgulho da cidade por ser tido a honra de um homem celebrado pela memória oficial como um dos maiores militares brasileiros a lutar na Guerra do Paraguai. Aquele não era o primeiro monumento erguido à memória de Antônio Tibúrcio. Em Fortaleza, a Praça General Tibúrcio fora construída ainda no século XIX, poucos anos após sua morte, graças ao emprego de recursos angariados por meio de subscrições junto aos intelectuais e simpatizantes do general¹³⁵.

Portanto, fica evidente o desejo de produzir uma identidade coletiva baseada na reunião de duas matrizes sociais: soldado Tibúrcio, símbolo de bravura notabilizado pelas vitórias obtidas para o Império do Brasil durante a Guerra do Paraguai; e o intelectual Clóvis Beviláqua, considerado o principal elaborador do primeiro Código Civil Brasileiro. O serviço

¹³⁵ RODRIGUES, Karla Cristine. *Op. cit.*

ao Império e à República são os distintivos destes dois filhos ilustres. A memória oficial, fabricada para embalar o pacote turístico de Viçosa do Ceará, calou os indígenas e suas demandas, bem como o próprio projeto de alfabetização popular implantado pelo Gabinete de Leitura Viçosense.

Figura 13 - Praça General Tibúrcio, Viçosa do Ceará



Fonte: Acervo do autor.

Reforça-se aí a adoção uma política pública da memória, definindo-se quem deveria ser lembrado por meio da instalação de espaços de recordação — praças, monumentos, memoriais e sítios urbanos tombados. Importa apresentar ao visitante uma cidade de aspecto bucólico, beneficiada pelas temperaturas amenas que ensejam a envaidecedora comparação com a Europa.

O projeto de incentivo ao turismo implantado em Viçosa do Ceará aparece marcado pelo reforço dessa imagem, bem como a de uma terra berço de notáveis. O reforço do panteão de ilustres e o tombamento dos casarões coloniais e da igreja matriz se revelam iniciativas imbricadas no processo de configuração de um produto turístico: a cidade serrana

de clima frio e aconchegante, com passado marcado pela geração de grandes inteligências e braços guerreiros devotados à Pátria.

Atualmente, a cidade apresenta-se recheada de sabores e sons. Festivais de música e gastronomia compõem o calendário cultural e turístico local, cujos eventos são patrocinados pelos governos municipal e estadual, na busca de atrair turistas e mirando o propalado benefício trazido por esta atividade à economia local¹³⁶.

Em Sobral, o processo de tombamento resultou na configuração de um espaço urbano central marcado também pelo predomínio das fachadas dos imóveis do início do século passado. O esforço no sentido de devolver à cidade suas feições arquitetônicas e urbanísticas passadas tem o interesse de atrair turistas e fortalecer o vínculo de pertença dos moradores. Recentemente, o asfalto das ruas do centro foi retirado, dando lugar a “charmosos blocos de concreto, tornando o passeio mais agradável”¹³⁷. A ideia é de que os transeuntes, sejam eles visitantes ou moradores, tenham uma experiência de volta ao passado, lembrando as origens da cidade. Nos casarões imponentes, nas igrejas e praças rigorosamente limpas, nos nomes das ruas tomados de importantes homens de letras, políticos e profissionais liberais de tempos passados, reside o orgulho sobralense, exposto no espaço urbano.

Figura 14 - Teatro São João, Sobral (CE)



Fonte: Acervo do autor.

Figura 15 - Museu D. José, Sobral (CE)



Fonte: Acervo do autor.

¹³⁶ Anualmente, Viçosa do Ceará recebe, desde o ano de 2004, o Festival “Música na Ibiapaba”, promovido pela Prefeitura Municipal de Viçosa em parceria com a Secretaria da Cultura do Ceará, e o Festival “Mel, Chorinho e Cachaça”, realizado pela primeira vez em 2007 com apoio do Sebrae, por meio do projeto “Roteiro dos Sentidos”, cuja meta era ampliar a lista de atrativos turísticos da cidade, incluindo os sabores, sons, ambiência secular e interação com os moradores. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 13 abr. 2007. Monalisa Freitas Viana constatou a relação entre o projeto do Festival Música na Ibiapaba e a intenção do governo estadual no sentido de interiorizar as ações do poder público no âmbito da cultura, buscando alterar o arranjo centro-periferia. VIANA, Monalisa Freitas. *Op. cit.*, p. 131.

¹³⁷ *O Povo*, Fortaleza, 03 jan. 2017.

Dessa forma, a cidade se revela enquanto “construto inventado pelo homem para contar sua história”, valorizando seus aspectos de “forma e imagem”¹³⁸. A preocupação com a preservação e o restauro das fachadas antigas revela o desejo de manter uma imagem, uma paisagem da qual os transeuntes possam apropriar-se, instigando a atribuição de sentidos à cidade a partir da sua forma e materialidade.

Sobral foi a cidade da zona norte a reunir, no início do século passado, condições mais propícias ao surgimento do intelectual enquanto sujeito coletivo graças, principalmente, ao desenvolvimento de sua imprensa, processo que comportou as experiências de Vicente Loyola e Deolindo Barreto. Em Viçosa do Ceará, temos como primeiro entre os filhos ilustres o jurista Clóvis Beviláqua, intelectual cujos estudos e carreira profissional se deram em outros centros. Restou, pois, à pequena cidade cearense o estatuto de lugar de origem, e a este agarraram-se os construtores de sua memória intelectual.

O mesmo se deu em São Benedito, cidade da Serra da Ibiapaba, com relação ao filósofo Raimundo de Farias Brito, ali nascido em 1862. Da mesma forma que Clovis Beviláqua, Farias Brito deixou sua cidade de origem ainda jovem, indo traçar sua carreira bem distante dali. Assim, as políticas da gestão cultural locais, ao buscarem a inclusão de intelectuais no rol dos filhos ilustres da cidade, enveredaram pela via do “lugar de origem”. Os monumentos erguidos em homenagem a tais personagens, quando não acompanhados de trabalhos de recordação, ou seja, de festas de inauguração e comemorações, acabam por se tornar parte do espaço urbano assimilada ao cotidiano, sendo objeto de usos diversos daqueles para os quais foram projetados.

No entanto, a construção de uma memória coletiva baseada na afirmação da cidade enquanto pátria de intelectuais tem ido além do aformoseamento do espaço urbano por meio da revitalização ou construção de novos monumentos. Em Viçosa do Ceará, a memória tem sido gerida de maneira a fortalecer a inserção da cidade nas rotas turísticas do Ceará, desafiando a hegemonia do turismo de sol e praia e buscando construir uma alternativa baseada nos atributos serranos apelando para sabores, sons, e o microclima de altitude.

Após a entrada dos anos 2000, tem sido notável o esforço das últimas administrações municipais de Sobral no que tange à cultura e ao patrimônio. As mais recentes intervenções urbanas buscaram devolver ao centro da cidade um aspecto paisagístico que remete aos anos vinte do século passado. A monumentalização, o preservacionismo e a patrimonialização são ali encaradas como parte da política de administração municipal a qual,

¹³⁸ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 37-53, out./dez. 2015.

em suas medidas, tem revelado o interesse em manter certo ar progressista, realçando instalações de equipamentos modernos em meio a uma paisagem urbana onde se preservam elementos arquitetônicos de épocas passadas¹³⁹.

Da reunião de tantos elementos — difusão da cultura letrada, consolidação imprensa enquanto lugar de profissionalização do trabalho intelectual e lugar de memória, memória intelectual associada à construção de uma identidade para a cidade —, pudemos perceber e explicar essa inflação patrimonial verificada em Sobral e em Viçosa do Ceará como um dispositivo ativado para auxiliar na construção de uma identidade local capaz de remeter ao mundo intelectual.

Passado, presente e futuro estão desenhados no espaço urbano de Sobral, numa clara mensagem dirigida a seus habitantes e visitantes, aos quais pretende fazer com que a cidade permaneça em uma posição de destaque a nível regional. A conservação e o reconhecimento de patrimônio material representam uma construção do passado capaz de referendar sua superioridade econômica e política sobre as demais. Uma memória intelectual incrustada nas praças e instituições voltadas para a difusão cultural ali foi ativada com o fim de reforçar a distinção de Sobral em relação às demais cidades da zona norte do Ceará.

O bronze dos monumentos impôs pesado silêncio às vozes dos intelectuais monumentalizados. As polêmicas e querelas do passado, expressões do choque entre portadores de ideologias e pensamentos políticos antagônicos — modernidade *versus* tradição, liberais *versus* conservadores, católicos *versus* ateus e agnósticos —, não encontram expressão na frieza dos bustos e das placas que informam os nomes das ruas e demais logradouros públicos.

Um ajuntamento de esquecimentos é o que constitui a memória coletiva, como bem colocou Jöel Candau¹⁴⁰. No caso das cidades da zona norte do Ceará, a construção de seu passado não dispensou a colaboração dos intelectuais, mas suas lutas e debates foram destinados ao esquecimento, sendo lembrados apenas seus êxitos literários e políticos. A desconstrução dessa memória, especialmente no tange aos jornalistas profissionais, foi o que intentamos neste trabalho.

Dizer o que não foi lembrado, apontar as lacunas e os silêncios da memória oficialmente constituída é parte da função do historiador, tendo em vista que o direito à

¹³⁹ Em 2013, no prefácio da obra do arquiteto Romeu Duarte Jr., o prefeito Clodoveu Arruda Neto escreveu: “Este livro, na verdade um poema escrito para uma cidade, é mais um capítulo na história que construímos, na história de uma Sobral que respeita o seu passado, mas que tem os olhos voltados para o futuro.” DUARTE JR. Romeu. *Sobral: patrimônio nacional*. Fortaleza: Lumiar Comunicação e Consultoria, 2013, p. 19.

¹⁴⁰ *Op. cit.*

memória é parte indissociável da cidadania cultural, prerrogativa que deve ser estendida ao maior número possível de indivíduos no interior de nossa sociedade. Encerramos este último capítulo lembrando as palavras de Ricardo Oriá, que escreveu: “No contexto da cidadania cultural se inscreve o direito à memória histórica”¹⁴¹.

¹⁴¹ ORIÁ, Ricardo. Fortaleza: lugares de memória. In: SOUSA, Simone (org.). *Uma nova história do Ceará*. 4 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 237-256.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num canto escuro, sob uma rangente escadaria de madeira que conduz a uma das salas do segundo pavimento de um dos prédios da Universidade Estadual Vale do Acaraú, no *Campus* da Betânia, em Sobral, encontra-se uma velha máquina de composição tipográfica. Uma linotipo fabricada em Nova Iorque que dizem ter pertencido ao jornal *Correio da Semana*. Em alguma data já esquecida, provavelmente por ter se tornado obsoleta, aquela pesada maquinaria teria sido conduzida àquele canto obscuro do antigo Seminário Diocesano da Betânia, local de formação das mentalidades sacerdotais sobre as quais caía a responsabilidade de pastorear as almas e vigiar as consciências dos fiéis católicos das muitas paróquias que compunham a Diocese de Sobral.

A velha linotipo traz em seu aspecto as marcas do abandono e do trabalho lento e inexorável do esquecimento. A poeira acumulada impede o movimento de seu esmaecido teclado outrora tricolor. O visitante curioso não resiste à tentação de martelar aquelas teclas, mas a ferrugem que tomou conta das hastes as deixou completamente imóveis, resistindo a qualquer intensidade de força aplicada. Não se movem. Não realizam mais nenhum trabalho. Não é possível, dado o seu atual estado de abandono, colocá-la em operação. No entanto, a máquina abandonada causa uma forte impressão em quem a contempla, lembrando as palavras escritas por Henri-Pierre Jeudy: “não se vai impunemente a lugares abandonados: a expectativa sensível é nesse caso mais forte e mais secreta que numa visita a um museu ou a um espaço restaurado”¹.

Opondo-se à “estética do abandono”, como qualifica Jeudy, encontram-se na “Sala da Imprensa” do Museu Diocesano D. José, em Sobral, várias máquinas tipográficas outrora pertencentes ao mesmo jornal, o *Correio da Semana*. No espaço museal, tais equipamentos ajudam a compor aquilo que o autor qualifica como “teatralização da memória”, pois foram submetidas a um trabalho de “restituição”. Ali encontram-se limpas, acabadas, livres da ação lenta da decomposição. Porém, em tal estado, mostram-se resultados de um trabalho que “oculta com frequência o dilaceramento do social”².

O visitante que adentra a sala do Museu Diocesano D. José encontra objetos submetidos a uma operação de limpeza, dos quais foram removidas as marcas do trabalho duro dos tipógrafos e demais trabalhadores do mundo gráfico que um dia labutaram na oficina do jornal. Por outro lado, o mesmo visitante sentir-se-á induzido a pensar na contribuição do

¹ JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. p. 128.

² *Id. ibidem*, p. 129.

jornal para a cultura local, em seu papel de destaque na história de imprensa sobralense e cearense. As páginas impressas cuidadosamente, enquadradas em molduras e penduradas nas paredes, ajudam a compor uma ambiência letrada, evocando a escrita e a leitura, mas, por outro lado, afastando e ocultando a experiência dos trabalhadores gráficos impregnada e, posteriormente, removida daqueles artefatos.

A linotipo esquecida sob uma escadaria num canto obscuro, lugar de passagem de alunos e funcionários apressados, carrega em si aquela “monumentalidade do lugar abandonado”, característica derivada de seu “poder de evocação, para além das modificações e da violência de seus efeitos, do esfacelamento da vida social”³. Seu escondimento fala-nos dos conflitos presentes no processo de construção da memória coletiva de Sobral e da zona norte, quando o “esfacelamento da vida social” foi operado pelos gestores públicos que comandaram os trabalhos de patrimonialização. Os monumentos em praça pública, os museus e memoriais, as casas de cultura e os institutos e organizações da sociedade civil voltados para a promoção das artes revelam o êxito de um trabalho de memória caracterizado pelo conflito entre lembranças e esquecimentos.

A linotipo esquecida num canto da universidade é um resíduo, uma sobra do processo de historicização que exigiu a construção de uma memória coletiva baseada na imagem da cidade intelectual, universitária, pátria de escritores, músicos, pintores, juristas e políticos cujas trajetórias acadêmicas os levaram a transpor as fronteiras nacionais. Não é diferente com relação ao patrimônio edificado. Sobral encerra nos limites de seu centro histórico um conjunto de prédios — casarões, palacetes, praças, igrejas — que compõem uma paisagem urbana capaz de remeter o visitante a um período da história local em que o crescimento econômico permitiu investimentos vultosos de capital em tais construções, ficando as mesmas como testemunho de uma época em que a cidade consolidava-se em sua posição de destaque em relação às demais.

A memória construída a partir dessa época funciona como um atestado da hegemonia de Sobral sobre as demais cidades da região, onde a ação patrimonial se fez sentir de maneira mais discreta, chegando, em alguns casos, à completa ausência. Com exceção do sítio histórico tombado em Viçosa do Ceará, nenhuma outra cidade da zona norte do Ceará teve um conjunto de prédios tombados em seu espaço urbano ou fora dele. Teria faltado a necessária força política ou sensibilidade por parte dos gestores da cultura? Cremos que um conjunto de fatores — entre eles a ausência de estratégias mais sólidas de construção da memória local — tenha contribuído para que em cidades como Ipu, Camocim, São Benedito e

³ *Id. ibidem*, p. 129.

Ubajara a memória local não tenha encontrado eco numa política voltada para o tombamento e restauração do patrimônio edificado, expressão mais comum da cultura material de uma sociedade.

Em Ipu, os recentes tombamentos da estação ferroviária e da igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro representam um contraponto à tendência de desaparecimento dos antigos casarões do centro da cidade, demolidos por novos empresários do ramo imobiliário mais interessados na construção de prédios comerciais projetados para atender às atuais demandas de acessibilidade e praticidade. Em Camocim, o patrimônio histórico inclui os prédios da estação ferroviária, a sede da Associação Comercial e do Gabinete de Leitura, bem como vários casarões cujas fachadas atualmente se acham parcialmente modificadas, mas alguns ainda trazem a inscrição das firmas comerciais a que pertenceram.

Enquanto os sítios urbanos tombados são escassos, os monumentos estão presentes, embora despercebidos aos olhos da população. Construídos ao longo do século XX, lembram que a cidade foi pátria de homens ilustres, especialmente intelectuais. É caso da estátua monumento erguida em homenagem a Clovis Beviláqua e ao General Antônio Tibúrcio de Sousa, em Viçosa; do filósofo Farias Brito, em São Benedito; ao coronel Thomaz Corrêa e ao industrial Delmiro Gouveia, em Ipu; e vários outros que enfeitam as praças das pequenas cidades da zona norte do Ceará.

A organização da memória em forma de um “pacote” a ser consumido por turistas e pela população local, alimentando a construção da identidade, se faz sentir mais intensamente em Sobral e Viçosa do Ceará, cidades onde as recentes administrações tem mostrado interesse na conversão de seus patrimônios e monumentos em produto a ser consumido pelo público visitante. Um estudo mais detido do turismo e seu impacto nas políticas de gestão do patrimônio e da memória destas cidades ainda está por ser feito. Tal problemática, embora tenha sido detectada ao longo deste trabalho, deixou de ser satisfatoriamente explorada para escaparmos ao risco de produzir um texto cujo raio de alcance pudesse vir a mostrar-se excessivamente abrangente.

Procuramos acompanhar, ao longo de nossa narrativa, o processo de difusão da cultura letrada na zona norte do Ceará, identificando e problematizando as hegemonias construídas ao longo de tal itinerário, e o impacto do mesmo sobre a construção de uma memória intelectual. O fizemos a partir de uma perspectiva do inesperado, das inflexões, das trajetórias que demandaram esforço de ressignificação a fim de serem adequadamente formatadas para figurar em tal memória. Daí a opção por seguir de perto as trajetórias intelectuais dos jornalistas Vicente Loyola e Deolindo Barreto, bem como as disputas em

torno de suas memórias, embates que se intensificaram após suas mortes.

Por mais claro que possa ter ficado o papel e a importância do esquecimento para a memória, foi-nos impossível, em certos momentos, deixar de adotar uma posição de luta contra essa dimensão da memória. Lembrar, sem passar pela imposição de determinada lembrança, fez parte do esforço de trazer à luz categorias sociais esquecidas, como os gráficos da zona norte, cujos nomes e breves informações a respeito de suas vidas cotidianas, incluindo o mundo do trabalho, a ambiência das oficinas tipográficas, constituem, a nosso ver, uma das contribuições mais importantes deste trabalho para a historiografia da zona norte do Ceará.

Da marcha do livro e da leitura e sua chegada e difusão pela zona norte do Ceará, passamos pela constituição de um campo intelectual, para nos debruçarmos sobre a memória deste grupo, a qual foi, durante muito tempo, atribuída como um estatuto das cidades da zona, especialmente Sobral, onde gerações de escritores e jornalistas repetiram à exaustão o termo “cidade intelectual”, cunhado pelo escritor Domingos Olímpio.

Para abordar a memória, optamos por seguir um caminho tortuoso, cujas balizas se ocultam nos textos jornalísticos escritos no contexto das mortes de Vicente Loyola e Deolindo Barreto. Nestes momentos cruciais, percebemos a intensificação dos trabalhos da memória, com amigos e inimigos destes jornalistas disputando nas instâncias discursivas a primazia na construção de suas imagens a serem deixadas para o futuro.

Nestas últimas linhas, resta-nos a confissão de que nunca tivemos a pretensão de fechar a discussão a respeito dessa memória intelectual, particularmente forte em Sobral, mas também presente nas demais cidades da zona norte. Sabemos que ainda há muito a ser discutido e da multiplicidade de caminhos e possibilidades de investigação. Portanto, este trabalho funciona como uma provocação, um chamado para que futuros pesquisadores se embrenhem ainda mais fundo nas entranhas dessa memória, desse constructo cultural que pontua ações administrativas e denuncia a existência de uma memória social voltada para a mundo da leitura, da escrita e da imprensa na zona norte do Ceará.

FONTES

1. Acervos

Acervo do Gabinete de Leitura Ipuense e Biblioteca Francelina Martins Araújo: composto de trezentos e cinquenta livros publicados entre a segunda metade do século XX e a primeira metade do XX, encontra-se atualmente instalado no Centro de Múltiplos Meios da Escola Estadual de Ensino Médio Coronel Auton Aragão, situada à Praça São Sebastião, 1029 – Centro, Ipu/CE.

Acervo do Gabinete de Leitura Camocinense e Associação Comercial de Camocim: composto de pouco mais de duzentos livros publicados entre os séculos XIX e XX, com forte presença de anais de associações comerciais, romances, livros históricos e informativos de navegação, revelando a influência do caráter litorâneo portuário da cidade e a mescla entre os acervos do Gabinete de Leitura e da Associação Comercial. Atualmente está sob a guarda da Associação Comercial de Camocim, cuja sede situa-se à Rua Dr. João Thomé, 111 – Centro, Camocim/CE.

2. Livros

ANDRADE, José Cordeiro de. *Tônio Borja*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra Ltda., 1984.

ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de (padre). *Origens da cultura sobralense*. Sobral: Edições UVA, 2005.

_____. *Cronologia Sobralense – 1841-1880*. 2 ed. 3 vol. Fortaleza: Edições ECOA, 2015.

_____. *Cronologia Sobralense – 1881-1910*. 2 ed. 4 vol. Fortaleza: Edições ECOA, 2015.

BARROS, Luís Teixeira. *História de Viçosa do Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1980.

BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. 3 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965.

BRASIL, Jocelyn. *Andanças e lembranças*. 2 ed. Belém: Edições Aleutianas, 1990.

COSTA, Lustosa da. *Vida, paixão e morte de Etelvino Soares*. São Paulo: Maltese, 1996.

_____. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1987.

FROTA, José Tupinambá da (bispo). *História de Sobral*. 2 ed. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1974.

GIRÃO, Raimundo. *Evolução histórica cearense*. Fortaleza: BNB; ETENE, 1985.

- MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, heróis & amigos: ensaios e críticas*. Rio de Janeiro: Fundo Editorial AAFBB, 1982.
- MOTA, Leonardo. *A Padaria Espiritual*. 2 ed. Fortaleza: UFC; Casa de José de Alencar, 1994
- _____. *Cantadores*. 7 ed. Fortaleza: ABC Editora, 2002.
- _____. *Violeiros do norte*. 7 ed. Fortaleza: ABC Editora, 2002.
- OLIVEIRA, André Frota. *A Estrada de Ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 1994.
- PASSOS, Augusto. *O caso do Ipu*. Ipu: Tip. Ipuense de J. Martins & Cia, 1948.
- SCHWALBACH, Fernando. *O vício em Lisboa – antigo e moderno*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2011.
- SILVA, João Mozart da. *Ipu do meu xodó*. Fortaleza: Nacional, 2005.
- STUDART, Guilherme. *Diccionario BioBibliográfico Cearense*. 3 vol. Ed. fac-similar. Fortaleza: Iris; Secult, 2012.
- THEÓPHILO, Rodolpho. *O caixeiro: reminiscências*. ed. fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura, 2002.
- XAVIER FILHO, José. *Ignacio Xavier & Cia*. Granja: IJX, 2008.

3. Revistas especializadas

- ARAÚJO, José Oswaldo. Imprensa de Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LXXX, p. 164-166, 1966.
- BARROS, A. Fernando. Camocim e a empresa Lorentzen. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LXXXVI, p. 259-261, 1970.
- _____. Luís Teixeira. O centenário do Dr. Alerano de Barros. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XCVI, p. 213-229, ano 1982.
- GOMES, Misael (Padre). Dom Joaquim José Vieira. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo LXXXI, ano LXXXI, p. 82-90, 1967.
- SOUZA PINTO, F. C. Instrução pública primária no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LIII, p. 63-110, 1939.
- VIANA, Carlos Negreiros. Ernesto Deocleciano e o desenvolvimento econômico da Região Centro-Norte do Ceará e da Região Oeste do Rio Grande do Norte. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo CXXVII, p. 183-205, 2013.

4. Jornais e periódicos

Almanaque ipuense para o ano de 1961. Ipu, nº 1, 1960. Arquivo particular de José Matias Costa, contador, residente em Ipu/CE.

Almanaque ipuense para o ano de 1963. Ipu, nº 2, 1962. Arquivo particular de José Matias Costa, contador, residente em Ipu/CE.

A Lucta: Sobral, 01 mai 1914 a 28 jun 1924. Disponível para consulta no portal Biblioteca Nacional Digital, link “Hemeroteca Digital”.

A Ordem. Sobral, 21 mar. 1919 a 11 jul. 1920. Disponível para consulta no Núcleo de Práticas e Documentação Histórica – NEDHIS – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE).

Correio do Norte. Ipu, 01 jan. 1920 a 30 mar. 1924. Arquivo particular do Dr. Tomás de Araújo Corrêa (Ipu/CE).

Gazeta do Sobral. Sobral, 12 jun. 1881 a 8 jun. 1882. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M153.

Gazeta Oficial. Fortaleza, 01 jan. 1918 a 31 dez. 1918. Disponível para consulta na Hemeroteca do Instituto do Ceará (Fortaleza/CE).

Granjense. Granja, 27 fev. 1881 a 25 set. 1881. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M151.

Nortista. Sobral, 25 mai. 1913 a 11 out. 1914. Disponível para consulta no portal Biblioteca Nacional Digital, link “Hemeroteca Digital” - www.hemerotecadigital.bn.br.

O Rebate: Sobral, 20 abr. 1907 a 12 mar. 1913. Disponível para consulta no portal Biblioteca Nacional Digital, link “Hemeroteca Digital”.

O Rebate, Sobral, 02 jan. 1915 a 13 nov. 1915. Disponível para consulta no Núcleo de Práticas e Documentação Histórica – NEDHIS – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE).

Patria, Sobral, 9 fev. 1910 a 24 abr. 1915. Disponível para consulta no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE).

Polyanthea, Viçosa, 13 de fev. 1918. Arquivo particular de D. Terezinha Mapurunga em Viçosa do Ceará.

Revista dos Municípios. Fortaleza, nº 1, fev. 1929. Arquivo particular do professor Francisco de Assis Martins, aposentado, residente em Ipu/CE.

5. Outros impressos

4ª SR/IPHAN. *Estudos para o tombamento do conjunto urbanístico da cidade de Sobral-Ceará*. Vol. 1. Janeiro de 1998.

4ª SR/IPHAN. *Estudos para o tombamento do conjunto urbanístico da cidade de Sobral-Ceará*. Vol. 2. Janeiro de 1998.

CEARÁ (Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto). *Jornais Cearenses em Microformas – Catálogo Geral*. Fortaleza: 1988.

GRÊMIO IPUENSE. *Thomaz Corrêa: alguns aspectos de sua vida e de sua obra*. Fortaleza: Tipografia Minerva de Assis Bezerra & Cia, 1942.

IPU (Prefeitura Municipal). *Álbum comemorativo da passagem do 1º centenário de fundação*. Fortaleza, Editora Tipografia União, 1940.

6. Livros de escrituração comercial:

Disponíveis para consulta no Núcleo de Práticas e Documentação Histórica – NEDHIS – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. São os seguintes:

Livro Caixa da firma Ignacio Xavier & Cia, 1907-1914.

7. Inventários

Processos de inventários de 1900 a 1930. Disponíveis para consulta no Centro de Práticas e Documentação História – NEDHIS – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

8. Documentos oficiais:

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm, acesso em 19 out. 2017.

IPHAN. *Ata da 18ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1999. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/19990218reuniaoordinaria12deagosto.pdf>.

Relatórios dos presidentes da Província/Estado do Ceará de 1870 a 1930. Disponível para consulta no portal Biblioteca Nacional Digital, link “Hemeroteca Digital” -

www.hemerotecadigital.bn.br.

REFERÊNCIAS

- AGULHON, Maurice. *Él círculo burgués*. Trad.: Margarita Polo. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. 2 ed. Campinas/SP: Pontes, 2005.
- ANDRADE, José Mendes de. A oligarquia acciolina e a Política dos Governadores. In: SOUZA, Simone. *História do Ceará*. 2 ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 213-232.
- ARAÚJO, Reginaldo Alves de. *Quando a ordem chegou ao sertão: as relações entre o Estado Imperial e as elites da região do Acaraú - Ceará (1834 - 1846)*. 2012. 294f. – Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2012.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad.: Paulo Soethe. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011.
- AZEVEDO, Sânzio de. *Breve história da Padaria Espiritual*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa – Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010.
- _____. *História cultural da imprensa – Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Marta Emísia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. *História & Perspectivas*. Uberlândia, nº 39, p. 37-57, jul-dez. 2008.
- BARKER, Ronald E. e ESCARPIT, Robert. *A fome de ler*. Trad.: J. J. Veiga. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/Instituto Nacional do Livro, 1975.
- BARRETO, Lívio. *Dolentes*. 3 ed. Fortaleza: Edições UFC/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2009.
- BARTHES, Roland e MARTY, Eric. Oral/escrito. In: *Enciclopedia Einaudi*. Vol. 11. Oral/escrito-argumentação. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, p. 32-57.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2 ed. Trad.: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 185-211.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad.: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Iorati. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOLLÈME, Geneviève. *O povo por escrito*. Trad.: Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11 ed. Trad.: Fernando Tomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL, João Pompeu de Souza. Sobral: tentativa de interpretação histórica de sua ação polarizadora sobre a região. *Rev. C. Sociais*, vol. III, nº 2, p. 105-121.

BRASLAVSKY, Berta. O método: panacéia, negação ou pedagogia? *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 66: p. 41-48, ago. 1988.

BRITO, Raimundo de Farias. *A verdade como regra das ações*: ensaio de filosofia moral como introdução ao estudo do Direito. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*. Trad.: Míriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

_____. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.

CARDOSO, Gleudson Passos. *Padaria espiritual*: biscoito fino e travoso. 2 ed. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. *Teatro de sombras*: a política imperial. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASCUDO, Luiz da Câmara. Cinco livros do povo: Introdução ao Estudo da Novelística no Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, p. 439.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. Lourenço Filho: um missionário paulista no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo CXI, p. 345-348, ano 1997.

_____. O livro de leitura para as crianças do Nordeste brasileiro da Nova Escola Primária do Ceará: o caso do *João Pergunta* (ou Brasil Sêco) de Newton Craveiro. *Documento*. Revista do Arquivo Público do Ceará: história e educação n. 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006, p. 101-116.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *A invenção do cotidiano I*: artes de fazer. 14 ed. Trad.: Epharim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ, 2008.

_____. A beleza do morto. In: *A cultura no plural*. 5 ed. Trad.: Enid Abreu Dobrânszky. Campinas/SP: Papirus, 2008, p. 55-85.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. 2 ed. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Trad.: Álvaro Lorencini. São Paulo:

Editora UNESP, 2004.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad.: Luciano Vieira Machado. 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. UNESP, 2017.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs). *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 103-130.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CRAVEIRO, Newton. *João pergunta ou o Brasil Seco*. Fortaleza: Secretaria de Educação Básica, 2005.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC/FAPESP/Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial SP, 2000.

DAMASCENO, Ana Daniella. *Escolas nocturnas do Ceará: ações de combate ao analfabetismo adulto na Primeira República*. 2010, 200f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Fortaleza, 2010.

DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: *O beijo de Lammourette: mídia, cultura e revolução*. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p. 122-149.

_____. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. Trad.: Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Trad.: Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEAECTO, Marisa Midori. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DENIPOTI, Cláudio. *Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999.

DEPAULE, Jean-Charles; TOPALOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In: BRESCIANI, Stella Maria. *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, p. 17-38.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUARTE JR. Romeu. *Sobral: patrimônio nacional*. Fortaleza: Lumiar Comunicação e Consultoria, 2013.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.

FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *O trem e a cidade*. Sobral/CE: Sertãoocult, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FREITAS, Nilson Almino. *O sabor de uma cidade: práticas cotidianas dos habitantes da cidade de Sobral*. 2005. 297f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. Testamentos e inventários: a morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; e DE LUCA, Tania Regina. (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 93-118.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. *Projeto história*, São Paulo, no 17, nov. 1998, p. 213-221.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. Trad.: Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. 2 ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Angela de Castro e HANSEN, Patricia Santos (orgs). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Adelaide. Imprensa e trabalhadores no Ceará: histórias e memórias. In: SOUZA, Simone (org). *Uma nova história do Ceará*. 4 ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007, p. 259-286.

_____. Muitos *Typos* na educação para os pobres: imprensa e instrução no Ceará de fins do século XIX aos anos 1920. *Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará: história e educação* n. 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006, p. 57-100.

GONTIJO, Rebeca. O “cruzado da inteligência”: Capistrano de Abreu, memória e biografia. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 41-76, dez. 2007.

_____. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 309-327.

GOODY, Jack. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Trad.: Tereza Louro Pérez.

Lisboa: Edições 70, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, n/d.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad.: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências de tempo*. Trad.: Andréa Souza de Menezes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IUMATTI, Paulo Teixeira. *Arte e trabalho: aspectos da produção do livro em São Paulo (1914-1945)*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2016.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A., 2002.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Trad.: Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. *Estrados do tempo: estudos sobre história*. Trad.: Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

LAJOLO, Mariza e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. Trad.: Paulo Neves. São Leopoldo/RS: Editora da UNISINOS, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Trad.: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Francisco Petrônio Peres; e SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. Sermões, bandeiras e enxadas: religiosos e trabalhadores na formação do Círculo Operário de Ipu (1932-1946). In: FARIAS FILHO, Antônio Vitorino; e ARAÚJO, Raimundo Alves de. *Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará (1850-1930)*. Sobral/CE: Sertão Cult, 2014.

LIMA, Jorge Luiz Ferreira. *Entre caminhos e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877-1919)*. 2011, 210f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2011.

_____. Espectros de lutadores: história, memória e imprensa em Sobral/CE no início do

século XX. *Outros tempos*, vol. 13, n. 21, 2016, p. 65-83.

LIMA, Marcelo Ayres Camurça. *Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 no Juazeiro*. São Paulo: Maltese, 1994.

_____. A Sedição do Juazeiro, guerra civil no Ceará. In: SOUZA, Simone de. *História do Ceará*. 2 ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 297-304.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. 10 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado? *Projeto História*, São Paulo, no 17, nov. 1998, p. 63-201.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccineli (org). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas/SP: Pontes, 1993, p. 31-42.

MARQUETTI, Délcio. O boom da memória e a retórica testemunhal: breve análise da obra literária de Flávio Tavares. *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 1, n. 14, dez. 2012, p. 127-142.

MARTÍNEZ, Ana Teresa. Intelectuales de provincia: entre lo local y lo periférico. *Prismas*, Revista de historia intelectual, nº 17, 2013, p. 169-180.

MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura: cidades, livros e leituras na Província Paulista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MELO, Francisco Dênis. *Os intelectuais da Academia Sobralense de Estudos e Letras – ASEL – e a invenção da cidade letrada (1943-1973)*. 2013, 432f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A História, cativa da memória? *Rev. Inst. Est. Bras.* São Paulo, no 34, p. 9-24, 1992.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICHEL, Joham. Podemos falar de uma política do esquecimento? *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 3, ago-nov 2010, p. 14-26.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs). *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 23-43.

MOTA, Aroldo. República: partidos políticos no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo CXIV, p. 155-171, 2000.

NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução à história do jornalismo cearense*. ed. fac-similar.

Fortaleza: NUDOC/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014.

_____. Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 37-53, out./dez. 2015.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NORDAU, Max. *As mentiras convencionais da nossa civilização*. 3 ed. Trad.: Joaquim de Araújo. São Paulo: Brasil Editora S. A., 1960.

NORDAU, Max Simon; NORDAU, Anna. *Max Nordau: a biography*. Whitefish/MT: Kessinger Publishing's, 2008.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. *Tinta, papel e palmatória: a escola no Ceará do século XIX*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – memória, representações e pensamento social*. 2001. 280f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

ORIÁ, Ricardo. Fortaleza: lugares de memória. In: SOUSA, Simone (org.). *Uma nova história do Ceará*. 4 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 237-256.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PAMPLONA, Marcos A. Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, no 32, p. 3-31, 2003.

PARENT-LARDEUR, Françoise. *Les cabinets de lecture: la lecture publique à Paris sous la Restauration*. Paris: Payot, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. *Revista Esboços*, UFSC, v. 11, n. 11, 2004, p. 25-30.

PINHEIRO, Francisco José. O processo de romanização do Ceará. In: SOUZA, Simone de. *História do Ceará*. 2 ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 199-210.

PINHEIRO FILHO, José Humberto Carneiro. *Um lugar para o tempo dos letrados: leituras, leitores e a biblioteca provincial do Ceará na segunda metade do século XIX*. 2014. 144f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, vol. 2, nº 3, 1989, p.3-15.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI*. Trad.: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. Trad.: Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015.

RIBEIRO, Maria Luisa dos Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 11 ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Trad.: Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODRIGUES, Karla Cristine. *Um filho para a Pátria: a construção da memória em torno de General Tibúrcio e a escrita da História do Ceará (1887-1937)*. 176f. – Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2016.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 93-101.

RUBLI, Willy. *As artes gráficas: compêndio para a fácil compreensão das espécies fundamentais de impressão e da técnica moderna dos processos de reprodução gráfica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. *Arquitetura e instrução pública: a reforma de 1922, concepção de espaços e formação de grupos escolares no Ceará*. 2011, 435f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2011.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade vermelha: a militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-CE (1927-1950)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000.

_____. *Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970*. 2008. 258f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2008.

SANTOS, Chrislene Carvalho dos. *Sentimentos no sertão republicano: imprensa, conflitos e morte. A experiência política de Deolindo Barreto (Sobral, 1908-1924)*. 2005, 212f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Campinas/SP, 2005.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH/FAPESP, 1994, p. 147-162.

_____. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, História e História da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999, p. 273-311.

_____. Sobre a leitura e a presença de romances nas bibliotecas e gabinetes de leitura brasileiros. In: ABREU, Marcia (org). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2008, p. 155-170.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Ana Carolina Rodrigues da. *Os sentidos do passado ou o passado sentido: mecanismos da memória nos escritos de Padre Mendes Lira*. 2015, 217f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Marcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999, p. 147-164.

SILVA, Ozângela de Arruda. *Pelas rotas dos livros: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. *A cidade e o patrimônio histórico*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.

SILVA JUNIOR, Agenor Soares e. *Cidades sagradas: da “Roma cearense” à “Jerusalém sertaneja”*: A Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870-1920) Sobral e Juazeiro do Norte. Fortaleza/Sobral: Edições ECOA, 2015.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-279.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TINHORÃO, José Ramos. *A Província e o Naturalismo*. (ed. fac-similar). Fortaleza: NUDOC, UFC, Museu do Ceará, Arquivo Público do Estado do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. 5 ed. Trad.: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2013.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad.: António José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 2008.

VIANA, Monalisa Freitas. *Conjunto histórico e arquitetônico da cidade de Viçosa do Ceará: dos percursos da patrimonialização (1997-2006)*. 2016, 180f. Dissertação (Mestrado em

História) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2016.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago., 2007.

VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico* (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Anablume/FAPESP, 2000